



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CÁSSIA FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA

**A CONSTRUÇÃO MULTISSEMIÓTICA DO PONTO DE VISTA ATRAVÉS DAS
INTERTEXTUALIDADES: UMA ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA DE
PROPAGANDAS ELEITORAIS DIGITAIS**

RECIFE
2025

CÁSSIA FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA

**A CONSTRUÇÃO MULTISSEMIÓTICA DO PONTO DE VISTA ATRAVÉS DAS
INTERTEXTUALIDADES: UMA ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA DE
PROPAGANDAS ELEITORAIS DIGITAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção
do título de doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzana Leite Cortez

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira Costa, Cassia Fernanda de.

A Construção multissemiótica do ponto de vista através das intertextualidades: uma análise textual-discursiva de propagandas eleitorais digitais / Cassia Fernanda de Oliveira Costa. - Recife, 2025.

219f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

Orientação: Suzana Leite Cortez.

Inclui referências.

1. Linguística Textual; 2. Ponto de Vista; 3. Intertextualidade; 4. Multissemiose; 5. Propagandas Eleitorais. I. Cortez, Suzana Leite. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CÁSSIA FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA

**A CONSTRUÇÃO MULTISSEMIÓTICA DO PONTO DE VISTA ATRAVÉS DAS
INTERTEXTUALIDADES: UMA ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA DE
PROPAGANDAS ELEITORAIS DIGITAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Linguística

Aprovada em: 27/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Suzana Leite Cortez (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^ª. Dr^ª Thaís Ludmila Ranieri (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^ª. Dr^ª Andrea Silva Moraes (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Evandro de Melo Catelão (Examinador Externo)

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Prof^ª. Dr^ª Mariza Angélica Paiva Brito (Examinadora Externa)

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Dedico esta tese a Maria das Graças de Oliveira Costa, minha mãe, e a Elza Neri Batista de Oliveira, minha avó, com as quais aprendi a valorizar a busca pelo conhecimento, sem esquecer da importância de partilhá-lo, porque “fica sempre um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas”

AGRADECIMENTOS

Ninguém se faz pesquisador sozinho, apesar de ser por vezes solitário o desenvolvimento de uma tese. Por muitos momentos ao longo dos últimos quatro anos senti o peso de uma responsabilidade que era só minha: tornar-me uma pesquisadora madura o suficiente para ser digna de pleitear, diante de uma banca examinadora, o título de doutora em Letras. Embora essa fosse uma tarefa que só eu poderia realizar, concretizá-la seria impossível sem a generosidade das mãos amigas que, de tantas formas, me sustentaram ao longo dessa jornada. Sou profundamente grata aos que estão e estiveram comigo, de perto ou de longe, na vida acadêmica, profissional ou pessoal. Em especial, agradeço:

A Deus, pelo Amor incondicional que me é concedido, pela saúde física, mental e espiritual sem a qual eu não conseguiria realizar este trabalho, pelo amparo constante, mesmo diante de minha pequenez. “Tudo posso naquele que me fortalece”!

Aos meus pais, Graça e Fernando (*in memoriam*), pela educação firme e amorosa que me deram, por me colocarem como prioridade em suas vidas sem me cobrar nada em troca. Ainda mais especialmente agradeço a minha mãe, a maior incentivadora de minha vida, aquela que acredita em mim e possibilita minhas conquistas desde sempre. Mãe, obrigada por cada tarefa escolar ensinada com paciência, por todos os conselhos, abraços e carinhos que fizeram de mim a mulher que sou hoje.

A Phillipe Burgos, meu esposo, meu grande amigo e companheiro, pelo suporte diário, por ouvir meus desabafos sempre com bondade, por nunca soltar minha mão e também pela ajuda direta no desenvolvimento desta tese, lendo e opinando sobre a clareza do texto, pesquisando e me ensinando a usar ferramentas que facilitaram a coleta e a organização do *corpus*. Obrigada por tudo e por tanto, meu amor.

À Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez, orientadora e amiga, que guiou meus passos, tantas vezes vacilantes, e me viu crescer ao longo de 13 anos – do primeiro período de graduação à conclusão do doutorado –, respeitando minhas pausas sem deixar de me impulsionar a seguir em frente. Su, querida, você é um verdadeiro presente em forma de orientadora. Obrigada pelas leituras atentas, pelas orientações precisas e por me deixar sempre tão segura de que eu daria conta. Para além de nossa parceria acadêmica, te agradeço pela amizade, pelo carinho e pelo acolhimento de sempre.

À Prof^a. Dr^a. Thaís Ludmila Ranieri, pelas reflexões sobre multimodalidade proporcionadas durante as reuniões do GESTO, pelas importantes contribuições indicadas na qualificação desta tese e por aceitar o convite para compor a banca de defesa.

À Profª Drª Andréa Moraes, pelas partilhas tão ricas nas reuniões do GESTO e por aceitar o convite para compor a banca examinadora desta tese.

À Profª Drª Mariza Angélica Brito e ao Prof. Dr. Evandro Catelão, pelas discussões fundamentais para o desenvolvimento desta tese às quais pude ter acesso por meio das publicações do Grupo PROTEXTO e por gentilmente aceitarem fazer parte da banca examinadora.

À Profª Drª Maria da Graça Faria, pelos direcionamentos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, pontuados com tanto cuidado nas bancas de qualificação de projeto e de qualificação de tese.

À Profª Drª Mônica Cavalcante (*in memoriam*), por sua imensa contribuição para a Linguística Textual e pela honra que me concedeu ao participar da qualificação do meu projeto de tese, indicando com tanta generosidade caminhos e questionamentos que fizeram o trabalho amadurecer.

À Profª Drª Sônia Pereira e à Profª Drª Jailine Farias, pelas discussões e reflexões empreendidas nos encontros do GESTO e por aceitarem o convite para serem suplentes da banca examinadora.

Ao queridos amigos do GESTO, grupo de estudos liderado pela profª. Suzana, pelos debates tão enriquecedores ao longo desses quatro anos, por me acolherem mesmo antes do meu ingresso na pós como doutoranda, pelas ideias e questões instigantes que tanto me ajudaram no desenvolvimento desta tese. Agradeço também pelas boas risadas e pela leveza que trouxeram para a minha caminhada no doutorado.

A toda minha família, pela torcida, pelo apoio e pelo carinho, mesmo diante dos percalços. Obrigada, família, por estarem sempre ao meu lado no percurso longo que é a carreira acadêmica. Ter vocês como porto seguro é a maior riqueza da minha vida.

A Estevão Cavalcante Carmo — companheiro de jornada no doutorado que, no meio do caminho, se tornou um grande amigo —, pela parceria acadêmica, pelas longas conversas de desabafo, pelos encontros de planejamento tão importantes para que eu me organizasse e tivesse o fôlego necessário para seguir. Obrigada, amigo. A estrada é longa e próspera, estamos só começando!

A todos os colegas e amigos da Diretoria de Gestão Acadêmica (PROGRAD/UFPE), por celebrarem comigo cada conquista desde a aprovação do doutorado e por me apoiarem na decisão de solicitar a licença para conclusão da tese. Agradeço particularmente a Jullyana Guimarães e à Profª. Drª Kátia Cunha, à época minhas gestoras, por autorizarem meu afastamento e facilitarem com tanta gentileza todo o processo burocrático.

Aos amigos do “Cine DGA”, Daniele Pires, Luiz Espedito Cruz e César Ribeiro, pela amizade sincera, por todas as conversas e pelos momentos de descontração assistindo nossos *reality shows*.

Aos amigos de longa data, Laura Esteves, Daniel Soares, Matheus Godoy, Paulo Cruz, Elohá Lima, Francisco Modesto e Mariana Bandeira, por estarem sempre presentes e sempre vibrando comigo, de perto ou de longe, mesmo com a correria da vida.

À equipe da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPE), em especial à Prof^a Dr^a Evandra Grigoletto, pela prontidão e paciência ao auxiliar todos os estudantes da pós.

A todos os professores e professoras que passaram em minha vida escolar e universitária, que tanto me ensinaram e inspiraram, por me ajudarem a trilhar os caminhos da educação que me conduziram até aqui.

RESUMO

Na esteira da interdisciplinaridade que caracteriza a Linguística textual (LT) brasileira, esta tese visa a contribuir para o progresso das discussões que aliam a LT à teoria do Ponto de Vista (PDV), concebida por Alain Rabatel (2016; 2021). A noção de PDV desenvolvida por Rabatel amplia a perspectiva literária da focalização narrativa, de forma a conferir ao PDV um cunho enunciativo-interacional e possibilitar sua articulação a análises de natureza textual-discursiva. Nessa perspectiva, o estudo do PDV evidencia a construção textual dos objetos de discurso, sempre vinculada a um centro de perspectiva. A partir desse entendimento, Cortez (2011) demonstra que o PDV consiste em um dispositivo teórico produtivo para o estudo da argumentatividade dos textos, sobretudo quando aliado às categorias de análise da LT. Com base na proposta da autora, nossa pesquisa busca dar um passo adiante, assumindo o PDV como uma categoria analítica da textualidade. Assim, tomamos o PDV como categoria textual-discursiva transversal, que atravessa e se materializa nas demais categorias. Para este estudo, centramos nossa análise nas relações entre PDV e intertextualidade, explorando como o diálogo entre textos contribui para a representação de perspectivas, pensamentos, ações e opiniões. Em linhas gerais, compreendemos a intertextualidade como um fenômeno textual-discursivo que abarca a relação entre textos, gêneros e estilos (Carvalho, 2018). Nas pesquisas contemporâneas em LT, a intertextualidade tem sido analisada não somente em textos predominantemente verbais, mas também naqueles constituídos de outras semioses (Carvalho, 2018; Mozdzenski, 2016), uma vez que a multissemiose é considerada um dos fatores inerentes ao texto, assim como a argumentação (Dionisio, 2007; Cavalcante *et alii.*, 2020). Apesar dos avanços já alcançados pela LT brasileira, as análises que focalizam a articulação entre LT e PDV, de que se tem conhecimento até então, vêm contemplando majoritariamente a semiose verbal. Assim, objetivando contribuir para o preenchimento dessa lacuna, propomo-nos a analisar como é mobilizada a intertextualidade para a construção do PDV em propagandas eleitorais digitais em vídeo — textos eminentemente multissemióticos — publicadas no *YouTube* durante a campanha presidencial de 2022. As análises apontam que os elementos imagéticos e sonoros atuam junto aos linguísticos para a produção de sentidos nas propagandas e, assim, têm papel fundamental para o estabelecimento das relações intertextuais a partir das quais os PDVs dos enunciadores em jogo são multissemioticamente evidenciados.

Palavras-chave: Linguística Textual; Ponto de Vista; Intertextualidade; Multissemiose; Propagandas Eleitorais

ABSTRACT

Aligned with the interdisciplinarity that defines Brazilian Textual Linguistics (LT), this thesis seeks to contribute to advancing discussions that bridge LT with Alain Rabatel's (2016; 2021) theory of Point of View (POV). Rabatel's notion of POV extends beyond the literary concept of narrative focalization, giving it an enunciative-interactive dimension that enables its application to textual-discursive analyses. In this perspective, the POV highlights the textual construction of discourse objects, consistently associated with a center of perspective. Building on this understanding, Cortez (2011) demonstrates that POV is a productive theoretical framework for examining text argumentativity, particularly when combined with LT's analytical categories. Extending her proposal, our research takes a further step by treating POV as an analytical category of textuality. We, therefore, consider POV a transversal textual-discursive category, intersecting and materializing through other categories. This study focuses on the relationship between POV and intertextuality, exploring how textual dialogue contributes to representing perspectives, thoughts, actions, and opinions. Generally, we conceive intertextuality as a textual-discursive phenomenon encompassing relationships between texts, genres, and styles (Cavalcante; Faria; Carvalho, 2017; Carvalho, 2018). Contemporary LT research has examined intertextuality not only in primarily verbal texts but also in multimodal ones (Carvalho, 2018; Mozdzenski, 2016), given that multisemiosis is seen as inherent to text, along with argumentation (Dionisio, 2007; Cavalcante et al., 2020). Despite the strides made by Brazilian LT, analyses connecting LT and POV largely address verbal semiosis. Aiming to address this gap, we analyze how intertextuality is mobilized to construct POV in digital electoral advertisements—texts rich in multisemiotic elements—published on YouTube during the 2022 presidential campaign. Our analyses reveal that visual and sound elements complement linguistic ones in producing meaning within these ads, playing a fundamental role in establishing intertextual relations through which the POV of the enunciators involved are multisemiotically conveyed.

Keywords: Textual Linguistics; Point of View; Intertextuality; Multisemiosis; Digital Electoral Advertisement

RÉSUMÉ

Dans le sillage de l'interdisciplinarité qui caractérise la Linguistique Textuelle (LT) brésilienne, cette thèse vise à contribuer à l'avancement des discussions qui associent la LT à la théorie du Point de Vue (PDV), développée par Alain Rabatel (2016 ; 2021). La notion de PDV élaborée par Rabatel élargit la perspective littéraire de la focalisation narrative en lui conférant une dimension énonciative-interactionnelle, permettant ainsi son articulation avec des analyses de nature textuelle-discursive. Dans cette perspective, l'étude du PDV met en évidence la construction textuelle des objets du discours, toujours liée à un centre de perspective. Partant de cette compréhension, Cortez (2011) démontre que le PDV constitue un outil théorique productif pour l'étude de l'argumentativité des textes, notamment lorsqu'il est associé aux catégories d'analyse de la LT. En nous basant sur la proposition de cette autrice, notre recherche ambitionne d'aller plus loin en adoptant le PDV comme une catégorie analytique de la textualité. Ainsi, nous considérons le PDV comme une catégorie textuelle-discursive transversale, qui traverse et se matérialise à travers les autres catégories.

Dans cette étude, nous centrons notre analyse sur les relations entre PDV et intertextualité, en explorant comment le dialogue entre les textes contribue à la représentation de perspectives, de pensées, d'actions et d'opinions. De manière générale, nous comprenons l'intertextualité comme un phénomène textuel-discursif englobant la relation entre textes, genres et styles (Carvalho, 2018). Dans les recherches contemporaines en LT, l'intertextualité a été analysée non seulement dans des textes principalement verbaux, mais aussi dans ceux constitués d'autres sémiotiques (Carvalho, 2018; Mozdzenski, 2016), étant donné que la multisémiose est considérée comme un facteur inhérent au texte, au même titre que l'argumentation (Dionisio, 2007; Cavalcante et al., 2020). Malgré les avancées déjà réalisées par la LT brésilienne, les analyses qui explorent l'articulation entre LT et PDV, à notre connaissance, ont jusqu'à présent majoritairement porté sur la sémiotique verbale. Afin de contribuer à combler cette lacune, nous nous proposons d'analyser la manière dont l'intertextualité est mobilisée pour la construction du PDV dans des propagandes électorales numériques – textes fondamentalement multisémiotiques – publiées sur YouTube pendant la campagne présidentielle de 2022. Nos analyses montrent que les éléments iconiques et sonores interagissent avec les éléments linguistiques dans la production de sens des propagandes et jouent ainsi un rôle fondamental dans l'établissement des relations intertextuelles à travers lesquelles les PDV des énonciateurs en jeu sont multisémiotiquement mis en évidence.

Mots-clés: Linguistique Textuelle ; Point de Vue ; Intertextualité ; Multisémiologie ;
Propagandes Électorales

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADD – Análise do Discurso Digital
GDV – Gramática do Design Visual
LT – Linguística Textual
PDV – Ponto de Vista
PEC – *Prise en charge*
PED – Propaganda Eleitoral Digital
PL – Partido Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
TAD – Teoria da Argumentação no Discurso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A CONSTRUÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA DO PONTO DE VISTA (PDV): APRESENTANDO E DISCUTINDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA RABATELIANA.....	19
1.1 Locutores e enunciadore: as instâncias de enunciação na teoria do PDV.....	23
1.2 Prise en charge, imputação e responsabilidade enunciativa: como e por quem são assumidos os PDVs.....	30
1.3 Posturas enunciativas: a hierarquização de enunciadore na perspectiva rabateliana.....	37
1.4 A heterogeneidade enunciativa e a questão do sujeito na teoria do PDV.....	40
2. O TEXTO: OBJETO DINÂMICO DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	44
2.1 A multissemióse como fator constitutivo do texto.....	52
2.2 A argumentação como fator constitutivo do texto.....	62
2.2.1 Da Retórica à Nova Retórica: início e retomada dos estudos ocidentais sobre a persuasão.....	63
2.2.2 A Teoria da Argumentação no Discurso e suas interfaces com a Linguística Textual e com a abordagem textual-discursiva do PDV.....	67
2.2.3 Dos estudos da argumentação imagética à construção multissemiótica do Ponto de Vista.....	73
3. A(S) INTERTEXTUALIDADE(S): MÚLTIPLAS FORMAS DE DIÁLOGO TANGÍVEL ENTRE TEXTOS.....	87
3.1 A proposta de Mozdzenski.....	92
3.2 A proposta de Carvalho.....	95
3.2.1 Intertextualidades estritas.....	97
3.2.2 Intertextualidades amplas.....	102
3.3 Intertextualidades, argumentação e ponto de vista.....	109
4. DO DELINEAMENTO DO CORPUS ÀS CATEGORIAS DE ANÁLISE: TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	115

4.1 O YouTube: plataforma interativa de compartilhamento audiovisual online.....	116
4.2 O ecossistema digital como ambiente de geração do corpus.....	119
4.3 Seleção e categorização das propagandas eleitorais digitais: delineando e sistematizando os dados da pesquisa.....	123
5. ANÁLISE DAS PROPAGANDAS ELEITORAIS DIGITAIS: COMO AS INTERTEXTUALIDADES ATUAM MULTISSEMIOTICAMENTE NA CONSTRUÇÃO/REPRESENTAÇÃO DE PDVS.....	130
5.1. PED com grau alto de imputação de PDVs ao candidato oponente.....	130
5.2. PED com grau intermediário de imputação de PDVs ao candidato oponente..	155
5.3. PED com grau baixo de imputação de PDVs ao candidato oponente.....	189
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS.....	211

INTRODUÇÃO

A análise da construção textual-discursiva do ponto de vista (PDV) pela consideração dos aspectos multissemióticos representa um desafio e uma oportunidade para a Linguística Textual (LT) brasileira contemporânea. Tendo isso em vista, esta pesquisa parte da observação de que, embora os estudos sobre o PDV — conforme propostos por Alain Rabatel — já venham sendo articulados de maneira muito profícua à LT (Cortez, 2011; 2018; Koch e Cortez, 2015; Candido da Silva, 2021), contribuindo para a ampliação do arcabouço analítico da disciplina, as investigações existentes de que temos conhecimento não contemplam a natureza multissemiótica dos textos. Além disso, as pesquisas que relacionam o PDV às categorias textuais já consagradas na LT (como a referência, o tópico e a intertextualidade, por exemplo) ainda não exploraram a relação com os processos intertextuais.

Assim, a interface teórica entre intertextualidade e PDV que nos propomos a realizar nesta tese é motivada por nossa compreensão de que tal diálogo interdisciplinar viabiliza enfoques ainda pouco explorados nas análises textuais, tanto na LT quanto na teoria do PDV. A fim de investigar de que maneira os processos intertextuais, em suas diferentes formas, podem expressar perspectivas, pensamentos, emoções ou ações — isto é, PDVs —, nossa pesquisa analisa propagandas eleitorais digitais em vídeo publicadas na plataforma de audiovisual on-line *Youtube*.

As propagandas eleitorais digitais¹ constituem um gênero textual inserido no contexto das campanhas políticas contemporâneas e caracterizam-se pelo ambiente *on-line* em que circulam, marcado pela dinamicidade das interações possibilitadas. Diferentemente das propagandas eleitorais veiculadas em meios analógicos², que seguem formatos mais rígidos de transmissão, como os programas de rádio e televisão, as versões digitais podem circular de maneira descentralizada, permitindo maior segmentação do público e engajamento por meio de compartilhamentos, comentários e reações³. Apesar dessas especificidades, as propagandas

¹O termo “propaganda eleitoral digital” é bastante abrangente, já que em ambiente digital circulam propagandas eleitorais em diferentes mídias e formatos. Nesta pesquisa, contudo, adotamos essa nomenclatura para nos referirmos especificamente a propagandas em vídeo, como já indicado. Em alguns trechos, optamos pela forma mais precisa “propagandas eleitorais digitais em vídeo”, com o intuito de evitar ambiguidades.

² Sabemos que “digital” e “analógico” são conceitos amplos — já existe, por exemplo, a televisão digital. No contexto desta tese, utilizamo-nos do termo “digital” para caracterizar os textos que constituem nosso *corpus* como conteúdos que circulam na internet. Já o termo “analógico” é utilizado aqui para nos referirmos às mídias tradicionais, como o rádio e a televisão.

³ Importa-nos sinalizar que a caracterização desse gênero e a análise das particularidades que o ambiente digital lhe atribui não estão entre os objetivos deste trabalho. A breve explicação que trouxemos a respeito do gênero tem apenas a finalidade de situar o leitor em relação ao nosso *corpus*.

eleitorais digitais mantêm diversas semelhanças com suas versões analógicas, pois, assim como elas, têm como finalidade convencer o eleitorado a votar em determinado candidato.

Para a análise dessas propagandas, adotamos uma abordagem textual-discursiva do PDV, baseada na teoria pragma-enunciativa de Rabatel e em conformidade com o que propõe Cortez (2003; 2011), autora que inaugura a relação interdisciplinar entre a LT brasileira e a concepção rabateliana de PDV. Nessa perspectiva, o PDV é considerado para muito além da focalização narrativa, pois abrange como os enunciadores atuantes em cada texto constroem ou representam os objetos de discurso e, assim, atuam para tecer a orientação argumentativa dos textos.

Em relação à intertextualidade, a tomamos como categoria analítica do texto que diz respeito aos diálogos textuais observáveis, em maior ou menor grau de explicitude, na materialidade textual. Consideramos, ainda, que os processos intertextuais desempenham papel relevante para a argumentatividade, uma vez que não são mobilizados por acaso, mas sempre a favor da orientação argumentativa assumida no texto (Carvalho, 2018; Macedo, 2018; Cavalcante *et al.*, 2022). Esse posicionamento é consequente da noção ampliada de texto que assumimos junto a trabalhos em LT como os de Cavalcante *et al.*, (2019) e Cavalcante *et al.* (2022), que dão seguimento às trilhas abertas por Marcuschi (2008; 2012), Koch (2002; 2004), Dionisio (2011; 2014), entre outros.

Em consonância aos mencionados autores, consideramos a argumentatividade e a multissemiose como traços constitutivos do texto. Sendo o texto sempre multissemiótico (materialmente composto pela imbricação de semioses distintas – como a verbal e a imagética, por exemplo), tem-se que a expressão de PDVs por meio da intertextualidade não é necessariamente nem exclusivamente verbal. Tal discernimento faz-se essencial sobretudo para a análise de textos eminentemente multissemióticos, como as propagandas eleitorais digitais. A construção multissemiótica dos PDVs é ainda pouco explorada, mas já admitida pelo próprio Rabatel (2021b; 2024) e, em nossa perspectiva, consiste em um tema promissor para os desdobramentos da aliança entre a teoria rabateliana e a LT brasileira.

Assim, ao abordar a construção multissemiótica do PDV por meio da intertextualidade, esta tese busca promover uma articulação de conceitos que amplia as discussões já iniciadas e abrir caminhos para novas perspectivas analíticas. Buscamos, portanto, cumprir os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar, através da categoria textual da intertextualidade, como os PDVs são representados e construídos multissemioticamente em propagandas eleitorais digitais publicadas no *YouTube* durante a campanha presidencial de 2022.

Objetivos específicos:

- Descrever o PDV como categoria textual produtiva para o estudo da argumentação em textos articulando-o a outra categoria textual: a intertextualidade ;
- Analisar como as relações intertextuais colaboram para a construção do PDV principal e representação de outros PDVs nas propagandas eleitorais digitais;
- Investigar como semioses distintas são orquestradas em processos intertextuais reveladores de PDVs.

Para cumprir tais objetivos, organizamos o trabalho em cinco capítulos, dos quais os três primeiros correspondem à discussão teórica, o quarto aos aspectos metodológicos e o quinto às análises. No capítulo 1, dedicamo-nos a introduzir a teoria pragma-enunciativa do PDV, tal como proposta por Rabatel (2016; 2021a). A teoria rabateliana nos possibilita abordar o PDV em um enfoque textual-discursivo (Cortez, 2011), a partir do qual é possível analisar como as percepções, as falas, as ações e/ou os pensamentos dos enunciadores são representados textualmente através das estratégias textuais, como a intertextualidade. Nas quatro seções que compõem o primeiro capítulo, tratamos de aspectos fundamentais para a teoria do PDV, sobretudo daqueles mais relevantes para a interseção teórica com a LT — como a disjunção entre as instâncias enunciativas (do locutor e do enunciador) e os dispositivos enunciativos de *prise en charge* (assunção) e imputação de PDVs.

Iniciamos o capítulo 1 com a apresentação das origens da teoria rabateliana, discutindo como ela se relaciona aos estudos literários da focalização narrativa e ressaltando seus pontos de distinção quanto a esses estudos. Já na seção 1.1, delineamos a contribuição da perspectiva de Ducrot ([1984] 1987) para a teoria do PDV, salientando as distinções entre os enfoques analíticos desse autor e aqueles adotados por Rabatel. Nessa seção, abordamos a disjunção entre as instâncias enunciativas de locutor e enunciador, legado ducrotiano fundamental para o estudo textual-discursivo do PDV. Em seguida, na seção 1.2, tratamos dos dispositivos enunciativos da *prise en charge* e da imputação, além de discutirmos o conceito de responsabilidade enunciativa, diferenciando-o da *prise en charge*.

Concluída a apresentação dos princípios basilares da dinâmica de construção e representação de PDVs, passamos a discutir, nas duas seções seguintes, questões complementares (e um pouco mais complexas) da teoria. A seção 1.3 é voltada à explicação

do que são e como operam as posturas enunciativas, que dizem respeito à hierarquização de enunciadores no texto. Assim, conceituamos e diferenciamos as posturas de *coenunciação*, *sobrenunciação* e *subenunciação*. Por fim, na seção 1.4, dedicamo-nos à questão do sujeito na teoria rabateliana, caracterizando o PDV como um fenômeno de heterogeneidade enunciativa. Além disso, nessa seção exploramos a relação entre os pressupostos de Rabatel e os de Authier-Revuz (1998; 2004), autora que aborda profundamente a questão das heterogeneidades na enunciação.

No capítulo 2, nosso enfoque recai sobre a concepção de texto no âmbito da LT brasileira. O início do capítulo traz, de forma resumida, um percurso histórico do desenvolvimento da LT, com enfoque nos desdobramentos de maior destaque para a LT brasileira. Em seguida, as seções 2.1 e 2.2 tratam, respectivamente, da multissemiótica e da argumentação como fatores constitutivos do texto. Para tratar da multissemiótica baseamo-nos em trabalhos como os de Dionísio (2005; 2014), Kress (2003), Kress e van-Leeuwen (1996), entre outros. Já a seção dedicada à argumentação está dividida em três subseções.

Na primeira, recorremos a autores como Perelman e Tyteca ([1958] 2014) e Reboul (2004) para realizar um breve apanhado histórico dos estudos ocidentais sobre a argumentação. Em seguida, apoiamo-nos em Amossy (2018; 2020) para tratar da teoria da argumentação no discurso e voltamos a Rabatel (2016) para explorar as interfaces entre as abordagens desses autores. Na última subseção do capítulo, abordamos os estudos da argumentação por semióticas diversas, com base em autores como Blair (2004) e Hill (2004). Nesta seção também retomamos os estudos de Rabatel (2016; 2021b) e os aliamos às reflexões promovidas pelos autores anteriormente mencionados para tratarmos da construção multissemiótica do PDV.

O terceiro capítulo dedicado à fundamentação teórica trata especificamente da intertextualidade. Apresentamos no início do capítulo como as principais discussões a respeito dessa categoria textual desenvolveram-se no Brasil sob a influência de autores como Koch (2002; 2004), Koch e Bentes (2007), entre outros. Nas seções seguintes, exploramos as categorizações propostas por Mozdzenski (2012) e Carvalho (2018). Ao tratarmos da proposta de Mozdzenski, concentramo-nos principalmente nas reflexões desse autor acerca da importância de considerarmos os tipos de intertextualidade em um contínuo — isto é, não como categorias estanques, mas como expressões do processo de diálogo entre textos que constantemente se cruzam.

A proposta de Carvalho, por sua vez, é explorada mais minuciosamente, uma vez que optamos por analisar as intertextualidades a partir das categorias criadas por ela. Assim, na

seção 3.2 apresentamos as bases teóricas utilizadas pela autora – que parte da categorização de Genette (2010) e recorre também a Faria (2014) e a Nobre (2014) –, bem como elucidamos a distinção entre intertextualidades estritas e amplas. As categorias desses dois grandes conjuntos de intertextualidades, em conformidade à abordagem de Carvalho (2018), são caracterizadas e exemplificadas nas subseções 3.2.1 e 3.2.2.

Na última seção do capítulo 3, tratamos da relação entre os processos intertextuais e a construção de PDVs. Para isso, voltamos a algumas reflexões empreendidas nos capítulos 1 e 2 acerca do PDV como fenômeno textual-discursivo que pode ser flagrado na materialidade textual multissemiologicamente e também acerca da argumentação como característica inerente às categorias da textualidade. Para conferir maior clareza às discussões teóricas que desenvolvemos, recorreremos à análise de alguns exemplos (tanto de propagandas eleitorais quanto de textos de outros gêneros) ao longo dos três capítulos que compõem a fundamentação teórica desta tese.

Passamos, então, ao capítulo 4, no qual os aspectos metodológicos de nossa pesquisa são detalhados. Além do percurso metodológico que trilhamos, desde a coleta do *corpus* até a elaboração das categorias, nesse capítulo também apresentamos algumas considerações sobre o contexto digital em que as propagandas eleitorais que analisamos estão inseridas, apoiando-nos nos estudos de Paveau (2020a; 2020b). Ainda que essas reflexões não estejam no centro de nossa pesquisa, as consideramos importantes para a discussão de nossos procedimentos metodológicos, uma vez que o processo de geração do *corpus* ocorreu inteiramente em ambiente digital.

Durante esse processo de geração do *corpus*, identificamos temas recorrentes nas duas campanhas políticas das quais as propagandas eleitorais digitais em vídeo (PED) selecionadas são provenientes, a saber: Nordeste e público nordestino; o voto no candidato como escolha do lado certo ou “do bem”; desqualificação do candidato oponente; a economia brasileira; e aliança entre Lula e seu vice, Alckmin. A identificação desses temas nos auxiliou a selecionar 10 exemplares, dois de cada tema, sendo um de cada candidato, para a composição de nossa amostra. Com essa amostra definida, partimos para a elaboração de nossas categorias de análise. As PED que selecionamos foram agrupadas em três categorias em função de um traço distintivo que observamos em nosso *corpus*: o grau de imputação de PDVs ao oponente. Dessa maneira, as distribuímos em um contínuo de três categorias: 1. PED com alto grau de imputação; 2. PED com grau intermediário de imputação e 3. PED com grau baixo de imputação.

Assim, no capítulo 5, que finaliza nossa tese, as seções analíticas foram organizadas com base nessas categorias. Nesse capítulo dedicado às análises, ao nos debruçarmos sobre as PED das três categorias, observamos que imagem, som e palavra atuam de forma conjunta e indissociável nos processos intertextuais através dos quais são representados os PDVs dos enunciadores mobilizados em cada texto. Dessa maneira, nossas análises confirmam o entendimento que construímos a partir do diálogo interdisciplinar entre as teorias do PDV e da LT: o PDV é uma categoria enunciativo-textual transversal, que se materializa em textos a partir de outras categorias textuais e, portanto, é construída multissemioticamente.

1. A CONSTRUÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA DO PONTO DE VISTA (PDV)⁴: APRESENTANDO E DISCUTINDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA RABATELIANA

Como ponto de partida para as discussões deste capítulo, apresentaremos concisamente as origens da teoria do *Ponto de Vista (PDV)* elaborada por Alain Rabatel. Embora a noção rabateliana de PDV em muito se diferencie das perspectivas anteriores (provenientes de investigações no âmbito da literatura) esse olhar para a procedência teórica traz-nos amparo para uma melhor compreensão do que é o PDV, bem como do quadro teórico mais amplo em que ele se encontra e de seus desdobramentos para os estudos linguísticos de cunho textual-discursivo⁵.

Como indica Rabatel (1998), sua concepção enunciativo-interacional (ou pragma-enunciativa, como denomina o autor em publicações posteriores) de PDV advém dos estudos literários sobre focalização narrativa empreendidos por autores como G. Genette, Todorov e Pouillon. Tais estudos se popularizaram sobretudo a partir da obra de Genette que, visando distinguir as instâncias de quem “vê” e de quem “sabe”, para assim explicar como a figura do narrador pode organizar as narrativas, indica a existência de três modos de focalização: a *focalização interna*, que corresponderia a uma perspectivação “interior” à narrativa, mais subjetiva, a partir do olhar de narradores que são personagens; a *focalização externa*, que diria respeito a um olhar mais objetivo, “de fora para dentro” da narrativa, em que pensamentos e emoções de personagens não seriam acessados pelo narrador; e, por fim, a *focalização zero*, que estaria vinculada aos narradores oniscientes, visto que seria a junção de todas as focalizações (representação tanto do olhar “de fora para dentro” quanto do olhar “de dentro para fora”) ou mesmo a ausência de uma focalização determinada (Genette, 1983 *apud* Rabatel, 1998).

A tripartição proposta por Genette é reveladora de algumas características dos estudos narratológicos sobre a focalização, como o interesse em distinguir objetividade e subjetividade nas narrativas com base no tipo de foco narrativo adotado, e a centralidade exclusiva da figura do narrador, em detrimento dos demais centros de perspectiva existentes.

⁴ Este título dialoga com a tese de Cortez (2011), “A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referência e formas nominais”, publicação fundamental para a difusão dos estudos do PDV no Brasil e basilar para o desenvolvimento da presente tese.

⁵ Para aprofundamento a respeito do panorama teórico a partir do qual se desenvolveu a teoria de Rabatel, indicamos a leitura do capítulo 1 da tese de Cortez (2011). O capítulo traz um denso compilado sobre as origens da teoria, bem como sobre as diferenças existentes entre a concepção rabateliana de PDV e as abordagens narratológicas da focalização.

Por situar-se no panorama estruturalista, essa concepção não leva em consideração as interações possíveis entre os centros de perspectiva que tecem as narrativas. Tais interações por vezes resultam em focalizações “compartilhadas”, “sobrepostas” ou “autorreferentes”, que são expressas em diferentes níveis de subjetividade, o que independe de estarem vinculadas a um narrador situado “internamente” à narrativa (Rabatel, 1998; 2016a; Cortez, 2011).

Compreende-se, então, que a distinção entre focalização interna e externa não é adequada para uma abordagem que leve em conta a interação, como a de Rabatel. Diferentemente do que propunha Genette, Rabatel (1998; 2016a) considera que não existe neutralidade nas focalizações, uma vez que elas estão sempre ligadas a um sujeito enunciador – ainda que esse não esteja em evidência – e, assim, sempre representam uma perspectiva. Dessa forma, o conceito de “focalização zero” perde seu sentido. Essas limitações, provenientes de uma abordagem simplista de fenômenos que na realidade são complexos, consistem no centro das críticas de Rabatel (1997; 1998) à teoria das focalizações narrativas e o motivaram a marcar seu distanciamento abandonando o termo “focalização” e assumindo a nomenclatura “ponto de vista”(PDV).

De cunho pragma-enunciativo e interacional, a abordagem rabateliana do PDV expande a análise da focalização única e estanque atribuída ao narrador para PDVs que podem ser múltiplos, representados pelo sujeito que gerencia o evento enunciativo, mas não necessariamente “pertencentes” a ele. Ou seja, o narrador (ou locutor, na nomenclatura adotada por Rabatel), através do fenômeno da empatia, pode colocar-se no lugar do outro e representar seu PDV, de maneira a valorizá-lo (quando se trata de PDV condizente com o do locutor principal, a fim de contribuir, em algum nível, para a orientação argumentativa assumida por ele) ou desvalorizá-lo (quando o PDV do outro se opõe ao do locutor principal). Como veremos adiante, as valorizações ou desvalorizações de PDVs alheios nem sempre são óbvias, pois podem ser “camufladas” de diversas maneiras.

Assim, como defende Rabatel (2016a, p.45), “multiplicar os centros de perspectiva, mostrar seu papel na construção dos percursos narrativos, é multiplicar, enriquecer, complexificar as vias de acesso aos textos”. Tal complexificação é viabilizada por essa abordagem do PDV porque o foco das análises passa a ser a relação entre sujeito enunciador e objeto de conhecimento. Ou seja, interessa às análises dessa abordagem como um sujeito enunciador — que pode ser o narrador (locutor principal) ou outro sujeito, não-responsável pelo gerenciamento enunciativo — constrói discursivamente um objeto de conhecimento, de forma a representar seu PDV sobre ele.

Dessa maneira, a referenciação, entendida como o processo dinâmico de construção discursiva dos objetos de conhecimento, tal como propõem Mondada e Dubois ([1995] 2003)⁶, exerce um importante papel na expressão de PDVs. A construção dos PDVs ocorre não apenas no âmbito do *modus*, ou seja, na expressão da subjetividade do enunciador propriamente dita, mas também no *dictum* – na estruturação linguística dos conteúdos proposicionais –, através das escolhas da referenciação:

A referenciação diz respeito à seleção das expressões referenciais, ou mais amplamente, à construção de universos do discurso, independentemente das relações entre esses universos e a realidade extralinguística. Essa operação corresponde, de uma ponta à outra, às escolhas enunciativas, portanto aos pontos de vista dos enunciadores sobre os objetos. (Rabatel, 2016b, p.136, tradução nossa)⁷

A compreensão de que as relações entre as instâncias enunciativas são parte importante do processo de (re)construção de objetos de discurso, que culmina na expressão de PDVs, evidencia a natureza essencialmente dialógica da teoria rabateliana. Tal perspectiva está inserida no quadro do dialogismo, pois, no lastro das discussões de Bakhtin/Volochinov ([1929] 2002), considera a própria linguagem como fenômeno dialógico: todo enunciado evoca um enunciado anterior e pode se relacionar a um enunciado posterior.

Nesse sentido, Rabatel (2016a) caracteriza os PDVs, que emergem das relações sujeito-objeto-sujeito, porque há sempre outro enunciador além do locutor principal, como “pistas” para a interpretação, constituindo um “mapa” para a coconstrução das significações a partir das escolhas de empatização do locutor. Apoiando-se nos postulados sobre argumentação de autores como Amossy (2006 *apud* Rabatel 2016a) e Grize (2002 *apud* Rabatel, 2016a), o autor elucida que, ao orientar as interpretações, o PDV se configura como um mecanismo textual-discursivo de *argumentação indireta*. Essa forma de argumentação, que não recorre à formulação de uma tese ou à lógica da argumentação formal, “sugere” mais do que “impõe”, de maneira a direcionar o leitor a chegar “sozinho” às conclusões pretendidas pelo locutor. Tal característica fortalece a argumentação indireta, tornando-a por vezes mais eficaz do que as formas diretas de argumentar.

⁶A compreensão de Rabatel sobre a referenciação é distinta, mas não oposta à que se adota na LT brasileira, cujas bases também estão em Mondada e Dubois ([1995] 2003). Corroboramos com Cândido da Silva (2021), que, ao comparar essas perspectivas, conclui que elas podem ser relacionadas, uma vez que se afastam do modelo vericondicional da referência e reconhecem a importância da construção dos objetos de discurso pelos enunciadores para a tessitura da orientação argumentativa de um texto — ainda que não partilhem exatamente dos mesmos objetivos teóricos.

⁷ No original: “La référénciation concerne le choix des expressions référentielles, ou, plus largement, la construction des univers du discours, indépendamment de la question des rapports entre ces univers et la réalité extralinguistique. Cette opération relève de part en part de choix énonciatifs, donc des points de vue que les énonciateurs ont sur les objets”.

Como mecanismo textual-discursivo atuante na tessitura das orientações argumentativas, o PDV “faz tudo para escapar aos questionamentos” (Rabatel, 2016a, p.165). No que se denomina “efeito-PDV”, o destinatário é convidado a considerar a forma pela qual o objeto do discurso lhe é apresentado como correspondente à realidade. Assim, os PDVs “mascaram” os efeitos argumentativos que provocam, uma vez que tais efeitos somente são ativados pela interpretação. Essa espécie de disfarce é construída pelos PDVs de maneiras distintas⁸, a depender do gênero textual, de quem é o público alvo e das pretensões do locutor, que podem ser expressas: conferindo objetividade a percepções pessoais, por meio de “frases sem fala”⁹; mascarando como objetivamente descritivas narrações de ordem subjetiva; ou, ainda, apresentando julgamentos pessoais como se fossem embasados “objetivamente/cientificamente” (Rabatel, 2015; 2016a).

Pelas características que descrevemos até aqui, tem-se que, diversamente do PDV abordado como focalização narrativa, o estudo do PDV favorece análises que não se restringem às produções literárias ou mesmo às narrativas de forma geral. Faz-se pertinente, portanto, o que defende Rabatel (2015) ao indicar o PDV como uma problemática transversal, que se faz relevante em textos de qualquer gênero e

permite dar conta da complexidade da nossa relação não só com os outros, mas também da alteridade em nós, na e pela linguagem, e em razão da lógica da empatia que nos leva a nos colocarmos [...] no lugar dos outros ou a mudar de perspectiva para encarar tal objeto ou tal situação (Rabatel, 2015, p.157).

Para a compreensão de como esse movimento de “colocar-se no lugar do outro” ou de “dar voz ao outro” é construído textualmente e colabora para a tessitura da orientação argumentativa do texto, um aspecto da teoria de Rabatel é fundamental: a disjunção entre locutor e enunciador, que remonta à proposta de Ducrot ([1984] 1987).

⁸ As formas de expressão dos PDVs foram categorizadas por Rabatel (1997; 1998; 2016a) em *PDV representado*, *PDV narrado* e *PDV assertado*. Essas categorias (ou modalidades) formam um *continuum* que vai das formas de expressão menos embreadas, isto é, atualizadas deiticamente (pelo “eu/aqui/agora”), às menos embreadas. A caracterização desses tipos de PDV teve grande relevância para a teoria rabateliiana, inclusive contribuindo para a expansão das análises ao explicitar que o PDV não se expressa apenas pelas percepções, mas também pelas falas, ações, pensamentos e sentimentos. Neste trabalho, optamos por não nos deter a essas categorias, visto que compreendemos o PDV sob o viés interdisciplinar da Linguística Textual (LT), considerando-o como fenômeno amplo, complexo e multifacetado, cuja divisão em categorias não seria produtora para a análise que pretendemos. O próprio Rabatel, em diferentes publicações, opta por adotar ou não a distinção entre as modalidades de PDV, o que evidencia que essa escolha varia conforme o objetivo da análise.

⁹ Expressão de Anne Banfield incorporada por Rabatel para designar enunciados em que são expressas percepções, ações ou pensamentos atribuídos a um enunciador sem que ele mesmo “fale”.

1.1 Locutores e enunciadore: as instâncias de enunciação na teoria do PDV

Ao assumir a disjunção entre locutor e enunciador para o estudo do PDV, Rabatel (1997; 1998; 2016a) baseia-se nas teorizações de Ducrot ([1984] 1987), que distingue essas instâncias de modo a considerar o locutor como aquele que produz materialmente o enunciado, seja esse assumido por ele mesmo ou atribuído a outrem; e o enunciador como fonte dos atos de enunciação e, conseqüentemente, dos PDVs. Com essa disjunção, Ducrot se afasta do que postula Benveniste (1970 *apud* Rabatel, 2016) em seu aparelho formal da enunciação, que vincula de maneira restritiva o ato enunciativo e a referenciação dos objetos de discurso ao *ego, hic et nunc* (eu, aqui e agora), isto é, à atualização dêitica.

No entanto, Ducrot privilegia a análise de enunciados curtos, articulada em torno de questões lógico-argumentativas, por isso se satisfaz com uma definição limitada de enunciador, que se confunde com a de PDV (Cf. Rabatel, 2013a). Dessa maneira, a análise ducrotiana não contempla as relações entre as fontes enunciativas dos PDVs. Diferentemente de Ducrot, Rabatel (2013a; 2016a) considera essas relações como um ponto indispensável, inclusive propondo que, nas análises, os PDVs sejam agrupados de acordo com sua fonte enunciativa.

Portanto, a parcela da proposta de Ducrot assumida por Rabatel consiste principalmente em desvincular teoricamente o locutor (centro da *atualização dêitica*) do enunciador (centro da *atualização modal*), o que significa compreender que a presença de marcas dêiticas não é necessária para que o sujeito imprima subjetividade aos enunciados e, assim, expresse PDVs. Desse modo, a opção por um texto desembreado (em que as atualizações dêiticas aparecem pouco ou sequer aparecem) não torna esse texto “objetivo”, pois a subjetividade sempre está lá, ainda que o locutor assuma um tom “objetivante”. O tom “objetivante” ou “subjetivante” que um texto imprime, assim como seu nível de embreagem/debreagem¹⁰, são aspectos definidos pelas escolhas do locutor, balizadas pelas particularidades do gênero e do contexto (Rabatel, 2013a; 2016).

Ao considerar-se o locutor como centro da atualização dêitica e o enunciador como centro da atualização modal, compreende-se que a atualização dêitica não é imprescindível para a expressão de PDVs. Isso implica no reconhecimento de que os PDVs podem ser assumidos não só diretamente por locutores, que proferem os enunciados, mas também

¹⁰ Em linhas gerais, quanto mais marcas de pessoa, espaço e tempo (“eu, aqui, agora” ou “ele, lá, então”), mais embreado/debreado será o texto. Essa noção provém do diálogo entre linguística e semiótica, tal como discute Fiorin (2022).

indiretamente por enunciadores, “centros de perspectiva modal” (Cf. Rabatel, 2016a) aos quais nem sempre se confere uma voz. Como aponta Rabatel (2016a, p.82), todo locutor é um enunciador, mas nem todo enunciador é um locutor. Em outras palavras, essas instâncias estão em sincretismo quando o PDV é expresso e diretamente assumido por um locutor/enunciador (L/E ou l/e), mas não há sincretismo nos casos em que o PDV é atribuído a um enunciador que não tem voz própria (e).

O gerenciamento dos PDVs no texto cabe ao locutor/enunciador primeiro (L1/E1, denotado em letras maiúsculas), também chamado de principal. L1/E1 é quem “dá voz” aos demais enunciadores (e2, e3, e4... denotados em letras minúsculas) e representa seus PDVs de maneira a lhes conferir determinado nível de credibilidade, de acordo com o que for necessário para fortalecer o seu próprio PDV — que corresponde ao PDV do texto. Além do principal, os textos podem apresentar outros locutores/enunciadores (l2/e2, l3/e3, l4/e4... denotados em letras minúsculas), que “falam por si mesmos”, mas não gerem outros PDVs além dos próprios e, portanto, não são responsáveis pela construção da orientação argumentativa do texto.

Em uma notícia, por exemplo, o jornalista que assina corresponde a L1/E1, já os sujeitos que têm uma fala citada diretamente (especialistas no assunto tratado, testemunhas ou participantes de uma situação noticiada, etc.) correspondem a locutores/enunciadores segundos (l2/e2, l3/e3, l4/e4...) cuja fala é citada de forma direta. Outros enunciadores (e5, e6, e7...) podem aparecer na mesma notícia, tendo seus PDVs atribuídos e gerenciados por L1/E1, que os organiza de forma a beneficiar a orientação argumentativa pretendida. Essa dinâmica ocorre também nos demais gêneros, dentro dos limites que se impõem pelas características de cada um, sendo L1/E1 sempre a instância responsável pelo PDV do texto (correspondente à orientação argumentativa em textos monogeridos, quer dizer, em textos em que apenas uma instância o produz) e pela gestão dos demais PDVs que possam existir¹¹.

Em relação à dinâmica estabelecida entre L1/E1 e os enunciadores segundos, sejam eles locutores ou não, Rabatel (2013a) realiza algumas observações importantes sobre a *saturação semântica* e o *apagamento enunciativo* — em outras palavras, sobre a possibilidade de a presença de um enunciador em dado texto ser “marcada” em diferentes graus, bem como dissimulada ou ocultada. Segundo o autor, ainda que todo PDV esteja necessariamente ligado a uma fonte enunciativa (ou seja, a um enunciador que corresponde a um sujeito, a um grupo

¹¹Rabatel (2013a, p.45) explica que o locutor/enunciador primeiro é linguisticamente e pragmaticamente superior aos locutores/enunciadores segundos, pois “a dêixis é calculada em relação a L1, implicando as transformações adequadas no discurso citado de l2”, além de que “[...] L1 atualiza os PDV de l2 em função de seus próprios interesses de locutor primário”.

de sujeitos, a uma instituição ou até mesmo à *doxa*¹²), tais fontes nem sempre aparecem em destaque no texto, uma vez que podem receber níveis distintos de saturação semântica, a depender dos propósitos de L1/E1.

Tal fato é demonstrado pela análise de Rabatel (2013a) a uma reportagem publicada em novembro de 2002 na versão impressa do jornal francês *Le Monde*. Intitulada “O que é ser de direita hoje? Oito personalidades do governo revelam suas respostas”, a reportagem é composta por falas de oito representantes do campo político da direita francesa. Afora o título, as legendas de imagens e o próprio recorte e seleção das falas que compõem o texto, não há outros indícios de interferência direta do jornalista, que nesse caso é L1/E1. Dessa maneira, os locutores/enunciadores segundos recebem maior destaque, o que dá ao leitor a impressão de que eles têm total autonomia sobre a representação de seus PDVs. Em relação a L1/E1, dá-se justamente o contrário: a voz do jornalista é quase que totalmente oculta, o que caracteriza um apagamento enunciativo.

Uma vez que a figura de um locutor/enunciador principal, que expressa o PDV do texto (isto é, sua orientação argumentativa) e gerencia os demais PDVs, está sempre presente, tem-se que o apagamento enunciativo consiste em um simulacro, assim como a autonomia completa dos locutores/enunciadores segundos. No caso da reportagem analisada, “o locutor primeiro se esconde atrás da função de relator e os segundos vêem suas falas serem relatadas fielmente, mas em uma encenação que lhes dá uma significação nova [...] desvelando o que os locutores lutam para... esconder” (Rabatel, 2013a, p.46).

Assim, o apagamento enunciativo de L1/E1 por vezes é utilizado como uma maneira de mascarar e, ao mesmo tempo, fortalecer o PDV principal. A partir do apagamento enunciativo, a encenação de imparcialidade de L1/E1 ganha verossimilhança, como se o locutor principal não expressasse PDV. Daí advém o fortalecimento desse PDV “escondido”, pois, conforme Rabatel (2006; 2010), o que é apresentado como “natural” ou “autoevidente” tende a não ser questionado. Tal processo de apagamento pode ser orquestrado por L1/E1 tanto para si mesmo como para outros enunciadores para os quais a naturalização do PDV seja desejável, causando um “duplo efeito de evidência e verdade compartilhadas” que compõe as

¹²O conceito de *doxa* remonta aos estudos aristotélicos da retórica e permanece relevante para as reflexões contemporâneas sobre discurso e enunciação. Como descreve Plantin (2002, p. 176, grifos do autor, tradução nossa.), *doxa* é “uma palavra grega que significa opinião, reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A *doxa* corresponde ao **sentido comum**, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes cuja verdade é incerta, tomadas, frequentemente, na sua formulação linguística corrente”. No original: “un mot emprunté au grec et désignant l’opinion, la réputation, ce que l’on dit des choses et des gens. La *doxa* correspond au sens commun, c’est-à-dire à un ensemble de représentations socialement prédominantes dont la vérité est incertaine, prises le plus souvent dans leur formulation linguistique courante”.

bases da “[...] trama sólida por meio da qual a circulação ideológica dos discursos conformativos é transportada” (Rabatel, 2010, p.147, tradução nossa¹³).

No exemplo a seguir, pode-se observar uma forma de apagamento enunciativo de L1/E1 semelhante a que ocorre na reportagem do *Le Monde* analisada por Rabatel (2013a), que mencionamos anteriormente:

Exemplo 01 - Trecho da propaganda eleitoral “Transposição do Rio São Francisco.
Quem fez ?”

1. 

“Se Lula não tivesse iniciado, não existia transposição não.”
2. 

“A gente ainda tava esperando.”
3. 

“Graças a Lula nós temos água”.
4. 

“A iniciativa de acreditar que era possível.”
5. 

“Nós hoje temos água.”
6. 

Nós tem o privilégio de dizer assim:

¹³ No original: “[...] la trame solide par où passe la navette de la circulation idéologique des discours conformes”.



7. essa água aqui é nossa”.



8. “Quantos governos não passaram lá



9. dizendo que iam fazer e não fizeram nada?”



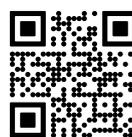
“Todo mundo aqui na região sabe



11. que essa obra é do Lula” .



12. “Aqui não teve uma pá de terra do Bolsonaro”.



Fonte: <https://youtu.be/2XEhM3K5TMc>

Acesso em: 25 out. 2023.

A propaganda eleitoral cujos trechos foram apresentados acima foi publicada no *YouTube* pelo canal oficial do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual é filiado Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil que, em 2022, era candidato. O texto é composto por depoimentos de eleitores nordestinos a respeito da transposição do Rio São Francisco, obra iniciada no primeiro mandato de Lula como presidente do Brasil cuja conclusão parcial ocorreu durante o governo do ex-presidente Bolsonaro.

Nessa propaganda, a posição de L1/E1 é ocupada pelo PT, já que o partido é responsável por sua elaboração e publicação. A informação de que o PT (L1/E1) gerencia os PDVs representados na propaganda pode ser resgatada no cotexto a partir alguns indícios, como a própria publicação da propaganda no canal oficial do partido. No entanto, L1/E1 não recebe destaque na propaganda, tendo seu PDV construído a partir das falas dos locutores/enunciadores seus, sobre os quais recaem os “holofotes”. A “voz” de L1/E1 aparece explicitamente apenas no título do texto, “Transposição do Rio São Francisco. Quem fez?”, e nos trechos escritos dos quadros 4 e 5. Nessas três ocorrências, o PDV de L1/E1 permanece “mascarado” pela pretensa objetividade da pergunta do título e dos dados dos trechos escritos. O PDV do texto, que é o de L1/E1, revela-se na seleção e organização dos PDVs assumidos pelos demais locutores/enunciadores.

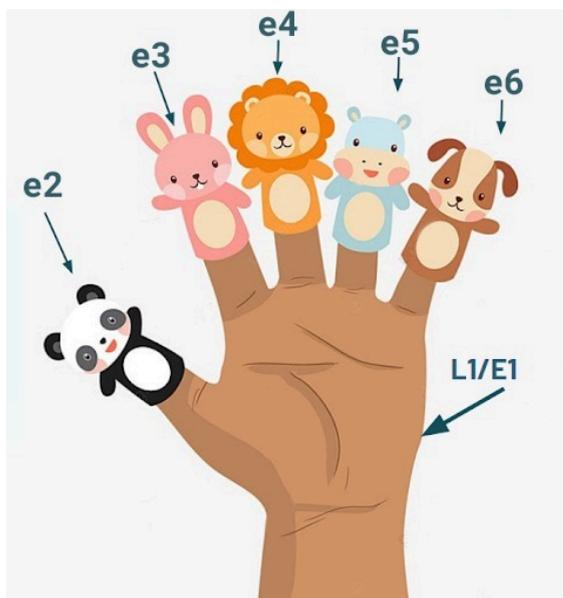
Assim, ocorre na propaganda certo nível de apagamento enunciativo que proporciona a impressão de um “distanciamento objetivo” de L1/E1 em relação às informações apresentadas: não é o PT quem está dizendo que Lula fez a transposição do rio São Francisco, são os próprios moradores das regiões beneficiadas que dizem. Observamos, então, um exemplo do que aponta Rabatel (2010, p.151, tradução nossa¹⁴) quando diz que “[...] sempre se pode falar escondendo-se atrás da palavra dos outros”.

Como vimos até aqui, a instância do locutor/enunciador primeiro, L1/E1, desempenha o importante papel de gerenciar, assumir e atribuir PDVs. Nos textos monogeridos, essa instância é única e ocupada somente por um sujeito, L1/E1. Já nos textos poligeridos, como um debate ou uma conversa informal (presencial ou em ambiente digital), por exemplo, a condução da produção de sentidos é partilhada entre dois ou mais locutores/enunciadores — o que poderia ser representado por Lx/Ex em maiúscula, por exemplo: La/Ea, Lb/Eb, sem numeração porque os locutores estariam em simetria; ou pelo recurso numérico L1/E1, L2/E2 etc., caso exista algum tipo de assimetria entre eles (Rabatel, 2013a; 2016). Conseqüentemente, considera-se que podem co-existir, nesses casos, mais de um PDV principal ou que esse principal pode se desfazer pela dissolução da hierarquia entre os locutores/enunciadores.

Nas figuras 01 e 02, abaixo, apresentamos esquemas que representam metaforicamente o funcionamento das relações entre as instâncias enunciativas em textos monogeridos (figura 01) e poligeridos (figura 02).

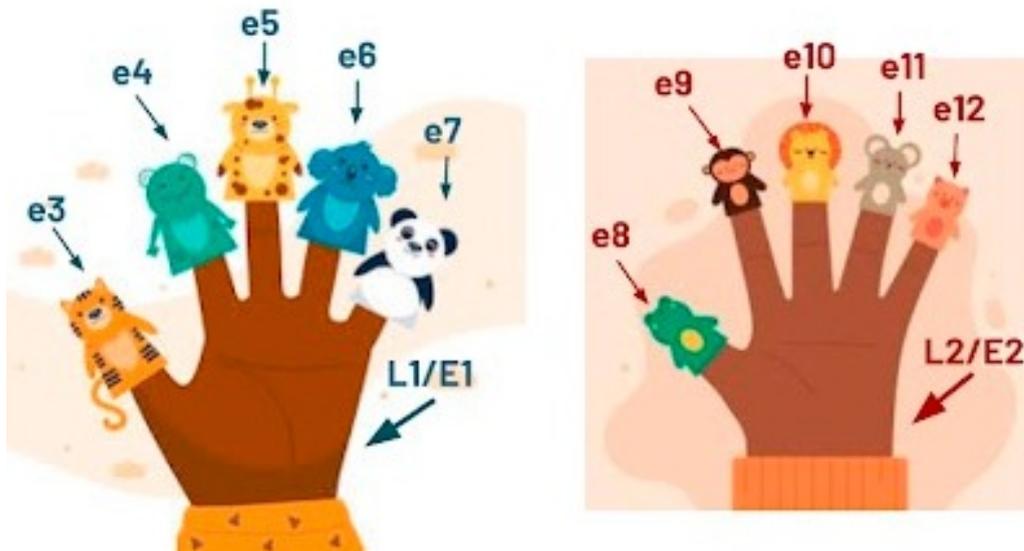
¹⁴ No original: “[...] on peut toujours parler en se retranchant derrière la parole des autres”.

Figura 01 - Esquema metafórico dos dedoches (textos monogeridos)



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 02 - Esquema metafórico dos dedoches (textos poligeridos)



Fonte: elaborado pela autora.

Por meio da metáfora dos dedoches, os esquemas acima ilustram simplificadamente¹⁵ como o locutor/enunciador primeiro — ou os locutores/enunciadores primários, em textos poligeridos — assume o papel de representar e, conseqüentemente, gerenciar os PDVs de

¹⁵ Importa-nos frisar a finalidade didática e sintetizante dos esquemas que elaboramos nas figuras 1 e 2 para afastar a possibilidade de interpretação do locutor/enunciador principal como completamente autônomo e “todo poderoso”. L1/E1 é, sim, a instância de gerenciamento – por isso o representamos como a “mão” que dá vida aos dedoches –, mas, como veremos adiante, a própria concepção de sujeito adotada por Rabatel distingue esse gerenciamento de uma autonomia irrestrita.

enunciadores segundos. Na figura 1, os dedos representam personagens diferentes, com características próprias que os distinguem e particularizam, mas que são “controlados” pela mesma mão. Assim como os dedoches da figura, os enunciadores segundos não possuem total autonomia e controle sobre seus PDVs, visto que esses são gerenciados pelo locutor/enunciador principal, na figura 1 representado pela mão. O mesmo ocorre na figura 2, que se refere a textos poligeridos, com a diferença de que existem dois locutores/enunciadores primeiros, daí a denominação L1/E1 e L2/E2, que possuem autonomia entre si e representam PDVs de enunciadores distintos.

Pudemos observar até então que esse jogo de assunção e atribuição de pontos de vista tem grande relevância para a teoria enunciativo-interacional do PDV. No tópico a seguir, aprofundaremos essa questão ao tratarmos dos dispositivos enunciativos da *prise en charge* e da imputação, bem como da noção de responsabilidade enunciativa.

1.2 *Prise en charge*, imputação e responsabilidade enunciativa: como e por quem são assumidos os PDVs

Na proposta rabateliana, os dispositivos enunciativos da *prise en charge* (PEC) e da imputação dão conta das operações de assunção e atribuição de pontos de vista operadas por L1/E1, das quais também fazem parte os enunciadores segundos. A PEC diz respeito à “apropriação pelo dizer”, ou seja, corresponde à assunção total do PDV, por isso ocorre apenas com os locutores/enunciadores (Rabatel, 2016; Rabatel & Chauvin-Vileno, 2006). Quando um locutor/enunciador representa e assume irrestritamente seu próprio PDV (ou um PDV co-construído entre ele e um enunciador segundo), há PEC.

Os enunciadores não-locutores, por outro lado, têm seus PDVs representados por um locutor-enunciador, portanto a apropriação pelo dizer ocorre parcialmente ou, como diz Rabatel (2015), por uma “quase-PEC”. A esse fenômeno de quase-PEC chama-se *imputação*, que ocorre quando um locutor/enunciador atribui um PDV a um enunciador segundo que não possui lugar de locução no texto e, conseqüentemente, não pode ser completamente responsabilizado pela assunção do PDV que lhe foi atribuído.

Além de Rabatel, outros autores que se interessam pelas questões da enunciação também exploram o conceito de PEC. Algumas dessas abordagens têm pontos de contato com o que se adota na teoria do PDV, mas há também divergências importantes. Cortez (2011) apresenta um panorama de tais abordagens da PEC, comparando-as com a de Rabatel. Consoante a autora, é em Culioli (1971 *apud* Cortez, 2011) que se encontra um dos primeiros usos da expressão *prise en charge* para referir-se à assunção do enunciado. Os estudos de

Culioli, que consideram que há PEC sempre que ocorre uma asserção por parte do enunciador, serviram de base para que Desclés (2009) analisasse a PEC desde o nível da crença (grau mínimo de asserção) até o nível do engajamento (grau máximo de adesão).

Esse é um ponto de aproximação entre as abordagens de Desclés (2009), Rabatel (2016a) e Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), visto que os autores não consideram o engajamento do enunciador como fator indispensável para que haja PEC. Como aponta Cortez (2011), Laurendeau (2009) segue na direção oposta a essa compreensão, pois defende que a ocorrência de PEC está sempre vinculada à implicação do enunciador, isto é, ao seu engajamento em relação ao enunciado. Apesar da afinidade que mencionamos, o entendimento de Desclés sobre a PEC também apresenta diferenças em relação ao de Rabatel. Isso porque a proposta de Desclés desconsidera a disjunção entre as instâncias do locutor e do enunciador, por isso enfatiza a relação entre interlocutores sem abranger tais instâncias intradiscursivas.

Assim como em Desclés (2009), observa-se na abordagem de Haillet (2004) alguns pontos de aproximação, pois esse último compartilha com Rabatel a adesão à proposta de Ducrot ([1984] 1987) quanto à separação entre locutor e enunciador. Porém, Haillet considera as noções de ponto de vista e de enunciador como intercambiáveis, o que em muito se distancia da teoria rabateliana (Cortez, 2011). Ao tratar o conceito de ponto de vista como equivalente ao de enunciador, Haillet deixa de dar conta de fenômenos dialógicos mais complexos nas interações entre as instâncias de enunciação, tais como a imputação.

Portanto, compreendemos que, apesar de outros autores tratarem da assunção de PDVs, inclusive discutindo sobre o conceito de PEC, na proposta de Rabatel a temática é tratada mais profundamente, o que permite ao analista melhor explorar a integralidade do jogo enunciativo. Para prosseguirmos a discussão a respeito dos dispositivos da PEC e da imputação à luz da teoria do PDV, bem como observarmos como esses dispositivos operam discursivamente, vejamos abaixo o exemplo 02:

Exemplo 02 - Trecho da propaganda eleitoral “Um Brasil pra Elas”



“A água chegou ao sertão.

Trouxe vida, alegria e esperança.



A mulher sertaneja, que carregava



lata d'água na cabeça,



agora pode usar a sua força



para voltar à escola



ou para tirar o alimento



que está brotando na terra.



Tem mais tempo para ficar com a família,



com os filhos e viver uma nova vida,

11.  um presente para a mulher que merece
12.  e deve ser o que ela quiser.
13.  Juntas,
14.  estamos construindo um Brasil para elas
15.  com elas e por elas.”
16.  com elas e por elas.”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=qPJvDhO7zJU>

Acesso em: 25 out. 2023.

A propaganda acima foi publicada no YouTube pelo Partido Liberal (PL), durante a campanha para reeleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2022. Representando o partido e, portanto, ocupando junto a ele a posição de L1/E1, a ex-primeira dama Michele Bolsonaro assume como verdadeiro o PDV de que o governo Bolsonaro foi o responsável por “levar água ao sertão” através da obra de transposição do Rio São Francisco. Essa assunção de PDV ocorre de maneira direta e total: L1/E1 expressa e se apropria desse PDV, apresentando-o como completamente verdadeiro, ou seja, validando-o integralmente. Essas características revelam a ocorrência de uma PEC.

Como indica Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), apesar de sempre corresponder a assunção total de um PDV por um locutor/enunciador, a PEC pode ocorrer em diferentes níveis de “engajamento” da instância enunciativa (conforme indicamos anteriormente, esse é um ponto de contato entre a abordagem rabateliana e a de Desclés (2009) em relação à PEC). Ou seja, ainda que haja certo grau de apagamento enunciativo de L1/E1, como vimos no exemplo 01 (trechos da propaganda eleitoral “Transposição do rio São Francisco. Quem fez?”), pode haver PEC. Conforme elucidam os autores, o que difere uma PEC com maior engajamento por parte do locutor/enunciador daquelas com menor engajamento é o nível de força ilocutória delas resultantes. Esse nível de força ilocutória está ligado aos objetivos de L1/E1: no exemplo 01, vimos que há a opção por certo grau de apagamento enunciativo (e consequente perda de força ilocutória) do locutor principal, para que os locutores/enunciadores segundos ganhem destaque; já no exemplo 02, observamos a estratégia oposta, L1/E1 assume grau máximo de força ilocutória em sua PEC — o que é evidenciado por elementos como as escolhas referenciais (por exemplo, no trecho do quadro 11, em que a chegada da água é referenciada como “um presente” para as mulheres sertanejas), a entonação enfática da voz da ex-primeira dama, bem como pelo uso da terceira pessoa do plural no enunciado que finaliza a propaganda (quadros 13 a 15).

Diferentemente do que ocorre no exemplo 01, o exemplo 02 não apresenta outros locutores/enunciadores além de L1/E1. A segunda instância de enunciação correspondente à “mulher sertaneja”, e2, não possui voz própria na propaganda. Vincula-se a e2 o PDV de reconhecimento a Bolsonaro pelos benefícios trazidos pela chegada da água: “A mulher que antes carregava lata d’água na cabeça”, que recebeu de Bolsonaro o “presente” de “poder usar sua força” em outras atividades. A representação desse PDV como verdadeiro, assim como a vinculação dele a e2, é realizada por L1/E1, que o gerencia, mas não o assume, já que o atribui a outro enunciador. As mulheres sertanejas, que ocupam nesse texto a instância do enunciador segundo (e2), não têm falas, mas são focalizadas em ações encenadas por L1/E1 que corroboram com o PDV principal. Como essas mulheres não falam, tampouco são identificadas, fica evidente que se trata de uma encenação em que L1/E1 é o narrador que gerencia o modo de perceber e agir das personagens (e2).

Assim, a assunção de PDV realizada por e2 não ocorre de maneira direta, por isso não há PEC. Há, no entanto, uma *quase PEC*, já que existe o vínculo entre o PDV e e2 por meio de uma *imputação* operada por L1/E1. Pode-se constatar, dessa maneira, que na imputação L1/E1 não assume o conteúdo do PDV imputado, mas é responsável pelo ato de atribuí-lo a

e2, a quem o PDV pertence, ainda que esse vínculo de pertencimento tenha sido estabelecido pelo intermédio do locutor.

O conceito de PEC também não se confunde com o de *responsabilidade enunciativa*. Enquanto a PEC caracteriza-se mais localmente, no nível da tessitura de enunciados em certas porções do texto, a responsabilidade enunciativa está relacionada à ética nas práticas linguageiras; sendo, portanto, um conceito mais amplo (Cortez, 2011). Tal entendimento evoca o que Moirand (2006) elucida sobre a amplitude do conceito de responsabilidade. Para ela, a responsabilidade diz respeito desde a como os fatos e sujeitos são nomeados até a como as falas e ações dos outros (e do próprio autor) são representadas e organizadas no texto.

Esse entendimento é partilhado por Rabatel & Chauvin-Vileno (2006), para os quais a responsabilidade enunciativa engloba desde a seleção do conteúdo até a organização formal do texto e, por isso, é considerada transversal aos processos de produção textual. Segundo os autores, as discussões sobre o tema da responsabilidade tornaram-se confusas no âmbito da Linguística depois de superada a noção de “sujeito todo-poderoso”, porém o necessário afastamento dessa noção não implica na isenção de responsabilidade do sujeito sobre seu discurso. Tal como a subjetividade é inescapável, a questão da responsabilidade enunciativa permeia toda atividade linguageira, ainda que o sujeito não exerça controle total sobre seu dizer.

Rabatel & Chauvin-Vileno (2006) evidenciam, ainda, que os recursos semiotecnológicos e as novas possibilidades textuais-discursivas deles provenientes afetam a questão da responsabilidade enunciativa, pois tornam complexa a compreensão de qual ou quais instâncias seriam responsáveis por determinado dizer. Ao nosso ver, esses recursos têm o potencial de impulsionar o fenômeno de naturalização de PDVs a partir de um alto grau de difusão, para o qual também apontam os autores. Para ilustrar esse fenômeno, podemos considerar, por exemplo, o que ocorre com memes amplamente compartilhados nas redes sociais. O alto grau de difusão desses textos traz como consequência a “diluição” da responsabilidade enunciativa sobre eles, já que em muitos casos não se sabe por quem o texto foi produzido originalmente. Além disso, a circulação ampla e intensa dos memes acaba por “naturalizar” os PDVs neles expressos, como se fossem de consenso geral. Isso porque a disseminação ampla de um PDV acaba por fundir o enunciador a um sujeito modal dóxico que não apenas replica, mas também constrói maneiras de ver, pensar e julgar que passam a ser normalizadas e, assim, atuar no campo da argumentação indireta (Rabatel & Chauvin-Vileno, 2006, p. 23).

Ao relacionarmos PEC e responsabilidade enunciativa podemos chegar à conclusão resumida de que toda PEC – inclusive a “quase PEC” da imputação – envolve responsabilidade enunciativa; mas o fenômeno da responsabilidade enunciativa não se resume à PEC, visto que abarca tudo que está relacionado à ética nas práticas languageiras. Além da PEC e da imputação, outro dispositivo enunciativo relacionado à assunção e à atribuição de PDVs – portanto também ligado à noção de responsabilidade enunciativa – é o da *prise en compte*, ou do “levar em conta”.

Conforme Rabatel (2016), a *prise en compte* diz respeito ao “PDV dos outros”, isto é, parte de L1/E1 em direção a um PDV alheio, que é então “levado em conta”. Tanto o processo de construção da PEC quanto o da imputação necessariamente passam pela *prise en compte*, mas de maneiras diferentes. A PEC constitui uma forma de *prise en compte* em total asserção, em que o locutor leva em conta um PDV e o assevera ao ponto de assumi-lo como seu. Já a imputação pode ocorrer a partir de uma *prise en compte* no acordo, no desacordo ou na neutralidade. Dessa forma, com base em Laurendeau (2009), Rabatel (2016) considera a *prise en compte* como um fenômeno instável, que ora incide em PEC ora em imputação.

Em relação ao jogo de acordo, desacordo e neutralidade, fundamental na dinâmica entre PDVs que tece a orientação argumentativa em um texto, Rabatel (2016) destaca a importância da imputação, mecanismo discursivo no interior do qual as relações de asserção, desasserção e neutralidade acontecem. Quando a *prise en compte* incide em uma imputação no acordo, a partir de uma asserção de L1/E1 em relação ao PDV de e2, por exemplo, duas trilhas discursivas podem ser percorridas: a de um nível de asserção limitado, em que L1/E1 leva em conta o PDV de e2, mas não o assume como seu; ou a de uma asserção completa, que alcança uma coconstrução: “L1/E1 faz mais que registrar a prova de verdade do PDV de e2, ele torna seu o PDV do outro” (Rabatel, 2016, p.99). Nesse segundo caso, a imputação no acordo ocorre de maneira tão acentuada que deságua em PEC.

Por outro lado, os casos em que a *prise en compte* dá-se via imputação no desacordo têm como característica um afastamento marcado por L1/E1 de um PDV que ele não só atribui a outro enunciador, mas para o qual também demonstra antagonismo. Como podemos depreender a partir do que elucida Rabatel (2016), em tais casos de desasserção, a demonstração do desacordo que se dá por meio da operação de levar em conta é basilar para a própria construção do PDV assumido por L1/E1, visto que esse é construído na relação com o PDV que antagoniza. Assim como ocorre nas relações de acordo, o levar em conta no desacordo pode variar quanto ao grau de força ilocutória empregado por L1/E1, isto é, o afastamento pode ser marcado com mais ou menos veemência, a depender do objetivo.

Além do acordo e do desacordo, a *prise en compte* pode aparecer também nos casos em que L1/E1 imputa um PDV a um enunciador segundo sem revelar seu posicionamento em relação ele, ou seja, buscando demonstrar “neutralidade”. De acordo com Rabatel (2016), em ocorrências desse tipo L1/E1 leva em conta a validade do relato de uma informação, mas não se engaja com o conteúdo relatado, seja de forma positiva ou negativa.

Assim, o policial que redige um boletim de ocorrência ou um auto de infração, o jornalista que relata declarações, não fazem mais que registrar os PDV, e o registro não significa que, no fundo, acreditem neles. Se quiserem fazer isso, devem reassertá-los por conta própria (Rabatel 2016, p.97).

No entanto, como também indica Rabatel (2016), distinguir tais casos daqueles em que a aparente neutralidade visa fortalecer o PDV de L1/E1 não é tarefa simples. Essa distinção torna-se ainda mais complexa tendo em vista o fato de que a neutralidade é sempre temporária: uma vez que não há texto sem subjetividade, em algum momento L1/E1 deixa entrever seu posicionamento.

Entre o acordo e o desacordo, as dinâmicas discursivas que se revelam nos fenômenos de PEC, imputação e *prise en compte* demonstram como o dialogismo fundamenta a teoria do PDV, pois tais fenômenos “[...] repousam em uma tensão entre si e os outros, tensão que estrutura os continentes do Eu e do Outro: uma parte de mim me afasta do outro [...], enquanto que uma parte do Outro me leva a mim, por intermédio da dinâmica do acordo” (Rabatel, 2016, p. 99).

Além de assumir e atribuir PDVs, a partir dos dispositivos sobre os quais debruçamo-nos nesta seção, ao gerenciar a organização do texto L1/E1 também *hierarquiza* as posturas que assume diante de PDVs que co-constrói – isto é, diante de PDVs de outros enunciadores com os quais L1/E1 estabelece relações de PEC ou de *prise en compte*. O estudo dessas operações de hierarquização é proposto por Rabatel (2013b; 2014; 2016; 2021a; 2021b) a partir das *posturas enunciativas*, como discutiremos adiante.

1.3 Posturas enunciativas: a hierarquização de enunciadores na perspectiva rabateliana

As posturas enunciativas (PE) são dispositivos teóricos que possibilitam refinar o tratamento da concordância entre enunciadores a partir da observação de diferentes formas de acordo expressas por L1/E1 (Rabatel, 2014). Assim, elas se dão em relação a um PDV co-construído por L1/E1 e outro(s) enunciator(es) segundo(s), o que pode ocorrer tanto por meio da *prise en compte* (levar em conta) quanto da PEC, mas não do completo desacordo¹⁶.

¹⁶ De acordo com Rabatel (2013b; 2021b), o estudo das posturas no desacordo talvez seja possível, mas exigiria alterações e desdobramentos desse dispositivo teórico que possivelmente desaguiariam na necessidade de

Conforme Rabatel (2021a), as posturas enunciativas surgem como uma reelaboração do *continuum* da concordância, que vai da concordância-concordante à discordância-concordante, proposto por Ricoeur (1983 *apud* Rabatel, 2021a).

Em tal *continuum*, como descreve o autor, é possível observar todas as faces do acordo, nas quais podem se apresentar nuances de discordância. Tais nuances estão mais ou menos presentes em função de como L1/E1 se posiciona no jogo enunciativo — daí a possibilidade de um olhar mais acurado para as relações hierárquicas entre enunciadores na coconstrução de um PDV. Como indica o autor, a coconstrução pode ser observada no plano sintático e discursivo através de marcas de retomada, citação, menção, reformulação ou recontextualização. Nesse sentido, Rabatel (2013b; 2014; 2021a; 2021b) propõe a distinção das posturas enunciativas de *coenunciação*, *sobrenunciação* e *subenunciação*.

A *coenunciação* caracteriza-se pela coprodução de um PDV partilhado por L1/E1 e um ou mais enunciadores segundos (Rabatel, 2013b). Essa é uma postura enunciativa de plena concordância — concordância-concordante, na denominação de Ricoeur (1983 *apud* Rabatel, 2021a) —, em que L1/E1 se coloca no mesmo patamar hierárquico do enunciador segundo com quem partilha o PDV. Isso quer dizer que, na coenunciação, não há movimentos discursivos que façam qualquer dos enunciadores sobressair-se ou retrair-se em relação ao outro.

Conforme elucida Rabatel (2021b), há limitações para a concordância plena e hierarquicamente igualitária. Por isso, em geral, a coenunciação é rapidamente seguida de uma alternância de postura enunciativa: L1/E1 movimenta-se para sobressair-se ou para retrair-se na coconstrução do PDV. Essas movimentações são realizadas enunciativamente com as posturas de *sobrenunciação* e *subenunciação*, mais capazes de dar conta dos desacordos e desigualdades da dinâmica comunicativa (Cf. Rabatel, 2021b).

Quando assume a postura de *sobrenunciação*, L1/E1 atua na coconstrução do PDV posicionando-se hierarquicamente acima do enunciador segundo com quem “concorda”. Contrariamente ao que ocorre na coenunciação, a expressão da concordância não é plena, uma vez que se realiza junto a modificações do PDV original, que podem alterar o sentido, o conteúdo ou mesmo a orientação argumentativa desse PDV em benefício de L1/E1. Como Rabatel (2021b) explica, essas modificações podem ser sutis e fazer parecer que L1/E1 “completa” o sentido inicial ou até mesmo o “revela” mais adequadamente. No entanto, a postura de *sobrenunciação* não corresponde necessariamente à superioridade enunciativa de

desenvolvimento de um outro dispositivo. O autor deixa, assim, essa problemática em aberto, como ponto de possível desenvolvimento da teoria.

“saber mais” ou “ser melhor”. O que caracteriza o sobrenunciador é a maneira como seu próprio PDV se mantém como o centro da interação, de tal modo que pode tornar-se o tópico discursivo em torno do qual os demais PDVs são articulados e organizados (Cortez, 2011).

Já a *subenunciação* é definida como uma postura de coconstrução no distanciamento. Quando subenuncia, L1/E1 expressa o acordo com certa reserva, de forma distanciada, colocando-se hierarquicamente abaixo do enunciador segundo. Ocorre, assim, o oposto do que se observa na sobrenunciação, uma vez que na subenunciação é ao enunciador segundo que se confere proeminência discursiva. De acordo com Rabatel (2021b), enquanto na sobrenunciação L1/E1 “passa na frente” e altera o PDV original a seu favor; na subenunciação, ele “esconde-se por detrás” do enunciador segundo, demonstrando certo grau de concordância com seu PDV, mas sem comprometer-se completamente com ele.

Assim como a postura de sobrenunciação não equivale necessariamente a um estatuto superior de saber, a postura de subenunciação não corresponde obrigatoriamente a um “desmerecimento” do PDV coconstruído. Conforme ressalta Rabatel (2021b), o afastamento que se dá entre o L1/E1 e o PDV por ele subenunciado tanto pode exprimir respeito à autoridade de outro enunciador, polidez ou submissão, quanto pode contribuir para expressar alienação ou tentativas de “atenuar” a responsabilidade de L1/E1 em relação ao PDV original.

Para Rabatel (2013b), a adesão às posturas enunciativas varia em graus de engajamento, o que as torna mais ou menos evidentes. Tais graus de engajamento estão atrelados ao propósito de L1/E1 no jogo enunciativo. Também a depender do propósito, L1/E1 pode alternar entre posturas enunciativas distintas ao longo do mesmo texto – consequentemente, as posturas de outros enunciadores também podem ser alternadas. Assim, a predominância de uma das posturas não afasta a possibilidade de alternância entre as demais, ainda que localmente (Cortez, 2011). Essa alternância entre posturas enunciativas pode ser observada no exemplo 02, apresentado anteriormente,.

No início da propaganda, L1/E1 (Partido Liberal, representado por Michele Bolsonaro) imputa a e2 (mulheres sertanejas) o PDV de reconhecimento a Bolsonaro pela chegada da água ao sertão, como vimos acima, e assume a postura de coenunciação desse PDV. Ou seja, a postura inicial de L1/E1 em relação a e2, com quem coconstrói o PDV, é de simetria. Posteriormente, no entanto, essa postura é alternada para a de sobrenunciação. Ao denominar a chegada das águas do São Francisco como “um presente para a mulher” (quadro 11 do exemplo 02), L1/E1 realiza uma alteração no PDV original que beneficia a orientação argumentativa pretendida. O acesso à água passa a ser referido não como um direito conquistado pela população e cumprido pelo governo, mas como um “presente” da pessoa de

Bolsonaro para as mulheres sertanejas. Dessa maneira, L1/E1 opera uma alteração que parece “completar” o PDV original, o que caracteriza a alternância para a postura enunciativa de sobrenúnciação.

Assim, conforme depreendemos a partir de Rabatel (2021a), o estudo das posturas enunciativas permite que as possibilidades de coconstrução de PDVs no acordo sejam analisadas em sua complexidade. Isso porque, além dos acordos efetivos, os acordos momentâneos, relativizados ou reformulados também são postos em evidência.

As PE dão conta da guerra tática travada em torno da definição dos objetos de discurso e de suas questões, predicação após predicação, e, portanto, dos cálculos dialógicos que o orador faz para ganhar vantagem sobre o seu opositor [...]. Desta forma, o dialogismo, fortemente marcado por uma visada ou dimensão argumentativa (Amossy, 2018), está no centro da dinâmica interaccional. (Rabatel, 2021a, p.75-76)

Ao descrever as possibilidades analíticas ligadas às PE, Rabatel destaca a intencionalidade do locutor/enunciador — que assume determinada postura com vistas a ter vantagem discursiva em relação ao outro — ao mesmo tempo em que indica como o dialogismo é central em sua perspectiva acerca da interação. Consideramos que tais possibilidades analíticas refletem, ainda, como a teoria do PDV aborda a questão do sujeito, uma vez que apontam para sua natureza dinâmica e heterogênea, atravessada por diferentes vozes e pontos de vista. Com o propósito de discutir tal aspecto da teoria mais detidamente, exploraremos na seção a seguir como se concebe o sujeito na teoria rabateliana e de que forma tal concepção está fundamentalmente atrelada à heterogeneidade enunciativa que caracteriza o fenômeno do PDV.

1.4 A heterogeneidade enunciativa e a questão do sujeito na teoria do PDV

Na esteira do que propõe Cortez (2011) e com base nas características que discutimos até aqui, consideramos que a abordagem rabateliana do PDV, além de integrar o quadro teórico de base dialógica iniciado por Bakhtin, consiste em um fenômeno de heterogeneidade enunciativa. Em sentido amplo, fala-se de heterogeneidade enunciativa para caracterizar a presença constante do outro na enunciação. Essa presença inviabiliza o entendimento de qualquer ato enunciativo como um processo homogêneo (uniforme, autônomo). Em outras palavras, como consequência do dialogismo constituinte dos discursos, todo ato enunciativo é heterogêneo, uma vez que nem os sentidos nem os sujeitos são unos. É nesse sentido que Cortez (2011) considera os estudos de Bakhtin como os que inauguram as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa.

Ao colocar no centro de suas preocupações as relações entre enunciadores e locutores/enunciadores na construção de PDVs, a teoria do PDV privilegia a observação das várias formas de inserção e representação do outro no discurso. Trata-se, portanto, de uma abordagem que abarca o fenômeno da heterogeneidade enunciativa no sentido amplo anteriormente mencionado. Ademais, a abordagem do PDV tal como a assumimos também dialoga com a heterogeneidade enunciativa no sentido particular proposto por Authier-Revuz (1990; 1998; 2004). A autora considera que o fenômeno da heterogeneidade apresenta-se de duas maneiras distintas, que compõem as *heterogeneidades enunciativas*: a *heterogeneidade constitutiva* e a *heterogeneidade mostrada*.

Como a própria denominação sinaliza, a heterogeneidade constitutiva é inerente à linguagem e ao discurso: “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’” (Authier-Revuz, 1990, p. 26). Essa citação remete-nos ao primeiro dos dois pilares teóricos utilizados por Authier-Revuz na elaboração do conceito de heterogeneidade constitutiva, o dialogismo bakhtiniano. O caráter dialógico da linguagem é levado em conta pela autora tanto na dimensão da interação entre interlocutores — que inclui a dialogização interna do discurso, sempre voltado ao “outro *que atravessa constitutivamente o um*, aquele que representa uma voz identificada a ideologias” (Cavalcante; Brito, 2017, p.217) — quanto na dimensão do diálogo entre discursos.

O segundo pilar teórico em que se apoia a autora ao conceber a heterogeneidade constitutiva é a psicanálise de base freudiana desenvolvida por Lacan. Alinhando-se à perspectiva desse autor, Authier-Revuz (1990, p. 28) assume “a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido”. Nesse sentido, a heterogeneidade da fala está associada à presença do inconsciente, nos chamados “atos falhos” que atravessam o discurso. É também ao inconsciente que está associada a divisão do sujeito, que não é centrado nem homogêneo, mas clivado pelo inconsciente, que rompe a ilusão do “eu” supostamente senhor de si mesmo. Essa ilusão, que acentua a clivagem do sujeito e da qual ele mesmo é o portador, persiste, pois é necessária. Como pontua a autora, essa é a “função do desconhecimento do eu”, através da qual o sujeito clivado esconde de si mesmo sua natureza dividida, tomando sua autonomia como verdadeira e completa.

A autora defende, assim, que considerar a heterogeneidade constitutiva é fundamental para qualquer estudo da enunciação: “nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer” (Authier-Revuz, 1990, p. 29, grifos da autora).

Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, que não se pode delimitar materialmente por atravessar toda a linguagem, as formas de heterogeneidade mostrada podem ser particularizadas no texto. Para Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), a heterogeneidade mostrada é fruto da clivagem do sujeito, que o tempo todo “negocia” com a heterogeneidade constitutiva. Essas negociações resultam em duas formas de heterogeneidade mostrada, as formas marcadas e as não marcadas – ambas identificáveis textualmente. Estão entre as formas marcadas o discurso direto, as aspas, as formas de retoque ou correção do dizer, etc.¹⁷; já entre as formas não marcadas estão o discurso indireto livre, a ironia, a metáfora, o chiste, etc.

Em uma proposta complementar aos estudos de Authier-Revuz, Brito (2010) argumenta que as heterogeneidades mostradas sempre apresentam algum tipo de marcação linguística, ainda que variem em suas formas de manifestação. Diferentemente de Authier-Revuz, a autora compreende que a marcação da heterogeneidade não se restringe ao que é conscientemente percebido pelo sujeito enunciador. Assim, além das marcas explícitas e intencionais, Brito (2010) destaca elementos que emergem de forma inconsciente no discurso, como lapsos e certas escolhas referenciais, que revelam a presença do outro no fio discursivo.

A compreensão da concepção de heterogeneidades enunciativas e, sobretudo, da concepção de sujeito clivado que a ela está associada, se faz relevante para este trabalho, pois entendemos que são concepções basilares para a noção de sujeito adotada por Rabatel na abordagem do PDV. Como vimos nas seções anteriores, a instância do locutor/enunciador principal, L1/E1, desempenha um relevante papel de gerenciamento dos PDVs. A assunção ou a imputação de PDVs, como também a adoção de determinada postura enunciativa em relação aos demais enunciadores, é orquestrada por L1/E1 em benefício de seu próprio PDV e, conseqüentemente, da orientação argumentativa para a qual direciona o texto. Tal capacidade de gerenciamento atribuída a L1/E1 não se confunde, porém, com uma concepção de sujeito completamente autônomo, “todo-poderoso”.

A clivagem do sujeito, que o caracteriza como essencialmente heterogêneo e torna sua autonomia limitada, também é reconhecida por Rabatel (2016a, p.21-22):

Se se quer encontrar uma abordagem linguística que desestabilizar, radicalmente, a autoridade do locutor, e que, ao mesmo tempo, complexifique o sujeito falante, é na direção de Authier-Revuz que se deve dirigir, na medida em que ela oferece o mais conseqüente dos fenômenos de heterogeneidade (constitutiva e mostrada), em ligação com a problemática de opacificação dos dizeres [...]. Emerge, assim, um

¹⁷ Entre as formas marcadas da heterogeneidade mostrada estão as “não-coincidências do dizer”, às quais muitos trabalhos de Authier-Revuz são dedicados. As “não-coincidências do dizer” constituem parte importante da contribuição de Authier-Revuz para os estudos enunciativos, não as discutimos nesta tese por uma questão de recorte teórico.

sujeito clivado pela e na linguagem, animado por uma função vital de desconhecimento — de mal-entendido — assegurada por um eu ocupado em anular, no imaginário, a divisão, a falta, a perda, o descentramento que afetam o *eu* [...]

Em consonância com Authier-Revuz (1990), o autor admite, ainda, que uma visão homogeneizante do sujeito por vezes persiste mesmo em análises que se pretendem dialógicas ou polifônicas. A abordagem pragma-enunciativa do PDV afasta-se desse risco por conceber a enunciação como uma dinâmica de constantes ajustes realizados pelo locutor/enunciador principal para coconstruir um dizer. Esses ajustes não testemunham a autonomia total desse locutor/enunciador, mas, pelo contrário, são marcas de sua negociação com o Outro que lhe constitui, marcas essas que opacificam e complexificam os sentidos (Rabatel, 2016).

Destarte, entendemos que a teoria do PDV é compatível com uma noção de sujeito que, por um lado, é dotado de intencionalidade e estratégia — pois, quando ocupa a instância de locutor/enunciador principal, é capaz de gerenciar PDVs e reger posturas enunciativas de acordo com seus propósitos — mas, ao mesmo tempo, é atravessado pelo inconsciente e pelas vozes de outros sujeitos que permeiam o contexto sócio-histórico em que ele se insere (e formam, assim, o interdiscurso). Um *sujeito heterogêneo*, portanto.

Como se sabe, há diferenças teóricas expressivas entre as pesquisas de Authier-Revuz e Rabatel, assim como são distintos os propósitos analíticos desses pesquisadores. No entanto, por se tratarem de teorias de base enunciativa, os pontos de contato entre elas — mormente em relação à concepção de sujeito e a como as negociações com a heterogeneidade constitutiva acabam por emergir na fala — nos levam a conjecturar que a expressão de PDVs poderia ser considerada como uma das formas pelas quais a “heterogeneidade mostrada” é flagrada na tessitura textual.

É na análise de tal tessitura que está o maior interesse desta tese. Para tanto, recorreremos ao esteio teórico da Linguística Textual, que nos possibilitará observar mais detidamente como se dão as representações textuais-discursivas do PDV (Cortez, 2011), em especial como a categoria da intertextualidade contribui multissemioticamente para essas representações. Dedicamo-nos à discussão desses construtos teóricos no capítulo a seguir.

2. O TEXTO: OBJETO DINÂMICO DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Para tratarmos com maior propriedade sobre a concepção de texto que adotamos nesta tese — de base sociocognitivo-interacional e discursiva, na direção do que propõem Marcuschi (2008), Koch (2002; 2004), Cavalcante *et al.* (2019) e Cavalcante *et al.* (2022) —, consideramos importante descrever, mesmo que resumidamente, o percurso teórico trilhado pelos estudiosos do texto ao longo do desenvolvimento do ramo da linguística a que nos filiamos: a Linguística Textual.

A Linguística Textual ou Linguística de Texto (doravante LT) despontou como vertente da ciência linguística a partir da década de 1960, quando foram iniciados os estudos transfrásticos (Cf. Marcuschi [1983] 2012; Koch, 2004; Adam, 2019). Esses estudos inauguraram a ideia de que a análise das estruturas frasais não seria suficiente para dar conta das relações estabelecidas entre enunciados complexos. A análise transfrástica que então se propunha restringia-se, porém, ao nível sintático-semântico da língua. Essa imanência ao sistema linguístico é compatível à concepção de texto adotada pelos precursores da LT em suas pesquisas iniciais. Como indica Marcuschi ([1983] 2012), autores como Weinrich (1966), Hartmann (1968) e Isenberg (1971) partilhavam de uma visão de texto como “frase complexa” ou “sequência coerente de sentenças”.

Também na fase inicial da disciplina, portanto partindo da mesma noção de texto restrita ao nível sintático-semântico, foram elaboradas as gramáticas textuais. Em linhas gerais, essas gramáticas pretendiam estabelecer categorias e normas que viabilizassem a identificação dos princípios constitutivos de um texto, bem como a delimitação e diferenciação de tipos textuais — tudo isso de maneira circunscrita aos moldes gramaticais (Cf. Koch, 2004; Adam, 2019).

Entre os trabalhos voltados à elaboração de gramáticas do texto que surgiram neste período, Koch (2004) destaca as contribuições de Weinrich (1964; 1971; 1976), que propunha uma macrossintaxe do discurso, a partir do tratamento textual das categorias morfossintáticas; de Petöfi (1973), que postulava a análise, a síntese e a comparação de textos a partir de uma base textual de representação semântica indeterminada, circunscrita às manifestações lineares do texto; e de van Dijk (1972), que defendia como principal objetivo de uma gramática textual a identificação e a análise das macroestruturas do texto, também denominadas como estruturas textuais profundas, as quais determinariam a “forma lógica” do texto.

Ainda em sua gramática de texto, van Dijk (1972 *apud* Koch, 2004) já começava a apontar para a necessidade de avançar além do nível sintático-semântico para, assim, dar

conta de análises de fenômenos mais complexos, como os atos de fala. Essa inclinação à pragmática surgiu pela influência da psicologia da linguagem e da filosofia da linguagem, sobretudo a partir de autores como Austin, Searle e Grice. A chamada “virada pragmática” tomou força na segunda metade do século XX não só na LT, mas na ciência linguística (Weedwood, 2002).

Dessa maneira, assim como van Dijk, outros estudiosos da LT também passaram a considerar o texto não somente na imanência do sistema linguístico, mas como unidade básica de interação (Cf. Koch, 2004; Fávero e Koch, 2008). Tal mudança de perspectiva em relação ao texto marca a chegada da LT ao nível pragmático e chancela a interdisciplinaridade como uma característica fundamental dessa disciplina, conforme destaca Marcuschi ([1983] 2012). Coadunamos com o autor, portanto, ao considerarmos que a interdisciplinaridade constituinte da LT a torna essencialmente dinâmica e a configura como um dos ramos da linguística mais passíveis de atualizar-se incorporando inovações de outras disciplinas.

A mudança no entendimento do que é o texto, agora considerado na dimensão da interação e dos usos, acarretou uma guinada nas análises em LT, que passaram a considerar o contexto situacional e ter como foco não só a materialidade linguística, mas também sua relação com os propósitos comunicativos, as condições de produção e recepção do texto etc. (Koch, 2004). Como elenca Marcuschi ([1983] 2012), estão entre os autores que contribuíram para tal ampliação de panorama analítico Siegfried Schmidt, para quem todo texto realiza um potencial ilocutivo, ou seja, cumpre uma função comunicativa intencionada pelo locutor e identificada pelo interlocutor; Michael Halliday e Ruqaiya Hasan, autores que conferem relevância à dimensão do uso ao conceituarem o texto como uma unidade de sentido.

Assim, o texto passa a ser analisado sob um enfoque interacional e, portanto, caracterizado de maneira que suas funções são mais relevantes do que sua forma. Isso porque, a partir da virada pragmática, o texto não mais é visto como produto acabado, mas sim como processo dinâmico, atualizado na interação. Como elucida Koch (2004), já nessa fase da LT trabalhos como os de Wunderlich (1976), Schmidt (1973), Motsch (1983), Motsch & Pasch (1987) e van Dijk (1980) consideram que a dinâmica interacional a partir da qual o texto se instaura é sempre orientada pelos objetivos ilocucionais (ou propósitos comunicativos) dos sujeitos envolvidos. Ou seja, compreende-se que *todo texto é imbuído de intenções* que, por sua vez, são delimitadas pelas regras socioculturais de cada contexto. Essas intenções norteiam a interação, pois, a partir delas os interlocutores, traçam suas estratégias de ação pela linguagem (Koch, 2004).

Em meio a tal cenário de efervescência da virada pragmática — durante a década de 1970, segundo Weedwood (2002) — começam a circular na Europa ocidental as obras de Bakhtin, cujas compreensões em boa parte se alinham à ampliação da concepção de texto que então se firmava na LT. Como se sabe, a influência bakhtiniana reverbera desde então nas diferentes linhas de investigação da linguística, sobretudo aquelas que focalizam o texto, o discurso e a enunciação. Dentre as concepções desenvolvidas no amplo arcabouço teórico proposto por Bakhtin, a de *dialogismo* certamente destaca-se como a de maior repercussão no âmbito da LT.

Para Bakhtin ([1979] 2003, p.88),

a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não se pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Dessa maneira, na acepção bakhtiniana, todo dizer remete a um “já dito” e, ao mesmo tempo, direciona-se a uma réplica, ainda que ela não ocorra diretamente. A metáfora da fâsca elétrica, à qual recorre Bakhtin/Volochínov ([1929] 2002) ilustra esse posicionamento: assim como a fâsca elétrica só é produzida a partir do contato entre dois polos opostos, a significação resulta necessariamente da troca entre interlocutores – isto é, da interação.

É nessa perspectiva interacional e discursiva, advinda da virada pragmática, que a LT ganha força no Brasil, na década de 1980, sobretudo a partir dos trabalhos de Koch e Marcuschi. Os frutos dessa fase dos estudos textuais seguem repercutindo intensamente na LT contemporânea a que nos filiamos nesta tese, para a qual um dos pressupostos centrais está no entendimento de que a coerência não é mera propriedade da materialidade textual, pois só se constrói na interação (Cf. Koch, 2004; Fávero e Koch, 2008; Marcuschi e Koch, 1998; Marcuschi, [1983] 2012).

Também a partir da década de 1980 — mais intensamente a partir da década de 1990, no Brasil, de acordo com Koch (2004) — a interface entre os estudos do texto e a psicologia cognitiva ocasionaram a chamada “virada cognitiva” na LT. A análise do processamento cognitivo como parte fundamental da realização dos textos consiste no principal traço desse diálogo interdisciplinar entre a LT e as ciências cognitivas. Dessa forma, entende-se que os textos, compreendidos como ações contextualmente situadas que praticamos com a

linguagem, realizam-se a partir de modelos cognitivos que se formam por meio da bagagem de conhecimentos que adquirimos.

Assim, as interações humanas — que ocorrem sempre em textos — dependem do esforço cognitivo empregado pelos sujeitos que as constroem. Como explica Koch (2004), essa mobilização de conhecimentos se dá *on-line*, ou seja, ao mesmo tempo em que a interação acontece. É no decorrer da interação e a depender de seus objetivos que os interlocutores identificam os conhecimentos demandados pela situação e selecionam entre os modelos cognitivos dos quais dispõem em suas próprias bagagens de experiência aquele que melhor se enquadra ao contexto.

Tal esforço cognitivo consiste não só na mobilização de conhecimentos linguísticos e enciclopédicos, pois o processamento textual — seja na produção ou na compreensão de um texto — exige muito mais: são necessários conhecimentos interacionais, culturais e comunicacionais, que englobam, por exemplo, as estratégias de polidez aceitas em determinada cultura e adequadas a determinada situação e os os cálculos mentais realizados para inferir como se pode evitar ou desfazer um mal-entendido (Cf. Heinemann & Viehweger, 1991 *apud* Koch, 2004). É nesse sentido que van Dijk (1978) e van Dijk e Kintsch (1983) consideram todo o processamento textual como estratégico: orientados a objetivos interacionais específicos, os interlocutores acionam simultaneamente conhecimentos de âmbitos distintos para agir eficazmente com a linguagem, ou seja, produzir textos junto a outros interlocutores e, na interação, formular suas interpretações e inferências.

Percebe-se, portanto, que a virada cognitiva não demoveu a interação do lugar central nos estudos do texto. Uma vez que os aspectos situacionais da interação (contexto imediato e sociocultural) já haviam se firmado como elemento essencial para as análises desde a virada pragmática, os estudos da LT se afastaram do cognitivismo clássico. Esse afastamento ocorreu, pois as teorias clássicas do cognitivismo tendem a considerar mente e corpo como elementos estanques (o funcionamento da mente não estaria ligado às experiências corpóreas) e a cultura somente como um modelo mental a ser absorvido e replicado (Koch e Cunha-Lima, [2004] 2007). Assim, a LT afinou-se a estudos que consideram a cognição como processo construído não só mental, mas também socialmente, em uma perspectiva denominada sociocognitiva.

Como indicam Koch (2004) e Koch e Cunha-Lima ([2004] 2007), o desenvolvimento da perspectiva sociocognitiva-interacional no âmbito da LT foi possibilitado inicialmente graças a trabalhos como os de van Dijk e Kintsch (1983), Beaugrande e Dressler (1981), van Dijk (1989) e, no Brasil, Marcuschi (1998;1999), Koch e Marcuschi (1998), Koch (1998;

1999), entre outros. No cenário brasileiro, a perspectiva sociocognitivo-interacional firmou-se, desde então, como paradigma analítico de desenvolvimento da LT. Em mais de 40 anos de desdobramentos, dos anos 1980 até hoje, muitos incrementos foram realizados por pesquisadores da área, que contribuíram para a ampliação e o aprofundamento do escopo das pesquisas em LT. O paradigma sociocognitivo-interacional inserido no Brasil pelos trabalhos de Koch e Marcuschi permanece, no entanto, como o esteio da maior parte dessas reflexões.

As ampliações e aprofundamentos promovidos pelas pesquisas contemporâneas da LT brasileira vêm em busca de respostas para as novas questões de análise que sempre surgirão devido ao caráter dinâmico de seu objeto de investigação, incrementado pelos avanços tecnológicos que impactam diretamente as relações humanas e, conseqüentemente, os textos. Tais propostas, no entanto, não rompem com a noção sociocognitivo-interacional de texto “[...] como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos” (Koch, 2004, p.12) e “[...] evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (Beaugrande, 1997, p. 10 *apud* Marcuschi, 2008, p. 72). Ao assumir tal definição de texto, Marcuschi (2008, p.80) elenca as principais implicações a ela relacionadas:

1. o texto é visto como um *sistema de conexões entre vários elementos*, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc.
2. o texto é construído numa orientação de *multissistemas*, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral *multimodal*;
3. o texto é um *evento interativo* e não se dá com um artefato monológico e solitário, sendo sempre um processo e uma coprodução (co-autorias em vários níveis);
4. o texto compõe-se de *elementos que são multifuncionais* sob vários aspectos, tais como: um som, uma palavra, uma significação, uma instrução etc. e deve ser processado com esta multifuncionalidade.

As implicações indicadas por Marcuschi antecipam, como veremos adiante, muitas das problemáticas sobre as quais se debruçam os trabalhos mais recentes no âmbito da LT e apontam para a premissa básica da noção sociocognitivo-interacional de texto: assim como não há texto sem *interação*, não há texto sem *cognição*.

Mais do que intermediar o acesso ao mundo, para Marcuschi (2007), a cognição — entendida como cognição social, partilhada — *tece a própria realidade*, pois tomamos como real e verdadeira a maneira como processamos cognitivamente (e conjuntamente) o mundo. O autor corrobora, assim, com Mondada e Dubois ([1995] 2003), ao assumir que os objetos de conhecimento (isto é, os objetos do mundo na forma que os apreendemos) são objetos de discurso, construídos na e pela linguagem.

As coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros. A maneira como nós dizemos aos outros as coisas é decorrência de nossa atuação intersubjetiva *sobre* o mundo e da inserção sociocognitiva no mundo em que vivemos. O mundo

comunicado é sempre fruto de um agir intersubjetivo (não voluntarista) diante da realidade externa e não de uma identificação de realidades discretas (Marcuschi, 2007, p.125)

Assim, os textos não se resumem a “representações” da realidade, pois constituem *formas de cognição social* (Koch, 2002), *ações conjuntas* (Koch e Cunha-Lima, [2004] 2007) a partir das quais *organizamos cognitivamente o mundo* (Koch, 2002). Como esclarece Morato (2023)¹⁸, considera-se nessa perspectiva a existência de uma relação mutuamente constitutiva entre texto/linguagem e cognição.

Para Cavalcante *et al.* (2019), no entanto, ainda que a sociocognição seja um aspecto relevante da pesquisa em LT — pois toda produção e compreensão de textos necessariamente passa pelo conhecimento partilhado em dado contexto —, ela constitui um ponto de partida, mas não um fim analítico para essa disciplina. Tal colocação parece alinhar-se ao que Morato (2023) caracteriza como posicionamento epistemológico que considera o texto como “conhecimento de objetos sociais”, isto é, como uma forma de acesso à cognição ou de mediação entre os processos cognitivos internos e externos.

Coadunamos com Morato (2023) no entendimento de que tal postura epistemológica é compatível com determinados propósitos de análise textual, tais como os que contemplam “os fatores mais internos ao texto, com base na análise de processos e operações linguísticas e cognitivas”, ou seja, análises que priorizam “as estratégias textuais e a estrutura do texto na construção do sentido” (Morato, 2023, p.11); porém, como defende a autora, há outros objetivos analíticos que demandam uma concepção de texto constitutivamente vinculada à cognição social — textos como “âncoras na deriva simbólica”, na metáfora de Marcuschi mobilizada pela autora. São exemplos de tais objetivos aqueles que focalizam “as práticas textuais-discursivas: relação texto e contexto, tópico e gestão do tópico discursivo, referenciação, atitudes e estereótipos de representações sociais, regras pragmáticas que presidem a interação social [...] etc.” (Morato, 2023, p.11).

Dessa maneira, aderimos em certa medida ao que propõe Cavalcante *et al.* (2019) no que se refere à relação entre texto e cognição, pois, tal como os autores, compreendemos que a LT não se resume a um “modelo analítico de sociocognição”. Importa-nos destacar, entretanto, que a sociocognição não é apenas um “pano de fundo” cujas problemáticas já estão

¹⁸ A autora distingue epistemologicamente duas perspectivas acerca da sociocognição que estão presentes na LT. A primeira considera o texto como uma forma de acesso à cognição (uma espécie de mediador entre a cognição processada internamente e o mundo); já a segunda perspectiva, à qual se filia a autora, considera que os textos são formas de cognição social, portanto constroem e organizam a cognição, em uma relação constitutiva de mão dupla.

resolvidas ou não mais interessem às novas investigações em LT (e, portanto, não careçam de aprofundamento no âmbito dessa disciplina).

Os desdobramentos dos estudos da cognição social no âmbito da LT são ainda necessários e em muito têm a contribuir para o desenvolvimento das análises textuais, sobretudo em pesquisas que envolvem a multissemiótica, a hipertextualidade, o tecnotexto e as inteligências artificiais, por exemplo. É nessa direção que mantemos a denominação de “sociocognitiva” ao situarmos epistemologicamente a concepção de texto aqui assumida, cujo cunho discursivo também merece destaque.

Em relação à dimensão discursiva, que se fez cada vez mais eminente nas análises textuais das últimas duas décadas, corroboramos o que pleiteiam Cavalcante e Custódio-Filho (2010) e Cavalcante *et al.* (2019) ao afirmarem que tal dimensão faz parte da área de interesse da LT, uma vez que (os conceitos de) texto e discurso, apesar de distintos, são convergentes e, por vezes, estão imbricados. Como indicamos anteriormente, sobretudo a partir das considerações de Marcuschi ([1983] 2012), a LT é constitutivamente interdisciplinar. Assim, as contribuições advindas do âmbito discursivo — desde o dialogismo bakhtiniano até a teoria da argumentação no discurso, proposta por Amossy (sobre a qual discutiremos adiante) — não descaracterizam a LT nem a confundem com as análises do discurso, visto que a LT focaliza “o estudo das manifestações [...] do texto ou das estratégias nele presentes, efetuado com base numa proposta global de abordagem das significações” (Cavalcante; Custódio-Filho, 2010, p. 62).

Analogamente a Cavalcante e Custódio Filho (2010), Marcuschi (2008) já defendia que manter uma distinção estanque entre texto e discurso não é produtivo para a LT, tampouco para as análises do discurso, pois tratam-se de conceitos complementares. Ao posicionar-se dessa forma, o autor faz menção a Maingueneau (1986 *apud* Marcuschi, 2008) e Adam (1999 *apud* Marcuschi, 2008), que consideram a separação entre texto e discurso como uma decisão metodológica, uma vez que são necessários esforços teóricos distintos para abordar o âmbito particular do texto e o âmbito universal do discurso.

O fato de tratar-se de uma decisão metodológica, como explicam os autores, já evidencia que esses são conceitos em constante articulação, o que não deve ser perdido de vista pelos analistas que se propõem a abordá-los. Nessa mesma direção, Adam (2019, p.33) considera o texto como um “comportamento discursivo”, pois “todo texto é o traço linguageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala”. Tal colocação de Adam (2019) remete-nos a outro conceito estreitamente relacionado ao discurso e ao texto, o de *contexto*.

Desde a virada pragmática, como vimos, a LT tem considerado em suas análises os aspectos interacionais e sócio-históricos que compõem o texto. A partir do reconhecimento da importância desses aspectos, a noção de *contexto* ganhou tamanha relevância que se tornou consenso entre os pesquisadores da LT o fato de não se conceber uma análise do texto que despreze o contexto (Cf. Marcuschi, 2008; Fávero; Koch, 2008; Adam, 2019; Cavalcante; Custódio-Filho, 2010; Cavalcante *et al.*, 2019). Para Adam (1999 *apud* Marcuschi, 2008), o contexto diz respeito às condições de produção e recepção-interpretação textual, que fazem parte da construção dos sentidos emergentes a cada evento comunicativo — isto é, a cada “acontecimento irrepitível” que configura o texto.

As bases para essa noção de contexto admitida por Adam (1999 *apud* Marcuschi, 2008) estão na concepção de texto como evento, propalada por Beaugrande. Marcuschi (2008) também parte dessa concepção ao tratar do contexto como o cenário sociocultural em que o texto está inserido, de maneira que inclui a situação física/empírica imediata, mas não se resume a ela, pois envolve “desde as condições imediatas até a contextualização cognitiva, os enquadres sociais, culturais, históricos e todos os demais que porventura possam entrar em questão num dado momento do processo discursivo” (Marcuschi, 2008, p.87).

Assim, no percurso analítico “*do cotexto ao contexto*” (Marcuschi, 2008, p.83), a LT abrange a dinâmica textual em toda a sua complexidade — desde a ponta do *iceberg* até a extensão ampla de sua área submersa, conforme metáfora adotada por Koch ([2003] 2012, p.30, grifos da autora):

[...] À concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que **o sentido não está no texto**, mas se **constrói a partir dele**, no curso de uma interação. Para ilustrar essa afirmação, tem-se recorrido com frequência à metáfora do iceberg: como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso aos vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.

Assim como fazem muitos trabalhos da LT brasileira contemporânea — tais como os de Cavalcante e Custódio-Filho (2010), Cavalcante *et al.* (2019), Cavalcante *et al.* (2022), Farias (2022) e Morato (2023) —, a esse entendimento sobre a importância do contexto somamos as contribuições de Hanks (2008), bastante frutíferas para análises de cunho textual-discursivo. O autor trata da noção de contexto a partir da distinção de duas dimensões que se complementam: a *emergência* e a *incorporação*.

A emergência diz respeito aos aspectos contextuais mais imediatos e locais de determinada atividade interativa. Assim, a dimensão contextual emergente de um texto está relacionada ao tempo e ao espaço em que ele acontece, bem como à copresença dos

interactantes que o elaboram. Como aponta Hanks (2008, p.183), “a emergência está em tudo relacionada à estrutura e descrever o contexto como emergente implica assumir que ele é estruturado”. A incorporação, por sua vez, está ligada ao “encaixe” do contexto emergente a cenários mais amplos, que também compõem o contexto. Dessa maneira, “quando um nível ou esfera contextual é incorporado(a) a outro, o nível incorporante herda determinadas propriedades daquele incorporado, que o transforma, e que serve como um horizonte operativo no qual o nível incorporado é compreendido” (Hanks, 2008, p. 187).

Para melhor elucidarmos tais dimensões contextuais, podemos observá-las à luz de um exemplo, para isso retomemos o Exemplo 01 — trecho da propaganda eleitoral “Transposição do Rio São Francisco. Quem fez?”, que apresentamos na seção anterior. Podemos apontar o período de campanha para as eleições de 2022, que ocorria à época da publicação do exemplo 01, como um dos fatores que compõem seu contexto de emergência. Além de corresponder a um fator temporal, esse também é um fator sociocultural, uma vez que o conhecimento compartilhado entre os sujeitos que vivenciam a cultura brasileira dá conta de reconhecer os enquadres típicos de textos que circulam durante as campanhas. Assim, um leitor que teve acesso à propaganda do exemplo 01 à época em que ela foi originalmente publicada (outubro de 2022, antes das eleições presidenciais), estava inserido nesse contexto emergente.

Após o período de eleições, porém, a mesma propaganda continua disponível e pode ser acessada por outros leitores que estão inseridos em um contexto distinto: o então candidato do PT, Lula, hoje é presidente do Brasil; o então presidente e candidato do PL, Bolsonaro, hoje é alvo de investigações relacionadas a uma tentativa de golpe. Como todo texto é evento comunicativo irrepetível, ainda que o contexto de emergência da propaganda não tenha mudado, o contexto mais amplo de uma leitura no pós-eleições atualiza os sentidos do texto, aí está o “encaixe” que caracteriza a incorporação.

Assim, a noção de contexto é inseparável da concepção de texto que assumimos nesta tese. A essa concepção estão associados, ainda, dois aspectos de grande importância para nosso trabalho, os quais consideramos inerentes a todo e qualquer texto: a multissemiose e a argumentatividade. A esses aspectos da textualidade dedicamos os tópicos a seguir.

2.1 A multissemiose como fator constitutivo do texto

Como sinalizamos anteriormente, a concepção de texto que orienta as discussões que propomos nesta tese, de base sociocognitivo-interacional e discursiva, considera a

multissemiose (ou multimodalidade)¹⁹ como fator inerente ao texto. Defendemos, portanto, que todo texto é multissemiótico, uma vez que, em maior ou menor grau, semioses distintas são conjugadas para a tessitura textual, inclusive em textos verbais escritos. Tal posicionamento, hoje amadurecido e consolidado nos trabalhos em LT, vem sendo discutido no Brasil desde os anos 2000 por autores como Marcuschi (2006, 2008) e Dionisio (2005, 2006). Conforme demonstra Mozdzenski (2012), o incremento de tais discussões deu-se a partir de contribuições teóricas distintas — desde a semiótica peirceana e as semiologias de Greimas, Barthes e Saussure, até a pedagogia dos multiletramentos, do Grupo de Nova Londres —, entre as quais destacamos, pela forte influência nas pesquisas brasileiras e pela importância para as análises empreendidas nesta tese, a Multimodalidade Discursiva e a Semiótica Social, de Kress e Van Leeuwen (1996; 2001).

Partindo do entendimento de que as semioses verbais (oral e escrita) não correspondem à totalidade do potencial comunicativo que compõe a linguagem, esses autores propõem-se a analisar de que maneira distintas semioses são combinadas para a construção de sentidos e defendem que não existe “superioridade” apriorística entre elas na elaboração de um projeto de sentidos. Com foco na semiose imagética e em suas relações com a palavra, Kress e Van Leeuwen publicam, então, a Gramática do Design Visual (1996) — doravante GDV —, cujas categorias analíticas têm por base a perspectiva sistêmico-funcional de Halliday. Considerada um marco para os estudos da multimodalidade discursiva, a publicação da GDV inaugurou uma série de outros trabalhos publicados por esses autores sobre o tema e foi basilar para muitos estudos que focalizam o papel da imagem na interação.

Corroborando com Kress (2003), Marcuschi (2006) também observa que outros modos além do verbal, tais como as imagens, os gestos e os sons, são mobilizados em integração para o sucesso dos processos comunicativos. O autor pontua, ainda, que os avanços tecnológicos têm contribuído para que essa integração entre modos se intensifique, ocasionando novas formas de produzir e de ler textos. Nessa direção, Kress (2003) indica que as novas mídias facilitam e democratizam a mobilização de semioses distintas nas produções textuais, alterando, assim, as formas de interação.

¹⁹Tomamos como intercambiáveis os termos “multissemiose” e “multimodalidade”, por isso ao longo desta seção os termos “semioses” e “modos” também aparecem como sinônimos. Embora essa seja nossa opção, reconhecemos as origens distintas dos termos “plurissemiótica” e “multimodalidade”, ainda que eles digam respeito a um mesmo dado empírico, conforme esclarecem Pinheiro, Lima e Cassiano (2024). A predominância do uso das expressões “multissemiose” e “semioses” deve-se à nossa preocupação em demonstrar que o presente trabalho não consiste em uma investigação da Semiótica Social, apesar de beneficiar-se dela como fonte teórico-metodológica em diálogo interdisciplinar com a Linguística Textual.

Tais apontamentos foram realizados por Kress e por Marcuschi há duas décadas, mas basta observarmos nos dias de hoje as formas de elaboração de textos que surgem profusamente nas mídias on-line e nos *apps* de edição de texto e imagem, por exemplo — que possibilitam a combinação de imagens estáticas ou animadas, elementos linguísticos escritos em variadas fontes e cores, assim como falados ou musicalizados —, para percebermos que as observações desses autores continuam pertinentes. Corroborando essa perspectiva da relação entre multissemiótica e tecnologias, Kress (2015) indica que os incrementos popularizados com as novas mídias digitais também trouxeram como consequência uma crescente mudança na valoração social atribuída a determinadas semioses. Em uma pertinente observação da disseminação de textos nas novas mídias, o autor indica que, em termos de valoração social, as semioses verbais (oral e escrita) vêm perdendo seu espaço de “supremacia” em relação à imagem. Para ele, essa mudança de “status social” das semioses tende a se aprofundar e, por isso, não pode ser ignorada pelos estudiosos da linguagem.

No que diz respeito à relação entre as ferramentas tecnológicas e os modos semióticos, importa-nos destacar a distinção entre os conceitos de “modo” e “mídia”, elaborada por Kress e van Leeuwen (2001). A grande relevância dessa distinção está no fato de que esses são conceitos tão relacionados que é fácil confundi-los, mas diferenciá-los permite que as análises ganhem maior profundidade e abranjam os possíveis desdobramentos dessa relação. Os modos semióticos, sintetiza van Leeuwen (2011), consistem em sistemas para a expressão de significados que não estão diretamente ligados a um único meio de representação material, por isso são relativamente abstratos. Uma representação imagética, por exemplo, pode ser realizada por uma fotografia ou por uma pintura, assim como uma descrição verbal pode ser materializada oralmente ou por escrito – escrita à mão, escrita digitada, impressa ou em meio eletrônico. Por sua vez, essas formas de concretização material dos modos correspondem às mídias.

Para Kress e van Leeuwen (2001) e van Leeuwen (2011), além de garantir a materialização das semioses, as mídias têm relevância na construção de sentidos porque também “ressoam” de maneiras distintas. Por exemplo, uma pintura digital provoca percepções distintas daquelas provocadas por uma pintura em óleo sobre tela, como também uma performance musical ao vivo tem impacto distinto de um álbum musical gravado em estúdio. A diferença perceptual, nesses exemplos, está muito mais ligada às mídias do que aos modos.

O papel das mídias no incremento multissemiótico dos textos também é discutido por Dionisio (2005; 2011; 2014), autora cujos trabalhos foram precursores no cenário da

linguística brasileira quanto aos estudos da multissemiose. Analogamente a Marcuschi (2006) e a Kress (2003), Dionisio (2011, p.146) considera que as inovações tecnológicas possibilitam “[...] não só a criação de uma infinidade de manipulações gráficas em computadores, mas também a rápida propagação da informação, e conseqüentemente de novas formas de escrita”. No entanto, na mesma direção que apontam Kress e van Leeuwen (2001) ao distinguirem modo e mídia, a autora ressalta que o fenômeno da multissemiose não é, em si, um resultado dessas inovações — apesar de ser potencializado por elas —, mas sim um fator constitutivo dos textos, presente em todas as expressões languageiras que constituem as interações humanas. Assim, Dionisio (2005; 2011; 2014) também assume que a conjugação de semioses distintas consiste em um fenômeno inerente à composição material dos textos.

Esse é um posicionamento teórico de enorme importância para a LT, um divisor de águas para as análises textuais, pois redefine os rumos dessas análises ao ampliar a concepção de texto. Tal compreensão sobre a multissemiose é partilhada por trabalhos contemporâneos que buscam delinear os fundamentos teóricos atuais da LT brasileira — entre os quais destacamos as publicações do Grupo Prottexto, como Cavalcante e Custódio-Filho (2010), Cavalcante *et al.* (2019) e Cavalcante *et al.* (2022) —, e também por pesquisas que investigam práticas textuais-discursivas a partir dessa noção ampliada de texto — como as teses de Custódio-Filho (2011), Mozdzenski (2012), Lima da Silva (2016), Ranieri (2015), Farias (2022) e as dissertações de Muniz da Silva (2021) e Nogueira (2024), trabalhos que frisamos não só pela proximidade teórico-metodológica que apresentam em relação a nossa tese, mas também pela qualidade das contribuições para o avanço da pesquisa em LT.

Compreendemos junto aos pesquisadores citados que a multissemiose é fator constitutivo do texto. Por isso, como pontuamos no início desta seção, todo texto é multissemiótico. A multissemiose não se apresenta, porém, da mesma maneira nem no mesmo grau em todos os textos. Isso porque, de acordo com o que elucida van Leeuwen (2011) e também Dionisio (2014), os modos de linguagem empregados, assim como o nível de relevância atribuído a cada um deles, dependem de fatores como o gênero textual, o suporte, as tecnologias utilizadas para a produção, os propósitos discursivos de quem produz o texto, etc.

O “grau” de relevância da semiose verbal e de sua integração com as demais semioses que se apresentam, por exemplo, em uma tese de doutorado, — em que os recursos semióticos incluem, além da semiose verbal escrita, a fonte selecionada e sua cor, destaques em negrito e itálico, tabelas, gráficos, imagens, *links*, etc. — é muito distinto do que se apresenta em um vídeo de divulgação científica produzido nas redes sociais — em que os

recursos semióticos vão do texto verbal, oral e escrito, a uma variedade ampla de fontes e cores ou entoações e ritmos, imagens estáticas e em movimento, efeitos sonoros, etc. —, ainda que o vídeo trate do mesmo tema que a tese.

A partir desse exemplo, podemos observar o que explicam Kress *et al.* (2001 *apud* Ranieri, 2015) e Kress (2015): os sujeitos engajados na interação avaliam seus objetivos e os recursos disponíveis no contexto para, então, selecionar os modos de linguagem a serem mobilizados e “orquestrá-los” adequadamente. Na mesma direção desta reflexão, Farias (2022) baseia-se em Ribeiro (2021) para indicar a existência de “modulações” dos distintos modos de linguagem, isto é, “camadas de modos semióticos” que são combinadas nos textos de acordo com os propósitos do autor e as coerções do gênero textual/discursivo. Além desses aspectos, Kress (2015) indica as particularidades socioculturais de cada comunidade como um dos fatores de maior relevância no que diz respeito às semioses mobilizadas nas interações. Disso decorre que, em certas comunidades, determinado modo semiótico pode ter seus usos mais desenvolvidos e, em outras, menos. Tal fato não está relacionado a um maior ou menor desenvolvimento intelectual de cada sociedade (visão preconceituosa da qual o autor veementemente se afasta), mas sim às suas necessidades, bem como a seus traços culturais, visto que o menor uso de uma semiose é “compensado” por um maior aproveitamento de outra.

Ao discutir os desdobramentos metodológicos da análise multimodal de seu *corpus* (aulas presenciais de geografia), Ranieri (2015) destaca outro aspecto fundamental da multisseiose: o entrelaçamento entre semioses é também um entrelaçamento de significados, isto é, potencializa o surgimento de ressignificações. “[...] Por mais que cada modo de comunicação apresente uma organização de significados particular, a articulação entre eles nos leva à produção de um novo sentido que está associado ao contexto de produção” (Ranieri, 2015, p.109). O mesmo aspecto é destacado por Lemke (2010), mais especificamente em relação a junção das semioses verbal e imagética. Para ele, a combinação dessas semioses multiplica a significação, pois os sentidos que palavra e imagem teriam isoladamente são sempre, em alguma medida, transformados nessa junção: “o significado da palavra se modifica através do contexto imagético e o significado da imagem se modifica pelo contexto textual, fazendo do todo algo muito maior do que a simples soma das partes” (Lemke, 2010, p. 456).

Também focalizando textos de composição verbo-imagética, Kress e van Leeuwen (1996) já apontavam para essa direção ao postularem que as imagens podem desempenhar, na construção de sentidos, funções correspondentes àquelas desempenhadas pelas palavras. Para

esses autores, quando mobilizadas em um mesmo texto, essas semiões atuam de maneira conjunta ou até mesmo dependente (quando o sentido pretendido só se produz com a junção dos componentes verbais aos imagéticos). Esse entendimento não implica desconsiderar as profundas diferenças existentes entre os modos de linguagem, segundo esclarece van Leeuwen (2011), uma vez que nem todos os sentidos expressos verbalmente podem ser construídos imageticamente, por exemplo, pois cada modo tece sentidos à sua própria maneira. Sendo assim, na perspectiva da semiótica social — que nesse ponto consideramos perfeitamente compatível com nosso posicionamento no âmbito da LT —, cada modo semiótico possui seus próprios *affordances* (“potencialidades” ou “recursos”, em tradução livre), que se complementam ou até mesmo se modificam, conforme a combinação desses modos na produção textual (Kress, 2015).

Levando em conta as semelhanças e diferenças que particularizam a semiõe imagética em sua relação com a verbal, Kress e van Leeuwen (1996) propõem em sua GDV “categorias gramaticais” para o estudo das imagens, porquanto a semiótica social que desenvolvem, como já mencionamos, tem por fundamento a gramática sistêmico-funcional. Por essa razão, ao discorrer sobre os estudos do texto que focalizam as relações multissemióticas, Custódio-Filho (2011) argumenta que a GDV não dá conta das análises da LT em uma abordagem sociocognitiva-discursiva. Isso porque o caráter hallidayano da GDV torna suas categorias demasiadamente rígidas, o que contraria um ponto fundamental da LT, que consiste em não tratar os aspectos textuais-discursivos nos mesmos moldes engessados das gramáticas.

Consideramos acertada e corroboramos com essa constatação de Custódio-Filho (2011), pois compreendemos que a adoção do modelo analítico completo da GDV não seria adequada para as análises da LT que praticamos. Porém, alinhamos nosso posicionamento aos de Mozdzenski (2012), Lima da Silva (2016) e Farias (2022), pesquisadores que se valem de postulados da semiótica social e da multimodalidade discursiva para contribuir interdisciplinarmente com suas análises textuais-discursivas baseadas em categorias da LT sem, no entanto, adotar por inteiro o aporte analítico da GDV. Tal posicionamento vai na direção do que coloca Kress (2015) ao descrever a semiótica social como uma das teorias que estuda os fenômenos multissemióticos e que pode fornecer ferramentas teóricas a outras teorias que se proponham a observar os mesmos fenômenos. É o que também defende Bateman (2022) em sua abordagem da multimodalidade como um “patamar” de reflexões a ser alcançado pelas diversas teorias que se debruçam sobre a linguagem e que, para tal

alcance, podem recorrer à semiótica social sem necessariamente assumir a totalidade de seu arcabouço teórico.

Dessa forma, na esteira do que discute Lima da Silva (2016) em sua análise da tipografia cinética em vídeos institucionais, consideramos uma das categorias da GDV particularmente produtiva para a análise que propomos: a *saliência* (apresentada pela GDV como um dos aspectos composicionais da semiose imagética), sobretudo diante de sua interface com a categoria textual-discursiva da intertextualidade. A *saliência* diz respeito ao “grau em que um elemento chama a atenção para si próprio, devido ao seu tamanho, à sua posição em primeiro plano ou à sua sobreposição com outros elementos, à sua cor, aos seus valores tonais, à sua nitidez ou definição, e outros aspectos” (Kress; Van Leeuwen, 1996, p. 210, tradução nossa²⁰). Assim, ao utilizar a semiose imagética na produção de textos, é possível conferir um maior ou menor grau de *saliência* aos elementos, de acordo com a produção de sentidos pretendida. Essa categoria possibilita, portanto, a observação de quais são as informações às quais o locutor confere maior destaque visual em seu texto.

Acreditamos, então, que considerar a *saliência* pode nos auxiliar a flagrar textualmente a construção de PDVs por meio da semiose imagética — tanto a construção do PDV principal quanto a representação de PDVs atribuídos a outros enunciadores. Consequentemente, ao nosso ver, a *saliência* consiste em um fator que aponta para a orientação argumentativa do texto. Quanto à relação entre *saliência* e intertextualidade, Lima da Silva (2016) esclarece que a alusão a outros textos pode conferir destaque a uma informação e, assim, ser utilizada como uma forma de *saliência*. Para esse entendimento, a autora toma por base o que indicam Kress e van Leeuwen (1996) quando caracterizam o uso de “símbolos culturais potentes” como uma das manifestações da *saliência*.

Observemos no exemplo abaixo alguns dos aspectos que discutimos até aqui, sobretudo quanto à relação entre as semioses verbal e imagética na construção de PDVs.

²⁰ No original: “The degree to which an element draws attention to itself, due to its size, its place in the foreground or its overlapping of other elements, its colour, its tonal values, its sharpness or definition, and other features”.

Exemplo 03 - Peça da campanha eleitoral presidencial de Lula (PT)



LULA É CRISTÃO
compartilhe a verdade

- 1** Lula **acredita em Deus** e é cristão.
- 2** Lula **não tem pacto** nem jamais conversou **com o diabo**.
- 3** Lula acredita que um **presidente deve cuidar** de quem tem fome.
- 4** Com Lula na presidência, o Brasil viveu um momento de prosperidade e o país chegou à **6ª maior economia do mundo**.

LULA PELA VERDADE | lula.com.br/verdadenarede
Coligação Brasil da Esperança - Federações F6 Brasil (PT/PCdoB/PV) e PSOL/REDE. Solidariedade, PSB, AGIR e AVANTE

Fonte: <https://www.instagram.com/lulaoficial/p/CjTDF9QOPqk/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

A peça de campanha eleitoral acima foi publicada no perfil oficial de Lula na rede social *Instagram*, no dia 04 de outubro de 2022, e circulou em grupos do aplicativo de mensagens instantâneas *whatsapp*, também no mês de outubro daquele ano. Nesse texto, as semioses verbal e imagética são mobilizadas conjuntamente para a defesa de um PDV principal, assumido pelo locutor/enunciador primeiro que, nesse caso, é a coligação de partidos responsável pela campanha, liderada pelo PT. A identificação de L1/E1 nesse texto é possível por duas razões principais: a publicação foi feita por um perfil oficial da campanha (o do próprio candidato) e, na seção inferior da peça, há uma espécie de “assinatura” por meio do logotipo “Lula pela verdade” e do endereço do site oficial do então candidato — mais especificamente da plataforma “verdade na rede”, dedicada a denunciar e desmentir notícias falsas a respeito da candidatura de Lula em 2022.

A saliência conferida à imagem de Lula nessa peça é um indicativo de que ele é tanto enunciador segundo quanto objeto de discurso em destaque no texto — Lula aparece com o rosto em foco, em expressão facial serena e olhar direcionado ao interlocutor, na primeira imagem da peça, posicionada no canto superior esquerdo, o que possibilita que essa imagem seja um dos primeiros elementos visualizados pelo leitor. O gesto realizado por Lula, com as mãos espalmadas e unidas verticalmente, próximas ao rosto, também confere saliência a essa imagem, pois trata-se de um símbolo cultural forte no Brasil, que remete à oração. Além de apontar para Lula como enunciador em destaque, a imagem do candidato com as mãos unidas, em um gesto de oração, também é um indício do PDV principal desse texto. Esse PDV fica

evidente quando relacionamos essa primeira imagem aos trechos verbais e aos demais elementos visuais que compõem a peça de campanha, uma vez que todos apontam para a defesa de Lula como um candidato compatível com o ideal cristão.

Outro elemento saliente nesse texto é a frase “Lula é cristão”, trecho verbal que ganha destaque pelos recursos visuais do tamanho e formato da fonte, da cor amarela e do fundo azul escuro, inclinado para a direita, que projeta a frase para o primeiro plano. Logo abaixo, em fonte menor, mais fina e na cor branca, vemos o enunciado “compartilhe a verdade”, que incita o interlocutor à ação de compartilhamento do texto nas redes sociais. Apesar de ter menor grau de saliência em relação ao primeiro trecho verbal, esse enunciado é de grande importância para a construção de sentidos dessa peça de campanha, pois, a partir dele, podemos recuperar o PDV ao qual o texto se opõe: o das inverdades sobre a relação de Lula com as religiões cristãs. Os enunciados verbais numerados como 1 e 2, ao mesmo tempo em que participam da construção do PDV principal — Lula é um candidato compatível com o ideal cristão —, reforçam a possibilidade de inferência desse PDV contrário ao do texto.

Ainda que o enunciador ao qual tal PDV das inverdades não esteja explicitado, também é possível recuperá-lo a partir do contexto de emergência dessa peça de campanha eleitoral.²¹ Isso porque, no período de campanha das eleições presidenciais de 2022, a propagação de *fake news* foi amplamente utilizada como ferramenta ilícita para a conquista de votos pelo principal candidato opositor a Lula, Jair Messias Bolsonaro, que, à época, ocupava o cargo de presidente.²² Nos enunciados 1 e 2, assim como nos enunciados 3 e 4, também se observa o uso do recurso visual da cor e do tamanho da fonte para conferir saliência às informações mais relevantes.

Voltando à seção superior do texto, a segunda imagem, cujo grau de saliência é menor quando comparado ao da primeira, contribui para a construção do PDV principal ao apresentar Lula (e2) com a cabeça baixa e os olhos fechados, de frente para um homem que está vestindo terno e impõe as mãos abertas sobre a cabeça do então candidato. A junção da postura de Lula ao gesto realizado pelo homem (que também consideramos um enunciador segundo, e3), bem como aos demais elementos verbais e visuais que compõem o texto, leva o

²¹ Tal inferência é possível a partir de relações intertextuais. Esse aspecto não é discutido nesta seção, uma vez que ainda não tratamos do critério textual-discursivo da intertextualidade, mas será abordado adiante, tanto na seção dedicada à intertextualidade quanto na análise do *corpus*.

²² Bolsonaro chegou a ser multado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devido à propagação de notícias falsas em sua campanha, conforme divulgado pelo TSE. (Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/tse-multa-bolsonaro-por-veiculacao-de-desinformacao-nas-eleicoes-de-2022> . Acesso em 09 de mai. 2024)

leitor à compreensão de que a imagem registra um momento de oração ou bênção advinda de um líder religioso e direcionada a Lula.

A vestimenta do homem, seu gesto com as mãos e a presença da enunciadora Benedita da Silva (e4), deputada federal declaradamente evangélica e filiada ao PT, sugerem, ainda, que se trata possivelmente de uma cerimônia cristã-protestante. Por meio da trama de sentidos produzida pela relação entre os elementos verbo-imagéticos desse texto, compreendemos que se imputa a Lula o PDV de estar alinhado aos valores cristãos. Por serem figuras diretamente ligadas a uma religião cristã, o pastor e a deputada evangélica são enunciadores que, apesar de não estarem salientes no texto, trazem certa autoridade ou “credibilidade religiosa” à orientação argumentativa dessa peça de campanha eleitoral.

As cores predominantes nesse texto também constituem uma escolha visual relevante para a construção de sentidos. A predominância do azul e do amarelo produz certo distanciamento entre a figura de Lula e a de seu partido, por essas não serem as cores oficiais do PT. Da mesma maneira, a presença reduzida da cor vermelha desassocia o candidato do campo político de seu partido, que se utiliza majoritariamente dessa cor em suas campanhas. Assim, certamente não foi aleatória essa seleção de cores para uma peça de campanha cujo público alvo, de acordo com as pesquisas de opinião realizadas à época²³, em grande parte apresentava hostilidade em relação à esquerda.

Vemos, portanto, que é na associação entre cor, imagem, gesto e palavra que está fundamentada a produção de sentidos desse texto. O reconhecimento da importância desses processos associativos entre modos semióticos motivou trabalhos como os de Horner *et al.* (2015) e Shipka (2016) a defenderem o conceito de *transmodalidade*. A adoção do prefixo *trans*, como expõe Horner *et al.* (2015), tem como propósito contemplar não só a pluralidade dos modos semióticos, mas principalmente os cruzamentos e negociações que se dão entre eles, tanto no processo de produção quanto no de compreensão. Com base nesses autores, Farias (2022) demonstra, em sua acurada exploração do conceito de transmodalidade, que as possibilidades de conexão entre determinadas semioses são favorecidas ou restritas por aspectos contextuais que incluem gênero, mídia e cultura. Conforme depreendemos a partir da discussão proposta pela autora, as convenções tipicamente presentes nos gêneros textuais, que os diferenciam entre si tanto pela forma quanto (principalmente) pela função, são

²³ Ao longo da campanha eleitoral de 2022, muitos institutos de pesquisa realizaram estudos para verificar a intenção de voto e a opinião dos grupos religiosos quanto aos principais candidatos. Entre essas pesquisas, podemos citar as do Instituto Datafolha, amplamente divulgadas em notícias sobre as eleições, como essa: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/datafolha-bolsonaro-se-descola-de-lula-e-lidera-entre-evangelicos.html> (Acesso em: 05 mai. 2024).

determinantes de quais semioses podem ser combinadas adequadamente em determinado evento comunicativo. Da mesma forma, a mídia utilizada impõe limites técnicos e estilísticos que também impactam na relação entre semioses: uma plataforma digital como o YouTube, por exemplo, favorece a combinação de elementos visuais, sonoros e verbais, enquanto um livro impresso torna menos viável a imbricação dessas semioses. Além disso, fatores culturais influenciam a interpretação e a aceitação dessas associações, pois determinados recursos semióticos podem ter significados específicos ou diferentes graus de relevância em contextos culturais distintos.

Como pontuamos, para a abordagem da LT na qual nos inscrevemos, outra propriedade além da multissemiótica é considerada como inerente ao texto: a argumentatividade. A seguir, dedicamo-nos a discutir esse traço da textualidade, relacionando-o à multissemiótica e também à representação de PDVs.

2.2 A argumentação como fator constitutivo do texto

De maneira análoga à questão da multissemiótica, os estudos da argumentação — e, mais especificamente, a noção de que todo texto é imbuído de argumentatividade (Amossy, 2018; Cavalcante *et alii*, 2020) — tornaram-se caros à LT graças a diálogos interdisciplinares, que possibilitam o enriquecimento das análises textuais a partir de contribuições advindas de outros campos de pesquisa sobre a linguagem, o discurso e a produção de sentidos. Tendo isso em vista, nesta seção, faremos um percurso pelas principais contribuições de teorias bastante difundidas e que em muito contribuem para a LT brasileira, tais como a Retórica Clássica (Aristóteles, Ret. I, II, III), a Nova Retórica (Perelman; Tyteca, [1958] 2014) e a Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2017; 2018; 2020). Nesse percurso, recorreremos também a aportes teóricos que tratam particularmente da argumentatividade em textos predominantemente imagéticos, como os trabalhos de Blair (2004) e Hill (2004). Tal itinerário teórico nos proporcionará as bases para, além de compreendermos a argumentatividade na perspectiva da LT, retomarmos as reflexões sobre o PDV (Rabatel, 2008; 2016a; 2021a), situando-as no estudo textual-discursivo da argumentatividade e defendendo sua aplicação para além dos textos predominantemente verbais, uma vez que concebemos o PDV como categoria textual e, portanto, multissemiótica.

Passemos, então, à primeira parte do trajeto, da Retórica à Nova Retórica.

2.2.1 Da Retórica à Nova Retórica: início e retomada dos estudos ocidentais sobre a persuasão

Na história ocidental, os estudos sistemáticos sobre as formas de convencer ou influenciar outrem remontam ao século V a.C., quando, na região da Sicília, Córax e seu pupilo Tísias organizaram o primeiro manual destinado a ensinar a arte da persuasão pela palavra (Cf. Reboul, 2004). A organização desse manual respondia a uma demanda popular daquela região à época, uma vez que se vivenciava o início de uma democracia e os cidadãos precisavam representar a si mesmos e a suas famílias diante do judiciário, na tentativa de recuperar propriedades espoliadas pelo regime tirânico anterior (Cf. Reboul, 2004). O interesse sobre tais técnicas de argumentação espalhou-se e floresceu ainda mais intensamente na democracia de Atenas, onde Aristóteles dedicou-se a elas e sistematizou-as em *demonstração, retórica, sofística e dialética*.

A demonstração está ligada à lógica formal aristotélica, consiste na apresentação sistematizada de verdades, portanto não dá lugar ao debate nem ao contraditório; a retórica, por outro lado, diz respeito ao convencimento pelo viés do *verossímil* — o orador adequa suas colocações ao perfil do auditório ao qual se dirige —, o que proporciona problematizações; já a sofística relaciona-se à persuasão sem qualquer limite moral ou ético, recorrendo, inclusive, ao engano; a dialética, por fim, consiste no jogo de ideias, a troca intelectual que busca não transgredir a lógica. (Cf. Reboul, 2004; Paulinelli, 2014; Macedo, 2018). Dessa maneira, dialética e retórica estão profundamente ligadas, pois, como indica Reboul (2004), a dialética é um meio do qual a retórica pode se valer para persuadir.

Entre as quatro modalidades apresentadas, a retórica é central quando se trata de persuasão. Em sua célebre obra “Retórica”, Aristóteles (Ret. I, 1355b) a define “[...] como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão. [...] Vemo-la como o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir”. Assim, a retórica aristotélica tem a relação do orador com o auditório como foco, pois é sempre por meio da observação de como se caracteriza o auditório ao qual se dirige que o orador organiza seu discurso. A partir da imagem que constrói acerca de seu auditório, o orador mobiliza três meios de persuasão (Aristóteles, Ret.I), mais conhecidos como provas retóricas, que, para o filósofo, são grandes pilares dos quais derivam todas as estratégias persuasivas: *ethos, pathos e logos*.

O *ethos* corresponde às maneiras de representar a si mesmo que o locutor elabora em seu discurso. Sendo assim, a ligação entre *ethos* e auditório está no fato de que o locutor busca ressaltar em si mesmo as qualidades (e até mesmo os defeitos, caso esses possam gerar

empatia) que supõe mais agradáveis para o seu público, ou, ainda, que possam gerar mais confiança e respeito em relação à pauta de persuasão naquele auditório em particular. Isto é, as características de si evidenciadas pelo locutor, a depender do contexto, são selecionadas de forma a corresponder às expectativas do auditório, fazê-lo identificar-se com o locutor ou mudar suas ideias preconcebidas sobre ele. (Cf. Paulinelli, 2014; Amossy, 2020).

O *pathos* diz respeito ao uso das emoções como fator de influência, é a prova retórica por meio da qual o orador busca “levar o auditório a uma certa disposição de espírito” (Aristóteles, Retórica I, 2011, 1556a). Ou seja, mobiliza-se o *pathos* quando se intenta convencer ou influenciar o auditório mediante o apelo emocional, buscando despertar emoções positivas (alegria, afeto, piedade...) ou negativas (tristeza, raiva, repulsa...) em favor da persuasão.

Por sua vez, o *logos* refere-se à estruturação dos argumentos e de seu conteúdo. Assim, recorrer ao *logos* é utilizar-se da organização do discurso, da maneira de apresentação dos tópicos que compõem os argumentos, em benefício da persuasão. Em outras palavras, essa prova de persuasão está relacionada a como o discurso é organizado para gerar verossimilhança — convencer o auditório sobre o que o orador defende como verdade. (Cf. Aristóteles, Retórica I, 2011, 1556a; Macedo, 2018). Para Aristóteles, as três provas retóricas desempenhariam papéis de igual importância na persuasão do auditório. Ao longo da história dos estudos da argumentação, *ethos*, *pathos* e *logos* permaneceram como conceitos relevantes, como o são até hoje, embora alguns estudiosos tenham dedicado-se somente ao *logos* e atribuído valor desigual a cada uma das provas, conforme veremos adiante.

Após seu auge durante alguns séculos da antiguidade clássica, os estudos retóricos passaram por um longo período de desprestígio. Apesar de o próprio Aristóteles tecer críticas em relação à sofística e diferenciá-la da retórica precisamente pelos valores éticos que orientam essa última, o caráter por vezes enganoso da sofística, na busca pela persuasão a qualquer custo, passou a ser atribuído também à retórica (Cf. Paulinelli, 2014; Lima da Silva, 2016; Macedo, 2018). Esse desprestígio atravessou toda a Idade Média, período em que a possibilidade de questionar e problematizar ofertada pela retórica era repudiada pela igreja — ainda que os monges estudassem e recorressem às estratégias retóricas de persuasão para as pregações e, assim, tenham de algum modo contribuído para o desenvolvimento desses estudos durante a era medieval —, e prolongou-se ao encontrar a resistência do racionalismo, que buscava uma objetividade completa e por isso detinha-se às verdades absolutas da lógica

formal, e do romantismo, para o qual os meios retóricos de persuasão distanciaram os sujeitos da sinceridade e do que seria “natural”(Reboul, 2004).

A retórica voltou a ter notoriedade acadêmica muito tempo depois, já no século XX. Entre as investigações que resgataram o interesse pelas questões da persuasão sob essa perspectiva, destaca-se a liderada por Perelman a partir da década de 1940, denominada Nova Retórica. Com o objetivo de contrapor-se ao positivismo que dominava as distintas áreas da academia, inclusive as humanidades, o jurista dedicou-se a uma interpretação moderna da retórica aristotélica. Junto com Olbrechts-Tyteca, Perelman publicou em 1958 sua obra mais amplamente divulgada, o Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. Como destacam Coelho (2015) e Paulinelli (2014), a proposta de Perelman não só retoma a retórica clássica, mas também a amplia em alguns aspectos, pois propõe uma racionalidade negociada, baseada em critérios e acordos que não precisam seguir a lógica formal.

Se, por um lado, essa preocupação com a proposta de uma racionalidade negociada confere ineditismo à Nova Retórica, por outro lado, parece-nos que dela também advém algumas das limitações analíticas da teoria. O interesse pela apresentação dos argumentos e sua organização acaba por centrar as análises no âmbito do *logos*, sem contemplar *ethos* e *pathos* (Amossy, 2018), o que limita a profundidade dos estudos, pois a representação que o orador faz de si mesmo e as tentativas de afetar as emoções do auditório são partes igualmente importantes da construção da argumentatividade, como já demonstrava Aristóteles.

Apesar de não contemplar *ethos* e *pathos*, a Nova Retórica tem a relação entre orador e auditório como ponto fundamental. Essa relação é baseada, inicialmente, na existência de uma questão sobre a qual as partes (orador e auditório) estejam dispostas a debater — nessa perspectiva, não pode haver argumentação se para uma das partes não houver espaço para a contradição — e, em segundo lugar, na instauração de um acordo, isto é, uma base de concordância prévia sobre a qual o orador pode construir seus argumentos de maneira a conectar-se ao auditório (Cf. Perelman, 1987; Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2014).

Para que isso seja possível, o orador precisa “projetar” seu auditório a partir das informações de que dispõe e também das inferências que consegue realizar a partir delas. Como os auditórios são heterogêneos, cabe ao orador encontrar as “afinidades” e selecionar argumentos que levem à adesão da maioria no grupo ao qual se dirige. Além das projeções relacionadas a um auditório particular, tomando como base características psicossociais daquele grupo de pessoas (como a religião, a classe social, as crenças político-ideológicas, etc) o orador pode, ainda, utilizar-se da projeção de um *auditório universal* e mobilizar argumentos baseados em fatos e valores universais, que seriam aderidos por qualquer um

capaz de sujeitá-los ao crivo da razão (Cf. Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2014). Esse auditório universal, no entanto, não é empírico, trata-se apenas de um “ideal argumentativo”, como esclarece Paulinelli (2014), já que a argumentação retórica não se pretende absoluta como a lógica.

O acordo prévio que fundamenta a argumentação do orador através de seu vínculo com o auditório pode ser instaurado com base na escolha das proposições iniciais (premissas), no modo de apresentação delas ou em seu próprio conteúdo. Os objetos do acordo relacionados ao conteúdo das premissas são analisados por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014) nas categorias do *real* e do *preferível*, sendo a primeira composta pelos fatos, verdades e presunções; já a segunda, pelos valores, hierarquias e lugares. A categoria do real caracteriza-se pela pretensa proximidade com a realidade objetiva, de modo que os fatos, verdades e presunções prescindem, a princípio, de outros argumentos que favoreçam a adesão. O oposto ocorre com os valores, hierarquias e lugares, pertencentes ao âmbito do preferível, uma vez que estão relacionados ao discernimento de um auditório particular.

Os valores estão relacionados a questões morais, culturais e/ou religiosas, capazes de gerar “juízos de valor”, por isso partilhar um valor com o auditório consiste em uma vantagem na argumentação, pois torna o auditório mais suscetível a aderir às teses apresentadas. Aos valores estão ligadas as hierarquias, que dizem respeito à “ordem” de relevância ou prioridade desses valores. Já os lugares (comuns ou específicos) consistem em esquemas argumentativos ou premissas gerais que, associados a determinado valor, intensificam a adesão²⁴.

Conforme mencionamos, na Nova Retórica esses objetos de acordo são tidos como uma “base” para o desenvolvimento dos argumentos apresentados visando à defesa de uma tese. Para essa defesa, o orador mobiliza *técnicas argumentativas de ligação*, que buscam vincular a tese defendida àquelas presumidamente já admitidas pelo auditório, ou de *dissociação*, que objetivam afastar as teses presumidamente admitidas daquelas que contrariam a tese defendida pelo orador (Cf. Perelman, 1987; Perelman; Tyteca, [1958] 2014). As técnicas argumentativas, tema da última parte do Tratado da Argumentação, são nucleares para a Nova Retórica, como bem define Macedo (2018), pois configuram esquemas de argumentos através dos quais seria possível desenvolver a chamada racionalidade retórica e, assim, defender a tese pretendida. Essas técnicas estão relacionadas ao conteúdo dos

²⁴ Nosso objetivo nesta seção é o de apresentar os princípios gerais da Nova Retórica, por isso não detalhamos as definições de cada categoria. Para aprofundamento, além do Tratado da Argumentação (Perelman; Olbrechts Tyteca, [1958] 2014), indicamos a leitura do capítulo 2 da tese de Macedo (2018), bem como os trabalhos de Paulinelli (2014), Coelho (2015) e Reboul (2004).

argumentos e à sua disposição estrutural no texto, o que mais uma vez demonstra a focalização do *logos*.

Por ter se originado no âmbito das ciências jurídicas, mais particularmente na filosofia do direito, a Nova Retórica encontrou certa resistência nos estudos da linguagem e seu impacto nesse campo de investigação não foi imediato. No entanto, a argumentação, entendida como o agir pela linguagem para influenciar o interlocutor, já despertava o interesse das ciências da linguagem na mesma época em que se desenvolvia a Nova Retórica, a partir das investigações da pragmática (Cf. Paulinelli, 2014; Pinto, 2017).

Como vimos na seção 1.2, a pragmática teve papel importante para o desenvolvimento da LT brasileira, sobretudo a partir dos trabalhos de Koch e Marcuschi, que desde a década de 1980 apontam para a inexistência de neutralidade nos textos. Também exerceu forte influência nos estudos da argumentação nas ciências da linguagem a teoria da argumentação na língua, de Ducrot, de viés retórico, em certa medida, porém estruturalista. A repercussão de Ducrot na LT brasileira pode ser exemplificada pela obra “Argumentação e Linguagem”, publicada por Koch ([1984] 2011).

Pode-se dizer, assim, que a Nova Retórica reinaugurou as análises argumentativas que vão além da lógica formal, tendo influenciado, ainda que indiretamente, as demais linhas de pesquisa que a seguiram, sobretudo na linguística. Entre essas teorias, podemos citar a teoria da argumentação no discurso (TAD), de Amossy, como uma das que estabelece vínculo explícito com a Nova Retórica. A TAD amplia o horizonte analítico apresentado por Perelman, pois adiciona a ele o interesse pelos aspectos discursivos, de forma a alargar o próprio conceito de argumentatividade.

Tendo em vista os muitos frutos já produzidos pela aliança entre TAD e LT (Macedo, 2018; Cavalcante *et alii*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022), bem como a compatibilidade que observamos entre as perspectivas de Amossy (2018; 2020) e as de Rabatel (2016; 2018), na seção seguinte dedicamo-nos a apresentar as principais proposições da TAD e a tratar de suas contribuições para a LT brasileira, aliando-as à noção de PDV que assumimos junto a Rabatel (2016; 2021a) e a Cortez (2011; 2018).

2.2.2 A Teoria da Argumentação no Discurso e suas interfaces com a Linguística Textual e com a abordagem textual-discursiva do PDV

Concebida por Amossy (2017; 2018; 2020), a teoria da argumentação no discurso (TAD) consiste em uma abordagem teórica que aproxima das ciências da linguagem os

saberes da Nova Retórica e, assim, preenche uma lacuna nos estudos discursivos, ao agregá-los aos conhecimentos retóricos. Tal como Perelman e Tyteca ([1958] 2014), Amossy (2018) toma as relações entre locutor e auditório como centrais em sua abordagem, corroborando as ideias da Nova Retórica quanto à importância de conhecer o auditório e aproximar-se dele para persuadir. Tais ideias são acrescidas, no entanto, do interesse pelos aspectos discursivos, como o contexto sócio-histórico e a dinâmica das distintas práticas discursivas, concretizadas em gêneros, que para a TAD são cruciais para a compreensão de como é construída a argumentação (Cavalcante *et al.*, 2022). Como sumariza acertadamente Macedo (2018, p.50), “essa abordagem da argumentação, portanto, é essencialmente discursiva, porque relaciona, necessariamente, o uso da linguagem, materializado em textos, aos lugares sociais e às restrições institucionais que lhe imprimem força e legitimidade”.

Pelo entendimento de que outros fatores além da estruturação das premissas impactam a argumentatividade, a TAD abrange em suas análises as provas retóricas do *ethos* e do *pathos*, conferindo-lhes o mesmo grau de importância que a Nova Retórica concede somente ao *logos*. Assim, Amossy (2018) resgata a paridade entre as três provas retóricas, como propunha a retórica clássica, considerando que essas podem atuar em conjunto, cada uma assumindo maior ou menor destaque a depender dos propósitos do orador e das características do auditório. A análise de como e por quê são mobilizadas essas provas retóricas ganha dimensão nova na TAD, uma vez que *ethos*, *pathos* e *logos* são relacionados às questões discursivas. Compreende-se, por exemplo, que a construção do *ethos* não depende unicamente da vontade do orador, pois também tem a ver com as coerções sociais às quais ele está submetido, mesmo que não as reconheça.

Ao admitir a repercussão dessas coerções, graças à sua base teórica proveniente da análise do discurso na França, Amossy (2018) distingue sua concepção de sujeito daquela adotada pela retórica clássica e pela Nova Retórica. A concepção defendida pela autora alia a intencionalidade do sujeito retórico à ideia de sujeito coagido pelo contexto, defendida pela sua linha de análise do discurso²⁵, para conceber um sujeito intencional e, ao mesmo tempo, sobredeterminado. Essa concepção de sujeito é muito cara à LT brasileira contemporânea, como elucidam Cavalcante *et alii* (2020) e Cavalcante *et al.* (2022), pois possibilita que o analista considere o repertório individual de conhecimentos do locutor e suas tomadas de

²⁵ A análise do discurso a que se filia a autora dialoga com aquelas praticadas por autores como Charaudeau e Maingueneau, que se distinguem da análise do discurso peuceuxiana, para a qual o sujeito é completamente “assujeitado” pela ideologia.

decisão sem ignorar os fatores culturais, sociais e as questões do inconsciente, que também o constituem.

Apesar da origem teórica distinta, consideramos possível estabelecer uma interface entre tal compreensão do sujeito e aquela assumida por Rabatel (2016), originalmente proposta por Authier-Revuz (1990; 1998). Como vimos anteriormente, esses autores também reconhecem um sujeito heterogêneo, mas, nesse caso, focaliza-se a clivagem pelo inconsciente, já na proposta de Amossy (2018) são focalizadas as coerções do contexto sócio-histórico. As duas compreensões se aproximam, portanto, por admitirem um sujeito intencional que não possui controle absoluto sobre suas ações, visto que é coagido por fatores externos e internos, alheios à sua vontade consciente. Essa característica em comum faz delas compatíveis aos interesses analíticos da LT.

Relaciona-se a essa concepção de sujeito o entendimento da LT de que todo fazer linguageiro é direcionado a um propósito, ou seja, sempre intenciona uma ação sobre o outro.²⁶ Esse pressuposto, já sustentado na LT brasileira, por influência da pragmática, desde os trabalhos inaugurais da abordagem sociocognitivo-interacional publicados por Koch (1984; 2002) e Marcuschi ([1983] 2012), é ampliado e aprofundado quando o conjugamos à visão retórico-discursiva de Amossy (2018; 2020) sobre a argumentatividade – conjugação teórica essa que foi sistematizada por Cavalcante (2016).

Em sua TAD, Amossy (2018; 2020) reconhece a argumentação como um traço constitutivo do discurso. Esse reconhecimento é possível graças a uma visão ampla sobre o conceito de argumentação, que a observa em um *continuum* que vai do menor ao maior grau de explicitude. Admite-se, assim, que a defesa estruturada de uma tese não é essencial para que o discurso apresente argumentatividade, nem mesmo uma problematização explícita é necessária para que a argumentação esteja presente. Isso porque, para Amossy (2018), toda tentativa de influência caracteriza-se como argumentativa. Como admite que todo ato discursivo visa, em alguma medida, influenciar o outro, a autora considera que *todo discurso é argumentativo*.

Com esse posicionamento, a TAD expande seu escopo de análise em comparação àquele da retórica clássica e da Nova Retórica, que veem como condicionais para a argumentação a existência evidente de uma problematização e de uma estruturação dos argumentos. Para essa expansão analítica, Amossy (2018) realiza uma importante distinção entre os discursos que apresentam *dimensão argumentativa* e os que possuem *visada*

²⁶ Como vimos anteriormente, essa ideia chegou à LT por influência da pragmática.

argumentativa. Os discursos de visada argumentativa são aqueles em que uma tese é diretamente e estruturadamente apresentada e defendida, como ocorre nos gêneros predominantemente argumentativos, tais como o artigo de opinião, o debate, a redação de vestibular ou a defesa jurídica, por exemplo. Já a dimensão argumentativa diz respeito a qualquer tentativa de influência do locutor em relação ao auditório, ainda que tal tentativa não ocorra de forma direta e dispense os esquemas de raciocínio, pois ela pode ser expressa por investidas mais discretas no direcionamento da compreensão. Dessa forma, diferentemente da visada, que está presente apenas em gêneros reconhecidamente argumentativos, a dimensão argumentativa se apresenta em todo discurso.

Nessa perspectiva ampla a respeito das formas de argumentar, considera-se que os discursos que argumentam implicitamente podem ser tão persuasivos — no sentido de influenciar o interlocutor na direção de um entendimento e/ou sentimento — quanto os que argumentam de maneira direta. Como demonstra Amossy (2018), há casos em que a argumentação não pretende fazer o alocutário aderir a uma tese, mas objetiva, por exemplo, o levantamento de reflexões e questionamentos. A autora aponta, ainda, para um aspecto que “fortalece” a argumentação indireta: as formas indiretas de argumentar tendem a não suscitar contra-discursos, pois constituem-se na evasão do confronto.

A posição sugerida é, então, bem mais convincente, uma vez que é apresentada na ausência de qualquer posição contraditória e que não é enunciada com todas as letras, mas dada a ser reconstruída pelo alocutário, que *adere mais facilmente a ela na medida em que ele mesmo a (re)constrói*” (Amossy, 2020, p. 84, grifos nossos).

Conforme abordamos na seção 1, a ideia de que formas menos evidentes de argumentatividade podem ser mais eficazes, de acordo com os propósitos do locutor, é corroborada por Rabatel (2016) quando o autor apresenta a expressão de PDVs como uma possibilidade de argumentação indireta.

Além de contemplar as formas indiretas do argumentar, em que não há problematização evidente, a TAD estende seu interesse analítico à extremidade oposta do *continuum*, na qual está a argumentatividade baseada no dissenso: a polêmica. Posicionando-se opostamente ao que postula a Nova Retórica, Amossy (2017) considera que a argumentação também se faz presente quando não há qualquer possibilidade de acordo entre as partes. Mesmo quando essa impossibilidade é conhecida pelo locutor desde o início da interação e, portanto, não há estratégia persuasiva que viabilize uma aproximação do interlocutor, a argumentatividade é construída no desacordo, visando a persuadir terceiros, com os quais o acordo já existe ou pode vir a existir. Isso porque, como afirma Amossy (2017,

p. 99-100), “em uma disputa no tocante às questões da sociedade, é preciso sempre reforçar o grupo daqueles que estão em um mesmo campo, impedir que eles não caiam na indiferença e que isso ative sua hostilidade contra a posição combatida e o grupo que a sustenta”.

Tem-se, então, que no discurso polêmico o objetivo da argumentação não é o convencimento do oponente. Assim, a polêmica consiste em uma modalidade da argumentação caracterizada pelo antagonismo radical entre teses, em um desacordo profundo. De acordo com Amossy (2017), essa modalidade da argumentação apresenta, em geral, três traços principais: a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do oponente. A violência e a paixão são traços secundários, que também podem acompanhar o discurso polêmico, mas nem sempre estão presentes. Devido a essas características, a polêmica, por vezes, é tida pelo senso comum como uma forma irracional ou pouco produtiva de debate, mas a perspectiva apresentada pela TAD mostra o contrário: a polêmica é parte essencial da gestão de conflitos nas democracias e são os regimes democráticos, nos quais se pretende garantir a liberdade de expressão, que possibilitam seu surgimento.

Além da polêmica, Amossy (2008 *apud* Cavalcante *et al.*, 2022) distingue outras modalidades que se distribuem ao longo do *continuum* da argumentação. Tal *continuum* é entendido como uma gradação, que vai das modalidades em que há somente dimensão argumentativa para as que apresentam visada. São enumeradas seis modalidades, que configuram, nas palavras de Macedo (2018, p.51), “estruturas globais de troca/interação argumentativa”: demonstrativa, patêmica, pedagógica, de coconstrução, negociada e polêmica. Essas modalidades não esgotam as possibilidades de trocas argumentativas possíveis no *continuum*, mas apresentam um panorama inicial amplo para as investigações.²⁷

Como pontuamos, por sua compatibilidade com os postulados da LT, a proposta da TAD tem sido incorporada a trabalhos que se dedicam a análises textuais, dentre os quais destacamos os do Grupo Protexito, originado na Universidade Federal do Ceará, que reúne pesquisadores em LT de todo o Brasil. Ao tratar dessa incorporação, Cavalcante (2016, p.122) nos ensina que “[...] para a LT, é na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve, em total dependência com as relações de coerência textual. A argumentação é constitutiva do discurso, mas é no texto que ela se expressa”. Nesse sentido, consideramos junto a Cavalcante (2016) e aos demais pesquisadores do Protexito (Cavalcante

²⁷ Optamos por descrever a modalidade polêmica por tratar-se de uma inovação teórica marcante para a distinção entre TAD e Nova Retórica. No entanto, não nos ocuparemos da descrição das demais modalidades, uma vez que essa categorização, ainda que possa ser produtiva em uma interface entre TAD e LT, não será utilizada em nossas análises.

et al, 2019; Cavalcante *et alii*, 2020; Cavalcante *et al*, 2022) que, assim como o discurso, o texto é constitutivamente argumentativo, independentemente do gênero em que se enquadra.

Também no âmbito da LT, esse posicionamento é corroborado por Adam (2019, p.39), porquanto o autor admite o fato de que “todo texto visa (explicitamente ou não) agir sobre representações, crenças e/ou comportamentos de um destinatário (individual ou coletivo)”. Assim, Adam (2019) diferencia a sequência argumentativa — forma prototípica de organização sequencial da textualidade, observada em textos que argumentam explícita e estruturadamente — da argumentação em sentido amplo — presente em todos os textos, relacionada ao intuito de influenciar, em qualquer que seja o nível, o interlocutor.

Essa mesma visão abrangente da influência pretendida por todo produtor de texto é compartilhada por Koch ([1984] 2011, p. 17), precursora da LT no Brasil, que, sob a influência da pragmática e da visão ducrotiana de argumentação na língua, nos ensina que “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”. Em Fiorin (2015), essa postura frente a argumentação é também legitimada, pois o autor considera que a argumentação é parte da natureza dialógica do discurso, que atribui responsividade a todo ato discursivo.

A compreensão ampla da argumentação assumida pela LT, construída desde a influência inicial dos estudos pragmáticos até o diálogo interdisciplinar mais recente com a proposta retórico-discursiva da TAD, está em harmonia com o que defende Rabatel (2018). Para o autor, não é necessário que premissas em defesa de uma tese sejam estruturadas para que tentativas de persuasão aconteçam, nem mesmo a oposição de PDVs é essencial à argumentação. Como vimos no capítulo 1, o PDV, definido como a expressão das percepções, opiniões, pensamentos e/ou ações de enunciadores em relação a objetos de discurso, pode engendrar o que Rabatel denomina de “argumentação indireta” .

As formas indiretas do argumentar, conforme indica o próprio Rabatel (2018), são aquelas que não possuem visada, mas apresentam dimensão argumentativa, na nomenclatura adotada por Amossy. O autor estabelece, portanto, uma relação de correspondência entre essas noções e situa sua teoria do PDV entre as abordagens amplas da argumentação. Compreendemos, assim, que analisar como são construídos ou representados os PDVs em um texto constitui uma maneira eficiente de observar a tessitura da orientação argumentativa, tanto em textos de visada quanto em textos de dimensão argumentativa.

Para tanto, encontramos apoio em Cavalcante *et al.* (2022), que indica o jogo enunciativo de PDVs como parte relevante da contenda argumentativa que tece os sentidos do texto. Seguindo a articulação entre LT e PDV que já propunha Cortez (2003; 2011), os autores

mobilizam conceitos da teoria rabateliana como a imputação e a assunção de PDVs para analisar a dimensão argumentativa dos textos. Dessa maneira, Cavalcante *et al.* (2022) articula, no bojo da LT, contribuições da TAD de Amossy e da teoria rabateliana do PDV a favor do estudo da argumentação como fator constitutivo da textualidade. Essa articulação é realizada também por Cortez e Pinto (2017), Cortez (2018) e Cortez e Catelão (2022), em seus estudos da argumentação emocionada — fundamentada majoritariamente na mobilização das emoções para a representação dos PDVs que, em negociação, instauram a dimensão argumentativa nos textos.

Tendo em vista tantas articulações produtivas entre o entendimento atual da LT a respeito da argumentação, tributário da TAD, e a teoria do PDV, bem como posicionando-nos na esteira dos trabalhos de Cortez (2003; 2011) — que inauguraram e consolidaram as pontes teóricas entre a proposta de Rabatel e a LT brasileira —, consideramos *o PDV como uma categoria do texto*, junto às demais categorias de análise já firmadas na LT. Mais precisamente, tomamos o PDV como uma *categoria enunciativo-textual transversal que opera na tessitura das orientações argumentativas (em dimensão ou em visada), cuja materialização em textos pode ser observada a partir de outras categorias textuais* — como o tópico, a referenciação e a intertextualidade.

Como detalhamos na seção 2.1, a perspectiva sociocognitivo-interacional e discursiva que adotamos concebe o texto como constitutivamente multissemiótico. Compreendemos, por consequência, que todas as categorias textuais (ou categorias analíticas do texto, como a referenciação, a intertextualidade e o tópico discursivo, por exemplo) podem ser construídas a partir de semioses diversas — o que abrange o PDV, visto que advogamos pelo seu tratamento como categoria do texto. Disso depreendemos que, segundo o entendimento da LT, a argumentatividade — para a construção da qual concorrem todas as categorias textuais (Cf. Macedo, 2018; Cavalcante *et alii*, 2020); — não está restrita à palavra, pois também expressa-se multissemioticamente. Na seção a seguir, apresentamos algumas das principais abordagens que tratam da construção multissemiótica da argumentatividade para, então, esboçar nossas considerações sobre a construção multissemiótica do PDV, baseadas também em Rabatel (2024; 2022; 2021) e no aporte teórico da LT.

2.2.3 Dos estudos da argumentação imagética à construção multissemiótica do Ponto de Vista

Em relação à argumentatividade, conforme pontuamos na seção anterior, a perspectiva da LT que praticamos alinha-se à TAD. No entanto, como em boa parte dos diálogos

interdisciplinares, há diferenças entre as abordagens que impõem algumas adequações e ressalvas. Como sinaliza Cavalcante *et al.* (2022), as análises da TAD são verbocêntricas, ou seja, consideram apenas as semioses verbais, característica que se opõe à concepção ampliada de texto que assumimos na LT. Por isso, nesta seção, recorreremos a outras perspectivas de natureza retórica, que têm seu interesse centrado, principalmente, nas formas visuais de argumentação. Com isso, pretendemos ampliar o aparato teórico já iniciado na seção 2.1, na qual tratamos da multissemiótica como fator textual constitutivo, agora detendo-nos especificamente à articulação entre multissemiótica e argumentação²⁸.

Ainda que Aristóteles tenha dedicado alguns estudos à importância dos gestos, da postura e do tom de voz para a oratória, a palavra é o meio de persuasão por excelência para a retórica clássica. Por essa razão, como discute Blair (2004), a maioria dos estudos retóricos desconsidera as demais semioses. Opondo-se a essa tendência, o autor dedica-se à retórica visual e defende que as imagens não só persuadem — no sentido amplo do termo, que diz respeito à influência a comportamentos, pensamento e emoções, ainda que o sujeito influenciado não esteja consciente —, como também argumentam, no sentido mais estrito da argumentação como apelo à razão.

A distinção entre argumentação e persuasão proposta por Blair (2004), aproxima-se daquela entre visada e dimensão argumentativa, assumida por Amossy (2018), ou entre argumentação direta e indireta, na acepção de Rabatel (2018). Mesmo não sendo priorizada nas investigações, a persuasão exercida pelas imagens — isto é, seu potencial de influência ou sua dimensão argumentativa — é tão “óbvia”, como afirma Blair (2004), que acaba por ser reconhecida pelo próprio senso comum, sempre associada a uma influência com base nas emoções. Essa associação é também motivadora da marginalização dos estudos da argumentatividade visual (cf. Blair, 2004; Hill, 2004), pois sentimentos e emoções são historicamente desprestigiados nas teorias da argumentação, como pontuamos na seção 2.2.1.

O senso comum não erra ao associar a persuasão por imagens ao apelo emocional, o grande equívoco está em desvirtuá-la por essa ligação, pois é exatamente nela que está um dos pontos mais fortes da retórica visual. Como explica Hill (2004), o processamento cognitivo de textos imagéticos é, em geral, mais “curto” e mais “rápido” do que o daqueles predominantemente verbais, isso porque esses últimos passam por um processamento sistemático e analítico, enquanto aqueles são processados heurísticamente — isto é, por

²⁸ Assim como na seção 2.1, as abordagens aqui discutidas têm maior foco nas semioses visuais/imagéticas e em suas relações com as semioses verbais. Com isso não desconsideramos o papel que outras semioses, como a sonora, desempenham na argumentação, as reflexões a que nos propomos também ampliam nossa perspectiva sobre elas.

gatilhos mentais que ativam as tomadas de decisão mais rápidas. Graças a esse processo cognitivo heurístico, os textos imagéticos provocam respostas emocionais com alto potencial persuasivo. Esse tipo de resposta emocional também pode ser ativada por textos de predominância verbal, como elucida Hill (2004), a diferença está na maneira como se dá o processamento cognitivo: por ser mais curto, o processamento imagético tende a “agradar” o cérebro humano, por isso há um maior potencial de persuasão.

Para chegar a essa conclusão, Hill (2004) fundamenta-se em pesquisas da psicologia cognitiva como as de Smith e Shaffer, Nisbett e Ross, Chaudhuri e Buck, entre outras. Nas pesquisas dessa área, utiliza-se o conceito de *vivacidade* (*vividness*, em inglês) para tratar de como as informações são apresentadas para o processamento cognitivo: mais ou menos “concretas”, com maior ou menor impacto emocional. Quanto mais “concreta” é uma informação, ou seja, quanto maior nitidez ela proporciona para a criação de imagens mentais propriamente ditas, maior será a resposta emotiva por ela gerada e mais alto é seu grau de vivacidade. A vivacidade está relacionada à persuasão porque boa parte das pesquisas aponta para uma maior eficácia da influência de textos mais “vívidos” (Hill, 2004).

Assim, é mais provável que a maioria das pessoas seja mais facilmente persuadida a realizar uma doação para uma comunidade em vulnerabilidade social, por exemplo, ao ser apresentada a um vídeo que mostre a situação vivenciada por uma das famílias, ainda que não retrate toda a comunidade, do que ao ter acesso a gráficos e tabelas detalhados que atestem a necessidade das doações para todas as famílias. Podemos notar, com esse exemplo, que nem todos os textos nos quais os recursos visuais ganham destaque possuem níveis elevados de vivacidade. Os gráficos e tabelas, por exemplo, são textos em que as cores e a disposição espacial exercem papel fundamental, mas essas características não lhes garantem vivacidade, visto que o processamento desses texto tende a ser mais analítico e, portanto, mais lento.

Opostamente, uma narrativa apresentada por escrito pode ter vivacidade considerável quando proporciona, a partir das descrições e da construção dos personagens, a criação de imagens mentais que favorecem o processamento cognitivo heurístico (Hill, 2004). Retomando o exemplo da campanha de doação, uma narrativa predominantemente verbal que retratasse os acontecimentos da comunidade necessitada provavelmente teria maior potencial de persuasão para angariar recursos do que gráficos e tabelas com dados estatísticos precisos sobre a mesma comunidade, pois apresentaria maior vivacidade, ou seja, despertaria mais facilmente respostas emocionais favoráveis à doação.

A mobilização das emoções para a construção da argumentatividade em textos faz parte do que Pinto e Cortez (2017) denominam como *argumentação emocionada*. As autoras

partem da concepção sociocognitivo-discursiva de texto, que, como vimos, contempla a multissemiótica. Então, apesar de concentrarem suas análises na semiótica verbal, a reflexão robusta que apresentam com base em conceitos da TAD, da LT e da teoria rabateliana pode ser articulada sem dificuldades ao que discute Hill (2004) a respeito da retórica visual. Assim como Rabatel (2013c), as autoras consideram a mobilidade empática — capacidade que o locutor tem de colocar-se no lugar de outros enunciadores para atribuir-lhes PDVs — como fator fundamental para a construção da argumentatividade, sobretudo quando essa ocorre de forma indireta. Dessa forma, a evocação de emoções permeia todo o jogo de PDVs que organiza e orienta a argumentatividade nos textos, o que é corroborado por Cortez e Catelão (2022).

Na argumentação emocionada, tal evocação das emoções, inerente à mobilidade empática, revela-se de maneira acentuada, por meio do apelo ao sensível marcado pela manifestação de valores e sentimentos (Cortez, 2018). A expressão das emoções pelos enunciadores que caracteriza a argumentação emocionada distingue-se da provocação de respostas emotivas no auditório (apelo ao *pathos*), mas esses fenômenos de “produção” e “recepção” estão profundamente ligados. “A própria evocação da emoção pode ser vista como estratégia inseparável da provocação” (Cortez, 2018, p. 07), isto é: demonstrar emotividade é também uma maneira de buscar suscitar os sentimentos e trazer à tona os valores do auditório.

A expressão da emoção no texto é realizada intencionalmente pelo locutor/enunciador, mas o efetivo despertar de sentimentos e valores no auditório depende de como serão elaboradas as interpretações, ainda que essas sejam guiadas pela contenda argumentativa do texto. Evocar emoções a partir da representação de PDVs possibilita, assim, que o interlocutor tenha a impressão de recorrer somente por sua vontade a seus valores e sentimentos para interpretar o enunciado, o que beneficia a persuasão. Ao nosso ver, esse é um traço do “efeito-PDV” (que diz respeito ao “disfarce” promovido pela representação de PDVs aos efeitos argumentativos que provoca), do qual tratamos no capítulo 1, mas ocorre de maneira singular na argumentação emocionada, devido às suas características.

Fenômeno semelhante é apontado por Hill (2004) quanto à argumentatividade em textos imagéticos. Nesses textos, as emoções são evocadas através da convocação de símbolos cultural e historicamente ligados a determinados valores do grupo social que compõe o auditório. Assim como ocorre no efeito-PDV descrito por Rabatel (2016), na perspectiva da retórica visual assumida por Hill (2004), a convocação imagética de símbolos culturais permite que o locutor oriente argumentativamente o texto sem explicitar raciocínios, de modo que a persuasão ocorre com base na própria interpretação do leitor: “[...] as atitudes e

sentimentos associados à imagem não são declarados [...]”, portanto, “[...] não há argumento explícito a ser refutado, e as conexões implícitas provavelmente não serão questionadas ou desafiadas” (Hill, 2014. p.37, tradução nossa). Uma vez que as imagens também evocam emoções, compreendemos que a argumentação emocionada também pode realizar-se imageticamente, compreensão que é confirmada pelas análises de Cortez (2018). Ainda que se concentrem nos textos verbais que compõem plaquetas descritivas de quadros em exposição, essas análises apontam também para a expressão de emoções, que direcionam a compreensão, nas próprias pinturas.

Ao relacionarmos os conceitos discutidos até aqui, depreendemos que a argumentação emocionada confere maior vivacidade aos textos, o que se acentua com o componente imagético. Esse entendimento alinha-se à explicação da psicologia cognitiva para o surgimento de respostas emocionais intensas. Além do já mencionado processamento cognitivo heurístico, que beneficia o potencial persuasivo dos textos imagéticos (e também dos textos de predominância verbal que apresentam maior vivacidade), as investigações da psicologia cognitiva indicam que as decisões rápidas tomadas pelos seres humanos com bases em suas emoções são resultado do processo evolutivo de nossa espécie. O que chamamos de emoções são respostas a estímulos externos que nos causam uma série de reações fisiológicas, como o aumento da adrenalina, a aceleração cardíaca, o arrepio na pele, etc. As decisões ou compreensões instantâneas que tendemos a realizar a partir desses estímulos fazem parte desse rol de reações, são a resposta aprendida por nosso cérebro ao longo do processo evolutivo (Cf. Dillard e Peck, 2000 *apud* Hill, 2004; De Sousa, 1987 *apud* Hill, 2004).

Quando a significação é construída visualmente, essa reação cognitiva é potencializada, pois

em termos evolutivos, a existência de imagens representacionais realistas é um desenvolvimento relativamente recente, por isso a propensão a responder de forma diferente a estímulos emocionais que são imagens claramente representacionais [...] em vez de perigos reais e próximos ainda não se desenvolveu. Embora as emoções primárias possam ser resultado de uma resposta evolutiva ao perigo pessoal, os estímulos específicos que desencadeiam essas emoções podem ser pessoalmente e culturalmente condicionado. Por exemplo, o medo é talvez a mais primitiva (e, evolutivamente falando, a mais útil) emoção de todas. Mas os estímulos específicos que desencadeiam o medo (ou seja, aquilo de que alguém realmente tem medo) variam amplamente entre culturas e até mesmo entre indivíduos dentro de uma cultura. (Hill, 2004, p. 34).

Em outras palavras, as imagens nos afetam emocionalmente de forma semelhante a como se estivéssemos vivendo a situação por elas representadas, daí sua enorme vivacidade e potencial persuasivo.

O conceito de vivacidade também está relacionado às noções de *presença* e *saliência*, provenientes da Nova Retórica e da GDV, respectivamente. A relação entre presença e vivacidade é observada por Hill (2004) e também discutida por Lima da Silva (2016). Na Nova Retórica, a presença está relacionada a que informações são selecionadas para o debate e a como ocorre essa apresentação. O que pode parecer uma mera menção já confere certo nível de presença: nenhuma informação é selecionada por acaso. Assim, como a vivacidade, a presença também pode ser analisada em “graus”, quanto mais relevância é atribuída a uma informação no discurso, maior é a sua presença.

Observamos, assim, que a presença concerne aos elementos que compõem o texto e não está necessariamente ligada às emoções, já a vivacidade, como vimos, relaciona-se diretamente a elas e diz respeito ao texto como um todo. A *saliência*, conceito da GDV que diz respeito ao grau de relevância visualmente atribuído aos elementos (conforme discutido na seção 2.1), em muito se assemelha à noção de presença da Nova Retórica, por isso diferencia-se da vivacidade de maneira análoga. Ainda que distintos, esses conceitos se relacionam porque conferir mais *saliência* ou mais presença a dado elemento textual, seja ele visual, sonoro ou verbal, pode contribuir para uma maior vivacidade do texto — isto é, para a sua capacidade de despertar reações emotivas no auditório.

Pelo que discutimos até aqui nota-se o quanto é intrínseca a relação entre emoções e argumentatividade nos textos em que as imagens fazem parte da construção de sentidos — sejam eles textos *imagéticos*, *verbo-imagéticos*, *sonoro-imagéticos*... Mas a retórica visual nos mostra que a argumentação *imagética* também abrange o convencimento baseado na razão, na elaboração de raciocínios, ainda que esses não sejam sistematicamente organizados como na argumentação direta verbal. As abordagens mais tradicionais da argumentação, que se restringem a análise da persuasão baseada em raciocínios, definem os argumentos como o conjunto de razões que sustentam a validade de uma tese e são apresentadas por premissas, que podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas (Blair, 2004). Devido a crença de que raciocínios e premissas só poderiam ser expressos por palavras, essas abordagens deixam de contemplar as demais semioses.

As análises de Blair (2004) demonstram, no entanto, que as imagens podem expressar raciocínios e premissas, por meio do que ele denomina *argumentos visuais*, que se caracterizam pela soma da construção de raciocínios (apelo à razão) à natureza vívida da semiose visual (apelo à emoção). A construção *imagética* de raciocínios ocorre com ou sem o apoio de recursos verbais, conquanto o autor admita que é mais comum observá-la em textos

verbo-imagéticos, sobretudo naqueles que explicitamente objetivam o convencimento — as propagandas políticas são apontadas como exemplo típico.

Os argumentos visuais podem ser elaborados a partir de premissas imagetivamente representadas, isto é, proposições (nesse caso, visuais) às quais se pode atribuir o valor de verdadeiro ou falso. As premissas imagetivamente expressas diferenciam-se das verbais pois, diferentemente delas, deixam “lacunas” a serem preenchidas pelo leitor, o que se deve à própria natureza semiótica das imagens. Mas, para Blair (2004), as premissas não são essenciais à argumentação direta, a qual ele se refere como maneira clássica/tradicional de argumentar, pois nem toda argumentação direta objetiva mudar uma crença do auditório (o que exigiria proposições julgáveis como verdadeiras ou falsas), a influência sobre atitudes e intenções também podem ser propósitos da persuasão fundada no raciocínio.

Em síntese, conforme pontuamos no início desta seção, para Blair (2004) todos os textos imagéticos persuadem, em sentido amplo, mas nem todos argumentam, em sentido estrito. Retomando a analogia entre essa distinção e aquela proposta por Amossy (2018), corroborada por Rabatel (2018), compreendemos que dimensão e visada argumentativa são noções que também se aplicam à retórica visual, embora as características semióticas das imagens tornem a visada menos explícita — o que é perfeitamente alinhável à abordagem de Amossy (2018), visto que a autora, mesmo adotando uma postura verbocêntrica, propõe a análise da argumentação em um *continuum* de modalidades.

A proposta da retórica visual praticada por Blair (2004), em relação às imagens como partícipes da elaboração de raciocínios, aproxima-se também da compreensão de Micheli, Hekmat e Rabatel (2013). Em consonância ao que defende Blair em relação às imagens, esses autores, com base nas análises de Plantin, consideram que as emoções expressas pelo locutor, para além de gatilhos patêmicos, podem consistir também objetos de uma argumentação pautada em raciocínios. Em outros termos, para Micheli, Hekmat e Rabatel (2013), a depender dos propósitos do locutor e das coerções do contexto, a razão pode ser o esteio da emoção, da mesma forma que ocorre no que Blair (2004) define como argumentos visuais.

Todo o percurso teórico que traçamos leva-nos à convicção já apontada anteriormente de que, assim como as palavras, as imagens, além de outros recursos semióticos (sons e gestos, por exemplo), podem ser utilizadas para a representação de PDVs. Na extensa obra de Rabatel, publicações mais recentes começam a abarcar a expressão de PDVs a partir da combinação de semioses diversas, destacadamente as visuais, como imagens e gestos. Ao analisar as posturas enunciativas assumidas em um debate eleitoral pelos locutores E. Macron e M. Le Pen, candidatos à presidência da França em 2017, Rabatel (2021b) analisa também as

denominadas *posturas multimodais* (PM), que dizem respeito ao conjunto de comportamentos não verbais que o locutor exibe durante a comunicação, tais como a direção e a intensidade do olhar, o tom de voz, a velocidade e direção dos gestos, etc. O autor distingue as PM das PE e as trata separadamente por algumas razões — que consideramos adequadas à proposta do autor, mas, por seguirmos os princípios epistemológicos da LT, não adotamos nesta tese.

A primeira dessas razões é a necessidade de extratos textuais mais longos para a análise multimodal, de maneira que Rabatel (2021) recorre aos dados posturo-mimo-gestuais gerados na pesquisa de Merminod (2019 *apud* Rabatel, 2021) sobre o mesmo debate eleitoral entre Macron e Le Pen. A separação analítica entre PM e PE dá-se também pelo entendimento de Rabatel a respeito da construção de *ethos* distintos a partir das escolhas verbais, que resultam nas PE, e do que se exibe imageticamente pelos gestos e expressões faciais — sobre os quais, segundo o autor, os locutores têm menor controle —, que resultam nas PM. Soma-se a isso o fato de que, no *corpus* em questão, um debate presidencial televisionado, as PM se constituem também por meio dos enquadres das câmeras e da disposição das imagens na tela, fatores que estão fora do controle dos candidatos.

Há, dessa maneira, um encadeamento de PDVs, visto que sobreposto aos PDVs representados pelos locutores Macron e Le Pen, há o PDV dos operadores de câmeras, que, apesar de não falarem, expressam suas percepções a partir do que escolhem mostrar e de quando realizam cada enquadramento (Rabatel, 2021). Na interação analisada por Rabatel (2021), um exemplo do papel desempenhado pelo jogo de câmeras e de como as PM e as PE mostram *ethos* distintos está no posicionamento de Le Pen. Em relação à PE, a locutora assume majoritariamente a sobrenúnciação²⁹, construindo um *ethos* verbal que demonstra segurança e certa soberba em relação ao outro candidato. A análise dos dados posturo-mimo-gestuais que originam a PM, no entanto, revela um *ethos* distinto.

Os gestos rápidos e as expressões faciais furtivas da locutora demonstram insegurança e pouco controle emocional. Os enquadramentos realizados pelos operadores de câmera colocam lado a lado, na tela, as expressões faciais dos dois candidatos, de forma que eles parecem estar a centímetros de distância, quando na realidade estão separados por alguns metros. Essa disposição visual intensifica o sentido de rivalidade e, no caso da locutora Le Pen, torna mais evidente a disparidade entre PM e PE (Rabatel, 2021). Assim, a consideração da multiplicidade de semioses acrescenta novas camadas de sentido aos PDVs, possibilitando análises mais acuradas. Por exemplo, observar gestos e expressões faciais altera a percepção de como os locutores se posicionam em relação aos PDVs que assumem e representam. Por

²⁹No capítulo 1, tratamos mais detalhadamente sobre as posturas enunciativas.

isso, embora Rabatel (2021) analise PM e PE separadamente, o estudo realizado por ele demonstra que as PM influenciam e modificam as PE.

A expressão imagética de PDVs também é abordada por Rabatel (2022) em artigo que trata das relações entre textos verbais e imagéticos a partir de reflexões sobre a obra *Entre la lettre et l'image*, do semioticista Francis Édeline. Com essas reflexões, Rabatel (2022) explora os elos que ligam semiótica e linguística, mais particularmente no que diz respeito às investigações do Groupe μ , liderado por Édeline, e a abordagem rabateliana do PDV. Palavra e imagem são consideradas, assim, como artefatos semióticos de potencial semelhante quanto à produção de sentidos, não obstante apresentem diferenças significativas devido às suas particularidades semióticas.

Entre essas diferenças está a maneira de construir objetos de discurso por meio da referenciação, fator fundamental para a representação de PDVs. A referenciação ocorre imageticamente a partir da seleção e da combinação dos elementos visualmente apresentados, no que o autor denomina de *representação*, uma versão imagética dos processos referenciais (Rabatel, 2022).³⁰ Graças às características semióticas inerentes às imagens, a construção visual de objetos do discurso tende a deixar mais lacunas a serem preenchidas pela interpretação do leitor. Isso ocorre porque as imagens apresentam informações de maneira não linear, o que contribui para a atribuição de mais subjetividade ao texto.

Tal visão de Rabatel (2022), ancorada na semiótica, alinha-se às ideias da retórica visual (Blair, 2004; Hill, 2004), anteriormente discutidas nesta seção. Na mesma trilha das reflexões realizadas por Blair (2004), Rabatel (2022) pontua, ainda, que opor uma subjetividade imagética absoluta a uma objetividade verbal garantida seria um profundo equívoco. Dessa maneira, o autor conduz-nos ao entendimento de que as características semióticas são relevantes, mas não definem completamente como ocorrerá a produção de sentidos. Esse princípio também orienta as observações a respeito da correlação entre os pares imagem/palavra e estática/dinâmica.

O caráter dinâmico é usualmente associado à semiose verbal graças à sua aptidão para a expressão da temporalidade, tanto em termos de tempo absoluto (datação dos eventos) quanto em relação ao tempo relativo (anterioridade, concomitância ou posterioridade) e à aspectualidade (unicidade, repetição, consequencialidade...). (Rabatel, 2022). No entanto, a marcação temporal não é uma característica unânime entre os textos em que a palavra

³⁰ Essa distinção entre os processos referenciais que se dão verbal ou visualmente não tem sido adotada nos trabalhos da LT brasileira a que nos filiamos, pois compreende-se na LT que as categorias textuais referem-se a todos os textos, independentemente de sua composição semiótica.

predomina, pois esse é um traço que depende dos objetivos do locutor, dos propósitos genéricos e de outras características ligadas às sequências textuais. Por exemplo, a temporalidade costuma ficar em segundo plano nas sequências descritivas, informativas ou argumentativas. Os textos imagéticos, por sua vez, apesar de não apresentarem a mesma disposição semiótica para assinalar a dimensão temporal, também podem evocar o tempo em suas diferentes formas — tempo absoluto, relativo ou aspectual. (Rabatel, 2022). Em obras que representam acontecimentos históricos célebres, por exemplo, o tempo absoluto é mais diretamente evocado,

[...] mas a memória e os conhecimentos dos espectadores introduzem na interpretação elementos de temporalidade relativa, aspectualidade e, especialmente, de intenção enunciativa, dependendo de como a imagem dramatiza o evento para provocar uma emoção intensa relacionada à ideia de que o evento representado é como revivido, sempre presente em sua carga emocional (Rabatel, 2022, p.161, tradução nossa).

Assim, os textos imagéticos, tal como os verbais, complexificam a percepção da realidade e propiciam a concepção dos objetos de discurso. As imagens podem instaurar visualmente enunciadores, bem como suas distintas percepções, emoções e ações, portanto, são capazes de expressar múltiplos PDVs. Rabatel (2024) ratifica esse posicionamento ao afirmar que as linguagens verbal e imagética não constituem universos isolados, mas compõem um *continuum* no qual, entre os polos, estão diversas possibilidades de manifestações híbridas ou intermediárias. Dessa maneira, é possível utilizar mecanismos linguísticos para o estudo de textos imagéticos ou verbo-imagéticos sem cair no "imperialismo linguístico" — expressão utilizada pelo Groupe μ (1992) em crítica ao verbocentrismo nas análises de textos imagéticos —, pois a análise pode respeitar as especificidades imagéticas e, ao mesmo tempo, reconhecer os traços partilhados com a semiose verbal. Em nossa perspectiva, o mesmo raciocínio é válido para incluir nos estudos da linguística saberes provenientes de teorias voltadas à investigação das particularidades de semioses diversas.

Nessa direção, Rabatel (2024) expande a aplicação dos mecanismos de análise de sua teoria do PDV, inicialmente verbocêntrica, para textos em que as imagens assumem o protagonismo da construção de sentidos. O autor considera, portanto, que as fontes e suportes enunciativos dos PDVs nesses textos são semelhantes àqueles existentes nos textos verbais. Esse posicionamento, condizente com o arrojo analítico característico do autor, é de grande valia para o avanço da teoria rabateliana e para o fortalecimento das pontes teóricas que vêm sendo construídas desde os trabalhos de Cortez (2004; 2011) entre essa teoria e a LT

brasileira. Ao tratar das instâncias enunciativas internas aos textos predominantemente imagéticos, Rabatel (2024) adota algumas alterações de nomenclatura em relação às instâncias reconhecidas nos textos verbais.

A instância responsável pelo PDV principal, correspondente a L1/E1 (locutor/enunciador primeiro, como vimos no capítulo 1), é chamada *enunciador primeiro interno à imagem*. Trata-se de uma entidade implícita e dotada de intencionalidade, cujo PDV é reconstruído com base em suas escolhas de representação. Os locutores/enunciadores segundos (I2/e2), por sua vez, têm sua correspondência imagética denominada como *locutores/enunciadores representados*. Como vimos no capítulo 1, há ainda a instância dos enunciadores segundos não locutores (e2, e3, e4...).

Ao transpor essa última instância para os textos imagéticos, Rabatel (2024) a subdivide em quatro tipos: *enunciadores segundos não falantes*, que representam seres humanos cujas posições, gestos e expressões levam o leitor a inferir, por empatia, seus sentimentos, falas e ações; *enunciadores segundos abstratos*, que correspondem a observadores implícitos, pressupostos pela imagem; *enunciadores segundos icônicos inanimados representantes de uma totalidade*, que são suportes mediatizados de PDVs humanos, como naturezas mortas e paisagens, refletem as culturas e as visões de mundo das sociedades humanas; *enunciadores segundos icônicos inanimados representantes de parte significativa de uma totalidade*, que consistem em “detalhes” imagéticos expressivos que possuem intencionalidade e convidam à reinterpretção do todo, subvertendo a relação entre o geral e o específico.

Apesar das distinções terminológicas, a essência do mecanismo analítico é completamente mantida: permanece fundamental a disjunção entre locutor e enunciador, bem como os fenômenos dela decorrentes, como o da assunção e o da imputação de PDVs. Desse modo, compreendemos que todo o aparato analítico da teoria do PDV, discutido no capítulo 1, pode ser aplicado na análise de textos imagéticos ou verbo-imagéticos. Tendo em vista as nomenclaturas distintas adotadas por Rabatel para a análise de textos em que a semiose visual é preeminente, importa-nos sinalizar que, neste trabalho, optamos por manter em toda a análise as designações originais — L1/E1, I2/e2, e3, e4, etc. —, pontuando quando necessário as particularidades das instâncias enunciativas instauradas imageticamente, com base nas distinções de Rabatel (2024). Essa opção está em consonância ao nosso entendimento de que as categorias textuais, entre as quais incluímos o PDV, são parâmetros de análise para todos os textos, ainda que as diversas composições semióticas possíveis lhes atribuam especificidades que devem ser consideradas a cada caso.

Analisemos no exemplo abaixo como as instâncias enunciativas são instauradas no jogo de PDVs em um texto imagético:

Exemplo 04 - Charge de Rodrigo Yokota sobre as férias de Bolsonaro e as enchentes na Bahia³¹



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYHw70iv79k/>. Acesso em 06//08/2024

A charge acima, publicada no perfil do *instagram* do artista visual Rodrigo Yokota em 30 de dezembro de 2021³², remete a duas situações de grande repercussão midiática nos últimos dias daquele ano pré-eleitoral e nos meses subsequentes, ao longo da campanha de 2022. Os passeios de jet ski durante as férias do então presidente Jair Bolsonaro, em Santa Catarina, sempre acompanhados com entusiasmo por seus apoiadores; e, em discrepância, as graves enchentes que acometeram o sul da Bahia no mesmo período, deixando milhares de desabrigados e dezenas de mortos. O texto é composto imageticamente pela justaposição de duas cenas ilustradas, que retratam esses dois acontecimentos. A compreensão do que representa cada lado da imagem só é possível a partir da recuperação das informações contextuais³³, o que consiste em um esforço cognitivo relativamente simples para um cidadão brasileiro adulto que acompanhe a mídia em geral, mas que não seria possível para alguém alheio ao cenário sociopolítico brasileiro.

³¹ Meses após a publicação desse texto, o chargista mudou seu nome de usuário no *instagram* de @rodrigo_yokota para @rodrigosansei.

³² Embora os comentários de usuários da rede social, direcionados à charge, também façam parte do texto, optamos por considerar apenas a publicação original do autor. Esta escolha é um recorte analítico, mas também reflete uma prática possível aos usuários da rede, que podem optar por ler ou não os comentários.

³³ E intertextuais, como veremos na seção seguinte.

Conforme pontuamos em análise prévia da mesma charge (Costa, 2023), o diálogo estabelecido com outros textos que tratam sobre a concomitância entre as férias presidenciais e a tragédia na Bahia é um primeiro indício do PDV assumido por L1/E1 — instância enunciativa que, nesse caso, é ocupada pelo chargista —, visto que a maior parte desses outros textos critica a postura de Bolsonaro frente à situação. Esse PDV de crítica é ratificado pelo efeito de contraste causado pela escolha de justapor as cenas como “duas faces” de um mesmo momento. A construção dos objetos de discurso, sobretudo a de Bolsonaro, que surge no texto também como enunciador segundo (e2), é outro elemento revelador do PDV principal.

O então presidente da república é representado por uma figura masculina em um jet ski, com os dedos apontados para o alto, no gesto de “arminha” realizado repetidamente por ele e por seu eleitorado desde a campanha de 2018. Esse gesto, a faixa verde e amarela no jet ski, além da camisa nas mesmas cores, são elementos imagéticos que conferem maior presença e, conseqüentemente, mais relevância a essa figura masculina, além de possibilitarem a inferência de que se trata do ex-presidente. Nesse texto, Bolsonaro é e2 pois lhe é atribuído um PDV — o de indiferença à tragédia, oposto ao PDV principal —, embora não lhe seja conferida voz própria. Além de instância enunciativa, o ex-presidente é também objeto de discurso na charge analisada, uma vez que é perspectivado por L1/E1, que assume um PDV em relação a ele.

Além de L1/E1 e e2, outras três instâncias enunciativas são apresentadas na charge: a dos banhistas apoiadores de Bolsonaro (e3), a dos voluntários (e4) e a das vítimas da enchente (e5). O PDV atribuído a e3 está alinhado ao de e2 — portanto, contrário ao de L1/E1 — e é revelado a partir da posição e dos gestos dos banhistas, que permitem ao leitor, por empatia, a inferência da perspectiva assumida por eles (Rabatel, 2024). O mesmo ocorre em relação aos PDVs de e4 e e5, indicados pelos gestos de oferecimento e aceitação de ajuda (braços estendidos em posição de resgate), que, por sua vez, alinham-se ao PDV principal. A ideia de oposição entre os PDVs representados nos dois lados da charge é reforçada, ainda, pela tonalidade das cores presentes em cada cena. Enquanto o lado das férias presidenciais, alheio à tragédia, é retratado com a dominância de tons de azul vibrante, predominam no lado da enchente tons desvanecidos de cinza e marrom, contraste que replica a dissemelhança entre as situações e, em conjunto com os demais elementos que citamos, confirma o PDV assumido por L1/E1, ao qual se alinham por imputação e4 e e5, — o de que Bolsonaro não cumpriu o papel de solidariedade e empatia que se espera do presidente em uma tragédia daquelas proporções — e também o imputado a e2, coenunciado por e3 — o da indiferença em relação

ao sofrimento causado pela enchente.

Como vimos, boa parte da compreensão do exemplo 04 está vinculada às inferências e retomadas de informações contextuais. Esses são processos sociocognitivos que se relacionam estreitamente ao amplo fenômeno textual-discursivo da intertextualidade, acerca do qual discorreremos no capítulo a seguir.

3. A(S) INTERTEXTUALIDADE(S): MÚLTIPLAS FORMAS DE DIÁLOGO TANGÍVEL ENTRE TEXTOS

Os processos inferenciais necessários à construção dos sentidos da charge analisada no Capítulo 2 (exemplo 04) passam pela evocação de outros textos, como notícias e reportagens sobre as férias de Jair Bolsonaro e sobre as enchentes na Bahia, além de outras charges e montagens fotográficas que se utilizam do mesmo tipo de disposição visual “espelhada” — dividindo o espaço visual ao meio e dispendo lado a lado, em espelhamento, cenas distintas — para apresentar contrastes de cunho social. Essa evocação é possível graças às pistas deixadas por L1/E1, que remetem, com maior ou menor grau de explicitude, a outras produções textuais. Tais remissões materialmente observáveis a um ou vários textos distintos configuram o que se denomina *intertextualidade*.

Criado por Julia Kristeva ([1969] 1974), o conceito primário de intertextualidade toma por base o dialogismo bakhtiniano para considerar que todo texto é um “mosaico” de outros textos, isto é, que os textos sempre remetem a outros, ainda que essas relações não sejam percebidas pelos interlocutores. Por esse entendimento, analogamente ao dialogismo, a intertextualidade seria inerente ao texto. No presente trabalho, porém, não partilhamos da visão de intertextualidade como fator textual inerente. Corroboramos, nesse sentido, com Cavalcante e Brito (2011), Nobre (2014), Faria (2014), Cavalcante, Carvalho e Faria (2017), e também com Carvalho (2018), autores que evidenciam o papel do cotexto — parte “tangível” do texto, constituída pelos elementos que o compõem materialmente — na identificação dos processos intertextuais, mesmo em suas formas menos explícitas.

Diferentemente do dialogismo, que se caracteriza como um atributo universal do fazer discursivo, a intertextualidade é um fenômeno textual-discursivo que pode ser flagrado na materialidade do texto. Em linhas gerais, como já pontuamos, o dialogismo bakhtiniano diz respeito à ideia de que todo enunciado responde a enunciados anteriores e será respondido por enunciados futuros. Portanto, todo discurso é parte de um contínuo diálogo (Bakhtin, [1979] 2003). Por outro lado, a definição de intertextualidade que adotamos “[...] assume o (co)texto como unidade de análise, do qual se devem aferir marcas tangíveis [...]” (Cavalcante; Carvalho; Faria, 2017, p.12).

No esteio dessa reflexão é que também podemos diferenciar a intertextualidade de outros conceitos com os quais ela faz fronteira, mas não se confunde, tais como: a heterogeneidade enunciativa, a polifonia e a interdiscursividade. Assim como o dialogismo, esses são fenômenos discursivos que têm caráter mais abrangente do que a intertextualidade em suas diversas formas. Não é objetivo desta tese aprofundar-se nessas distinções, mas, para

evitar sobreposições conceituais, consideramos importante traçar as fronteiras entre tais conceitos, ainda que sucintamente. O conceito de polifonia, também criado por Bakhtin, refere-se à multiplicidade de vozes e perspectivas relativamente autônomas dentro de um mesmo texto. Já a heterogeneidade enunciativa, proposta por Authier-Revuz e também tributária do dialogismo, está relacionada à presença do outro no discurso, como vimos no capítulo 1. A interdiscursividade, por sua vez, está relacionada ao entrelaçamento de campos discursivos distintos (Cf. Maingueneau, 2008; Carvalho, 2018).

Em resumo, na perspectiva que adotamos, ao contrário dos fenômenos citados, a intertextualidade não é constitutiva do discurso (nem do texto, conseqüentemente). Trata-se de uma categoria textual-discursiva cuja ocorrência está vinculada a tais fenômenos, mas se dá de forma pontual, sempre indiciada textualmente. Essa posição teórica, no entanto, não é uma unanimidade entre os estudos da LT que buscam conceituar e analisar os processos intertextuais, conforme veremos adiante.

As análises sobre a intertextualidade, como se sabe, circularam inicialmente na esfera da literatura e foram popularizadas na linguística pela proposta de Beaugrande e Dressler (1981), que coloca a intertextualidade como um dos critérios de textualização. Entre as abordagens literárias de maior repercussão nos estudos linguísticos sobre a intertextualidade, destaca-se a de Gérard Genette. As relações entre textos são chamadas por esse autor de *transtextualidade* e subdivididas em cinco tipos, entre os quais um é denominado como intertextualidade. Entendida nesse sentido, como um tipo de transtextualidade, a intertextualidade corresponderia à “[...] presença efetiva de um texto em outro” (Genette, 2010, p. 12). Em outras palavras, são consideradas intertextuais apenas as relações mais evidentes entre dois ou mais textos, que podem apresenta-se de três maneiras: a citação, que ocorre pela inclusão literal de um trecho advindo de outra produção textual, com ou sem referências e marcações tipográficas; a alusão, remissão menos explícita, realizada pela menção a algum elemento de outro texto, como o título ou um personagem, por exemplo; e, finalmente, o plágio, caracterizado pela apropriação indevida da autoria de um texto completo ou de partes de um texto.

O segundo tipo de transtextualidade é a *metatextualidade*, que consiste nas relações de comentário e/ou crítica existentes entre textos, como ocorre em resenhas e em alguns comentários de redes sociais, por exemplo, textos cujo propósito é, de alguma forma, analisar outro texto. O terceiro tipo, chamado de *paratextualidade*, refere-se à ligação entre o texto e os elementos que o “cercam”, como título, prefácio, nota de rodapé, etc. Já a *arquitectualidade*, outra forma de relação paratextual, trata-se da relação entre o texto e o

gênero ao qual ele se enquadra. Por fim, a *hipertextualidade* envolve a derivação de um texto em outro, mas de maneira distinta da metatextualidade, uma vez que não se trata de uma derivação por comentário ou crítica. Para Genette (2010), a hipertextualidade pode ocorrer pela imitação (nas formas de pastiche, charge e forjação) ou pela transformação (através da paródia, do travestimento ou da transposição).

Ainda no domínio das investigações literárias, Piègay-Gros (2010) traz novos contornos à tipificação de Genette, reagrupando as categorias e adotando algumas nomenclaturas distintas. Essa proposta também tem grande repercussão nas abordagens em LT sobre a intertextualidade, por isso nos é cara. Diferentemente de Genette, a autora utiliza-se do termo intertextualidade para abranger os diversos tipos de relações entre textos, que são agrupadas em dois conjuntos principais: o das intertextualidades por *copresença* e o das intertextualidades por *derivação*. As intertextualidades por copresença, na nomenclatura de Piègay-Gros (2010), correspondem fielmente ao que Genette (2010) classifica como intertextualidade, inclusive comportando subcategorias quase idênticas: citação, referência, plágio e alusão (apenas a referência não aparece como subcategoria na classificação genettiana). Assim, a copresença é caracterizada pela presença efetiva de partes de um texto em outro, presença essa que pode ocorrer de maneira explícita ou implícita. A consideração do grau de explicitude nas intertextualidades por copresença representa uma contribuição importante de Piègay-Gros (2010). A citação e a referência são indicadas como relações de copresença explícitas, uma vez que remetem diretamente a outro texto; já o plágio e a alusão são as relações de copresença implícitas, pois exigem maior atenção do leitor para serem identificadas.

Como mencionamos, entre essas subcategorias apenas a referência não é caracterizada por Genette. Ela estaria no limiar entre a citação e a alusão, como nos casos de retomadas explícitas que exigem pouco esforço do leitor para a recuperação da informação, mas não chegam a citar o texto referenciado. Assim, a referência é sempre direta, apesar de não se confundir com a citação. A alusão, opostamente, dá-se de forma indireta, por remissões que podem ocorrer através da organização sintático-semântica ou até por expressões referenciais que aludem a um texto distinto (Piègay-Gros, 2010). Ao nosso ver, referência e alusão são categorias muito próximas, cuja junção é mais propícia para propósitos analíticos, no que corroboramos com Faria (2014) e Carvalho (2018).

O segundo conjunto de intertextualidades descrito por Piègay-Gros (2010), o da *derivação*, contempla os casos da hipertextualidade genettiana, isto é, as relações em que um texto “transforma-se” em outro ou “imita” outro. Nas relações intertextuais por derivação, o

segundo texto (texto derivado ou hipertexto) tem seu conteúdo projetado a partir do primeiro (hipotexto). Por isso, há certa dependência entre eles, mas não reprodução literal. Piègay-Gros identifica três tipos de intertextualidade por derivação: a paródia, o pastiche e o travestimento burlesco³⁴. Em relação à distinção entre copresença e derivação, Faria (2014) faz a observação pertinente de que esse não é um agrupamento estanque: para que a derivação possa ocorrer, há sempre certo grau de copresença, de forma que algumas das subcategorias recobrem-se.

É também sob a influência dos parâmetros de Genette, que Bazerman (2007; 2011) reflete sobre como os textos apoiam-se em outros para produzirem sentidos. O autor considera a importância das relações entre textos nos diversos domínios da linguagem, não somente o literário, e põe em evidência um aspecto primordial dos processos intertextuais: eles não são mobilizados por acaso, pois estão sempre a serviço dos propósitos retóricos de quem produz o texto. Assim, as escolhas dos textos com os quais são estabelecidas ligações intertextuais e, sobretudo, de como são feitas essas ligações apontam para o posicionamento do locutor no texto e ajudam o leitor a situá-lo política, histórica ou socialmente.

Portanto, “a intertextualidade não é apenas uma questão ligada a que outros textos você se refere, e sim a como você os usa, para que você os usa e, por fim, como você se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos” (Bazerman, 2011, p.103). A visão de Bazerman a respeito do papel persuasivo da intertextualidade é condizente com a compreensão atual da LT brasileira sobre o fenômeno, da qual partilhamos. No entanto, na direção oposta ao que concebemos a respeito da tangibilidade linguageira que caracteriza a intertextualidade, o autor aborda os processos intertextuais sem traçar uma distinção clara entre eles e a dimensão dialógica constitutiva da linguagem. Como observa Carvalho (2018), essa falta de particularização do conceito também está presente nos trabalhos precursores do estudo das relações entre textos, ainda no domínio literário, como o de Kristeva (1974).

No âmbito da LT brasileira, as publicações de Ingedore Koch dão início à grande repercussão das análises sobre a intertextualidade entre os pesquisadores da área. As investigações da autora são também importantes para a demarcação das fronteiras entre a intertextualidade e outros fenômenos discursivos de maior amplitude. Isso porque Koch

³⁴ Não detalhamos as subcategorias identificadas por Piègay-Gros e pelos demais autores cujas classificações abordamos neste tópico (Genette, 2010; Koch, 2004; Koch, Bentes e Cavalcante, 2007; Bazerman, 2007; 2011) pois nosso interesse nessas propostas está relacionado ao fato de serem fundadoras ou muito significativas para as análises sobre as intertextualidades. As categorizações, no entanto, são muito numerosas. Tendo em vista o fato de que nosso objetivo não é o de propor novas classificações e no fito de contribuir para a clareza de nosso trabalho, reservamos a apresentação mais detalhada de categorias e subcategorias para a tipificação em LT que elegemos (Carvalho, 2018), a ser apresentada mais adiante.

(1991; 2002; 2004) propõe a distinção entre *intertextualidade ampla* e *intertextualidade estrita*³⁵. Nessa acepção, a intertextualidade ampla corresponde à concepção de Kristeva sobre a intertextualidade, por isso estaria presente em todos os textos; por outro lado, a intertextualidade estrita diz respeito ao fenômeno intertextual apreensível pontualmente na materialidade do texto.

Entre as intertextualidades estritas, Koch (1991) elenca quatro grupos de relações a serem observadas: conteúdo *vs.* forma; explicitude *vs.* implicitude; semelhanças *vs.* diferenças; e intertexto alheio *vs.* intertexto próprio *vs.* intertexto atribuído a um enunciador genérico. Essas relações são destrinchadas em publicações posteriores da autora, algumas em parceria com outros linguistas do texto (Koch, 2002; 2004; Koch; Elias, 2006; Koch; Bentes; Cavalcante, 2007), e delas decorrem outros tipos de intertextualidade, como a intertextualidade temática, a intertextualidade intergenérica, a intertextualidade tipológica, a intertextualidade estilística e o *détournement*.

A intertextualidade temática refere-se à presença do mesmo tópico em diferentes textos, de maneira que um texto pode retomar, desenvolver ou problematizar temas abordados em outro texto, estabelecendo uma conexão intertextual entre eles. No caso da intertextualidade intergenérica, o diálogo entre textos dá-se com base no cruzamento de características de diferentes gêneros textuais: quando um texto incorpora elementos de um gênero distinto para construir sentidos. Por sua vez, a intertextualidade tipológica envolve o conjunto de características compartilhadas entre as sequências textuais, em termos de estrutura, vocabulário, tempos verbais, etc. Já a intertextualidade estilística ocorre quando um texto adota traços característicos de outro texto ou autor — vocabulário, ritmo ou figuras de linguagem, por exemplo. Por fim, o *détournement* relaciona-se a enunciados que remetem a provérbios ou ditados populares, desviando-os de seus sentidos originais com finalidade crítica ou subversiva (Koch; Bentes; Cavalcante, 2007).

As categorias que aqui apresentamos não esgotam o levantamento proposto na vasta obra de Koch, uma vez que a autora dedicou-se ao estudo da intertextualidade em muitas publicações, desde a década de 1980. Estudos posteriores, entre os quais estão os de Cavalcante (2012), Mozdzenski (2012), Nobre (2014) e Carvalho (2018), apresentam algumas críticas à forma de tipificação da intertextualidade realizada por Koch. Tais críticas estão centradas, principalmente, no fato de que a autora não segue um parâmetro norteador para

³⁵A mesma nomenclatura é adotada por Nobre (2014) e Carvalho (2018) em suas categorizações da intertextualidade, mas o sentido atribuído por esses autores difere do proposto por Koch. Essas categorizações serão descritas e discutidas ainda nesta seção.

dispor as categorias, o que as torna, por vezes, confusas ou repetitivas. Por essa razão, Mozdzenski (2012) e Carvalho (2018) consideram a proposta de Koch uma espécie de levantamento descritivo das intertextualidades, que não se configura precisamente como um modelo analítico.

De nossa parte, compreendemos as críticas desses autores, que em suas pesquisas não deixam de reconhecer a importância das investigações de Koch para a LT. Ainda assim, consideramos fundamental ressaltar o pioneirismo e a amplitude dos estudos da autora. Se, por um lado, a tipificação de Koch não apresenta a estruturação de um modelo analítico, por outro lado, o levantamento por ela apresentado trouxe para a LT brasileira todo o alicerce fundador dos modelos analíticos produzidos posteriormente.

Entre esses modelos, selecionamos dois para tratarmos com maior detalhamento nesta seção, o de Mozdzenski (2012) e o de Carvalho (2018). Ambos foram propostos nas teses desses pesquisadores e têm base sociocognitivo-discursiva. Nossa motivação para detalhá-los está no fato de serem modelos que suscitam reflexões complementares, ao nosso ver, acerca dos processos intertextuais. Além disso, as duas propostas provêm de excelentes sumarizações de abordagens anteriores. Dessa forma, a partir dos modelos analíticos propostos por Mozdzenski (2012) e Carvalho (2018), é possível discutir as contribuições mais relevantes de outros autores que também tipificaram a intertextualidade.

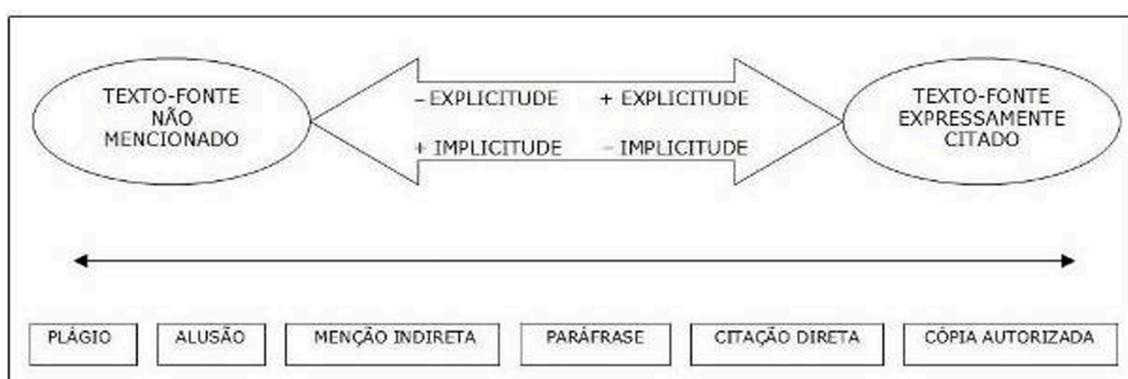
3.1 A proposta de Mozdzenski

Para justificar a criação de um novo modelo de análise dos processos intertextuais, Mozdzenski (2012) enumera algumas razões principais. Para o autor, as categorizações majoritariamente utilizadas “discretizam” o fenômeno intertextual ao proporem categorias demasiadamente específicas, que por isso tornam-se estanques. “[...]Consoante essas classificações tradicionais, a intertextualidade só pode ser considerada, em princípio, ou uma ‘citação’ ou uma ‘referência’ ou um ‘plágio’ ou uma ‘alusão’, e assim por diante. Não parece existir uma gradação ou continuidade entre esses tipos categoriais” (Mozdzenski, 2012, p.83). Apesar de compreendermos que a utilização de categorias elaboradas a um nível mais específico pode ser positiva para fins analíticos — como veremos na proposição de Carvalho (2018), por exemplo —, consideramos a crítica de Mozdzenski cabível e, mais importante, fomentadora de reflexões essenciais para o estudo da intertextualidade como fenômeno amplo e diverso; não “dividido”, mas em *continuum*.

O autor aponta, ainda, a necessidade de critérios mais consistentes para o agrupamento das intertextualidades, pois considera inadequado tipificar em uma mesma categoria relações

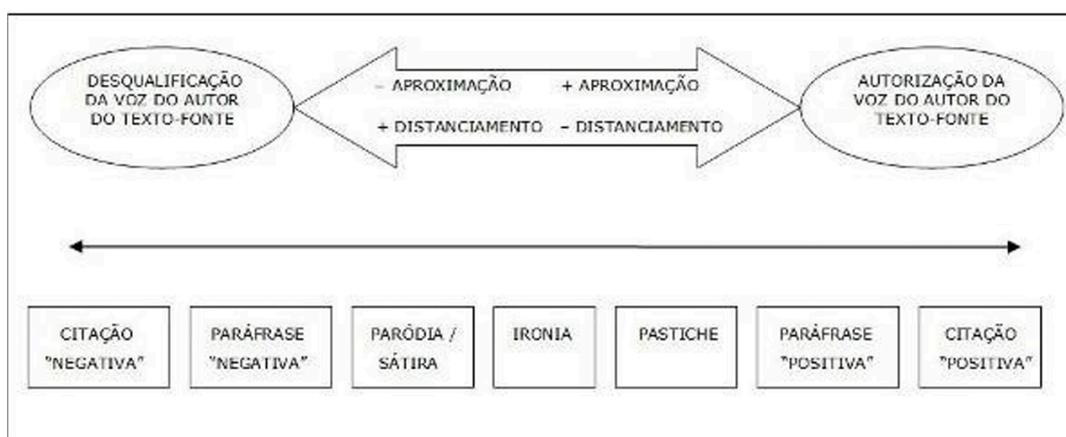
entre textos baseadas na forma e na função. São definidas como baseadas na forma as relações intertextuais reconhecíveis pelo grau de explicitude da remissão ao texto-fonte, como ocorre na citação, na paráfrase e na alusão; já as relações baseadas na função são reconhecíveis pelos efeitos de sentido que provocam, como no caso da paródia e do pastiche. Essas duas maneiras de observar os processos intertextuais são consideradas pelo autor em contínuos tipológicos, conforme as figuras 3 e 4, abaixo:

Figura 03 – “Contínuo tipológico da intertextualidade quanto à sua forma de ocorrência”, de Mozdzenski (2012)



Fonte: Mozdzenski (2012, p.84).

Figura 04 – “Contínuo tipológico da intertextualidade quanto à sua função de ocorrência”, de Mozdzenski (2012)

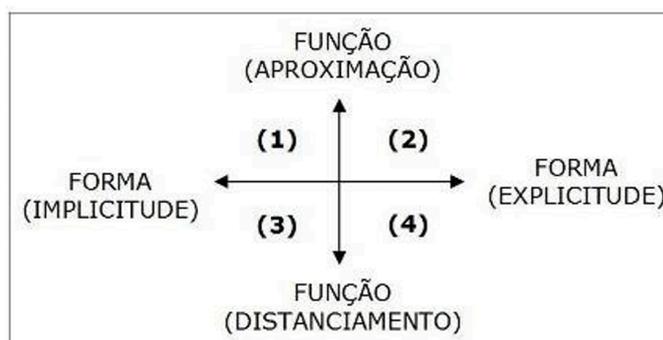


Fonte: Mozdzenski (2012, p.86).

As figuras acima mostram que as subcategorias elencadas pelo autor em cada contínuo tipológico são análogas a das categorizações clássicas. A inovação está na forma de agrupamento dessas subcategorias e no enfoque ao fato de que elas não se comportam como

blocos isolados, mas se recobrem e se repetem: uma paródia pode conter uma menção indireta, o pastiche pode se construir a partir de uma paráfrase, etc. Mozdzenski apresenta, então, um modelo de análise que não objetiva tipificar cada processo intertextual em uma das subcategorias que compõem os contínuos, mas caracterizar as ocorrências intertextuais no espectro dos contínuos da forma e da função. Ou seja, identificar em cada caso analisado: se a menção ao texto fonte é mais próxima da completa explicitude (texto-fonte expressamente citado) ou da total implicitude (texto-fonte não mencionado) — para situar o diálogo intertextual no contínuo da forma; e se o propósito da produção de sentidos se aproxima ou se distancia daquele assumido no texto-fonte (autorização ou desqualificação da voz do autor do texto-fonte) — para situar o diálogo intertextual no contínuo da função. Esse modelo analítico é resumido graficamente pelo autor de acordo com a figura abaixo:

Figura 05 – “Representação da intertextualidade pela forma e pela função”, de Mozdzenski (2012)



Fonte: Mozdzenski (2012, p.86).

Assim, em suas análises, o autor situa cada processo intertextual observado em um dos quatro quadrantes da representação gráfica acima, resultante do cruzamento entre os contínuos da forma e da função (figuras 03 e 04). Uma citação, por exemplo, poderia encaixar-se nos quadrantes 2 ou 4, a depender de sua função na produção de sentidos. Essa é uma abordagem arrojada da intertextualidade, não simplista, mas sucinta, por não se apegar às subcategorias. Sua grande contribuição, em nossa perspectiva, está em apontar as consequências negativas da discretização dos tipos de intertextualidade e em propor uma alternativa analítica mais integradora para o fenômeno.

No entanto, a proposta de Mozdzenski distancia-se do que pretendemos neste trabalho por não distinguir acuradamente a intertextualidade de fenômenos mais amplos, como o dialogismo, e por contemplar apenas os processos intertextuais que se dão entre textos precisamente identificáveis. Além disso, a caracterização das intertextualidades apenas pela

identificação de seu grau de explicitude e de proximidade de sentido do texto-fonte parece-nos insuficiente para investigações que busquem descrever a diversidade de formas pelas quais os processos intertextuais podem ser flagrados na tessitura textual e comparar minuciosamente as distinções a aproximações entre esses processos.

Apesar das afinidades teóricas e analíticas que já citamos, essas dissonâncias em relação ao que compreendemos sobre a intertextualidade motivaram-nos a buscar um modelo analítico mais acurado e, ao mesmo tempo, não-discretizado. Encontramos essas características na proposta de Carvalho (2018), cujo panorama analítico adotamos em nossa tese.

3.2 A proposta de Carvalho

Diferentemente de Mozdzenski (2012), Carvalho (2018) utiliza-se de categorias e subcategorias bem definidas em sua classificação das intertextualidades. Avaliamos, porém, que a proposta da autora não aparta nem imobiliza os processos intertextuais. Isso porque admite que as categorias são divididas para fins acadêmicos, no intuito de viabilizar a observação mais pormenorizada das relações entre textos, sem relegar o fato de que essas relações são dinâmicas e fluidas. Destarte, a autora reconhece que os limites entre as categorias nem sempre são bem definidos.

A categorização apresentada por Carvalho (2018) origina-se das propostas clássicas de Genette e Piègay-Gros, sob forte influência de trabalhos da LT brasileira que também remetem a essas propostas. Entre eles, destaca-se o de Nobre (2014), em cuja sugestão classificatória Carvalho apoia-se para propor seu modelo analítico das intertextualidades. As investigações de Faria (2014), Cavalcante (2012), Cavalcante e Brito (2011), bem como as de Koch, Bentes e Cavalcante (2007) também fundamentam a tipificação postulada pela autora³⁶.

Assim como em Nobre (2014), é basilar na classificação de Carvalho (2018) a existência de dois grandes grupos de intertextualidades: as *intertextualidades amplas* e as *intertextualidades estritas*. Como vimos, nomenclatura análoga foi criada por Koch (2004) para distinguir a intertextualidade *stricto sensu* (que coincide com o que tomamos como intertextualidade neste trabalho, conforme já pontuamos) da intertextualidade considerada

³⁶ Na trilha desses mesmos autores e tomando por base a distinção entre intertextualidades estritas e amplas, a dissertação “Intertextualidades em ambientes digitais”, de Dálete de Castro Braga Costa (Universidade Federal do Ceará, 2024), propõe uma abordagem pós-dualista dos processos intertextuais, inspirada na concepção de tecnodiscursividade de Marie-Anne Paveau. Assim, a autora expande os modelos tradicionais de classificação ao considerar a hibridização entre elementos linguageiros e tecnológicos nas intertextualidades. Embora não exploremos tal abordagem neste trabalho, já que a questão da tecnodiscursividade não é o foco de nossa pesquisa, consideramos relevante indicá-la ao leitor interessado nos estudos recentes sobre os processos intertextuais.

constitutiva do texto e do discurso (o que, para nós, consiste em outros fenômenos discursivos, mais amplos que a intertextualidade). Por sua vez, Nobre (2014) atualiza a mesma nomenclatura para outro sentido: na acepção do autor, as relações entre dois ou mais textos especificamente reconhecíveis compõem as *intertextualidades estritas*; já as conexões tangíveis entre um texto e um grupo amplo de outros textos, cuja identificação específica não é possível, fundam as *intertextualidades amplas*.

Consideramos importante ressaltar que o conceito de intertextualidade ampla desenvolvido por Nobre (2014) — posteriormente aprofundado por Carvalho (2018) e assumido por Cavalcante *et alii* (2020) e Cavalcante *et al.* (2022) — não se confunde com o de intertextualidade em sentido amplo definido por Koch (2004). Enquanto esse último está ligado à natureza dialógica inerente a todo fazer linguageiro, aquele refere-se a relações intertextuais tangíveis, identificáveis na materialidade do texto, embora não seja possível apontar especificamente o(s) texto(s)-fonte(s). Nesse sentido, podemos observar processos intertextuais amplos na charge do exemplo 04, em que são retratadas as cenas das férias do então presidente Jair Bolsonaro e das enchentes no sul da Bahia. As relações entre essa charge e as notícias, reportagens e demais textos midiáticos que circularam no mesmo período são de caráter intertextual amplo, pois, apesar de conseguirmos identificar no texto os elementos que marcam esse diálogo, não é possível restringi-lo a textos-fontes específicos. Trata-se de um conjunto amplo e difuso de textos com os quais a relação é estabelecida.

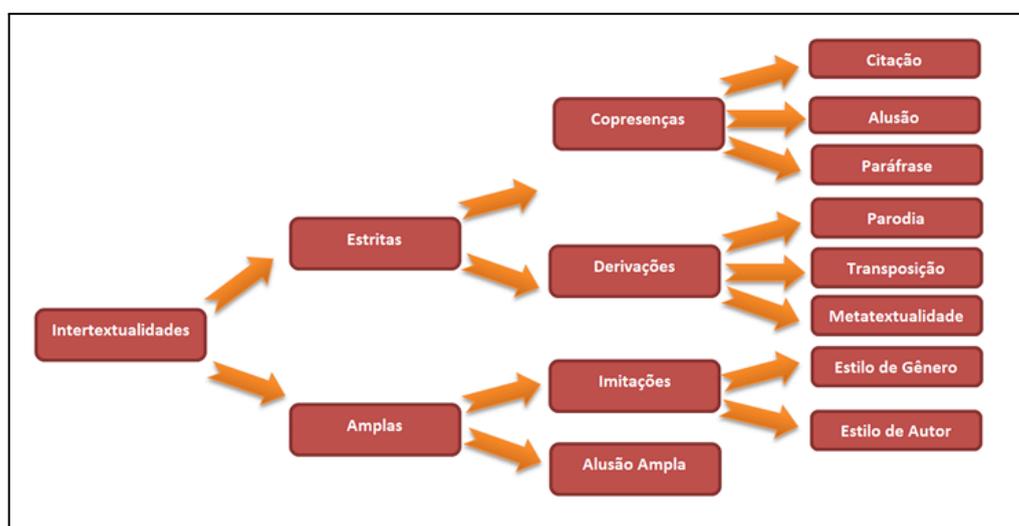
Ao assumir a distinção entre intertextualidades estritas e amplas no sentido pleiteado por Nobre (2014), Carvalho (2018) acertadamente destaca que essas formas de intertextualidade não são excludentes, por isso podem sobrepor-se e complementar-se — um mesmo texto pode apresentar processos intertextuais estritos e amplos. Desse modo, dando continuidade e aprofundamento ao trabalho de Nobre (2014), a autora visa a um modelo analítico que possa “estender o escopo do conceito de intertextualidade e forjar (sub)categorias que comportem os diálogos que ultrapassam a apreensão de texto(s) específico(s)” (Carvalho, 2018, p. 54). Tal colocação de Carvalho é motivada pelo fato de que — para além de reorganizar o quadro categórico proposto por Nobre (2014) com base em Genette (2010), ampliando-o para fins de análise em semioses diversas — seu modelo destrincha os processos intertextuais amplos, propondo subcategorias para esse grande grupo de intertextualidades.

Em sua proposta, Carvalho não ignora a existência de parâmetros diferentes para tipificar as intertextualidades, alguns marcados pela forma, outros pela função. No entanto, diferentemente de Mozdzenski (2012) e de Nobre (2014), autores cujas investigações são

permeadas por essa preocupação, a autora não pauta sua classificação na dissemelhança entre os parâmetros formais e funcionais de tipificação das intertextualidades. Ao nosso ver, essa opção da autora facilita a aplicabilidade do modelo sem deixar de dar conta das particularidades relacionadas à forma e à função, já que ambos os parâmetros são considerados na descrição e na exemplificação das subcategorias, como veremos a seguir.

O esquema abaixo possibilita a visualização de como é disposta a classificação das intertextualidades consoante Carvalho (2018):

Figura 06 – “Classificação das intertextualidades estritas e amplas”, de Carvalho (2018)



Fonte: Carvalho (2018, p. 110).

Na proposta de Carvalho, como vemos acima, é a partir da distinção inicial dos dois grandes grupos de intertextualidades, estritas e amplas, que são organizadas e subdivididas as demais categorias (provenientes do quadro da transtextualidade genettiana). Da mesma maneira que Nobre (2014), conforme assinalamos, a autora toma como estritas as relações entre textos específicos — ou seja, aquelas em que é possível recuperar qual é (ou quais são) o(s) texto(s)-fonte(s). Sobre essas relações passamos a discutir a seguir.

3.2.1 *Intertextualidades estritas*

Para tipificar esse primeiro grupo de intertextualidades, Carvalho (2018) baseia-se em Piègay-Gros e as diferencia em intertextualidades estritas por *copresença* e intertextualidades estritas por *derivação*. Essa diferenciação é realizada pelos mesmos critérios apresentados originalmente por Piègay-Gros: a copresença caracteriza-se pela efetiva presença de um texto (ou partes dele) em outro, enquanto a derivação é marcada pela “transformação” de uma produção textual em outra que altera os sentidos originais, mas mantém alguns aspectos

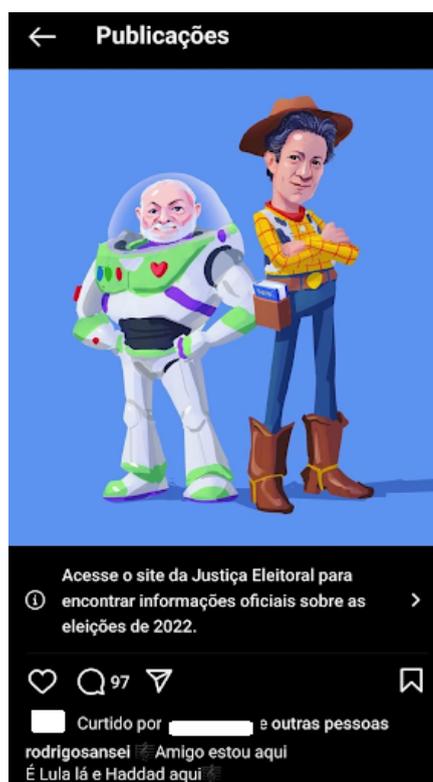
característicos do texto-fonte (semânticos, estilísticos ou formais, por exemplo) que permitem identificá-lo.

Entre as intertextualidades estritas por copresença está a *citação*, definida como a reprodução literal de parte de um texto em outro. As citações podem ou não ser sinalizadas graficamente e apresentar ou não a menção ao autor original. Apesar de serem típicos das citações, esses traços não são obrigatórios para que elas aconteçam. A recuperação do intertexto citado pode ser presumida mesmo que a citação não seja apresentada em formato típico, sobretudo quando se trata de um intertexto amplamente conhecido em determinada cultura, como é o caso dos textos bíblicos e do hino nacional, por exemplo. Em resumo, a principal característica definidora da citação é a reprodução literal do trecho incorporado³⁷ (Carvalho, 2018).

Opostamente, a *alusão estrita* caracteriza-se pelas retomadas e menções indiretas ao(s) texto(s)-fonte(s). Para definir essa categoria, a autora recorre a Authier-Revuz e explica que “[...] ocorre, pela alusão, um jogo com a possibilidade de fazer ressoar outros dizeres, de fazer suscitar a música de outra voz” (Carvalho, 2018, p. 86). Devido a sua natureza indireta, ou seja, menos marcada, a alusão estrita exige maior esforço cognitivo do leitor para ser recuperada e se torna mais facilmente apreensível quando o texto aludido é de grande repercussão. Na charge abaixo, temos um exemplo:

³⁷ A reprodução literal também é uma característica do plágio, forma de intertextualidade que não aparece na classificação de Carvalho (2018). A diferença fundamental entre o plágio e a citação sem menção de autoria é a apropriação indevida da ideia apresentada, que não ocorre nas citações. Como pontuamos, a citação sem menção de autoria costuma ocorrer com intertextos amplamente conhecidos pelo público, de forma que essa apropriação não ocorre. A opção de excluir o plágio de sua classificação das intertextualidades é justificada por Carvalho com base no fato de tratar-se de uma prática criminosa, envolvendo questões éticas que a colocam em um âmbito distinto das demais relações intertextuais. Ao nosso ver, apesar das delicadas questões éticas que o envolvem, o plágio não deixa de se configurar como uma forma de intertextualidade, por isso deve ser discutido e investigado. Porém, compreendemos o posicionamento de Carvalho e consideramos que manter o plágio como uma categoria à parte das demais intertextualidades é mais uma maneira de sinalizar a gravidade dessa prática.

Exemplo 05 – Charge de Rodrigo Yokota sobre as candidaturas de Lula e Haddad em 2022



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CkIxR-wvvaW/>. Acesso em 26//08/2024.

Nesse texto, publicado pelo chargista durante a campanha eleitoral de 2022, observamos a ilustração de Lula e Haddad, à época candidatos à presidência do Brasil e ao governo de São Paulo, respectivamente, usando os trajes de dois personagens dos filmes de animação da franquia *Toy Story*. O diálogo intertextual entre a charge e os filmes é realizado de forma estrita, visto que podemos indicar especificamente o intertexto; por copresença, pois há elementos do texto-fonte efetivamente presentes no intertexto, e na forma de uma alusão estrita, pois a remissão aos filmes *Toy Story* não é realizada diretamente, com a indicação do filme ou de um trecho dele, mas indiretamente, pelo figurino dos personagens. Por se tratar de uma animação bastante popular, o reconhecimento desse caso de alusão é facilitado. Na legenda utilizada pelo chargista, vemos ainda outra remissão ao filme, com o uso do mesmo verso de refrão da música-tema dos personagens “Amigo estou aqui”. Como mostra Carvalho (2018), o uso de breves citações, como essa, por vezes é utilizado para reforçar as alusões estritas. Essa ocorrência demonstra que as categorias não estão isoladas, funcionam dinamicamente e podem aparecer em conjunto.

A terceira e última subcategoria das intertextualidades estritas por copresença é a paráfrase. Diferentemente das demais, essa subcategoria não aparece na classificação

genettiana, cujo foco está nos textos literários. Carvalho (2018) opta por inserir essa subcategoria em seu modelo por considerá-la fundamental para a composição de muitos textos fora da esfera literária. Assim, a autora busca amparo nas definições de Fuchs (1985), Hilgert (2006) e Sant'Anna (2010) para descrever a paráfrase como a reelaboração de trechos do texto fonte, caracterizada por mudanças lexicais e/ou sintáticas que conduzem à explicitação do conteúdo de outro texto, expressando-o em outras palavras sem que seu sentido seja alterado. Desse modo, usualmente a paráfrase visa a esclarecer o conteúdo de outro texto, tornando-o mais acessível ao leitor ou mais condizente com o posicionamento do locutor do intertexto em que está inserida.

Esse é também o entendimento de Cavalcante (2012), porém, diferentemente de Carvalho (2018), essa autora identifica a paráfrase como uma subcategoria da derivação, e não da copresença. Ao justificar sua divergência em relação a essa classificação de Cavalcante, Carvalho esclarece que toma como paráfrase apenas as reelaborações de porções de um texto-fonte, o que configura a presença de um texto em outro (copresença). Nos processos de derivação, essa reelaboração também ocorre, mas se dá pela “transformação” de textos inteiros. Dessa maneira, a autora compreende junto a Faria (2014) que os processos de derivação passam pelo parafraseamento (e também pelas outras formas de copresença), o que mais uma vez reforça a relação cambiante entre as categorias.

Como mostra a figura 06, as subcategorias das intertextualidades estritas por *derivação* são também três: *paródia*, *transposição* e *metatextualidade*. A paródia consiste em uma transformação lúdica, cômica ou satírica do texto-fonte, na qual a forma pode ser mantida, mas o conteúdo é subvertido ou exagerado para criar humor. Carvalho (2018) abarca nessa subcategoria todo o espectro do humor, do lúdico ao satírico, no que difere das propostas clássicas de Genette e Piègay-Gros, nas quais há subcategorias distintas baseadas nesse parâmetro funcional dos “níveis” humorísticos.

Em nossa perspectiva, tal escolha classificatória de Carvalho é muito coerente. Abranger as transformações de cunho humorístico em uma mesma categoria evita a discretização de ocorrências que podem ser concomitantes, o que se adequa à maleabilidade que enxergamos nos processos intertextuais. É justamente nessa direção que a autora fundamenta sua opção, indicando que uma mesma paródia pode ser interpretada como lúdica por um público e satírica (depreciativa) por outro, o que torna incipientes os parâmetros que apoiam a distinção entre essas ocorrências.

A *transposição* diferencia-se da paródia pela ausência de traços humorísticos. Também de maneira contrária ao que ocorre na maioria das paródias, na transposição é mais

comum que a forma do texto-fonte seja alterada e seu conteúdo preservado. Como forma e conteúdo estão sempre conectados (os padrões formais de um gênero, como se sabe, relacionam-se aos seus propósitos comunicativos), é inevitável que algumas mudanças de sentido também estejam presentes na transposição, mas a proximidade ao conteúdo original é sempre observada. São exemplos de transposição as traduções e as adaptações entre gêneros textuais (quando um texto originalmente produzido em dado gênero é transposto para outro).

Por suas características, a transposição assemelha-se à paráfrase (tipo de intertextualidade estrita por copresença). Entretanto, segundo o entendimento de Carvalho (2018), que aqui ratificamos, essa última consiste na reelaboração de partes de um texto que são inseridas em outro, o que não configura a transformação de texto inteiro caracterizadora da transposição. Consoante indicamos anteriormente, as categorias e subcategorias não se dão isoladamente, de forma que podemos observar em uma transposição algumas paráfrases ou mesmo citações. No exemplo abaixo, podemos observar duas transposições de *Grande Sertão: Veredas*, romance de Guimarães Rosa. No primeiro caso, o romance é transposto para uma história em quadrinhos; no segundo, para um filme.

Exemplo 06 – Transposições de “Grande Sertão: Veredas”



Fonte: Elaborada pela autora.³⁸

Os textos exemplificados acima estabelecem com a obra original uma relação de transposição e não de paródia, pois a reelaboração que propõem não têm finalidade

³⁸Montagem elaborada pela autora a partir das imagens disponíveis em <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2024/02/filme-grande-sertao-de-guel-arraes-divulga-carta-z-oficial.html> e <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9786559210046/grande-sertao-veredas-edicao-em-quadrinhos?srltid=AfmBOorH8c9ljmnbak5pbV16-mJZEAZ2QNe6rvRUhj2HPjvOTJ-NumVO>

humorística. Podemos observar, ainda, que a história em quadrinhos mantém o título do texto-fonte e menciona diretamente seu autor. Recorre-se, portanto, a uma forma de citação da obra original. Já o filme alude estritamente à obra de João Guimarães Rosa ao utilizar parcialmente o título original, sem menção da autoria. Apesar de apresentarem tais recursos de copresença, esses textos não se restringem a eles em seu diálogo intertextual com o romance, visto que todo o conteúdo da HQ e do filme é baseado no texto-fonte. Esse fato configura-os, então, como transformações de um texto completo em outros.

Por fim, a *metatextualidade* é o tipo de intertextualidade estrita por derivação em que há uma relação crítica ou comentativa entre textos. Em outras palavras, o metatexto comenta, interpreta ou analisa o texto-fonte. Na metatextualidade, a inserção direta de trechos de um texto em outro pode ocorrer, mas nem sempre se faz necessária. Ainda menos comum nesses casos é a repetição de características formais do texto-fonte. Existe, porém, uma relação de “dependência”, pois o conteúdo do metatexto é sempre voltado à discussão ou à reflexão sobre o texto-fonte. As resenhas críticas, os comentários em redes sociais, assim como os prefácios e posfácios são alguns exemplos de textos em que a metatextualidade está presente.

Apesar de conceber a metatextualidade sob perspectiva muito próxima a de Genette, diferentemente do autor, Carvalho (2018) a considera como uma subcategoria da derivação (tomada por Genette como hipertextualidade). Tal diferença advém da visão da autora de que, embora não ocorra na metatextualidade o mesmo tipo de transformação observado na paródia e na transposição, esse processo intertextual não deixa de ser uma forma de derivação, pois o metatexto é inteiramente baseado no texto-fonte.

As relações estritas que apresentamos até aqui, nas quais os textos-fonte são nomeadamente identificados, não abarcam todas as possibilidades de expressão dos processos intertextuais. Na concepção ampliada de Nobre (2014) e Carvalho (2018), discutida previamente, as intertextualidades também podem ser amplas.

3.2.2 Intertextualidades amplas

Os processos intertextuais de natureza ampla consistem em relações entre textos que, conquanto sejam perceptíveis e identificáveis na materialidade textual (característica que distingue as intertextualidades de fenômenos dialógicos mais abrangentes), não permitem a determinação precisa ou específica das fontes que as originaram. Assim, os textos em que as intertextualidades amplas se fazem presentes manifestam padrões semânticos, estilísticos, genéricos ou temáticos que remetem a um conjunto difuso de outros textos, sem que seja

possível rastrear as relações até uma obra particular ou um grupo definido de produções. Essas intertextualidades podem ocorrer por *imitações* ou por *alusão ampla* (Carvalho, 2018).

As intertextualidades amplas por imitação realizam-se em duas subcategorias, a da *imitação de gênero* e a da *imitação do estilo de autor*. A primeira delas acontece quando um texto pertencente a determinado gênero apresenta características estilísticas e estruturais de outro, combinando, assim, o gênero em que está inserido a elementos de um gênero distinto. Nesse tipo de intertextualidade ampla, o texto que adota características de outro gênero dialoga com as convenções desse gênero "emprestado" (Cavalcante, Carvalho e Faria, 2017; Carvalho, 2018). É o que podemos observar no exemplo abaixo, em que uma esquete humorística é produzida a partir da imitação de programas eleitorais televisivos.

Exemplo 07 – Trecho da esquete “Programa político”, do canal Porta dos Fundos³⁹



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=xeIK96vU8mc>

Acesso em 05/09/2024.

Nesse exemplo, o efeito humorístico produzido pela esquete passa pela mobilização dos parâmetros genéricos do programa político televisivo. No trecho do vídeo retratado nas capturas de tela acima, podemos observar alguns elementos da imitação: a disposição da sigla partidária, do nome e do número do candidato na tela (com o uso de fontes e cores semelhantes às utilizadas nos textos do gênero imitado), a postura gestual do candidato, a seleção lexical apresentada, etc. A intertextualidade por imitação de gênero é usualmente utilizada para questionar ou subverter a prática discursiva do gênero imitado, como no caso

³⁹ O exemplo refere-se ao trecho que se inicia a partir de 3min37s.

que observamos acima, mas também pode ser mobilizada para enriquecer o estilo do gênero principal.

Em relação a essa subcategoria, o modelo analítico de Carvalho (2018) diverge do de Genette (2010), visto que esse autor não aborda as relações genéricas da forma que descrevemos, considerando apenas a relação do texto com o próprio gênero a que pertence (arquitextualidade). Ademais, Genette situa as imitações em subcategorias da hipertextualidade (derivação, na nomenclatura que adotamos), considerando-as como relações diretas entre um texto (hipertexto) e outro que o antecede (hipotexto). Por sua vez, Carvalho (2018) defende que os parâmetros da imitação, sobretudo os de gênero, são histórica e culturalmente construídos, de modo que remetem a um amplo conjunto de textos.

O segundo tipo de imitação refere-se ao *estilo de autor*. Essa intertextualidade ampla ocorre quando um texto evoca o estilo característico de um autor ou movimento artístico/cultural distinto daquele que de fato o produziu. Essa imitação pode envolver a adoção do vocabulário, das estruturas sintático-semânticas ou imagético-espaciais, do tom e/ou dos temas distintivos daquele autor ou grupo. Enquanto a imitação de gênero ocorre por meio da repetição de padrões genéricos amplamente estabelecidos e reconhecíveis em todos os textos pertencentes a determinado gênero, a imitação de estilo refere-se à repetição de traços particulares de autoria. Em suma, a primeira lida com normas gerais do gênero, já a segunda foca em elementos singulares do autor ou movimento imitado (Carvalho, 2018). As características da intertextualidade ampla por imitação de estilo podem ser observadas nos exemplos abaixo:

Exemplo 08 - Trailer do filme “Com amor, Van Gogh”⁴⁰



Com Amor, Van Gogh | Trailer Legendado

⁴⁰ Além da intertextualidade ampla por imitação do estilo do autor, vemos nesse trailer casos de intertextualidade estrita. Isso porque diversas cenas do filme remetem diretamente a quadros específicos de Van Gogh – é o caso da cena mostrada no exemplo 08, que faz referência ao quadro “No portal da eternidade”.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3tslxWf9t5w>

Acesso em 06/09/2024.

Exemplo 09 - Trecho de charge do ilustrador Marco Marilungo sobre as vanguardas da pintura



Fonte: <https://artoseducativas.wordpress.com/2014/02/19/charges-de-historia-da-arte/>.

Acesso em 06/09/2024.

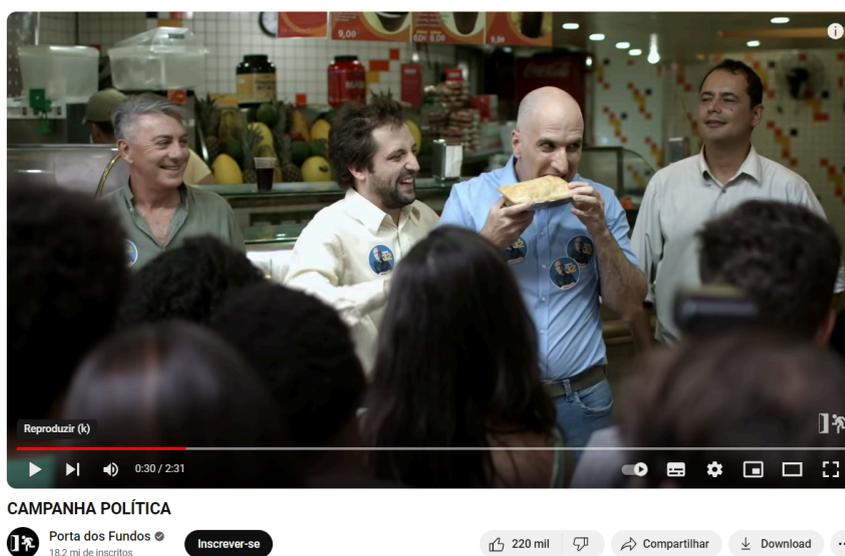
O exemplo 08 apresenta o trailer de “Com amor, Van Gogh”, filme que estabelece intertextualidades em diversos níveis com a obra do artista homenageado. Entre as intertextualidades que compõem essa produção cinematográfica está a de estilo do autor, uma vez que todo o longa foi construído por pinturas à mão que reproduzem o estilo de Van Gogh. Trata-se de uma intertextualidade ampla, pois a remissão não é feita a uma obra específica, mas sim ao conjunto de trabalhos do pintor, bem como aos movimentos artísticos dos quais ele é um representante de destaque, o impressionismo e o pós-impressionismo. Entre as características de estilo reconhecíveis no trailer estão as pinceladas bem marcadas, as paisagens de contorno indefinido, as cores e tons utilizados, bem como o ar de melancolia atribuído às cenas.

Na charge do exemplo 09, observamos um caso em que o diálogo intertextual pela imitação de estilo é realizado em relação a uma individualidade coletiva (Carvalho, 2018), isto é, remete a características partilhadas por grupos de autores. Cada um dos oito quadros

que compõem o trecho apresentado da charge possui traços, cores e disposições gráficas que remetem a distintas vanguardas da pintura. Diferentemente do que vimos no exemplo 08, nesse texto a imitação não é direcionada a um único artista, mas aos diversos pintores que participam do mesmo movimento artístico e, conseqüentemente, partilham características de estilo.

Além das imitações, Carvalho (2018) propõe uma segunda categoria de intertextualidades amplas: a *alusão ampla*. A definição dessa categoria representa, ao nosso ver, um passo importante proporcionado pela tese da autora para o desenvolvimento das pesquisas em LT. Isso porque, nessa categoria, passam a ser reconhecidas como formas de intertextualidade as remissões indiretas a temas, fatos ou conteúdo de maneira geral que não se referem particularmente a um só texto ou conjunto definido de textos, mas dialogam com um conjunto heterogêneo e difuso de outros textos. Embora essas referências sejam amplas, a conexão permanece perceptível na materialidade textual. Assim, a alusão ampla é uma categoria limítrofe entre a intertextualidade e os fenômenos dialógicos inerentes à linguagem (Carvalho, 2018). Tal como reforça a autora, é preciso que sejam identificados elementos tangíveis de intertextualidade para que observemos a alusão ampla, ainda que a categoria seja tipificada pelos traços difusos de remissão. Observemos a construção do diálogo entre textos por alusão ampla nos exemplos 10 e 11:

Exemplo 10 – Trecho da esquete “Campanha política”, do canal Porta dos Fundos⁴¹



⁴¹ O exemplo refere-se ao trecho que vai do início do vídeo até 1min30s.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=z6Jee1IFJf0>.

Acesso em 05/09/2024.

No trecho de esquete exemplificado acima, o humor é construído a partir da representação de cenas em que um candidato tenta ganhar a simpatia dos eleitores adotando hábitos que expressam “simplicidade”, como frequentar estabelecimentos populares, comer pastel de feira e cumprimentar o povo na rua. O tom satírico da esquete é alcançado pelo fato de que essas são cenas muito conhecidas do público brasileiro, tão recorrentes que já são esperadas em anos eleitorais e costumam ser alvo de textos midiáticos diversos, tanto aqueles de cunho informativo quanto os humorísticos e críticos. Desse modo, o texto dialoga com um conjunto muito amplo de outros textos, os quais não conseguimos precisar, que também remetem à mesma situação típica das campanhas eleitorais. Alguns elementos da esquete são essenciais para que o leitor ative sua bagagem cognitiva sobre o tema e conecte esse texto aos tantos outros que ele alude: a própria figura do candidato (homem branco, vestindo camisa social, acompanhado por um assessor), o ambiente de uma lanchonete popular (remetendo àquelas localizadas nos centros das grandes cidades), o pastel de feira⁴². É também por alusão ampla que se constrói a intertextualidade na charge a seguir:

⁴² A cena do candidato comendo pastel de feira tornou-se tão clássica nas eleições brasileiras que o período eleitoral foi apelidado de “temporada do pastel”, como vemos nessas reportagens: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/temporada-do-pastel-como-politicos-tentam-se-aproximar-do-povo>; <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/16/inicio-da-campanha-eleitoral-memes-candidatos-pastel.htm>

Exemplo 11 – Charge de Rodrigo Yokota sobre a primeira criança brasileira vacinada contra a COVID-19⁴³



Fonte: https://www.instagram.com/p/CYwVCbMrkb7/?img_index=1. Acesso em 06/09/2024.

O texto apresentado no exemplo aborda a vacinação contra a COVID-19 da primeira criança no Brasil, que ocorreu dias antes de sua publicação. Esse fato pode ser facilmente resgatado graças à remissão, por alusão estrita, às fotografias da criança indígena sendo vacinada, amplamente divulgadas na mídia no início de 2022⁴⁴. Além desse diálogo estrito, observamos que os sentidos da charge, que retrata o fato como grandioso e positivo, relacionam-se àqueles produzidos por outros textos midiáticos que abordam o acontecimento sob a mesma perspectiva positiva — especialmente os que destacam a importância do Sistema Único de Saúde (SUS). Diferentemente do que ocorre com a remissão às fotografias, que podem ser recuperadas de forma específica, tal relação não se restringe a um ou a alguns textos que tratam da vacinação das crianças brasileiras e da valorização do SUS.

Assim, como não há traços de imitação, o diálogo intertextual com esses textos pode ser caracterizado como uma alusão ampla. Entre os elementos da materialidade textual que

⁴³ Essa charge também foi utilizada como exemplo em Costa (2023), em que abordamos o papel da referenciação e das intertextualidades na construção de PDVs.

⁴⁴ Como vemos nas notícias:

<https://oglobo.globo.com/saude/covid-19-menino-indigena-com-deficiencia-motora-a-primeira-crianca-vacinada-no-brasil-nesta-sexta-25353695> ;

<https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias/-primeira-vacinacao-do-publico-infantil-no-brasil-contracovid-19--comecou-no-hcfmusp>

possibilitam a identificação dessa alusão, podemos citar o globo de luz emitido pelo “SUS”, que protege a criança contra as partículas de vírus (aludindo à importância e à efetividade da vacinação), além da elevação do SUS à categoria de “herói”. Esse último elemento alarga as relações intertextuais da charge, uma vez que a personificação do SUS como um herói evoca claramente os personagens de histórias em quadrinhos comumente associados à luta por justiça e à proteção dos mais vulneráveis. Com essa representação há uma alusão ampla, pois a charge dialoga não apenas com uma história ou filme, mas com todo o universo dos quadrinhos e, conseqüentemente, com o imaginário social acerca de figuras heroicas. A representação do “super-SUS” como uma figura humanizada, forte, sua postura de defesa e a utilização do logotipo do SUS no peito, como nos uniformes de super-heróis, são alguns dos elementos que favorecem a identificação da alusão.

Discorreremos nesta seção sobre as categorias e subcategorias que formam os grandes conjuntos das intertextualidades estritas e amplas segundo a classificação de Carvalho (2018). Como destaca a autora, é fundamental compreender que a divisão em categorias visa ao refinamento analítico, mas não corresponde a uma discretização das intertextualidades. Desse modo, uma categoria pode “apoiar-se” em outra e um mesmo texto pode apresentar intertextualidades diversas. Ademais, ao propor análises baseadas nessa classificação, a autora segue o entendimento de Koch (2004), Cavalcante e Custódio Filho (2010), Cavalcante (2012), entre outros pesquisadores da LT, considerando que as intertextualidades não são mobilizadas ao acaso. Isso porque, assim como as outras grandes categorias do texto, elas desempenham um papel importante para a construção da orientação argumentativa. A esse respeito discutiremos na seção seguinte.

3.3 Intertextualidades, argumentação e ponto de vista

No capítulo 2, apresentamos as razões analíticas e postulados teóricos que nos levam a conceber a argumentação como um traço inerente a todo e qualquer texto. No bojo dessa discussão — apoiando-nos teoricamente na LT praticada por Koch (2002; 2004), Cavalcante *et al.* (2019; 2022), Cavalcante *et alii* (2020), entre outros autores — também defendemos que as categorias textuais mobilizadas em uma produção concorrem para os propósitos comunicativos do locutor, de modo que sempre há nelas o potencial de contribuir para a expressão dos rumos argumentativos tomados pelo texto.

Os traços distintivos de cada categoria textual fazem com que elas operem de maneiras diferentes na tessitura argumentativa do texto — em outras palavras, cada fator textual é argumentativo a seu próprio modo (Macedo, 2018; Cavalcante *et alii*, 2020). Assim,

nesta seção tratamos particularmente de como as intertextualidades argumentam, isto é, como elas são acionadas a favor da dinâmica persuasiva do texto, sobretudo a partir de sua associação com outra categoria textual-discursiva: o PDV.

Analisar as intertextualidades como estratégias argumentativas pressupõe que as remissões a outros textos — sejam elas explícitas ou implícitas, de caráter estrito ou amplo — configuram maneiras eficazes de o locutor consolidar seu projeto de dizer ou, por outro lado, enfraquecer projetos de dizer de outrem, quando esses se opõem ao seu (Cavalcante *et alii*, 2020). Assim, recorrer a intertextos pode favorecer a dinâmica persuasiva ao conectar a orientação argumentativa do texto a ideias já estabelecidas, reforçando sua legitimidade e credibilidade. O emprego dos processos intertextuais para acionar argumentos de autoridade pode ocorrer por qualquer uma das intertextualidades estritas ou amplas que apresentamos na seção anterior. No entanto, observamos a partir da leitura de exemplares textuais diversos (principalmente de peças de campanha política), ao longo da elaboração deste capítulo, que tal função é mais comumente desempenhada pelas intertextualidades estritas por copresença: citação, paráfrase e alusão estrita.

Essa maior recorrência pode ser atribuída ao fato de que a remissão a argumentos de autoridade visa a tornar as informações mais confiáveis, por isso requer maior precisão e “fidelidade” ao texto fonte. Pelas mesmas razões, esses tipos de intertextualidade também possibilitam desqualificações e subversões contundentes de textos-fonte cuja orientação é antagônica a do locutor. Isso porque, quando opta por uma remissão explícita e frontal ao texto-fonte, o locutor demonstra que está plenamente inteirado a respeito do posicionamento a que se opõe e, longe de evitá-lo, confronta-o diretamente, o que confere maior credibilidade à sua posição. O uso de intertextualidades estritas por copresença como recurso argumentativo pode ser observado no exemplo 12, a seguir:

Exemplo 12 - Trecho da propaganda eleitoral “As melhores pessoas”⁴⁵



1. Em 2016, Donald Trump disse que escolheria apenas as melhores pessoas para trabalhar na sua Casa Branca

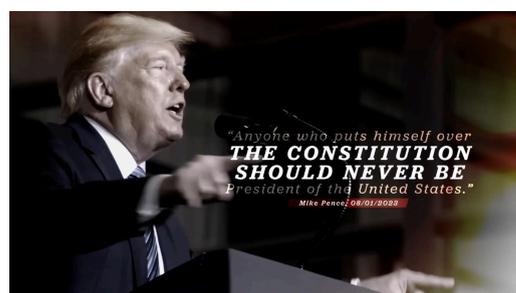


2. Agora essas pessoas têm um aviso para a América: Trump não é apto a ser presidente de novo

⁴⁵ “*The best people*”, na publicação original em inglês. Transcrevemos abaixo de cada captura de tela nossa tradução do que fala o narrador da propaganda.



3. Aqui está o seu vice-presidente.



4. "Qualquer pessoa que se coloque acima da Constituição nunca deve ser presidente dos Estados Unidos".



5. "Não deve ser surpresa que eu não vou apoiar Donald Trump este ano".



6. Seu secretário de defesa



7. "Você acha que Trump pode ser confiado alguma vez novamente com os segredos da nação?"



8. "Não. Quero dizer, é uma ação irresponsável que coloca os membros do nosso serviço em risco, coloca nossa nação em risco".



9. O seu conselheiro para a Segurança Nacional.



10. "Donald Trump causará muitos danos. A única coisa que lhe interessa é Donald Trump."



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=m6oQXN2WNtU>.

Acesso em 12/09/2024.

A propaganda eleitoral cujo trecho apresentamos acima foi publicada no canal do *YouTube* de Kamala Harris, atual vice-presidente dos Estados Unidos e candidata à eleição presidencial americana pelo partido democrata. Nela, a candidatura do principal concorrente de Kamala nas eleições de 2024, o ex-presidente Donald Trump, é desqualificada. Essa desqualificação, que orienta toda a construção de sentidos do texto e, por conseguinte, sua orientação argumentativa, é essencialmente baseada em relações intertextuais estritas por copresença.

O texto tem início com uma paráfrase: “Em 2016, Donald Trump disse que escolheria apenas as melhores pessoas para trabalhar na sua Casa Branca”. Essa alusão retoma falas de Trump a respeito de um dos aspectos mais valorizados em sua campanha de 2016: a escolha de sua equipe de governo. O recurso intertextual verbal é apresentado junto a citações imagéticas de alguns discursos proferidos por Trump no ano em que foi eleito, remissões que são situadas em uma linha do tempo que retorna de 2024 a 2016 nos segundos iniciais do vídeo.

Tais processos intertextuais por copresença, que retomam estritamente as falas do candidato, fortalecem a desqualificação que se desdobra ao longo da propaganda. Isso porque ex-membros da equipe do governo Trump, as “melhores pessoas”, são convocados como enunciadores. A esses enunciadores é atribuída voz através de citações realizadas tanto verbalmente (como no quadro 4) quanto verbal e imageticamente, por vídeos de entrevistas e declarações (como no quadro 5). A utilização de citações integrais desses enunciadores torna mais incisivo o “aviso” (quadro 2) de que Trump não está apto a ser presidente.

O exemplo 12 possibilita, ainda, a observação de um aspecto que nos é muito caro quanto à argumentatividade dos processos intertextuais: o fato de que ela por vezes está relacionada à representação de PDVs. Trump, enunciador segundo a quem não é atribuída voz própria (e2), tem a si imputado por meio da paráfrase o PDV de que considera os ex-membros de sua equipe governamental como “as melhores pessoas”, as mais qualificadas e dignas para ocupar os cargos a que foram designadas. Apesar de estar situado na linha do tempo apresentada na propaganda como um PDV assumido por Trump em 2016, a imputação realizada pelo locutor atualiza esse PDV, reforçando a ideia de que o próprio Trump

reconhece a competência dos enunciadores que são mobilizados em seguida.

Esses enunciadores são então apresentados imageticamente ao lado de Trump (quadro 2), em uma foto cujos elementos indicam tratar-se de um momento oficial de reunião entre líderes, corroborando o PDV imputado por L1/E1 (Kamala Harris e o partido democrata) ao ex-presidente (e2). Logo em seguida, L1/E1 apresenta em uma PEC o PDV principal da propaganda “Trump não é apto a ser presidente de novo”. Esse mesmo PDV é atribuído à ex-equipe mostrada na foto. Tal atribuição dá-se inicialmente por imputação, mas, em seguida, é conferida voz própria a esses enunciadores, de modo que há PEC. Como passam a ter voz própria no texto, esses enunciadores tornam-se locutores/enunciadores (l/e). A propaganda segue, então, com uma sequência de citações que expressam PDVs alinhados ao de L1/E1. A maneira como esses PDVs, que convergem para o PDV principal, são “orquestrados” por L1/E1 dispensa o posicionamento direto de Kamala ou do partido democrata.

Assim, a argumentação da instância gerenciadora dos PDVs da propaganda ocorre indiretamente, através das falas e opiniões dos locutores/enunciadores segundos. Essa estratégia de construção da argumentatividade é reveladora do público-alvo a que essa propaganda é direcionada: eleitores que simpatizam com o partido republicano, mas desconfiam de Trump e por isso estão indecisos; ou ainda aqueles que confiam na equipe escolhida por Trump, mas não veem com bons olhos as atitudes do ex-presidente e por isso também estão indecisos.

Além do recurso aos argumentos de autoridade, outros movimentos persuasivos podem ocorrer através das intertextualidades. Como evidenciam as discussões de Cavalcante *et al.* (2022) e Cavalcante *et alii* (2020), as intertextualidades também podem atuar no estabelecimento da dimensão argumentativa dos textos pela evocação de referências culturais, sociais ou históricas, nos mais variados níveis de explicitude e por meios semióticos também diversos. Sobretudo quando ocorre através das intertextualidades amplas, a evocação dessas referências exige um processamento cognitivo mais ativo por parte do leitor, que é levado a identificar e reconstruir por si mesmo as conexões entre o texto presente e os intertextos evocados (Carvalho, 2018; Cavalcante *et alii*, 2020).

Nesse processo, o leitor não recebe uma conclusão pronta, mas é incentivado a (re)construir as trilhas argumentativas por meio de suas próprias associações e inferências. Ao sugerir ideias em vez de afirmá-las diretamente, o locutor promove uma persuasão mais sutil, pois a adesão do leitor se dá de maneira aparentemente autônoma, resultando em um efeito persuasivo potente. Esse tipo de efeito relaciona-se frequentemente à representação de PDVs

(Rabatel, 2016), como vimos no capítulo 1. A mobilização das intertextualidades como estratégia argumentativa também pode recorrer ao apelo às emoções e valores através de referências a textos religiosos, símbolos ou obras culturais que ressoam profundamente com as crenças e experiências do público.

Ainda no exemplo 12, a fala de Mike Pence (quadro 4), ex-vice de Trump, traz uma alusão ampla que atua persuasivamente com base em valores bem estabelecidos e vastamente difundidos na sociedade americana. Ao afirmar que “qualquer pessoa que se coloque acima da constituição nunca deve ser presidente dos Estados Unidos”, o locutor, além de aludir estritamente ao documento mais importante daquele país, alude amplamente a princípios centrais da ordem democrática norte-americana e à sua história política. O potencial persuasivo dessa alusão ampla dá-se por seu apelo a valores culturais arraigados no imaginário social dos Estados Unidos e, conseqüentemente, às emoções do público norte-americano em relação à Constituição como símbolo de proteção das liberdades civis e dos valores democráticos. Essa alusão ampla estende-se, ainda, aos fatos e eventos decorrentes da postura de Trump após as eleições presidenciais de 2020, quando ele contestou repetidamente os resultados e questionou a legitimidade do processo eleitoral, o que culminou na invasão do Capitólio em janeiro de 2021.

A análise do jogo de PDVs que se dá nessa fala mostra-nos, assim, que o locutor assume o PDV de defesa da constituição e da democracia, enquanto imputa a Trump o PDV oposto: o de colocar-se acima da Constituição e, portanto, desrespeitar a ordem democrática. O processo de assunção e imputação de PDVs nesse caso está intimamente atrelado às intertextualidades, pois, como vimos acima, a alusão ampla desempenha papel central na construção de sentidos da declaração de Pence. A discussão que propomos nesta seção evidencia, portanto, que *o jogo de PDVs que funda a contenda argumentativa nos textos pode ser engendrado pelas intertextualidades*. É o que pretendemos demonstrar de forma mais detalhada na análise de nosso *corpus*, cuja descrição e delimitação apresentamos no capítulo a seguir, dedicado aos procedimentos metodológicos de nossa pesquisa.

4. DO DELINEAMENTO DO *CORPUS* ÀS CATEGORIAS DE ANÁLISE: TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Neste capítulo buscamos pormenorizar os caminhos metodológicos que trilhamos na pesquisa, explicitando os procedimentos que movemos para ligar o arcabouço teórico, discutido nos capítulos anteriores, com a análise de nosso *corpus*. Para tanto, serão descritos os processos de geração e delineamento do *corpus*, bem como discutidas as características da plataforma online em que ele está inserido e a maneira como as particularidades do contexto digital repercutem em nosso recorte analítico. Abordaremos, ainda, o estabelecimento das categorias a partir das quais organizamos a análise e também questões de ordem metodológica mais específicas, como o método e o tipo de pesquisa que utilizamos.

Nossa pesquisa visa a analisar a construção multissemiótica do PDV por meio das intertextualidades em propagandas eleitorais digitais publicadas na rede social *YouTube*, dedicada ao compartilhamento de vídeos. O contato inicial com esses textos nos conduziu à hipótese norteadora de que os PDVs podem ser expressos multissemioticamente por meio das intertextualidades. A originalidade desta pesquisa reside justamente na articulação entre PDV, multissemiose e intertextualidades — que, até o momento, não foi explorada nas pesquisas em LT. Realizamos um levantamento em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Plataforma Sucupira (CAPES) e bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras, que indicou a ausência de estudos que abordem em uma perspectiva textual-discursiva a construção multissemiótica do PDV e sua expressão por meio das intertextualidades — embora existam pesquisas significativas sobre cada um desses aspectos isoladamente. Nosso trabalho busca, portanto, contribuir para o preenchimento dessa lacuna.

Em relação aos textos que compõem nosso *corpus*, os consideramos como propagandas eleitorais por tratarem-se de vídeos produzidos com o objetivo de persuadir eleitores, influenciando seu comportamento através da promoção dos candidatos ou de seus partidos durante o período de campanha. Essas propagandas desempenham um papel central nas campanhas eleitorais, são ferramentas estratégicas para a divulgação de propostas políticas, consolidação da imagem dos candidatos ou desqualificação dos adversários. Tradicionalmente, as propagandas eleitorais ocorrem em diferentes meios de comunicação, como televisão, rádio, materiais impressos e eventos públicos. Com o avanço da tecnologia e a popularização da internet, as plataformas digitais, como o *YouTube*, se tornaram um espaço crucial para a disseminação desses textos.

Ao serem publicadas online, as propagandas eleitorais assumem características

específicas que as diferenciam dos formatos tradicionais, por isso as denominamos como *propagandas eleitorais digitais*⁴⁶. O uso dessa denominação também está alinhado às nomenclaturas utilizadas para se referir a esse tipo de propaganda pela mídia especializada — como o *blog* da ONG Politize! e os portais oficiais de notícias do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Senado brasileiro⁴⁷. No caso do YouTube, rede social em que estão publicados os textos constituintes de nosso *corpus*, as funcionalidades da plataforma permitem, por exemplo, que o conteúdo seja acessado a qualquer momento e por qualquer pessoa com acesso à internet. Isso torna a propaganda eleitoral digital permanente e, de certa maneira, onipresente (Paveau, 2021), ao contrário dos formatos limitados por horários ou intervalos fixos, como no rádio e na televisão. Essa característica amplia o alcance da mensagem e prolonga sua duração durante a campanha, uma vez que o vídeo pode ser visualizado, compartilhado e comentado repetidamente, mesmo após o fim do período eleitoral, graças ao ambiente digital de que faz parte (Paveau, 2021).

Tendo em vista o quanto as características das redes sociais *online* influenciam os textos nelas publicados, de modo a também compô-los, passaremos a descrever as principais ferramentas e funções do *YouTube*. Em seguida, ponderamos com base em alguns dos pressupostos da análise do discurso digital (ADD), proposta por Paveau (2020a; 2020b; 2021), sobre como a natureza nativa digital das propagandas que compõem nosso *corpus* impacta o percurso metodológico desta tese — ainda que as questões relacionadas ao contexto digital não sejam focalizadas em nossa investigação.

4.1 O *YouTube*: plataforma interativa de compartilhamento audiovisual⁴⁸ online

O *YouTube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos criada em fevereiro de 2005 cujo objetivo inicial era fornecer um espaço online para que os usuários pudessem publicar, compartilhar e assistir a vídeos de maneira fácil e acessível, uma vez que à época o compartilhamento de vídeos na internet era limitado e complexo. Em novembro de 2006, o

⁴⁶ Como pontuamos em nota de rodapé da introdução, circulam em ambiente digital propagandas eleitorais em formatos e mídias diversas. Nesta pesquisa, a nomenclatura é utilizada para nos referirmos a conteúdos em vídeo.

⁴⁷ Os *links* para as páginas eletrônicas mencionadas são, respectivamente:

<https://www.politize.com.br/campanha-eleitoral-digital/> — acesso em 07 out. 2022;

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Junho/cartilha-interativa-orienta-sobre-propaganda-eleitoral-na-internet> — acesso em 07 out. 2022;

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/08/propaganda-eleitoral-nas-redes-sociais-e-regida-por-resolucao-do-tse> — acesso em 07 out. 2022.

⁴⁸ A mídia de veiculação desses textos é audiovisual, uma vez que se tratam de vídeos; já os modos (ou semioses) que os compõem são, predominantemente, verboimagéticos. Diferenciamos *modo* e *mídia* em conformidade ao que propõem Kress (2011) e Kress e van Leeuwen (2001), como pontuado no capítulo 2 (seção 2.1).

YouTube foi adquirido pela gigante da tecnologia *Google*, o que expandiu significativamente sua infraestrutura e permitiu que se consolidasse como uma das plataformas digitais mais importantes do mundo (Cf. Carpanez, 2006; Globo, 2006).

Atualmente, essa rede social segue como uma das maiores plataformas de vídeo do planeta, com mais de dois bilhões de usuários ativos. Os vídeos publicados no *YouTube* abrangem uma ampla variedade de conteúdos, como entretenimento, educação, política, cultura e notícias. Para acessar e assistir aos vídeos não é necessário criar uma conta na rede social, mas a criação de um perfil é necessária para publicar e também para interagir na plataforma (comentar, curtir, descurtir, salvar o vídeo, etc.). A publicação de vídeos está sujeita às normas regulatórias estabelecidas pela plataforma, que restringe conteúdos considerados inadequados, como os relacionados a violência explícita ou pornografia (Cf. *YouTube*, 2024).

Os usuários que publicam vídeos de forma profissional e com frequência, conhecidos como *youtubers* ou criadores de conteúdo, podem monetizar seus vídeos pelo engajamento alcançado, pois o *YouTube* realiza parcerias de publicidade com empresas de segmentos diversos. Esse modelo de monetização é responsável por movimentações econômicas robustas, tanto para criadores individuais quanto para empresas e organizações que utilizam a plataforma como meio de divulgação e geração de receita.

Quanto às possibilidades de acesso, o *YouTube* possui uma interface acessível tanto em navegadores para computador quanto em aplicativos móveis para celulares e *tablets*. Nessa interface, a pesquisa, a visualização e o compartilhamento de vídeos são facilitados pela organização do conteúdo em categorias, playlists e canais, o que permite aos usuários explorar conteúdos de acordo com seus interesses. Entre as principais ferramentas oferecidas pelo *YouTube* para a publicação de vídeos estão o *YouTubeStudio*, que permite aos criadores gerenciar o desempenho de seus vídeos, monitorar comentários e ajustar configurações de monetização, e o *YouTubeEditor*, uma ferramenta básica de edição que possibilita a realização de cortes simples, adição de música e outras pequenas edições diretamente na plataforma. Também são permitidas transmissões ao vivo, função amplamente usada para eventos, debates e conferências em tempo real.

Outras possibilidades de interação são oferecidas pelas ferramentas de engajamento que caracterizam o *YouTube* como uma rede social. Entre elas estão a seção de comentários e as opções de curtidas e descurtidas, que sinalizam a recepção do conteúdo pelo público. Além disso, os usuários podem se inscrever nos canais para acompanhar as atualizações que lhes interessam, enquanto o algoritmo da plataforma sugere vídeos com base no histórico de

visualizações e nas preferências de cada um, de forma que as experiências são personalizadas. Assim, a característica mais marcante do *YouTube* é seu modelo de conteúdo gerado pelo usuário, que democratizou a produção audiovisual, dispensando a necessidade de intermediários tradicionais (como emissoras de televisão ou editoras) e resultando em uma maior diversidade de estilos de produção e públicos representados (Cf. *YouTube*, 2024).

Por desempenhar um papel crucial na disseminação de informações e na formação de opinião pública, a influência cultural e econômica do *YouTube* é vasta. Por essa razão – aliada às ferramentas analíticas detalhadas, que oferecem dados sobre o desempenho dos vídeos e o comportamento dos espectadores, como número de visualizações, tempo de exibição, taxa de cliques e retenção de público —, a plataforma tornou-se altamente atrativa para finalidades que vão além do entretenimento e da publicidade, incluindo, de forma significativa, as campanhas políticas. Apesar de seu sucesso, assim como as demais redes sociais, o *YouTube* enfrenta desafios, especialmente no que se refere à moderação de conteúdo. Problemas como a disseminação de desinformação, discursos de ódio e a amplificação de temas controversos pelo algoritmo são frequentemente observados e denunciados pelos usuários.

Como pontuamos no início deste capítulo, as funcionalidades técnicas das plataformas digitais, como o *YouTube*, fazem parte da composição dos textos que circulam nesses ambientes. No caso das propagandas eleitorais digitais em vídeo, a plataforma permite que os espectadores interajam diretamente com o conteúdo por meio de curtidas, descurtidas, comentários e compartilhamentos, criando um espaço de diálogo que não existe nos meios tradicionais de campanha política. Essa interatividade contribui para a difusão expressiva das propagandas em outros meios digitais, potencializando seu impacto. Além disso, o *feedback* imediato fornecido pelos usuários, como as visualizações e as reações, permite que os partidos e candidatos ajustem suas estratégias de comunicação em tempo real. O formato digital também oferece maior liberdade criativa para as campanhas.

No *YouTube*, não há a limitação de tempo rigorosa que existe em outros meios (como os curtos intervalos televisivos), o que permite a produção de vídeos mais longos, de séries de vídeos que desenvolvem diferentes aspectos da campanha, etc. Além disso, a plataforma conta com ferramentas de segmentação e personalização que possibilitam que as campanhas eleitorais direcionem suas propagandas para públicos específicos com base em características como idade, localização geográfica, interesses e comportamento online (Cf. *YouTube*, 2024). Esse tipo de direcionamento permite maior precisão na comunicação com os eleitores, algo que os meios tradicionais não conseguem oferecer de maneira tão eficaz.

No ambiente digital, a propaganda eleitoral pode ser atualizada, remixada e replicada

em diferentes plataformas e contextos de recepção. Tais possibilidades de alcance, interatividade e segmentação de público, que particularizam as propagandas eleitorais digitais, reverberam também na seleção de nosso *corpus* e nos demais procedimentos metodológicos de nossa pesquisa, uma que vez que, além do lugar de pesquisadores, ocupamos o lugar de usuários da plataforma, portanto influenciados e restringidos por suas potencialidades. Assim, embora o aspecto interativo e as demais particularidades do contexto digital que envolvem o *corpus* não façam parte do escopo de nossa investigação, faz-se relevante pontuarmos em nosso percurso metodológico o impacto desse contexto. É nesse sentido que mobilizamos, na seção a seguir, alguns dos principais pressupostos de Paveau (2020a; 2020b; 2021) em sua análise do discurso digital (ADD).

4.2 O ecossistema digital como ambiente de geração do *corpus*

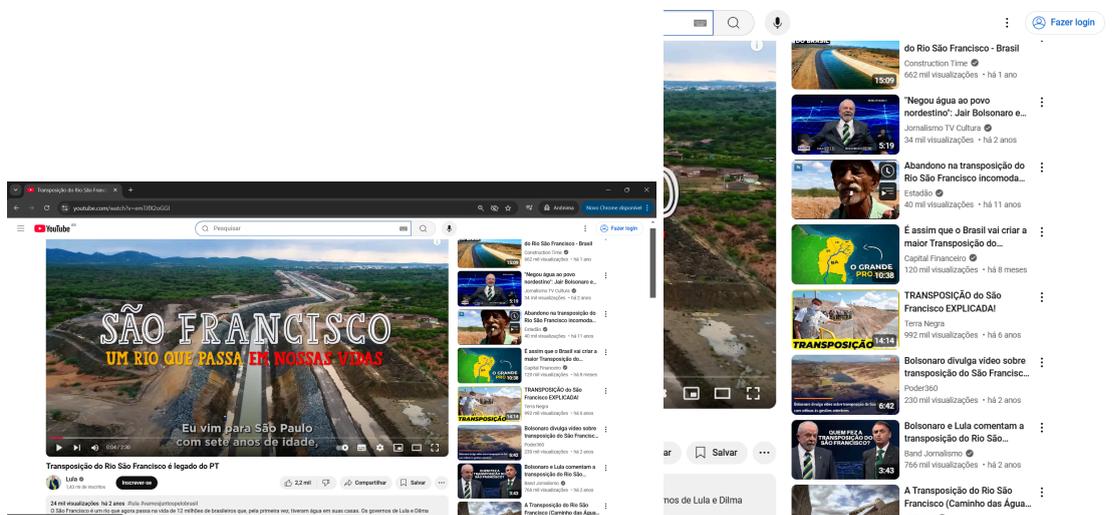
Por não terem sido “transpostas” do offline, mas produzidas como conteúdo a ser compartilhado online, as propagandas eleitorais que compõem nosso *corpus* são textos nativos digitais. Para a ADD (Paveau, 2020a; 2020b; 2021), o ambiente digital confere ao discurso características tecnológicas que alteram profundamente suas formas de circulação, de produção e de recepção. A relação entre linguagem e recursos técnicos torna-se tão imbricada nesse ambiente que os discursos são *compósitos* tecnolinguageiros, isto é, híbridos entre linguagem humana e máquina.

Disso decorre o entendimento da autora de que desconsiderar as possibilidades e limitações relacionadas à máquina em tecnotextos (ou textos nativos digitais) torna as análises redutoras e incompletas. Assim, a ADD consiste em uma corrente teórica pós-dualista e simétrica. Ou seja, distancia-se do tratamento dicotômico usualmente conferido às relações humano-máquina e ao par subjetividade/objetividade, bem como afasta-se do logocentrismo e do antropocentrismo característicos das teorias que focalizam apenas a linguagem e as potencialidades humanas (Paveau, 2021).

Como consequência de sua natureza compósita, os textos nativos digitais possibilitam que o leitor “navegue” em percursos próprios. Se tomarmos como exemplo o *YouTube*, temos que o leitor pode:

I) Clicar ou não em um *link* de vídeo relacionado e passar do texto-fonte para um texto-alvo:

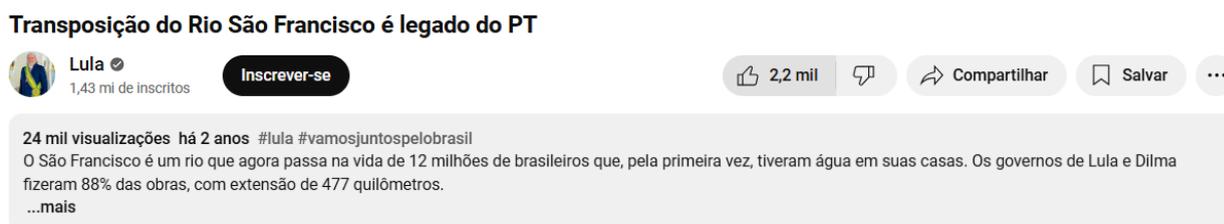
Figura 07 - Ferramenta “vídeos relacionados” mostrada em capturas de tela do *YouTube*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=emTJfX2oGGI> . Acesso em: 01 dez. 2024

II) Escolher se reagirá ou não ao texto com um “gostei” ou “não gostei”; se o compartilhará em outras plataformas ou, ainda, se o salvará em seu perfil:

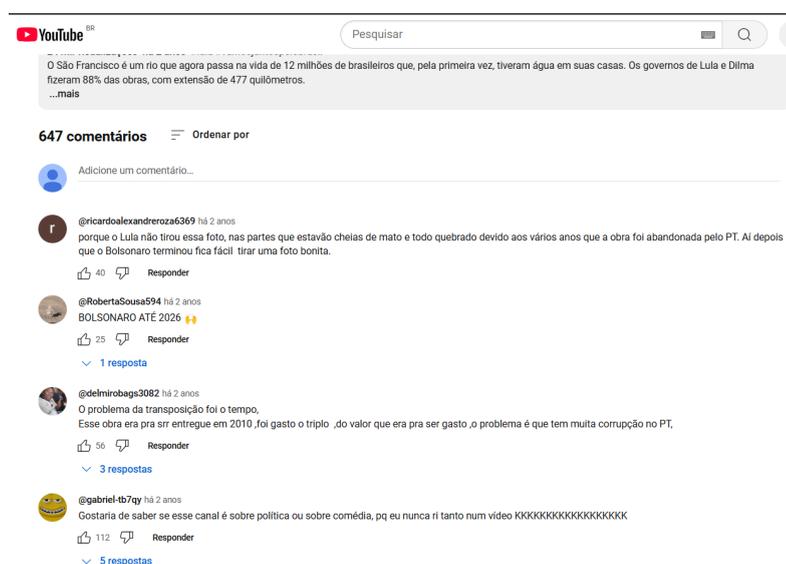
Figura 08 - Ferramentas “gostei 👍/não gostei 👎”, “compartilhar” e “salvar” mostradas em captura de tela do *YouTube*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=emTJfX2oGGI> . Acesso em: 01 dez. 2024

III) Optar por estender ou não a interação através do movimento de rolar a tela para baixo, que, além de possibilitar a exibição da funcionalidade que permite a produção de um comentário, conduz aos comentários de outros usuários da rede:

Figura 09 - Ferramenta “comentários” mostrada em captura de tela do *YouTube*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=emTJfX2oGGI> . Acesso em: 01 dez. 2024

Essa atividade de leitura com alto nível de interatividade, em que o leitor manipula materialmente o texto, é denominada por Paveau (2020b), com base na proposta de Pedro Barbosa⁴⁹, como *escreitura*.

Conforme elucidada a autora, nesse processo “cada leitor toma as decisões que deseja, assim essa atividade de escreitura é [...] individual: o texto digital estruturado pelos *hiperlinks* implica, assim, uma dupla subjetividade, a da manipulação e a do percurso escolhido” (Paveau, 2020b, p. 50). Nesse sentido, compreende-se a escreitura como um dos efeitos da hipertextualidade, concebida por Cavalcante *et al.* (2019) junto a Paveau (2021) como modo de enunciação digital. No âmbito da LT brasileira, as discussões sobre hipertexto, hipertextualidade e suas repercussões vêm se renovando ao longo de algumas décadas. Ainda no final dos anos 1990, Marcuschi já tratava do alto nível de interatividade característico dos processos de leitura e produção hipertextual:

O leitor tem condições de definir interativamente o fluxo de sua leitura a partir de assuntos tratados no texto sem se prender a uma sequência fixa ou a tópicos estabelecidos por um autor. Trata-se de uma forma de estruturação textual que faz do leitor simultaneamente coautor do texto final. O hipertexto caracteriza-se, pois, como um processo de escritura/leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, que, segundo Bolter (1991:10), introduz um novo ‘espaço de escrita’, que ele caracteriza como “escrita eletrônica”, tendo em vista a tecnologia de base (MARCUSCHI, 1999, p. 1).

⁴⁹ BARBOSA, Pedro. *Metamorfoses do real*. Criação literária e computador. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992.

O processo de escrita/leitura eletrônica caracterizado por Marcuschi aproxima-se da escrita descrita por Paveau, em que cada leitor tem autonomia para engajar-se com o texto através do que a autora denomina como “gestos de escrita”. Retomando o exemplo do *YouTube*, podemos apontar como possibilidades desses gestos: i) clicar nos botões de “gostei” ou “não gostei” (ícones de polegar para cima e para baixo, como mostra a figura 08) para demonstrar apreciação ou depreciação; ii) clicar em “compartilhar” e enviar o vídeo para outros interlocutores e para outras plataformas (figura 08); iii) clicar em “...mais” para visualizar a descrição do vídeo (figura 08); iv) rolar a tela para baixo e visualizar os comentários de outros usuários do *YouTube* (figura 09). A autonomia do escritor é, porém, limitada, visto que as formas de interatividade executáveis são aquelas programadas e ofertadas pela rede social. Tais potencialidades ou possibilidades de interação são denominadas por Paveau como *afordâncias*.

Apesar das limitações impostas pelas próprias afordâncias dos compostos tecnolinguageiros, a manipulação ativa dos recursos proporcionados pelas plataformas online redefine e expande o papel do leitor (transformado em escritor) na coconstrução do texto. Esse ponto da ADD é de grande relevância para nossas reflexões a respeito dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, particularmente em relação à formação do *corpus*. Isso porque, ao selecionarmos as propagandas eleitorais digitais em vídeo no *YouTube*, desempenhamos também o papel de escritores inseridos em um ambiente digital.

Ao navegarmos e interagirmos com as múltiplas camadas de texto e metadados, geramos o *corpus* conforme nossos gestos de escrita e nossos critérios analíticos. Destacadamente, a opção metodológica por restringir nosso *corpus* aos vídeos e não estendê-lo aos comentários que os acompanham no *YouTube* (e, portanto, também compõem o composto do tecnotexto), reflete um gesto consciente de escrita, tal como descrito por Paveau (2020). Enquanto rede social, o *YouTube* oferece uma vasta gama de possibilidades de interação, como comentários, curtidas e outras formas de engajamento. No entanto, essas afordâncias não são necessariamente utilizadas de forma integral por todos os escritores que interagem na plataforma, visto que esses têm certa autonomia sobre como navegam pelos textos. Assim, ao focarmos apenas nos vídeos realizamos, ao mesmo tempo, um recorte metodológico deliberado e um gesto de escrita possibilitado pelo composto tecnolinguageiro que constitui essa plataforma.

Esse gesto evidencia nosso papel ativo na construção do *corpus*, uma vez que decidimos, intencionalmente, priorizar a análise do conteúdo audiovisual. Tal decisão não só delimita o objeto de estudo, mas também direciona os sentidos que emergirão da investigação.

Optamos por analisar o que consideramos mais relevante para os objetivos da pesquisa, orientando o foco analítico para o jogo de PDVs tecido multissemioticamente nos vídeos. Em síntese, o *corpus* que construímos não é um reflexo integral de todas as faces das propagandas eleitorais digitais em vídeo publicadas no *YouTube*, mas um produto gerado por nossas escolhas metodológicas, moldadas por nossa atuação como escritores em ambiente digital.

Nossa atuação como escritores e pesquisadores é balizada, ainda, pelo algoritmo que rege o tratamento das informações na plataforma digital em que geramos o *corpus*. Como explica Paveau (2021), os algoritmos são sequências de instruções para processamento, classificação e hierarquização dos conteúdos em ambiente digital. São eles que determinam — a partir de cálculos realizados com base no comportamento online de cada escritor — quais informações serão apresentadas, em que ordem de relevância e em que frequência, de modo que certos conteúdos podem, inclusive, ser invisibilizados para determinado grupo de escritores. Dessa maneira, embora o foco de nossa pesquisa não esteja no ambiente digital e nas especificidades das propagandas eleitorais digitais como tecnotextos, conforme já pontuamos, seria inviável deixar de reconhecer tais aspectos como essenciais para a constituição do *corpus*.

A seguir, damos continuidade à discussão dos aspectos metodológicos da pesquisa apresentando os critérios analíticos que estabelecemos para a delimitação dos dados e as categorias elaboradas para sistematizar a análise das propagandas selecionadas.

4.3 Seleção e categorização das propagandas eleitorais digitais: delineando e sistematizando os dados da pesquisa

Pelas características do percurso metodológico que trilhamos, nossa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que a compreensão e a interpretação dos dados são o objetivo principal da análise. Quanto ao método, a pesquisa alinha-se ao indutivo, pois partimos da observação das propagandas eleitorais digitais em vídeo para identificar regularidades que emergem ao longo do processo analítico (Liberali; Liberali, 2011; Oliveira, 2012). Apesar de adotarmos uma hipótese, nossa pesquisa afasta-se da abordagem dedutiva, pois nossa hipótese exploratória foi elaborada com base em uma observação preliminar dos dados.

O processo de geração do nosso *corpus* teve início com o estabelecimento de critérios básicos para a seleção das propagandas que nos propomos a analisar. O primeiro deles foi o recorte temporal de publicação dos textos: todas as propagandas do *corpus* foram publicadas no *YouTube* entre 16 de agosto e 30 de outubro de 2022, período de campanha autorizado pelo

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições presidenciais daquele ano no Brasil. Como segundo critério, definimos que as propagandas analisadas seriam provenientes das campanhas dos dois principais candidatos ao cargo de presidente da república em 2022 – Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal (PL).

Estabelecemos também que a seleção dos textos ocorreria exclusivamente nos canais oficiais dos candidatos ou de seus partidos no *YouTube*; e que, em nossas análises, nos deteríamos ao conteúdo em vídeo das propagandas eleitorais digitais (isto é, não abordáramos os comentários e as demais potencialidades digitais do texto) — escolha metodológica que reflete um gesto de escrita possibilitado pela plataforma, como discutimos na seção anterior (4.2). O último desses critérios básicos foi o de que nenhuma das propagandas selecionadas poderia ter sido proibida pelo TSE ou vetada pelo *YouTube* a qualquer momento da campanha, nem ter seu conteúdo denunciado como informação falsa (*fakenews*) pela plataforma ou por qualquer instância oficial de que tivéssemos conhecimento. De posse dessas diretrizes, prosseguimos a geração do *corpus* inserindo as palavras-chave “propaganda eleitoral presidente 2022” na aba de pesquisa do *YouTube*, como mostra a figura 10:

Figura 09 - Ferramenta “barra de pesquisa” mostrada em captura de tela do *YouTube*



Fonte: <https://www.youtube.com> . Acesso em: 01 dez. 2024

Realizamos esse processo de forma estruturada em janeiro de 2023, após o período eleitoral⁵⁰, por isso tivemos acesso desde as propagandas de abertura das campanhas até aquelas publicadas após o primeiro turno. Tal possibilidade de acesso às propagandas após o período em que elas foram originalmente publicadas está relacionada ao traço de *investigabilidade* intrínseco aos textos nativos digitais, que se inscrevem em “um universo que nada esquece e que é percorrido por ferramentas de busca e de redocumentação” (Paveau,

⁵⁰As eleições presidenciais de 2022 chegaram ao segundo turno, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com 50,9% dos votos, contra 49,1% de Jair Messias Bolsonaro.

2021, p.59). Como a elaboração da tese já estava em andamento durante o período da campanha, em 2022, nosso acesso às propagandas eleitorais digitais no *YouTube* já era frequente antes da seleção dos dados propriamente dita. Dessa maneira, na tentativa de diminuir a influência do padrão de nosso uso pessoal da plataforma, que já estava vinculado ao algoritmo, decidimos por selecionar as propagandas utilizando a aba anônima do navegador e entrando no *YouTube* sem efetuar *login* — não entrar em uma conta acarreta em algumas limitações no uso da plataforma, como indicamos antes, mas nenhuma delas prejudica o acesso aos vídeos. No entanto, esse processo foi realizado no mesmo computador que já utilizávamos anteriormente, por isso acreditamos que alguns padrões de algoritmo relacionados ao perfil de uso podem ter sido mantidos e influenciado o conjunto de propagandas e a ordem em que elas foram apresentadas ao pesquisarmos por “propaganda eleitoral presidente 2022” na plataforma.

Após o primeiro gesto de escrita que iniciou a busca das propagandas eleitorais digitais, selecionamos a primeira propaganda dentro dos nossos critérios básicos oferecida pela plataforma. A partir dela, continuamos a assistir e a coletar os links das demais que surgiram na barra ao lado como vídeos relacionados (como mostra a figura 07), desde que correspondessem aos parâmetros que estabelecemos inicialmente. Repetimos esse procedimento algumas vezes em dias distintos até coletarmos uma amostra de 40 propagandas eleitorais digitais, 20 de cada candidato. Chegamos a esse número deliberadamente, por considerarmos uma quantidade suficiente para que pudéssemos ter um panorama razoável das propagandas que fizeram parte das campanhas presidenciais dos dois principais candidatos em 2022.

Posteriormente acessamos as propagandas selecionadas em uma conta logada na versão premium do *YouTube*, para que pudéssemos realizar o *download* de cada uma. O *download* foi necessário para que fosse possível automatizar as capturas de tela de cada uma das propagandas com o uso do programa *Adobe Media Encoder 2024*, que permite destrinchar vídeos em capturas de tela do tipo “quadro a quadro”. Ao organizarmos esses quadros para a apresentação das propagandas, incluímos legendas, que apresentam as transcrições do que é falado nos trechos correspondentes. Ainda que os quadros de capturas de tela juntamente às legendas possibilitem que o leitor acesse o conteúdo das propagandas, consideramos ideal que elas sejam acessadas em vídeo, mídia em que foram originalmente produzidas e que proporciona a imbricação de semioses através da qual os sentidos são produzidos nesses textos. Esse acesso pode ser realizado através dos *links* ou dos *QR codes* que direcionam ao *YouTube*, indicados como fonte em cada propaganda analisada.

À medida que criamos intimidade com o *corpus*, observamos a existência de cinco temáticas recorrentes nas propagandas dos dois candidatos, como mostra a tabela 01:

Tabela 01 - Temáticas recorrentes nas propagandas eleitorais digitais do *corpus*

1.	Nordeste e Público nordestino
2.	O voto no candidato como escolha do lado certo ou “do bem”
3.	Desqualificação do candidato oponente
4.	A economia brasileira
5.	Aliança entre Lula e seu vice, Alckmin

Fonte: elaborada pela autora.

A partir dessa identificação, selecionamos uma propaganda eleitoral digital de cada candidato para cada uma das temáticas recorrentes, o que nos levou a reduzir nossa amostra inicial de 40 propagandas para um *corpus* de 10 exemplares. Esse recorte permitiu-nos aguçar ainda mais o olhar analítico direcionado às propagandas selecionadas e, assim, observar o grau de imputação⁵¹ de PDVs ao oponente como um traço distintivo importante em nosso *corpus*. Dessa maneira, distribuímos as 10 propagandas eleitorais digitais (PED) em um contínuo de três categorias: 1. PED com alto grau de imputação; 2. PED com grau intermediário de imputação; 3. PED com grau baixo de imputação.

A imputação torna-se mais ou menos evidente a depender de como L1/E1 constrói textualmente o vínculo entre um PDV que ele mesmo gerencia (mas não assume) e um enunciador segundo (o candidato oponente, no caso das PED selecionadas). Assim, para a organização dessas categorias, denominamos como “grau de imputação” a variação para mais ou para menos da força ilocutória empregada por L1/E1 para atribuir PDVs ao candidato oponente. Na construção dessas categorias, notamos que o grau de imputação é acompanhado pelo nível do embate discursivo estabelecido entre os candidatos, isto é, quanto maior o grau da imputação de PDVs ao candidato oponente, mais evidente é o embate discursivo entre os candidatos nas PED analisadas.

⁵¹ Apresentamos o conceito de imputação, tal como compreendido por Rabatel (2016; 2021a) e assumido nesta tese, no capítulo 1, seção 1.2.

Na primeira categoria, a das PED com grau alto de imputação, esse embate é evidenciado por meio de diálogos intertextuais predominantemente estritos com falas do oponente ou textos midiáticos sobre ele, mobilizados como “prova” de legitimidade da imputação realizada. Já na segunda categoria, essa remissão direta a fontes que “validam” a imputação deixa de ser recorrente, de forma que o embate entre os candidatos é atenuado, mas continua facilmente identificável pelas imputações, que ocorrem em grau intermediário. Na terceira categoria, por fim, o embate discursivo é muito sutil, assim como as imputações, que, em alguns dos exemplos, são quase inexistentes, pois nessa categoria o oponente quase não é mencionado (quando essa menção ocorre, dá-se de maneira discreta, principalmente por alusões amplas).

Na tabela 02, abaixo, apresentamos um resumo dessa categorização:

Tabela 02 - Categorização das PED

Grau de imputação de PDVs ao oponente	Nível de embate discursivo	Outras características da categoria
I. Grau alto de imputação	Nível alto de embate	Recorrência de intertextualidades estritas relacionadas a textos sobre o oponente ou por ele elaborados, através dos quais a imputação é “legitimada”. Como consequência, a tensão enunciativa entre os oponentes fica em evidência.
II. Grau intermediário de imputação	Nível médio de embate	Presença equilibrada de intertextualidades estritas e amplas. Imputação realizada de forma explícita, mas sem a “comprovação” característica da categoria I.
III. Grau baixo de imputação	Nível baixo de embate ou embate inexistente	Recorrência de intertextualidades amplas, sobretudo de alusões amplas. Imputação realizada de maneira muito sutil, por vezes pouco perceptível. L1/E1 concentra-se em falar de si, aludindo ao oponente apenas pela ativação de inferências do leitor.

		Consequentemente, a tensão enunciativa é atenuada.
--	--	--

Fonte: elaborada pela autora.

Entre as dez PED de nosso *corpus*, quatro enquadram-se na categoria I, três na categoria II e três na categoria III. Essa distribuição das PED por categoria está detalhada na tabela 03, a seguir, em que indicamos também a distribuição por campanha e por tema recorrente.

Tabela 03 – Distribuição das PED por categoria, campanha e tema recorrente

Categorias	Quantidade de PED por campanha	Quantidade de PED por tema recorrente
Categoria I	02 – Lula	<ul style="list-style-type: none"> ● 01 – Nordeste e Público Nordestino; ● 01 – Aliança entre Lula e Alckmin; ● 02 – Desqualificação do candidato oponente.
	02 – Bolsonaro	
Categoria II	02 – Lula	<ul style="list-style-type: none"> ● 02 – O voto como escolha do lado certo ou "do bem"; ● 01 – A economia brasileira.
	01 – Bolsonaro	
Categoria III	02 – Lula	<ul style="list-style-type: none"> ● 01 – Nordeste e Público Nordestino; ● 01 – A economia brasileira; ● 01 – Aliança entre Lula e Alckmin.
	02 – Bolsonaro	

Fonte: elaborada pela autora.

Com base na categorização apresentada, estruturamos o capítulo dedicado às análises em três seções: a primeira dedicada às *PED com grau alto de imputação* (categoria I), a segunda às *PED com grau intermediário de imputação* (categoria II) e a terceira às *PED com grau baixo de imputação*. Nessas seções, optamos por analisar duas propagandas de cada categoria proposta. Realizamos esse recorte para evitar análises redundantes ou demasiadamente extensas, uma vez que os textos de uma mesma categoria apresentam características semelhantes. Entre os pontos de investigação a que nos dedicamos nas seções analíticas estão:

- a) a forma como semioses diversas são combinadas na tessitura das propagandas, contribuindo para a mobilização de enunciadores e para o jogo de PDVs;
- b) o papel das intertextualidades na construção do PDV principal de cada propaganda – como elas contribuem para moldar a orientação argumentativa do texto;

- c) como as intertextualidades atuam na representação de PDVs imputados a enunciadores segundos — de que maneira esses PDVs complementares ou contrastantes são incorporados à orientação argumentativa trilhada pelo locutor principal;
- d) a maneira como as intertextualidades constroem PDVs positivos sobre o candidato promovido pela propaganda, reforçando sua legitimidade, enquanto paralelamente também são utilizadas na construção de PDVs negativos sobre o candidato oponente, desqualificando sua imagem discursiva. Isto é, como os processos intertextuais são articulados para influenciar as percepções do público em relação aos enunciadores nas propagandas.

Tais aspectos estão demonstrados concretamente no capítulo a seguir, em que apresentamos nossas análises.

5. ANÁLISE DAS PROPAGANDAS ELEITORAIS DIGITAIS: COMO AS INTERTEXTUALIDADES ATUAM MULTISSEMIOTICAMENTE NA CONSTRUÇÃO/REPRESENTAÇÃO DE PDVS

Nossa hipótese a respeito da construção multissemiótica do PDV através das intertextualidades é experimentada na prática neste capítulo, que marca a culminância de nossa pesquisa. Aqui as concepções teóricas que mobilizamos transformam-se em ferramentas ativas para a análise das propagandas eleitorais digitais. Conforme apontado no capítulo anterior, as análises estão dispostas em três seções, de acordo com as categorias que construímos a partir dos graus de imputação de PDVs ao candidato oponente observados nas PED. Assim, passamos agora à primeira seção, em que analisamos as PED com alto grau de imputação.

5.1. PED com grau alto de imputação de PDVs ao candidato oponente

Como mostra a tabela 03 do capítulo anterior, a categoria I, correspondente às PED com grau alto de imputação, abarca quatro das propagandas de nosso *corpus*. Para representar a categoria nesta seção, optamos por analisar as duas propagandas sobre o tema "desqualificação do oponente". Observemos abaixo a primeira delas, proveniente da campanha de Bolsonaro:

PED 1⁵² - "É isso que você quer para o Brasil?" (PL)



⁵² Como pontuamos no capítulo 4, as propagandas eleitorais digitais analisadas neste capítulo são apresentadas quadro a quadro por capturas de tela e têm suas narrações transcritas em forma de legenda abaixo de cada quadro. Reforçamos a recomendação de que as propagandas sejam assistidas em sua mídia original (o vídeo) para uma compreensão mais ampla e acurada tanto delas quanto das análises. Para isso, é possível acessá-las pelos links do *YouTube* ou pelos *QR codes* disponibilizados como fonte de cada propaganda.



3. tentando chegar ao poder.



4. E quando finalmente conseguiu, usou a máquina pública para enriquecer



5. a si mesmo e toda sua família”.



6. a si mesmo e toda sua família.”



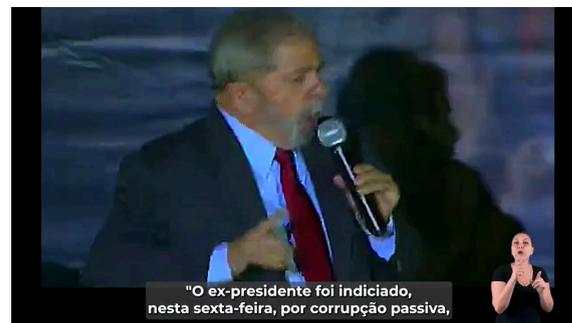
7. a si mesmo e toda sua família.



8. “Um diagrama mostra o suposto envolvimento



9. da família do ex-presidente para ocultar patrimônio e dinheiro ilegal”.



10. “O ex-presidente foi indiciado, nesta sexta-feira, por corrupção passiva,



11. falsidade ideológica e lavagem de dinheiro”.



12. Quando se dá poder a um homem é que se conhece sua verdadeira índole.



13. Esses fatos foram narrados pela imprensa



14. sem nenhum tipo de manipulação.



15. Agora que refrescamos sua memória,



16. é nesse homem que você vai votar?



Fonte: <https://youtu.be/jk8DxaXf8zg>.

Acesso em: 14 out. 2024.

A propaganda eleitoral digital acima fez parte da campanha do candidato à presidência Jair Bolsonaro e foi publicada no *YouTube* pelo canal oficial do Partido Liberal (PL). A instância enunciativa que gerencia os PDVs e conduz a orientação argumentativa da propaganda, L1/E1, é ocupada pelo PL (representado pela voz do narrador), uma vez que o partido se responsabiliza por ela ao publicá-la em seu canal oficial. Logo no início do texto, são instaurados como enunciadores segundos “a família de espertalhões e seus comparsas”. A identificação desses enunciadores como Lula, seus familiares e aliados é possibilitada pela

composição imagética do trecho inicial (quadros 01 a 07, correspondentes aos 17 primeiros segundos de vídeo) aliada ao contexto de emergência da propaganda (Hanks, 2008). Esses enunciadores são segundos porque não lhes é autorizada voz própria em nenhum momento do texto, mas ainda assim lhes é imputado PDV (Rabatel, 2016).

L1/E1 imputa a Lula (e2) o PDV da ganância e da corrupção enquanto assume o PDV principal (que orienta argumentativamente os sentidos da propaganda) de que Lula é um criminoso. No trecho correspondente aos quadros 01 a 05, esses PDVs são realizados textualmente na interseção de três semioses: verbal, imagética e sonora. O PDV da ganância e da corrupção imputado a e2 é construído verbal e imageticamente a partir da fala do narrador e das capas de revista que L1/E1 cita visualmente, caracterizando o então ex-presidente e seus aliados como pessoas corruptas, que insistiram em chegar ao poder com o objetivo de enriquecer ilicitamente.

A relação intertextual de copresença por citação (Carvalho, 2018) estabelecida com o conteúdo verbo-imagético das capas de revista é utilizada como forma de demonstrar a veracidade da imputação realizada por L1/E1 em relação a Lula e seu aliados, uma vez que a citação de fontes externas reforça a ideia de que a natureza corrupta do oponente é amplamente reconhecida e documentada. A escolha dos referentes “espertalhões” e “comparsas” bem como das imagens do rosto de Lula sempre encoberto por sombras ou de alguma maneira distorcido (como na sequência dos quadros 04 a 06, que pode ser novamente observada abaixo) também são reveladoras desse PDV imputado, uma vez que leva o leitor a ativar a bagagem sociocognitiva atrelada a esses elementos.

Figura 10 - Retomada dos quadros 04 a 06 da PED 1





5. a si mesmo e toda sua família”.



Fonte: <https://youtu.be/jk8DxaXf8zg>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Ainda nos segundos iniciais do texto, o processo intertextual de citação que mencionamos instaura outro enunciador na propaganda: a imprensa (l3/e3) — instaurada como locutor/enunciador também verbalmente, como vemos no quadro 13. Trata-se de um locutor/enunciador (l/e) subalterno a L1/E1, pois, mesmo que a imprensa tenha voz própria no texto, isto é, seja colocada pelo seu dizer (já que as capas de revista, manchetes de jornal e trechos de reportagens televisivas são reproduzidos na íntegra, configurando citações), ela não assume de forma integral o PDV, nem é responsável por representar e orquestrar PDVs. Assim, l3/e3 assume em uma PEC o PDV dos fatos a respeito das investigações e processos movidos contra Lula. L1/E1 alinha-se a esse PDV, mas na postura enunciativa de sobrenúnciação – isto é, sobrepondo-se ao PDV original, “completando-lhe” o sentido de modo a alterá-lo, ainda que sutilmente (Rabatel, 2014; 2021b). Isto se dá, por exemplo, a partir de associações realizadas por L1/E1 entre as investigações e acusações noticiadas por l3/e3 e a índole de e2, como vemos no quadro 12.

Figura 11 - Retomada do quadro 12 da PED 1

VOTAÇÃO NO SUPREMO

Lula fica mais perto da prisão com derrota por 6 a 5 no STF

Ministra Rosa Weber, a grande incógnita, acabou sendo decisiva ao votar contra habeas pedido pela defesa do ex-presidente

PRESSÃO
Aeronáutica em defesa da Constituição

REAÇÃO
Lula ficou abatido e decidiu não falar

EXPECTATIVA

Quando se dá poder a um homem, é que se conhece sua verdadeira índole.

12.

Quando se dá poder a um homem é que se conhece sua verdadeira índole.



Fonte: <https://youtu.be/jk8DxaXf8zg>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Em convergência a esse PDV que sobrenuncia, L1/E1 constrói o PDV principal de que Lula e seus aliados são criminosos. Dessa forma, além de expressarem o PDV da imprensa e contribuírem para a imputação do PDV de Lula e aliados, as remissões a capas de revista (*Veja*, *IstoÉ* e *Época*), manchetes de jornal impresso (*Folha de S. Paulo*) e reportagens televisivas (*TVT* e outras cuja fonte não é possível identificar) também fazem parte da construção do PDV principal. A representação de uma “teia investigativa” em vermelho, ligando as capas de revista, sugere que L1/E1 tem embasamento em pesquisa/investigação policial para o PDV que assume.

Figura 12 - Retomada do quadro 02 da PED 1



Fonte: <https://youtu.be/jk8DxaXf8zg>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Esse elemento visual somado aos elementos sonoros das sirenes, da música de mistério e do tom grave da voz do narrador ativam facilmente os conhecimentos do leitor brasileiro adulto acerca do estilo de gênero dos programas televisivos de jornalismo policial. Dessa forma, tal ativação de conhecimentos resulta em um processo intertextual amplo de imitação de estilo de gênero, que também contribui para a construção do PDV de L1/E1, visto que o conteúdo desses programas é de investigação criminal.

Notamos, assim, o quanto é relevante o papel das intertextualidades para a representação de PDVs e para a tessitura da própria coerência textual dessa propaganda. Os processos intertextuais não são estanques, por isso também observamos o recurso à intertextualidade ampla, mas as intertextualidades estritas de fato predominam nesse exemplo. Além das citações de capas de revista (quadros 2 a 6, 15 e 16), manchetes de jornais (quadros 7 e 12) e reportagens televisivas (quadros 10, 11, 13 e 14) – assim definidas por serem trechos integrais de outros textos, cujas fontes podem ser recuperadas – a alusão estrita também é utilizada na construção do PDV principal.

O enunciado “quando se dá poder a um homem, é que se conhece a índole dele” (quadro 12) faz alusão à frase muito difundida “se querem descobrir quem um homem é no seu interior, deem-lhe poder”, comumente atribuída a Abraham Lincoln. Trata-se de uma alusão estrita, pois, embora não haja menção explícita ao autor, o texto-fonte pode ser facilmente identificado (Carvalho, 2018). Esse diálogo intertextual com um enunciado que já faz parte do imaginário popular fortalece o PDV principal da propaganda ao conferir-lhe uma legitimidade que ressoa com o senso comum.

Ainda que uma parcela do público-alvo da propaganda possa permanecer questionando a condenação de Lula, o conteúdo desse enunciado raramente seria contestado, já que consiste em uma “verdade” quase universalmente aceita. Ao associar o adversário a essa máxima de sabedoria popular, o texto explora a força de um discurso amplamente reconhecido para moldar a percepção do público, promovendo o “efeito-PDV” (Rabatel, 2016) de mascarar a persuasão e, assim, fortalecer a adesão à mensagem central da propaganda. Movimento semelhante é realizado por L1/E1 na continuidade do texto (quadros 13 e 14), quando o narrador reforça verbalmente que a propaganda exhibe somente fatos divulgados pela imprensa.

Com a afirmação "esses fatos foram narrados pela imprensa sem nenhum tipo de manipulação", L1/E1 enfatiza o alinhamento do PDV da imprensa (que representa assumindo uma postura de sobrenúnciação, como vimos) ao seu próprio PDV, ancorando a orientação argumentativa da propaganda em uma suposta neutralidade jornalística. Assim, a opção pela predominância de um diálogo intertextual estrito com os veículos jornalísticos também é uma forma de transferir para a propaganda a credibilidade e a autoridade historicamente conferidas à imprensa, associada à produção de informações “objetivas” e verificáveis. Ao recorrer a essa "voz confiável" para apresentar as acusações contra Lula, L1/E1 minimiza a possibilidade de contestação, já que promove a ideia de que a propaganda apenas replica os fatos narrados e descritos pela imprensa — o efeito-PDV entra, mais uma vez, em ação.

No final da propaganda (quadros 15 e 16), destaca-se a retomada do apelo às emoções e ao senso comum por meio dos processos intertextuais.

Figura 13 - Retomada dos quadros 15 e 16 da PED 1



Fonte: <https://youtu.be/jk8DxaXf8zg>.

Acesso em: 14 out. 2024.

A capa da revista *Veja* que traz a ilustração do rosto de Lula atrás de barras grossas e pretas, remetendo a grades de uma prisão, é focalizada por 15 segundos — como parâmetro de comparação, esse é o mesmo tempo de transição entre os quadros 01 a 06. O tempo prolongado de permanência da imagem na tela e o movimento de aproximação lenta que o vídeo realiza em direção à capa da revista são recursos que conferem saliência ao trecho final — isto é, o colocam em evidência, chamando a atenção do leitor para ele, como elucidam Kress e van-Leeuwen (1996) — enquanto a imagem do rosto do oponente atrás das grades reforça o PDV construído por L1/E1 ao longo de toda a propaganda.

A associação visual de Lula ao cárcere apela fortemente às emoções do auditório, pois a prisão é um símbolo cultural forte de justiça punitiva. Com a junção dessa imagem à trilha sonora de mistério — concluída por um acorde mais longo e agudo, que acompanha o tempo prolongado de exibição da imagem — e ao trecho verbal “agora que refrescamos sua memória, é nesse... homem... que você vai votar?”, pronunciado pelo narrador em tom grave e com ênfase irônica nas palavras “nesse homem”, que são ditas mais lentamente, L1/E1 evoca os sentimentos de indignação e repulsa pelo candidato oponente e apela ao desejo popular por retaliação.

Além disso, nesses segundos finais o eleitor é também posicionado como enunciador (e4), visto que a ele é atribuído o PDV de responsabilidade pelo voto. Com essa imputação, por meio da dêixis de pessoa, L1/E1 atribui a e4 a responsabilidade de avaliar o passado do

candidato e de decidir o futuro do país. A pergunta "é nesse... homem... que você vai votar?", formulada na interseção de semioses que descrevemos acima, coloca o eleitor ("você") em um dilema ético ao sugerir que o voto em Lula seria um ato de cumplicidade com a corrupção. Assim, L1/E1 novamente reforça o PDV principal e assume mais um PDV convergente a ele, o de questionar a moralidade do eleitor que, sabendo dos supostos crimes, ainda optaria por votar em Lula. Assim, a propaganda é finalizada com o apelo às emoções de medo e culpa, sugerindo que votar em Lula seria perpetuar a injustiça e trair o interesse público.

Estratégias semelhantes às que observamos na representação de PDVs da propaganda eleitoral digital 01 estão presentes na 02, que analisamos a seguir, cuja temática também é a "desqualificação do oponente".

PED 2 - "Conheça Bolsonaro" (PT)



Conheça a verdade sobre o atual presidente.



Bolsonaro foi um mau militar.



Foi preso por indisciplina e mais tarde



processado pelo exército por planejar jogar bombas em quartéis.



Depois virou um deputado omissos



07. que só aprovou dois projetos em 26 anos.



08. Defendeu a tortura.



09. “Sou favorável à tortura, você sabe disso”.



10. Sempre pregou o ódio.



11. “Fazendo um trabalho que o regime militar não fez,



12. matando uns 30 mil”.



13. “Se vai morrer alguns inocentes,



14. tudo bem”.



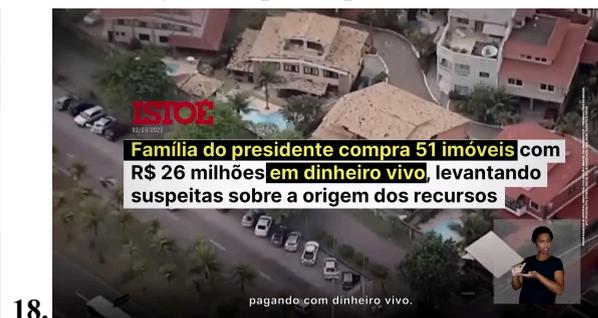
Honesto ele nunca foi.



“Eu sonogo tudo que for possível”.



17. Inclusive sua família comprou 51 imóveis,



18. pagando com dinheiro vivo.



19. Com as mulheres, Bolsonaro é agressivo.



20. “Vagabunda!”



21. “Você é uma idiota!”



22. “Dá que te dou outra!”



23. Mas com o Centrão, ele é Tchutchuca.



24. “Eu sou do centrão”.



25. Virou Presidente numa campanha marcada pelo ódio,



26. mentiras e fake news.



27. Não deu outra:



28. como presidente, Bolsonaro é incompetente.



29. Parece viver em outro planeta.



30. “Falar que se passa fome no Brasil



é uma grande mentira”.



enquanto passeia de moto e jet ski,



o povo sofre para pagar as contas,



os preços sobem mais que o salário,



o desemprego assusta



e a fome voltou.



Ele foi um desastre na economia



e desumano na pandemia.



39. “Estou com Covid!”



40. “Estou com Covid!”



41. Atrasou a compra de vacinas



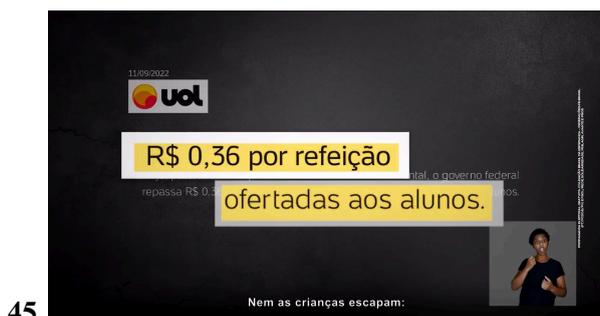
42. que poderiam evitar 400 mil mortes.



43. “Vai comprar vacina,



44. só se for na casa da tua mãe!”



45. Nem as crianças escapam:



46. têm crianças comendo bolacha seca.



47. e suco em pó na refeição.



48. Ja para os deputados. Bolsonaro liberou

e suco em pó na refeição.



49. mais de 5 bilhões

Já para os deputados, Bolsonaro liberou



50. para o orçamento secreto.



51. Esse é o Brasil de Bolsonaro:



52. o povo fazendo fila para comprar osso,



53. milionários fazendo fila para comprar jatinhos.



54. “Só tem uma utilidade o pobre no nosso país, aqui:



55. votar!



56. Título de eleitor na mão e com o diploma de burro no bolso”.



57.

O Brasil não merece um presidente assim.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lfbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024

A propaganda eleitoral digital 02, acima, pertencente à campanha de Lula, aborda a temática da desqualificação do oponente com base em estratégias textuais-discursivas que em muito coincidem com aquelas utilizadas na propaganda 01, anteriormente analisada. A observação das características desses dois textos nos levam a compreensão de que o recurso às intertextualidades estritas por copresença, nesses casos, está relacionado à temática tratada. Isso porque, assim como também vimos no exemplo 12 (capítulo 3), as citações integrais conferem um efeito de maior legitimidade e de “neutralidade” na expressão dos PDVs de desqualificação – sejam eles imputados a outros enunciadores ou assumidos por L1/E1.

Retomando o caso específico da propaganda 02, temos que a instância de gerenciamento dos PDVs (L1/E1) é ocupada conjuntamente por Lula, pelo PT e pela atriz Thalma de Freitas, que formam um enunciador coletivo (Rabatel, 2016). O texto foi publicado no canal do então candidato no *YouTube* e, já que se trata de uma peça oficial da campanha, é também de responsabilidade do partido. Outro indício de que o PT também ocupa a instância de L1/E1 é a declaração de responsabilidade pela campanha sinalizada no canto direito da tela, em letras muito pequenas, que está presente ao longo de todo o vídeo. Materialmente falando, é a atriz que apresenta a propaganda quem dá voz a L1/E1. Como se trata de uma figura pública, ela assume junto ao candidato e ao partido a defesa do PDV principal e a responsabilidade pelo gerenciamento dos demais PDVs.

A escolha de uma mulher negra como o rosto e a voz de L1/E1 nessa propaganda também é significativa para os efeitos de sentido que ela produz. Embora o texto não mencione explicitamente questões raciais, essa escolha pode ativar a bagagem sociocognitiva

do público em relação aos episódios de desrespeito associados a Bolsonaro. O fato aparentemente simples de uma mulher negra ocupar o espaço central de narradora é carregado de sentidos, já que ela representa um grande grupo que é constantemente alvo de discriminação. Assim, são evocados potenciais conhecimentos prévios do auditório sobre falas racistas e preconceituosas do candidato oponente, o que contribui para reforçar o PDV principal da propaganda: o da inadequação de Bolsonaro como líder.

A presença visual da atriz narradora amplia, portanto, o impacto desse PDV, ativando camadas de significação que vão além do que é explicitamente dito. Além da própria presença e da escolha da atriz, os gestos e expressões faciais apresentados por ela ao longo da propaganda fazem parte da construção do PDV de L1/E1. O olhar direto para a câmera, os momentos de frustração e ironia sugeridos pelas alterações faciais, os gestos sutis que reforçam a seriedade e credibilidade de suas palavras, bem como os mais veementes, que lhes conferem maior saliência (Kress; Van Leeuwen, 1996) , são elementos visuais importantes para a produção de sentidos na propaganda — como exemplificam os quadros que reproduzimos a seguir.

Figura 14 - Retomada dos quadros 19; 27 a 29; 32 e 33 da PED 2



19.

Com as mulheres, Bolsonaro é agressivo.



27.

Não deu outra:



28.

como presidente, Bolsonaro é incompetente.



Parece viver em outro planeta.



enquanto passeia de moto e jet ski,



o povo sofre para pagar as contas.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lfbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024

Tais gestos e expressões comunicam o engajamento emocional de L1/E1 com as situações apresentadas, assim como reforçam sua rejeição à figura do candidato oponente. Compreendemos, dessa forma, que a performance da narradora é um elemento estratégico que potencializa os efeitos discursivos buscados pelo texto.

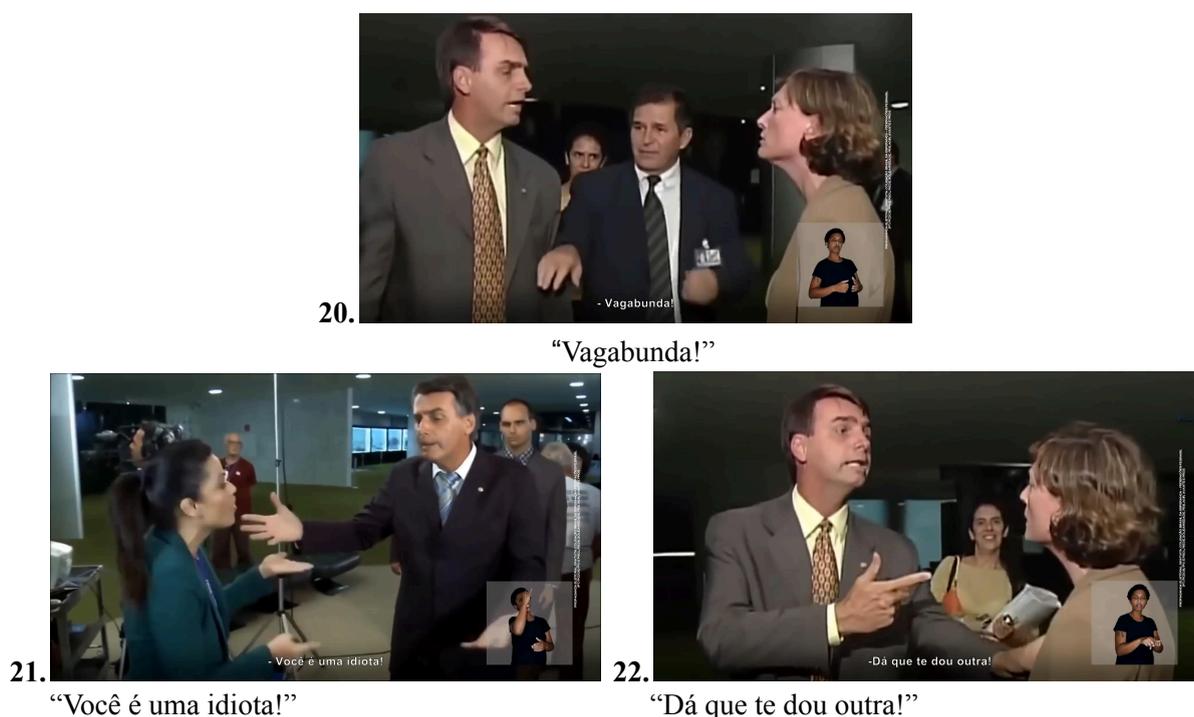
Por sua vez, Bolsonaro é locutor segundo da propaganda (l2/e2), pois a ele é dada voz própria por meio dos processos intertextuais estritos de citação de suas falas em situações diversas – uma entrevista (quadros 09, 11 a 16), um pronunciamento na Câmara (quadros 54 a 56), uma live para apoiadores (quadro 38), um pronunciamento à imprensa (quadros 43 e 44), etc. Apesar de ser locutor/enunciador segundo e por isso assumir suas falas em uma PEC (Rabatel, 2016), Bolsonaro (l2/e2) não gerencia a construção de seu próprio PDV nesse texto, uma vez que a seleção das citações, bem como a articulação delas ao longo da propaganda é feita por L1/E1, que orienta argumentativamente o texto conforme coordena os PDVs de acordo com seus objetivos persuasivos.

O PDV de l2/e2, ao qual se opõe L1/E1, é o da violência, da corrupção e da indiferença frente ao sofrimento. A construção desse PDV estende-se do início ao fim da propaganda de forma “espiral”, isto é, com a adição contínua de novos aspectos que reforçam

seus sentidos. Em relação ao aspecto da violência, por exemplo, a PEC de 12/e2 é construída inicialmente a partir da citação de uma entrevista (quadros 09 a 14) em que as falas desse locutor explicitam sua concordância com atos de violência extrema associados ao período da ditadura no Brasil.

Na continuidade da propaganda, a assunção desse aspecto do PDV de 12/e2 é reforçada por mais uma remissão direta por copresença em forma de citação: nos quadros 20 a 22 (reapresentados a seguir), 12/e2 aparece agindo publicamente de forma violenta contra mulheres. Essas atitudes violentas se concretizam tanto pelas falas (uso de xingamentos e de ameaças de agressão) quanto pela postura gestual de Bolsonaro (dedo em riste, aproximação corporal abrupta durante falas agressivas) nas duas situações citadas — é possível observar que se trata de duas situações distintas a partir de elementos visuais como a roupa de Bolsonaro (paletó de cor cinza em um dos momentos e de cor preta no outro) e as pessoas que estão presentes no momento de cada ocorrência.

Figura 15 - Retomada dos quadros 20 a 22 da PED 2



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1fbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024

Os aspectos da corrupção e da indiferença frente ao sofrimento, que também compõem o PDV de I2/e2, são construídos da mesma maneira através da PEC, quer dizer, a partir de citações. Nos quadros 16, 30 e 31, 38 a 40, 43 e 44 são apresentadas remissões a pronunciamentos públicos de Bolsonaro — em contextos mais formais (como uma reunião da equipe de governo – quadros 30 e 31) ou menos formais (como uma *live* nas redes sociais, direcionada a apoiadores – quadro 38), mas todos públicos. Nesses pronunciamentos, o então presidente da república diz sonegar impostos, nega o problema da fome no país, imita com gestos e expressões faciais zombeteiras uma pessoa com COVID-19 (doença que matou milhões de brasileiros, classificada como pandêmica pela Organização Mundial de Saúde entre março de 2020 e maio de 2023) e explicita seu desinteresse pela compra antecipada de vacinas contra a mesma doença.

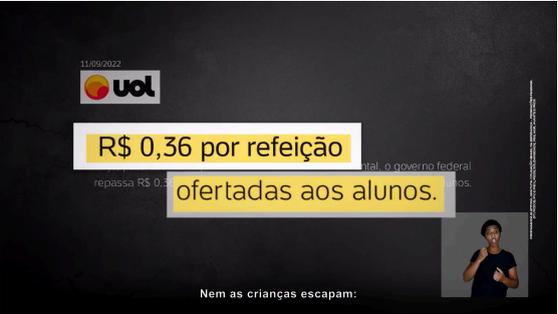
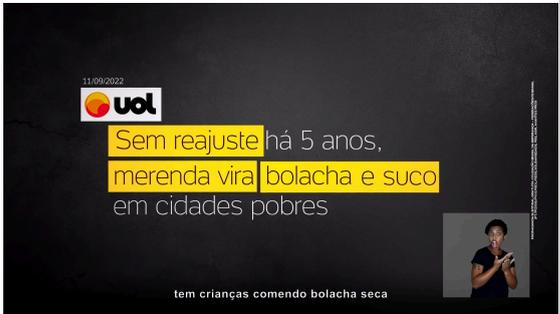
O uso de citações em vídeo, mídia que proporciona o imbricamento das semioses imagética, verbal e sonora, confere maior saliência (Kress; Van Leeuwen, 1996) e presença argumentativa (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014) aos recursos intertextuais através dos quais o PDV de I2/e2 é construído. Além disso, as citações audiovisuais potencializam o efeito de sentido de que o PT não está criando uma narrativa partidária nem modificando falas do oponente, é o próprio Bolsonaro “em carne e osso” quem assume as falas e ações constituintes de seu PDV. Assim, além de construírem o PDV de I2/e2, as citações que apresentam integralmente falas e ações controversas do então presidente dão força ao PDV de L1/E1. Afora tais citações do próprio Bolsonaro (I2/e2), assumidas em PEC, são utilizadas remissões diretas e integrais de manchetes jornalísticas que, ao mesmo tempo em que são argumentos de autoridade para o PDV principal (vinculado a L1/E1), ratificam a legitimidade do PDV da violência e da incompetência associado a I2/e2.

As citações de manchetes são sempre acompanhadas (seguidas ou antecedidas) por falas da narradora, configurando-se como “comprovações” do PDV assumido por L1/E1 acerca da incompetência e da inadequação de Bolsonaro ao cargo de presidente da república. Observamos, portanto, que assim como ocorre na propaganda 01, nessa propaganda a imprensa também ocupa uma instância de locução (I3/e3), assumindo o PDV dos fatos. Esse PDV é coconstruído por L1/E1, que se alinha a ele em uma postura de sobrenúncia evidenciada pelas falas da narradora, as quais relacionam os fatos apresentados nas manchetes à incompetência de Bolsonaro. Ocorre, nesse caso, uma sobrenúncia de L1/E1 em relação ao PDV de I3/e3 porque os sentidos originais desse PDV são extrapolados e redirecionados para favorecer a orientação argumentativa trilhada pelo locutor principal, sem que ocorra uma oposição — visto que a sobrenúncia consiste em uma das faces do acordo, na qual L1/E1

sobrepõe sua percepção aos sentidos originais de um PDV que coonstrói, como explica Rabatel (2021a; 2021b).

Para promover esse redirecionamento de sentidos do PDV de I3/e3, L1/E1 articula manchetes distintas, que tratam sobre tópicos diferentes, mas têm em comum sua relação com questões sociais sabidamente alarmantes para o eleitorado brasileiro. É o que podemos observar na sequência que vai do quadro 45 ao 50, em que são exibidas inicialmente duas manchetes sobre os baixos investimentos na merenda escolar, seguidas de uma foto da refeição reduzida a biscoitos e suco, extraída de uma das reportagens sobre o tema.

Figura 16 - Retomada dos quadros 45 a 50 da PED 2

45.  **R\$ 0,36 por refeição ofertadas aos alunos.**
Nem as crianças escapam:
46.  **Sem reajuste há 5 anos, merenda vira bolacha e suco em cidades pobres**
têm crianças comendo bolacha seca.
47.  **e suco em pó na refeição.**
48.  **ORÇAMENTO SECRETO**
Já para os deputados, Bolsonaro liberou
49.  **Bolsonaro mantém os recursos bilionários do chamado 'orçamento secreto' para 2023**
mais de 5 bilhões
50.  **Bolsonaro mantém os recursos bilionários do chamado 'orçamento secreto' para 2023**
para o orçamento secreto.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lfbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024



Ao mesmo tempo em que as manchetes e a fotografia são visualmente exibidas, a apresentadora (L1/E1) afirma oralmente, em tom de indignação, que “nem as crianças escapam”. Com essa afirmação, L1/E1 adiciona uma nova camada de sentidos aos textos que convoca intertextualmente pela citação, imputando a Bolsonaro o descaso pelas crianças e, conseqüentemente, direcionando a ele a indignação evocada no auditório.

Em seguida, é apresentada uma nova manchete, cujo tópico central é a manutenção, por parte de Bolsonaro, dos bilhões de reais destinados ao orçamento secreto dos deputados. Contrastando com a escassez exibida na fotografia da merenda escolar, essa manchete é sobreposta a imagens de grandes quantias de dinheiro. O contraste visual, que já induz a uma comparação entre as situações apresentadas, é acompanhado pela fala da narradora: “*Já para os deputados, Bolsonaro liberou mais de 5 bilhões para o orçamento secreto*”. Apesar de as manchetes tratarem de tópicos distintos e, portanto, não estarem originalmente relacionadas, L1/E1 as articula de modo a criar um paralelo entre a falta de recursos para a alimentação das crianças e a abundância do orçamento secreto. É a partir desse contraste que L1/E1 adota, nesse trecho, a postura de sobrenúnciação em relação ao PDV que coconstrói junto a I3/e3, mobilizando o PDV dos fatos a favor do fortalecimento do PDV da inadequação de Bolsonaro como líder. A intertextualidade estrita por citação funciona, portanto, como um recurso potente de construção e representação de PDVs, através do qual elementos visuais e verbais são articulados fundidos para guiar a interpretação e consolidar o projeto de dizer organizado pelo locutor principal.

Afora a citação, a alusão estrita é outra subcategoria das intertextualidades por copresença que se destaca na propaganda 02. No quadro 23 (retomado na figura 17, abaixo), o uso da expressão “tchutchuca do centrão” para caracterizar Bolsonaro alude estritamente a dois eventos comunicativos marcantes: a sessão da Câmara dos Deputados de 2019 em que o petista Zeca Dirceu cunhou o apelido “tchutchuca do centrão”⁵³, direcionado ao então ministro da economia Paulo Guedes⁵⁴; e a briga entre Bolsonaro e um eleitor da oposição, em 2022, em que esse eleitor (que é *youtuber* e estava filmando) aborda o então candidato à

⁵³ O próprio apelido foi criado com base em uma relação de intertextualidade estrita por alusão à canção “Tchutchuca”, do grupo de funk “Bonde do Tigrão”.

⁵⁴<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/23/tchutchuca-do-centrao-como-a-giria-foi-parar-na-politica-com-paulo-guedes.htm>

reeleição e o chama de “tchutchuca do centrão”, ao que Bolsonaro e seus seguranças respondem com agressões físicas⁵⁵.

Figura 17 - Retomada do quadro 23 da PED 2



Mas com o Centrão, ele é Tchutchuca.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lfbJT1ePi9I>

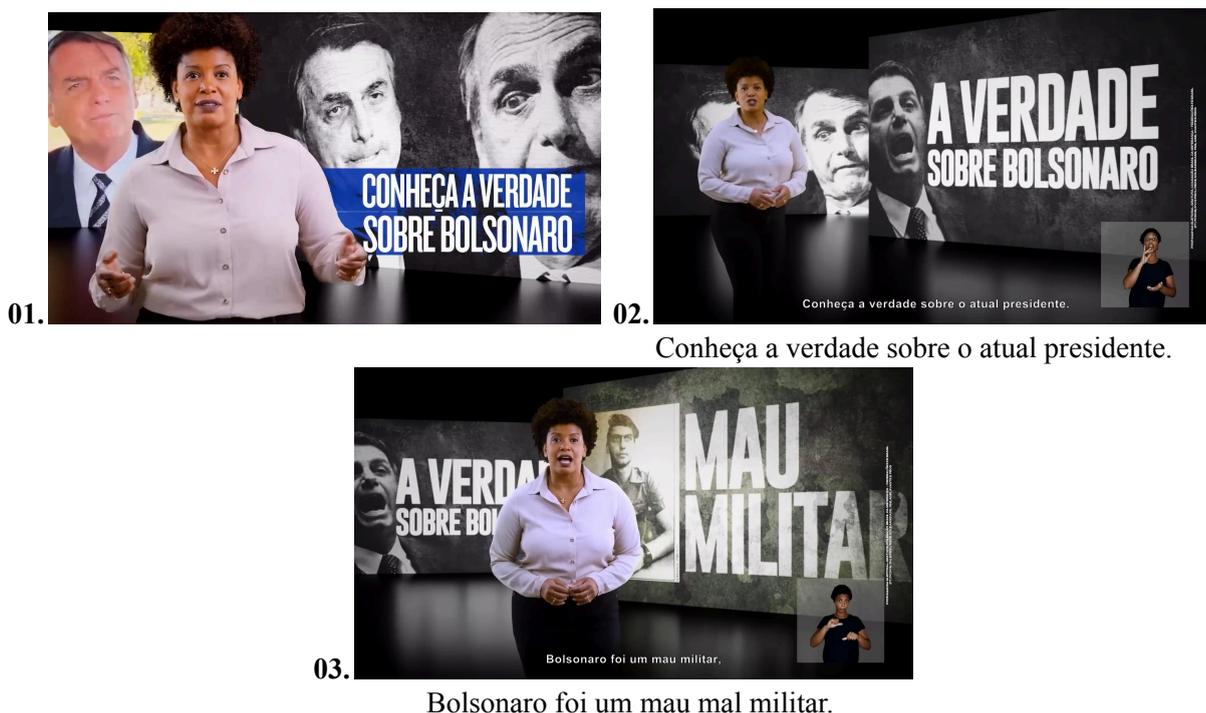
Acesso em: 14 out. 2024

Temos no quadro 23 uma alusão estrita porque o uso do “apelido”, tanto na fala da narradora quanto no letreiro disposto em destaque, permite que retomemos facilmente os eventos específicos mencionados. Com essa alusão, L1/E1 salienta o traço de covardia que evoca em relação a Bolsonaro ao comparar sua atitude agressiva frente às mulheres com a passividade demonstrada ao “centrão”, grupo político que formava maioria na Câmara: “Com as mulheres, Bolsonaro é agressivo. [citações em vídeo de Bolsonaro sendo agressivo com mulheres]. Mas com o centrão, ele é Tchutchuca”. Essa espécie de covardia não é nomeada por L1/E1, que opta por deixar todas as “pistas” para que o próprio auditório (re)construa esse aspecto do PDV imputado a Bolsonaro.

Embora menos numerosas que as estritas, as intertextualidades amplas também se fazem presentes na propaganda 02. As características de composição visual do cenário em que se encontra a apresentadora – como o fundo em tons de preto e cinza escuro, contrastando com os letreiros brancos, em caixa alta e fonte impactante – além do enquadramento predominantemente fechado da câmera (em plano médio, focalizando a apresentadora da cintura para cima, de maneira a enfatizar suas expressões faciais e seus gestos), colaboram para uma imitação de estilo do gênero reportagem especial de investigação (que possui caráter investigativo e informativo, mas também costuma apresentar o posicionamento do veículo jornalístico, como ocorre nos editoriais), como podemos observar na sequência dos quadros 01 a 03, abaixo retomados.

⁵⁵ <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/18/wilker-leao-video-publicacao-bolsonaro.html>

Figura 18 - Retomada dos quadros 01 a 03 da PED 2



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1fbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024



Essa imitação de estilo de gênero consiste em mais um diálogo intertextual que orienta a interpretação do leitor e dá suporte à construção do PDV principal, conferindo-lhe o tom de seriedade próprio das reportagens investigativas.

Como já pontuamos, em concordância com o que ensinam Mozdzenski (2012), Faria (2014) e Carvalho (2018), a dinamicidade inerente aos processos intertextuais faz com que as categorias elaboradas para fins analíticos, por vezes, imbriquem-se. Dessa maneira, um processo de intertextualidade estrita pode trazer consigo remissões de ordem ampla. É o que podemos observar nos quadros 41 e 42, em que L1/E1, ao caracterizar Bolsonaro como desumano, dialoga estritamente com uma reportagem de portal de notícias – por meio da citação de sua manchete e de uma das fotografias que a compõem – e ao mesmo tempo alude amplamente aos inumeráveis textos a respeito das perdas humanas ocasionadas pela COVID-19.

Figura 19 - Retomada dos quadros 41 e 42 da PED 2



41. Atrasou a compra de vacinas



42. que poderiam evitar 400 mil mortes.



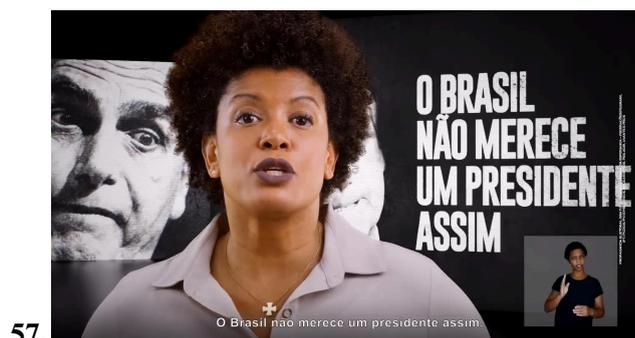
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1fbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024

Essa alusão ampla dá-se, sobretudo, a partir da fotografia utilizada no plano de fundo do quadro 42, que mostra uma grande quantidade de covas abertas, evocando o impacto devastador da pandemia. A escolha de uma imagem altamente simbólica como essa é capaz de ativar respostas emocionais potentes no auditório (Hill, 2004) e, assim, intensificar o PDV da propaganda. A simbologia das covas abertas, enquanto representação visual do luto e da perda, também orienta o leitor a interpretar “por si mesmo”, em concordância ao que é explicitado por L1/E1, que só um governante desumano agiria com indiferença (PDV assumido por Bolsonaro) diante de tamanha tragédia.

Conforme anteriormente indicamos, a construção do PDV de L1/E1 nessa propaganda ocorre à medida que se desenrolam os processos intertextuais. A fala da narradora “costura” os intertextos mobilizados, (re)orientando seus sentidos a favor do PDV principal, como vimos. Os letreiros que aparecem atrás da narradora a cada “camada” do PDV principal apresentada por ela são como nós aparentes dessa costura. De modo semelhante ao avesso de um bordado, onde os nós que ligam os pontos são mais evidentes, nesses letreiros L1/E1 deixa explicitados os pontos que articula para dar base ao PDV da inadequação de Bolsonaro como presidente. A relevância desses letreiros é marcada visualmente por L1/E1, que lhes confere saliência pela posição de destaque que ocupam (sempre no plano principal, na altura dos ombros da apresentadora, de forma a acompanhar o enquadramento fechado da câmera – conforme vemos no quadro 41, acima retomado), bem como pelas já mencionadas características da fonte em que são elaborados (tamanho, cor, espessura). O último dos letreiros, exibido ao fim da propaganda (quadro 57), apresenta a culminância do PDV da inadequação de Bolsonaro assumido por L1/E1: “O Brasil não merece um presidente assim”, em que todos os pontos apresentados nos demais letreiros são encapsulados.

Figura 20 - Retomada do quadro 57 da PED 2



57.

O Brasil não merece um presidente assim.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1fbJT1ePi9I>

Acesso em: 14 out. 2024

O texto nos permite inferir que o referente “Brasil”, nesse enunciado, corresponde ao auditório (eleitorado que assiste à propaganda). A escolha desse referente evoca o senso de unidade nacional, atribuindo um tom de universalidade ao PDV de L1/E1: independentemente dos posicionamentos políticos, nenhum setor do povo brasileiro merece um presidente violento, indiferente e incompetente. Assim, ao contrário do que observamos na propaganda 01 (na qual se sugere indiretamente que o eleitor de Lula é cúmplice da corrupção), aqui não há culpabilização de quem apoia Bolsonaro, mas sim uma tentativa de ativar a percepção “universal” de que o país merece mais do que o que ele ofereceu como líder.

Passemos, agora, à segunda seção de análises, na qual tratamos das PED com grau intermediário de imputação.

5.2. PED com grau intermediário de imputação de PDVs ao candidato oponente

Como pontuamos no capítulo 4, a segunda categoria de PED que identificamos em nosso *corpus* caracteriza-se por um grau intermediário de imputação de PDVs ao candidato oponente, o que ocasiona uma atenuação do embate discursivo quando comparamos os textos dessa categoria aos da primeira. Outra diferença notável entre as PED que analisaremos a seguir e aquelas de que tratamos na seção anterior está na recorrência de intertextualidades estritas que “legitimam” as imputações.

Em contraste ao que vimos na categoria I, na categoria II essas ocorrências não são observadas nos mesmos moldes – as intertextualidades estritas são mobilizadas, mas com menor frequência e sem a recorrência das citações em vídeo. Além disso, sua função

“legitimadora” das imputações, típica da categoria I, é bastante discreta ou até mesmo ausente. Tais características, juntamente à construção multissemiótica de PDVs através das intertextualidades – para a qual converge todo o movimento analítico que realizamos neste capítulo –, podem ser notadas a partir da análise dos dois exemplares que apresentamos a seguir, ambos da temática “o voto no candidato como escolha do lado certo ou ‘do bem’ ”. Para dar início às análises desta seção, vejamos a PED 3, que fez parte da campanha de Bolsonaro.

PED 3 - “Voltar com o ex? Nunca mais!” (PL)

1.

Oi, amiga!
2.

Tudo bem?
3.

Ai, amiga...
4.

Mas você viu que ele já voltou com aquele sorrisinho?
5.

Aquilo é um sorriso descarado, menina!
6.

Pensa bem...



Voltar para esse ex



é cometer tudo errado de novo!



Ai, amiga...



mas ele prometeu tanto...



vai que agora ele cumpre!



Prometer não garante nada!



Prometer não garante nada!



Ele te humilhou, te maltratou,





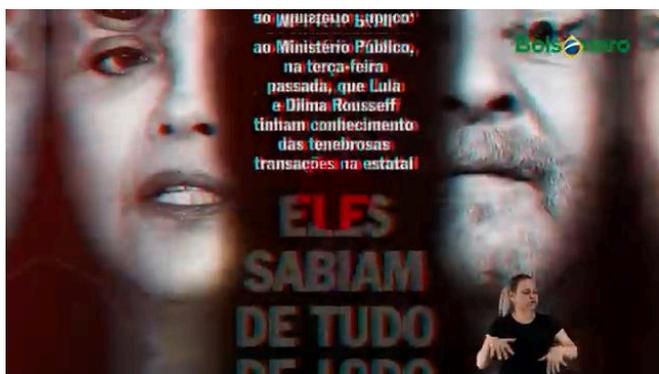
23.

que ele colocou aquela outra lá na relação.

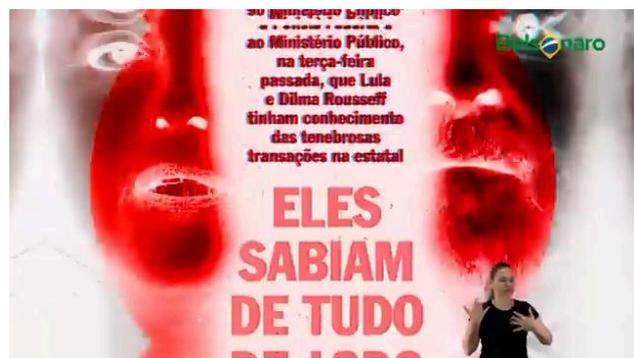


24.

É... mais quatro anos sendo enganada!



25.



26.



27.



28.



29.



30.







47. Mas... se você ainda quiser voltar com o Lu...



48. Mas de jeito nenhum!



49. Depois de tudo que você me lembrou,



50. nunca foi tão fácil escolher!



51. É Jair ou já era!



52.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Publicada no canal oficial do PL no *YouTube*, a PED 3 é construída a partir da teatralização de uma cena em que duas mulheres conversam por chamada de vídeo no celular sobre o “ex” de uma delas. A conversa em torno da vida amorosa da personagem que cogita voltar com o ex serve, então, como uma metáfora para o cenário político brasileiro de 2022, em que os eleitores escolheriam entre a reeleição de Bolsonaro, que estava na presidência, e o retorno de Lula, que já havia sido presidente por dois mandatos consecutivos. Essa construção

de sentidos pode ser facilmente realizada pelo leitor graças às pistas textuais deixadas por L1/E1 no jogo de PDVs engendrado nesse texto.

A instância do locutor/enunciador principal, L1/E1, é ocupada na PED 3 pelo PL. Diferentemente do que vimos na PED 2, em que a atriz narradora assume a instância de locução principal junto ao partido, nesse caso a atriz representa personagens (a mesma atriz faz o papel das duas amigas) que são locutoras/enunciadoras segundas (I2/e2 e I3/e3) — já que falam por si mesmas, mas não são responsáveis pelo gerenciamento dos PDVs no texto. A “amiga sensata” (I2/e2) coenuncia o PDV assumido por L1/E1, já a segunda personagem, a “amiga confusa” (I3/e3) assume inicialmente uma postura de subenunciação (afastando-se do PDV principal, mas não o confrontando diretamente) e representa parte do eleitorado brasileiro.

Essa representação pode ser identificada a partir do PDV assumido inicialmente por I3/e3, o da dúvida a respeito de quem escolher, se “o ex” ou “o atual”. A representação desse PDV é baseada em duas relações de intertextualidade ampla: a primeira, que possibilita a metáfora com base na qual é construída a PED 3, é estabelecida por imitação de gênero (Carvalho, 2018) com uma conversa íntima entre amigas. A encenação retrata uma experiência amplamente partilhada em nossa cultura (por isso muito retratada em novelas, séries e romances populares): uma mulher com inquietações sobre sua vida amorosa procura uma amiga prudente para desabafar e receber conselhos.

Essa relação intertextual ocorre na interseção das semioses verbal e imagética. Isso porque entre os elementos que remetem ao gênero conversa íntima estão o vocabulário informal utilizado, a escolha dos referentes relacionados à vida sentimental (inclusive “ex” e “atual”, que ao mesmo tempo fazem analogia com a política), a postura relaxada das duas personagens (sentadas confortavelmente em ambientes residenciais), além das expressões faciais e posturas gestuais da “amiga confusa” (I3/e3) no início da propaganda (quadros 3 e 4, retomados abaixo), que lhe dão um ar de “ingênua”, “vulnerável”, “encantada” ou “iludida”, graças aos sentidos culturalmente convencionados para essas expressões e posturas – mão no queixo, em um gesto que remete à reflexão, olhar “perdido”, respiração entrecortada por suspiros.

Figura 21 - Retomada dos quadros 3 e 4 da PED 3



Ai, amiga...



Mas você viu que ele já voltou com aquele sorrisinho?



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

O leve exagero na realização desses gestos pela personagem faz com que a ingenuidade e a ilusão que caracterizam o PDV inicial de I3/e3 sejam apresentadas de forma caricata. Esse uso dos gestos e expressões faciais torna o PDV inicial de I3/e3 mais vívido (Hill, 2004), pois possibilita a fácil identificação da emoção expressa pela personagem, agilizando o processamento cognitivo do leitor no reconhecimento de uma ingenuidade nociva. Assim, a expressão das emoções de I3/e3 é utilizada no texto para reforçar a conotação negativa desse PDV inicial (Pinto e Cortez, 2017; Cortez, 2018).

A segunda relação de intertextualidade ampla basilar para a representação do PDV de I3/e3 é estabelecida por alusão ampla com textos midiáticos de variados gêneros que tratam de uma característica marcante do cenário eleitoral de 2022: diante da polarização que dominava a política brasileira, as escolhas da parcela indecisa do eleitorado seriam decisivas para o resultado das eleições, o que levou militantes dos dois candidatos a buscar a conversão de votos, tanto nas redes quanto nas ruas. No caso específico da campanha de Bolsonaro, o desafio que se impunha era a popularidade de Lula. Apesar do forte antipetismo (movimento de repulsa ao PT que cresceu no Brasil a partir de 2013 e culminou com o impeachment da ex-presidenta Dilma, em 2016) e do crescente conservadorismo que impulsionava as candidaturas da extrema direita no Brasil, mesmo eleitores “decepcionados” com o PT, conforme apontavam as pesquisas, cogitavam o voto em Lula.⁵⁶ Dessa forma, a “ingenuidade”

⁵⁶ Os links a seguir dão acesso a algumas matérias jornalísticas que ilustram como estava disposto tal cenário e fazem parte do amplo conjunto de textos aos quais a PED 3 alude amplamente:

<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/08/artigo-numero-de-indecisos-para-eleicao-presidencial-e-o-menor-ja-registrado-o-que-esta-por-tras-disso.ghtml> (acesso em 20 de janeiro de 2025);

e o “encanto” presentes na representação do PDV de I3/e3 aludem, por uma conotação negativa alinhada ao PDV de L1/E1, à indecisão dessa parcela de eleitores.

Assim, o PDV inicial de I3/e3 (assumido em PEC, mas gerenciado por L1/E1) é multissemioticamente representado como o de uma indecisão ingênua e insensata, o que fica ainda mais evidente no desenrolar da propaganda, quando o PDV de L1/E1 passa a ser apresentado a partir das falas de I2/e2, a “amiga sensata”. Mesmo antes dessas falas, o contraste entre a conotação positiva do PDV de I2/e2 e a negativa do PDV de I3/e3 tem indícios visuais que já apontam para a “sensatez” do primeiro e para a “confusão” do segundo — contraste esse que se faz relevante para o estabelecimento do PDV principal, o de L1/E1. O status de sabedoria da amiga sensata é construído visualmente por evidências como os cabelos arrumados, a maquiagem perceptível, mas discreta, além da postura e dos gestos seguros. Opostamente, a amiga confusa aparece desarrumada, tem os cabelos presos de forma desalinhada e o semblante apático.

Outro elemento visual que se destaca na construção dos PDVs das duas amigas é a presença das cores verde e amarela nos cenários das personagens. No cenário da amiga sensata, essas cores aparecem de forma marcante na blusa verde que ela veste, na capa amarela do celular e na poltrona amarela, elementos salientes no enquadramento do vídeo (Kress; van Leeuwen, 1996). Já no cenário da “amiga confusa”, apenas a cor amarela se destaca.

Figura 22 - Retomada dos quadros 4 e 5 da PED 2

- 

4. Mas você viu que ele já voltou com aquele sorrisinho?



5. Aquilo é um sorriso descarado, menina!

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-indecisos-e-desafio-para-candidatos-diz-cientista-politico/> (acesso em 20 de janeiro de 2025);

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63148600> (acesso em 20 de janeiro de 2025);

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63323543> (acesso em 20 de janeiro de 2025);

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63142103> (acesso em 20 de janeiro de 2025);



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

O uso dessas cores, predominantes na bandeira nacional, evoca o patriotismo – um valor central para os apoiadores de Bolsonaro – e também remete ao PL (L1/E1), partido do candidato, que adotou essas tonalidades em manifestações favoráveis a ele. A ausência do verde no espaço da “amiga confusa” pode ser interpretada como um indício de sua falta de alinhamento com esse patriotismo, ao mesmo tempo em que a cor amarela a mantém inserida no contexto nacional e a posiciona como parte do eleitorado potencial do candidato.

Como pontuamos, enquanto o PDV de l3/e3 é representado visualmente por sinais de incerteza e ingenuidade, o PDV de l2/e2 (em coenunção ao de L1/E1) apresenta-se imageticamente a partir de marcas que associam a amiga sensata à racionalidade e à autoridade. Esse contraste é reforçado pelo tom de voz firme e assertivo da personagem, que sinaliza segurança e convicção ao longo do diálogo, no qual l2/e2 elenca verbalmente uma série de características e ações de um péssimo parceiro para relações amorosas, atribuindo-as ao “ex” (quadros 12 a 15): “*Prometer não garante nada! Ele te humilhou, te maltratou... E sem contar aquele bafô de cachaça terrível.*”; “*Ele é um mau caráter, um dissimulado que te roubou e ainda por cima se fez de desentendido*”.

As características e ações elencadas remetem a polêmicas e acusações que envolveram Lula e seus mandatos presidenciais. Dessa forma, seguindo a trilha de sentidos para a qual apontam as relações de intertextualidades amplas e estritas entre a PED 3 e textos midiáticos diversos, o leitor é capaz de reconstruir o sentido de que “o ex” a que se referem l2/e2 e l3/e3 corresponde a Lula. Entre esses diálogos intertextuais estão alusões amplas às acusações de promessas não cumpridas, roubo e corrupção, bem como alusões estritas ao episódio em que um jornalista americano publicou que Lula exagerava no consumo de bebidas alcoólicas e aos momentos em que Lula negou ter conhecimento dos casos de corrupção em seu governo. Concomitantemente, nessas alusões estritas há também alusões amplas aos incontáveis textos sobre esses mesmos assuntos que circularam posteriormente, boa parte deles em tom satírico⁵⁷.

⁵⁷ Algumas reportagens e notícias que exemplificam os textos midiáticos com os quais a fala de L1/E1 dialoga intertextualmente:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/04/politica/1462323953_837135.html (acesso em 21 de janeiro de 2025);

Assim, o PDV de I2/e2, alinhado ao de L1/E1 e em oposição ao PDV inicial de I3/e3, é o da memória “realista” sobre o então ex-presidente, ancorada na rejeição e na desconfiança. Além de assumir seu próprio PDV, I2/e2 também imputa a Lula, referenciado como o ex, o PDV da irresponsabilidade e da indecência. Então Lula (e4) é enunciador segundo nessa PED, visto que não tem falas próprias nem é responsável por gerenciar o PDV que lhe é atribuído. Na continuidade da propaganda, é I3/e3 quem dá seguimento a essa imputação quando se afasta de seu PDV inicial e passa a coenunciar junto a L1/E1, partilhando do PDV principal do texto (quadros 19 a 24). Nessa “transição” de PDVs, I3/e3 admite seu “esquecimento” e demonstra seu espanto com o absurdo que seria esquecer das ações de e4 – em uma remissão por alusão ampla ao posicionamento dos eleitores que cogitam votar em Lula. Esse espanto, que marca a mudança de PDV, é expresso pelos gestos corporais relacionados à incredulidade (mão espalmada no rosto e depois apontando para a frente, em movimento de vai e vem, acompanhando o ritmo em que a personagem pronuncia o enunciado “foram oito anos de um inferno só!”), assim como pela mudança no tom de voz, que passa a ser mais firme, e pela postura da personagem, que passa da insegurança à eloquência indignada.

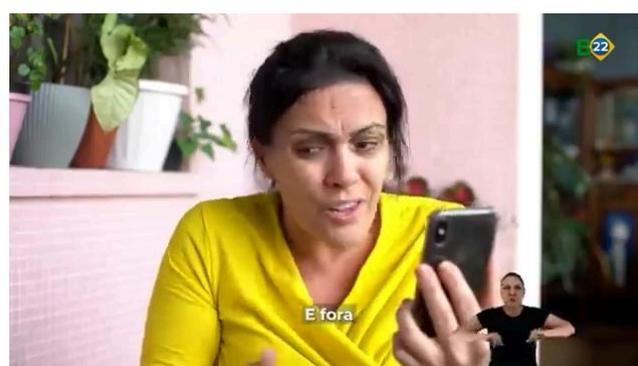
Figura 23 - Retomada dos quadros 19 a 24 da PED 3



<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/05/provas-contralula-3-mil-evidencias-13-casos-e-r-80-milhoes-e-m-propina.html> (acesso em 21 de janeiro de 2025);
<https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/polemicas-governo-lula/polemicas-governo-lula-09.htm> (acesso em 21 de janeiro de 2025);



21. Foram oito anos de um inferno só!



22. E fora



23. que ele colocou aquela outra lá na relação.



24. É... mais quatro anos sendo enganada!



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Ao alinhar-se ao PDV principal, 13/e3 resume e retoma as ações imputadas a e4, com o enunciado “*foram 8 anos de um inferno só*” (quadro 21), que alude aos dois mandatos de 4 anos de Lula como presidente. Na sequência, o trecho “*e fora que ele colocou aquela outra lá na relação. É... mais quatro anos sendo enganada!*” (quadros 22 a 24) remete ao apoio político que Lula deu ao mandato de Dilma Rousseff, que o sucedeu como presidente, em uma relação de alusão ampla com textos que criticam o governo de Dilma e sua indicação como sucessora de Lula. No contexto da imitação do gênero conversa íntima, pela qual se dá a construção de sentidos na PED 3, a recategorização da ex-presidenta Dilma como “aquela outra que foi colocada na relação” associa sua ascensão ao poder a uma traição cometida por Lula contra o Brasil.

Essa metáfora conjugal adiciona mais uma “camada” ao PDV imputado a e4, pois mobiliza um esquema cognitivo de infidelidade e engano, explorando a lógica afetiva de uma

relação amorosa para intensificar a evocação do sentimento de decepção do eleitorado. A metáfora da manipulação emocional sofrida por l3/e3 sugere, portanto, que os eleitores que confiaram em Lula foram igualmente enganados ao longo de seu governo e no processo de sucessão presidencial. O rebaixamento da figura de Dilma (e5) também é reforçado por elementos imagéticos desse trecho. Ao mencioná-la como “aquela outra”, l3/e3 adota uma expressão facial de desdém, franzindo o rosto e apontando o polegar para trás. Esse gesto, frequentemente associado à rejeição, intensifica a desvalorização da ex-presidenta e a sugestão de que sua presença no cenário político deu-se de forma ilegítima. Assim, e5 também tem um PDV imputado por l3/e3, o da ilegitimidade e dependência política.

A reconstrução do sentido de que “a outra” se refere à ex-presidenta Dilma ocorre por meio da ativação da bagagem sociocognitiva do leitor, processo que é viabilizado pelo diálogo intertextual amplo com outros textos midiáticos, como já pontuamos. Como forma de garantir que essa reconstrução de sentidos seja ativada, a PED 3 apresenta logo em seguida a esse trecho do diálogo uma série de capas de revista, mostradas de forma veloz e recortada, em “flashes”. A primeira das capas mostra os rostos de Lula e Dilma lado a lado, encobertos por uma sombra que os separa, como vemos abaixo.

Figura 23 - Retomada dos quadros 25 e 26 da PED 3



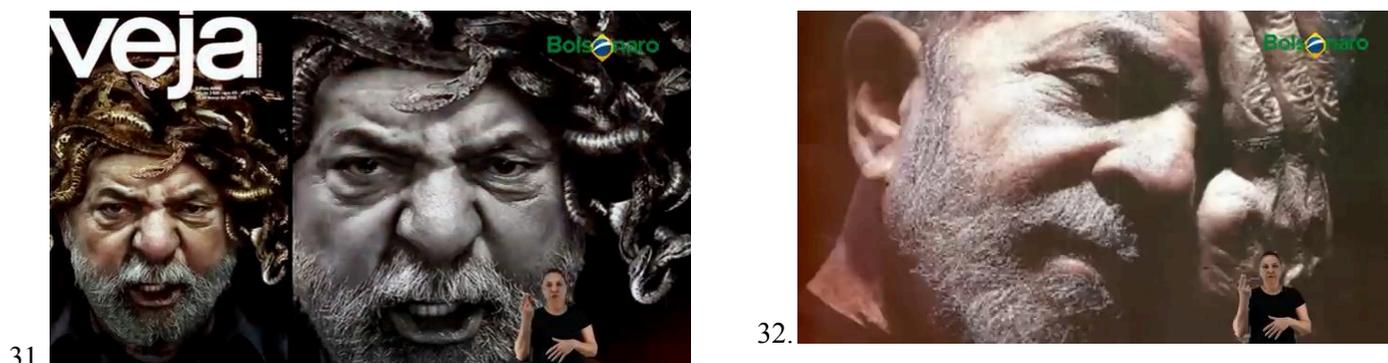
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Tal representação imagética corrobora para o sentido pejorativo que l3/e3 atribui à relação entre Lula (e4) e Dilma (e5) e, conseqüentemente, reforça os PDVs de traição e ilegitimidade a eles imputados. As outras capas que surgem em flashes (todas pertencentes à revista Veja) mostram manchetes a respeito das investigações e denúncias contra Lula, que

aparece tanto em fotografias nas quais seu rosto está encoberto por sombras, em expressão sisuda ou preocupada, quanto em imagens produzidas digitalmente que representam o rosto de Lula de forma grotesca.

Figura 24 - Retomada dos quadros 31 e 32 da PED 3



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

A citação verbo-imagética das capas da revista *Veja* (16/e6) — que consiste em um processo de intertextualidade estrita (Carvalho, 2018) — funciona, então, como uma “revelação” confirmadora de que o relacionamento abusivo que é assunto da PED 3 é mesmo o do Brasil com Lula. Sendo assim, o PDV da memória realista de L1/E1 ganha reforço. Ao aliarmos a categoria do PDV à da intertextualidade para a análise desse exemplo, notamos que, além de configurar-se como uma citação, a mobilização dessas capas de revista ressignifica estrategicamente a enunciação original de 16/e6. Isso porque há um deslocamento do contexto original dessas capas, gerenciado por L1/E1, que sobrenuncia 16/e6 nessa PED para reforçar o PDV principal. Assim, por ser convocada por L1/E1 como forma de corroborar para a construção de seu próprio PDV, essa citação não opera apenas pela “repetição” do que foi dito por 16/e6, mas pela transformação desse dizer. Nesse sentido, mais do que o conteúdo das capas em si, para a construção de sentidos da PED 3 importa como elas são apresentadas e de que forma são articuladas às demais informações apresentadas no texto.

Diferentemente do que ocorre nos textos da categoria 1, analisados na seção anterior, aqui as citações não visam legitimar as imputações feitas a e4 e e5, mas a reforçar a associação simbólica que sustenta a narrativa da propaganda. Um indício dessa diferença é o modo como as capas são apresentadas: mostradas em flashes rápidos, o que dificulta sua

leitura completa e destaca visualmente as imagens de Lula, sempre retratado de forma sombria (conforme exemplificam os quadros 31 e 32, acima). Além disso, o recurso às citações é utilizado no texto de maneira pontual, concentrado em um trecho, o que difere dos textos da categoria 01, que se compõem quase que inteiramente por elas. Outra diferença é que o conteúdo das citações não corresponde exatamente aos aspectos que compõem o PDV imputado ao oponente, como ocorre nas PED 1 e 2, mas relaciona-se de maneira mais geral ao PDV principal da propaganda, sustentado por L1/E1.

Afora a composição por citações, esse trecho “revelador” da propaganda também se distingue dos demais por um recurso visual estratégico: a mudança na predominância das cores. Enquanto no restante da PED 3 destacam-se as cores verde e amarelo, associadas ao patriotismo, ao bolsonarismo e ao PL, nesse momento, o vermelho predomina e tem saliência ainda maior do que aquela dada anteriormente às cores do bolsonarismo. Essa cor, que remete ao PT e à trajetória política de Lula, é utilizada de maneira exacerbada, aparecendo em “manchas” que recobrem boa parte das capas de revista. Tal uso do vermelho contribui para a construção de um PDV negativo sobre Lula e os governos do PT, uma vez que confere às imagens uma aura de conturbação e desordem, reforçando a representação sombria já presente na seleção dos enquadramentos.

Em seguida, o texto retorna ao formato de encenação e a conversa entre as amigas (12/e2 e 13/e3) tem continuidade na última parte da propaganda. Nesse trecho final, 12/e2 imputa a 13/e3 — que, como vimos, representa o Brasil — um PDV positivo, associado à recuperação e ao bem-estar após o término do antigo relacionamento. Com a relação metafórica entre a encenação e a situação política do país já consolidada, torna-se evidente que os atributos positivos atribuídos a 13/e3 após o rompimento com “o ex” (e4) estão ligados ao governo vigente à época da propaganda. Esse vínculo se fortalece ainda mais com a introdução de um novo enunciador, o “atual”, que corresponde a Bolsonaro (e7) e a quem 12/e2 imputa o PDV do amor à pátria, expresso no enunciado “Ele sim morre de amores por você”. Além de remarcar a valorização do patriotismo, essa associação completa o PDV da memória realista de L1/E1, agora ainda mais explicitamente orientado pela preferência por Bolsonaro.

A reformulação⁵⁸ do PDV de 13/e3, que se dá na relação com 12/e2, também se consolida nesse último trecho da propaganda, em que seu alinhamento com o PDV principal é reafirmado pelo enunciado “Depois de tudo que você me lembrou, nunca foi tão fácil

⁵⁸ Tal fenômeno está relacionado ao heterodialogismo, que se caracteriza pela reformulação do PDV de um enunciador na/pela relação com o outro, conforme discute Cortez (2011; 2013).

escolher”. Esse enunciado cumpre um duplo papel: no nível interno da encenação, marca a adesão definitiva de l3/e3 ao PDV principal, encerrando o arco argumentativo construído ao longo do diálogo; já no nível externo, dirigido ao público, funciona como uma convocação ao eleitorado indeciso, sugerindo que, diante da narrativa apresentada, a escolha política a ser feita torna-se evidente.

Tal orientação argumentativa, para a qual converge o PDV principal da PED 3, é asseverada no encerramento da propaganda, quando l2/e2, a amiga sensata, afirma: “É Jair ou já era”, em um diálogo intertextual estrito por citação com o slogan utilizado na campanha de Bolsonaro em outras peças publicitárias. O uso desse slogan atribui à escolha eleitoral um caráter definitivo e urgente, sugerindo que a vitória de Jair Bolsonaro representaria a continuidade do progresso e da recuperação, enquanto a alternativa oposta levaria ao declínio. Os elementos não verbais dessa cena final corroboram para tal construção de sentidos: ao proferir a frase, l2/e2 exibe uma expressão facial sorridente e faz o gesto de positivo, com o polegar para cima, em aprovação ao fim da indecisão inicial de l2/e2.

Figura 25 - Retomada do quadro 52 da PED 3

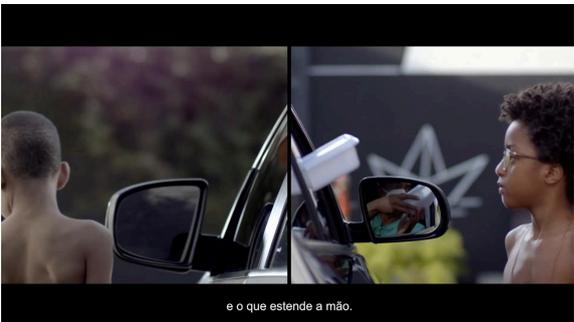


Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RIHKdME826c>.

Acesso em: 14 out. 2024.

Assim como na PED 3, podemos observar as características do grau intermediário de imputação de PDVs ao candidato oponente, como a presença equilibrada de intertextualidades estritas e amplas, e o conseqüente nível mediano de explicitude do embate discursivo entre os candidatos na PED 4, que apresentamos a seguir:

PED 4 - “Dois lados” (PT)⁵⁹

1. 
2.  Existe aquele que abandona
“Existe aquele que abandona
3.  e aquele que acolhe.
e aquele que acolhe.
4.  O que cruza os braços
O que cruza os braços
5.  e o que estende a mão.
e o que estende a mão.
6.  O que maltrata
O que maltrata

⁵⁹ Uma primeira versão da PED 4 foi publicada em maio de 2022 no canal oficial de Lula e trazia como fundo musical o instrumental da canção católica "Oração de São Francisco" — um diálogo intertextual estrito por citação da melodia. Em junho de 2022, por razões que desconhecemos, essa versão foi substituída por uma nova, na qual a trilha sonora foi alterada para um instrumental distinto. Como a geração de nosso *corpus* ocorreu após o segundo turno, quando a primeira versão já não estava mais disponível nos canais oficiais de Lula e do PT nacional no *YouTube*, nossa análise considera a versão publicada em junho. No momento atual, em que escrevemos o presente capítulo, a primeira versão ainda pode ser acessada no canal do PT Caruaru: https://www.youtube.com/watch?v=sj_R659bYjs (acesso em 25 de jan. de 2025).



7. e o que defende.



8. O que debocha



9. e o que ampara.



10. O que mata, mata e desmata



11. e o que cuida, protege e salva.



12. O da discórdia



13. e o da união.



14. O que quer guerra



15. e o que vai pra luta.



16. Existe aquele do desespero



17. e o da esperança



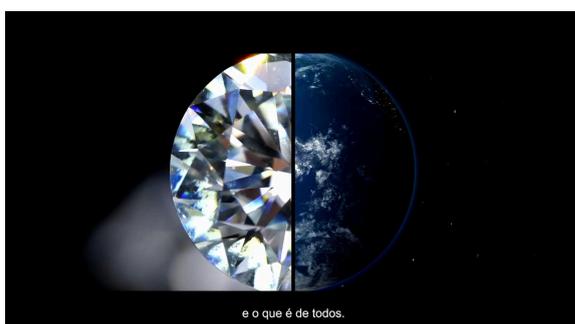
18. Aquele que tira



19. e o que reparte.



20. O que é de poucos



21. e o que é para todos.



22. Que Brasil você quer?



23. O do ódio?



24. Ou o do amor?"



25. "Onde houver ódio



26. que eu leve o amor".



27. "Vamos juntos



28. pelo Brasil."



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

A PED 4 foi publicada no *YouTube* pelo canal oficial de Lula, candidato que ocupa junto ao PT a instância principal de locução e gerenciamento de PDVs (L1/E1). As intertextualidades desempenham papel central na construção e representação de PDVs nessa propaganda e são mobilizadas majoritariamente pela semiose imagética – ainda que a verbal também tenha participação importante, como veremos. Toda a construção de sentidos da PED 4 se dá a partir da oposição entre os dois lados anunciados desde o título, que aparece em

destaque no primeiro enquadramento da propaganda (quadro 1). O título é apresentado em tipografia cinética, de forma que as palavras que o compõem surgem do centro da tela e se movimentam para direções opostas, reforçando o sentido de oposição já sugerido pela escolha referencial da composição do enunciado “Dois Lados” (Lima da Silva, 2016).

Esse título, aliado ao fato de a propaganda estar no canal oficial de Lula, direciona o leitor brasileiro contemporâneo a ativar seu repertório sociocultural, associando os "dois lados" ao campo político-ideológico e, mais especificamente, às figuras de Lula e Bolsonaro. Tal resgate sociocognitivo é facilitado pelo contexto de emergência (Hanks, 2008) da PED 4, o da campanha para as eleições presidenciais de 2022 no Brasil, em que Lula e Bolsonaro foram os dois principais candidatos (amplamente reconhecidos como alinhados à esquerda e à direita, respectivamente). Tal movimento de compreensão envolve tanto os processos referenciais — pelos quais o leitor pode reconhecer os “dois lados” como objetos de discurso do âmbito político-ideológico — quanto os intertextuais — já que a ativação da bagagem sociocognitiva, nesse caso, passa por relações de alusão ampla (Carvalho, 2018) entre o título da PED 4 e outros textos que tratam das divergências entre os dois candidatos.

Assim, o título já aponta para o fato de que o PDV do texto se construirá “de um lado”, em oposição ao PDV “do outro lado”. Esse indício é confirmado ao longo da propaganda, que tem continuidade com a apresentação de uma sequência de imagens, tanto em fotografias quanto em vídeos, acompanhadas pela narração verbal de uma voz feminina. A narração não descreve as imagens, mas está diretamente associada a elas na composição do texto, pois a oralização dos enunciados ocorre à medida que as imagens aparecem, compondo junto a elas o “ritmo” da PED 4. Assim, as semioses verbal e imagética são acionadas concomitantemente para a representação dos PDVs⁶⁰.

Após o título, o texto tem continuidade com a apresentação dos “dois lados” por meio da descrição verbo-imagética da narração e das fotografias e vídeos. À medida que a voz da narradora, correspondente à de L1/E1, diz “*Existe aquele que abandona e aquele que acolhe. O que cruza os braços e o que estende a mão*”, são apresentadas aos pares as quatro primeiras imagens (quadros 2 a 5). Temos, nesse trecho, uma alusão ampla ao debate largamente difundido no Brasil, através de textos de gêneros diversos, em torno dos programas assistenciais do governo federal que marcaram os mandatos de Lula, tais como o Bolsa Família e o Fome Zero — políticas reconhecidas internacionalmente por sua eficácia na redução da extrema pobreza, mas também alvo de críticas por uma parcela significativa da

⁶⁰Reforçamos a importância do acesso às propagandas em sua mídia original, o vídeo, para que o entendimento de nossas descrições analíticas seja mais preciso.

sociedade, que as associa ao assistencialismo. Essa alusão é materializada no texto multissemioticamente, como vemos nos quadros abaixo retomados:

Figura 26 – Retomada dos quadros 1 a 5 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJl4>.

Acesso em: 20 out. 2024.



No primeiro par de imagens exibido, um prato vazio é colocado de um lado da tela, enquanto do outro aparece um farto prato de comida tipicamente brasileira, simbolizando, respectivamente, o abandono e o acolhimento anunciados pela narração. No segundo par, acompanhando o enunciado “*o que cruza os braços e o que estende a mão*”, são mostradas

cenar de crianças pedindo esmola a pessoas que estão dentro de carros. De um lado, alguém fecha o vidro e se recusa a ajudar, já do outro, uma pessoa de máscara — elemento que a associa à crença na ciência no período de pandemia, outro pilar importante da campanha de Lula — oferece auxílio. A junção dessas imagens aos enunciados verbais possibilita que o público brasileiro remeta-se às questões do combate à fome, da assistência social, bem como dos embates político-ideológicos sobre elas. Assim, a alusão ampla ao debate sobre os programas assistenciais, a partir da qual L1/E1 inicia a representação dos PDVs que gerencia nesse texto, é viabilizada.

Nesse trecho, L1/E1 defende um primeiro aspecto do PDV que assume na PED 4, o qual chamaremos de PDV da sensatez e da união. Também são representados aspectos iniciais do PDV imputado a e2, enunciador coletivo que corresponde ao campo político da extrema direita, incluindo Bolsonaro, seus aliados e apoiadores: o PDV da violência e da exclusão. A partir da intertextualidade ampla que mencionamos, o PDV de L1/E1 é ligado à defesa da assistência governamental aos mais pobres, que na PED 4 é associada à ideia de acolhimento e inclusão social. Por outro lado, o PDV imputado a e2 é vinculado a valores egoístas e excludentes. Desse modo, o leitor é conduzido a reconstruir por si mesmo, através de sua compreensão da alusão ampla, que as críticas da direita às políticas assistenciais são reflexos desses valores questionáveis. L1/E1 vale-se, assim, do efeito-PDV (Rabatel, 2016; 2021a), que, como vimos no capítulo 1, robustece a persuasão por gerar no leitor a impressão de que ele chegou “sozinho” à determinada compreensão. Na PED 4, isso é potencializado pelo processamento cognitivo mais célere e pela vivacidade (isto é, pelo impacto emocional) que a semiose imagética proporciona (Hill, 2004; Blair, 2004).

A sequência seguinte da PED 4 articula-se a partir da junção dos enunciados verbais “*O que maltrata e o que defende. O que debocha e o que ampara*” a outras duas duplas de imagens que materializam a oposição entre os PDVs de L1/E1 e de e2. No primeiro par, vemos de um lado da tela a metade da face de um homem que grita agressivamente, franzindo a testa e os olhos, em expressão raivosa e descontrolada. Do outro lado, surge metade da face de uma mulher, com olhar sereno, que veste calmamente uma máscara de proteção.

Figura 27 – Retomada dos quadros 6 e 7 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

Apesar de não haver menção direta à pandemia de COVID-19 nesse trecho, a associação entre os elementos verbais e imagéticos, sobretudo graças à presença saliente (Kress; Van-Leeuwen, 1996) da máscara de proteção na segunda imagem, tece uma alusão à atuação controversa do governo Bolsonaro durante a crise sanitária. Em contraste com a cena da mulher vestindo cuidadosamente sua máscara, a imagem do homem gritando de forma violenta associada ao verbo “maltrata” remete às acusações de falta de empatia direcionadas a Bolsonaro naquele período, enquanto a segunda imagem, relacionada ao verbo “defende” simboliza o cuidado, a responsabilidade e a defesa da saúde e da ciência. Assim, L1/E1 assume mais um aspecto de seu PDV, agora relacionado à empatia, ao cuidado e ao respeito à ciência durante a pandemia, e representa mais uma “camada” do PDV imputado a e2, relacionando-o à falta de empatia e de cuidado com a saúde.

Na segunda dupla de imagens, que acompanha o enunciado “*O que debocha e o que ampara*”, a temática da pandemia permanece central. Dessa forma, os aspectos dos PDVs de L1/E1 e de e2 delineados no trecho anterior são reafirmados.

Figura 28 – Retomada dos quadros 8 e 9 da PED 4





Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

De um lado, vemos um vídeo em que um grupo de apoiadores de Bolsonaro, a maioria sem máscaras de proteção, carrega um falso caixão enquanto dança, em um protesto contra as restrições sanitárias impostas durante a crise da COVID-19. Além de tratar-se de uma citação dos registros que circularam largamente na mídia a respeito dessas manifestações⁶¹, essa cena alude estritamente às falas e ações polêmicas do então presidente na mesma época, também muito conhecidas do público brasileiro⁶². A identificação dos manifestantes como apoiadores de Bolsonaro é facilitada por elementos visuais recorrentes nesse grupo, como o uso das cores verde e amarela, a presença da bandeira do Brasil e o gesto de "arminha" feito com as mãos por alguns participantes. No segundo quadro, em nítido contraste, vemos duas pessoas em um ambiente hospitalar, trajadas com vestes e máscaras de proteção, que se abraçam através de uma cortina plástica — recurso adotado nos períodos mais críticos da pandemia para viabilizar o contato físico sem comprometer a segurança dos envolvidos.

A justaposição dessas imagens reforça a oposição entre os PDVs em disputa. No primeiro quadro, a performance dos manifestantes está associada ao PDV imputado a e2, vinculado à insensibilidade e à negação da gravidade da crise sanitária. Já o segundo quadro, ao retratar um gesto de afeto mediado por protocolos de segurança, evoca valores de cuidado e empatia, alinhando-se ao PDV assumido por L1/E1. Esse efeito patêmico oriundo do contraste entre as imagens, que fortalece o potencial persuasivo do trecho, ocorre pela mobilização do sensível e dos princípios morais do público viabilizada pelos processos intertextuais.

A superioridade moral constitutiva do PDV de L1/E1 é recorrente ao longo de toda a PED 4, o que também ocorre em relação à brutalidade e à falta de empatia vinculadas a e2. É o que podemos observar nos quadros 10 e 11, em que esses aspectos são reforçados. Junto ao enunciado “*O que mata, mata e desmata*” são exibidas três imagens que remetem à morte e à

⁶¹ Como exemplifica essa reportagem:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/09/interna_politica.853123/bolsonaristas-dancam-com-caixao-e-negam-10-mil-mortes-mata-muito-mem.shtml

⁶² Como exemplificam as reportagens:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml> ;

<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/sete-vezes-em-que-bolsonaro-foi-insensivel-ao-comentar-mortes-por-covid-19>

destruição: a de uma mulher que chora diante de vários corpos, a de lápides muito próximas em um cemitério e a de uma floresta queimando. Em seguida, acompanhada da narração verbal do “*E o que cuida, protege e salva*”, surge, acompanhando o ritmo em que os verbos são ditos, a imagem de uma criança indígena sorrindo.

Figura 29 – Retomada dos quadros 10 e 11 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJ4>.

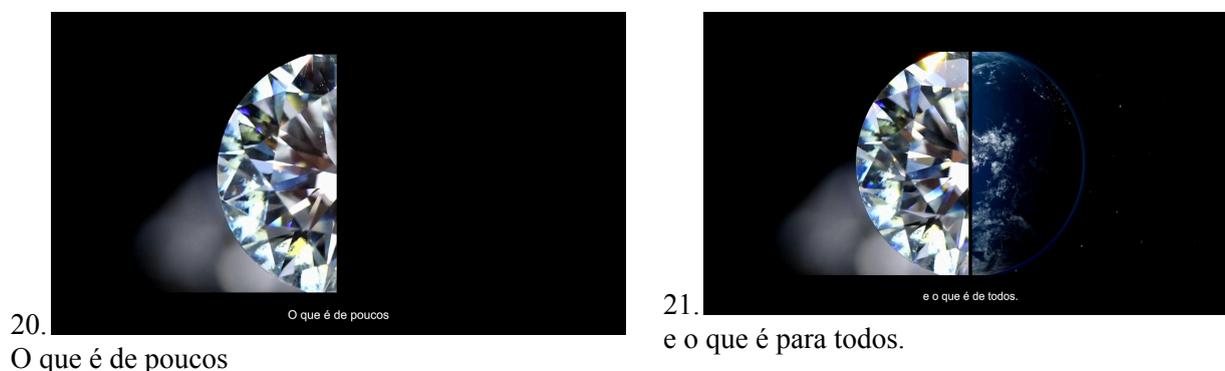
Acesso em: 20 out. 2024.



A combinação dos elementos verbo-imagéticos nesse trecho converge para uma alusão ampla aos casos de violência contra os povos indígenas no norte do Brasil e à destruição ambiental, especialmente na Amazônia, que enfrentou altos índices de desmatamento e queimadas durante o governo Bolsonaro. A escolha das imagens reforça visualmente essa associação: a cena da mulher chorando diante de corpos evoca tragédias humanitárias, enquanto as lápides remetem diretamente à perda de vidas. Já a imagem da floresta em chamas sugere a devastação ambiental, questão muito debatida naquele período. Assim, além da violência e da falta de empatia que já haviam sido vinculadas anteriormente ao PDV de e2, esse trecho adiciona a ele o aspecto da irresponsabilidade socioambiental. Em contrapartida, a sequência verbo-imagética que apresenta o rosto da criança indígena associado aos verbos “cuida, protege e salva” acrescenta ao PDV de L1/E1 os aspectos da consciência socioambiental e da proteção dos povos originários. É interessante notarmos, ainda, a saliência conferida a essa imagem: o enquadramento mostra o rosto da criança bem de perto, focalizando os dois terços inferiores da face, de forma a evidenciar o sorriso infantil e a pintura típica dos povos indígenas da Amazônia. Além disso, diferentemente das demais fotos e vídeos, a imagem do rosto da criança ocupa a tela inteira, o que aponta para a importância conferida por L1/E1 ao aspecto de seu próprio PDV a que esse trecho está vinculado.

Esse mesmo aspecto do PDV de L1/E1, que se caracteriza pela consciência socioambiental, é retomado no quadro 21. Nele, são justapostas a visão do planeta Terra a partir do espaço e a visão muito próxima de um diamante, acompanhadas pela narração verbal que diz “*o que é de poucos e o que é de todos*”. Tal combinação, quando articulada com a imagem da criança indígena e com a da devastação da floresta (quadros 10 e 11), alude amplamente ao problema do garimpo, uma das principais atividades de exploração destrutiva da Amazônia, pelo qual o governo Bolsonaro foi bastante criticado⁶³.

Figura 30 – Retomada dos quadros 20 e 21 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJl4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

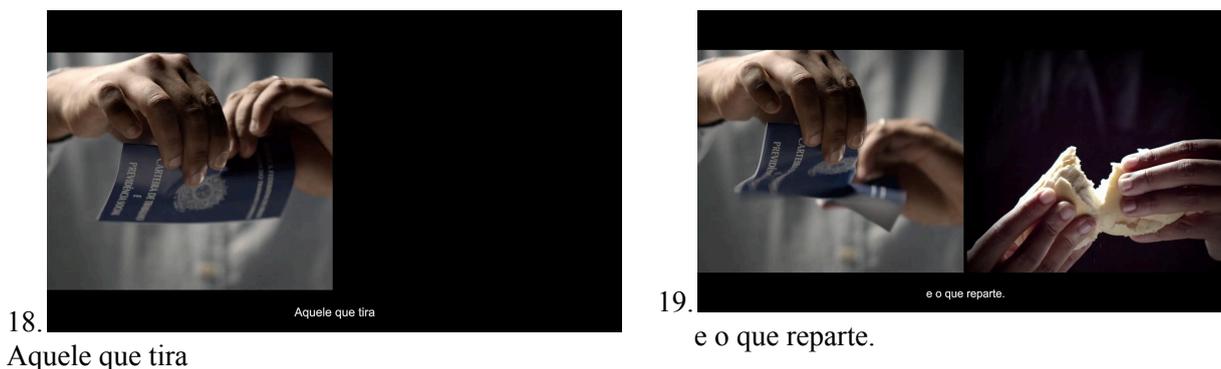


O quadro 21 também remete à oposição entre inclusão e exclusão social, evidenciada pelo enunciado verbal que o acompanha e reforçada pela composição visual das imagens (o pequeno diamante visto de muito perto, remetendo à exclusividade, àquilo que é exaltado por ser de difícil acesso, e o planeta Terra visto longe, remetendo à inclusão e à valorização do coletivo). A associação do PDV de L1/E1 ao aspecto da inclusão social e do PDV de e2 ao da exclusão é realizada também em quadros precedentes. No quadro 19, por exemplo, um lado da tela mostra uma carteira de trabalho sendo rasgada — evocando as críticas à reforma trabalhista e às medidas polêmicas de suspensão de contratos de trabalho adotadas durante a pandemia — enquanto, do outro lado, um pão é repartido ao meio — aludindo à redistribuição de renda e à valorização do trabalhador.

63

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/19/governo-bolsonaro-incentiva-cultura-de-impunidade-no-garimpo-diz-onu.htm>

Figura 31 – Retomada dos quadros 18 e 19 da PED 4

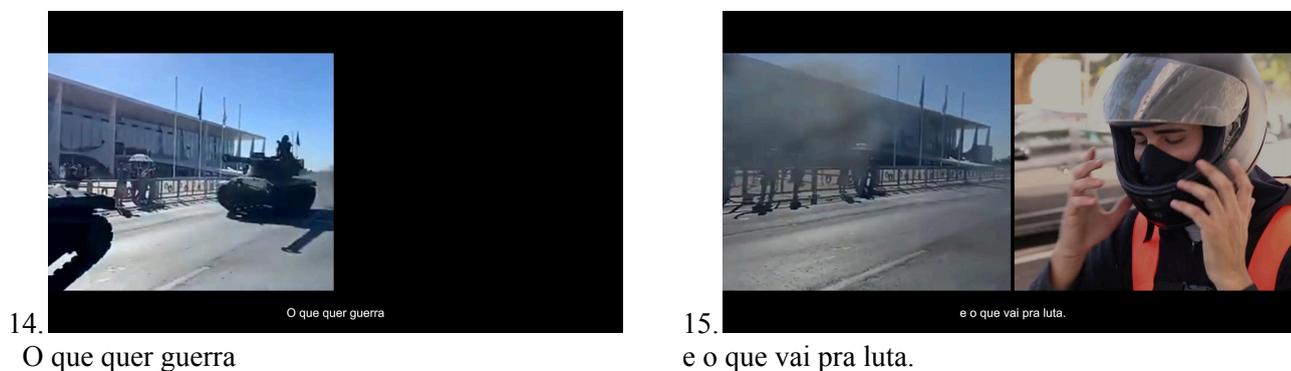


Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJl4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

O aspecto da valorização do trabalhador também é associado ao PDV de L1/E1 no quadro 15, retomado abaixo.

Figura 32 – Retomada dos quadros 14 e 15 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJl4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

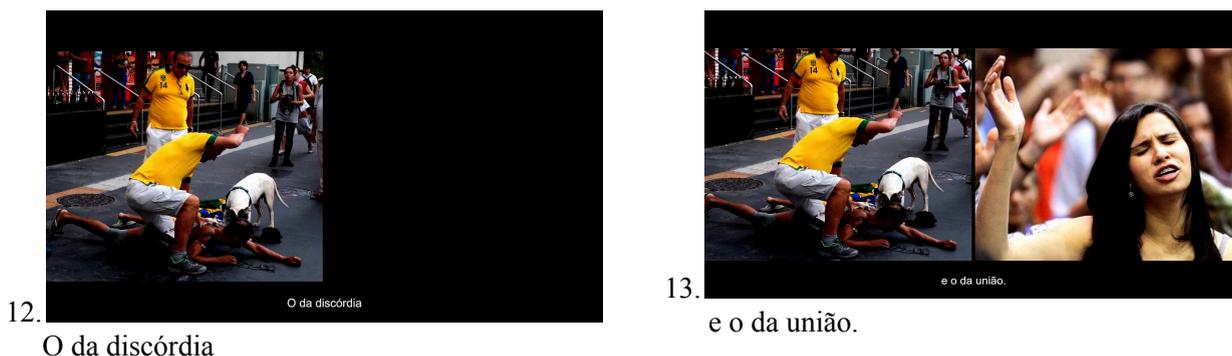
Nesse quadro, vemos inicialmente a citação de um vídeo que mostra o desfile de tanques de guerra em frente ao Palácio do Planalto, evento que ocorreu em agosto de 2021 e teve grande repercussão midiática⁶⁴. Essa citação imagética é apresentada junto ao trecho da

⁶⁴ Esse evento foi realizado oficialmente para convidar o presidente a acompanhar um treinamento militar que ocorreria posteriormente. No entanto, o desfile dos tanques de guerra foi interpretado, tanto por apoiadores quanto por críticos do governo, como um ato político. É o que explica a reportagem:

narração que diz “*o que quer guerra*” e seguida, do outro lado da tela, pela cena de um homem, que usa máscara de proteção e carrega uma mochila de transporte, vestindo um capacete de motociclista e subindo em uma moto. Acompanhada do trecho verbal “*e o que vai pra luta*”, a cena remete aos trabalhadores de entregas, essenciais no período pandêmico e, até então, não regulamentados pelas leis trabalhistas do Brasil. Assim, por meio do jogo verbo-imagético estabelecido nesse trecho, L1/E1 reforça seu PDV como sendo o do lado dos trabalhadores, ao mesmo tempo que segue imputando a e2 o PDV da violência e da exclusão.

Além dos aspectos já mencionados, a construção do PDV de L1/E1 incorpora, ainda que de maneira mais discreta, o elemento religioso de cunho cristão. Tal elemento se manifesta inicialmente no quadro 13 em que, contrapondo-se à imagem de dois homens trajando verde e amarelo em um ato de violência contra alguém que está no chão — mais um trecho no qual imputa-se o PDV da violência a e2 —, vemos a imagem de uma mulher jovem de olhos fechados em expressão concentrada, mãos para o alto e boca entreaberta, aparentemente cantando ou falando. A mulher evidenciada na imagem está junto a um grupo numeroso de pessoas em postura corporal semelhante, o que no contexto sociocultural brasileiro remete a uma missa ou culto cristão. Enquanto a imagem do ato violento cometido por apoiadores de Bolsonaro é mostrada acompanhando o trecho da narração que diz “*o da discórdia*”, a imagem do culto religioso surge junto ao trecho “*e o da união*”.

Figura 33 – Retomada dos quadros 12 e 13 da PED 4



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.



A partir da combinação desses elementos, o leitor que está inserido no contexto social e histórico da PED 4 tem sua bagagem sociocognitiva ativada quanto à relação entre os candidatos Lula e Bolsonaro e os grupos religiosos no Brasil. A ascensão de Bolsonaro à presidência esteve diretamente ligada ao apoio de congregações cristãs, principalmente evangélicas; já Lula por muito tempo teve sua figura associada à esquerda radical, que seria contra as religiões (durante a campanha de 2022, Lula chegou a ser acusado de pretender fechar igrejas). Tais informações podem ser resgatadas pelo leitor a partir de um processo de intertextualidade ampla originado pela tessitura verbo-imagética (em contraste) dos quadros 12 e 13. A gestão dos PDVs realizada por L1/E1 nesse trecho aponta, no entanto, para o sentido contrário ao senso comum sobre os candidatos: Lula estaria alinhado com os valores religiosos de união, enquanto Bolsonaro estaria, na verdade, provocando a discórdia.

O aspecto religioso do PDV assumido por L1/E1 é reforçado no desfecho da PED 4, quando a oração de São Francisco é verbalmente citada: “*Onde houver ódio, que eu leve o amor*” (quadro 25 e 26). A referência a São Francisco de Assis por meio dessa citação não é casual. Tradicionalmente associado à humildade, ao cuidado com os mais pobres e à valorização da natureza, a figura desse santo católico evoca valores alinhados ao PDV inclusivo que L1/E1 assume ao longo do vídeo. A escolha desse trecho da oração, além de contrastar diretamente com a violência e a exclusão imputadas a e2, reforça as características de reconciliação, solidariedade e justiça social pleiteadas por L1/E1 como parte de seu PDV. Assim, ao mobilizar um imaginário religioso reconhecido e bem aceito no Brasil, L1/E1 amplia o apelo emocional que fortalece seu PDV e o posiciona como moralmente superior a e2.

O vínculo entre a oração de São Francisco e o PDV de L1/E1 começa a ser construído desde o trecho que antecede a citação, que vemos nos quadros 22 a 24.

Figura 34 – Retomada dos quadros 12 e 13 da PED 4





O do ódio?



Ou o do amor?"



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJl4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

Nessa sequência, que marca o início do desfecho da PED 4, observamos, de um lado, uma mão fazendo o gesto de “arminha” e, do outro, uma mão formando a letra “L”. Tais gestos, usados frequentemente como símbolo de apoio aos candidatos, estabelecem um diálogo intertextual por alusão estrita com as campanhas de Bolsonaro e Lula, respectivamente. A oposição entre eles, introduzida pela pergunta “*Que Brasil você quer?*” e acompanhada pelo segundo questionamento “*O do ódio ou o do amor?*”, “encapsula” a dicotomia entre os PDVs de L1/E1 e de e2 elaborada ao longo do vídeo. Por meio dos questionamentos que apresenta verbalmente nesse trecho, L1/E1 mobiliza, semelhantemente ao que ocorre na PED 3, um terceiro enunciador para a PED 4, o eleitor brasileiro (e3), a quem imputa o PDV da escolha entre o “ódio” e o “amor”. Tanto na PED 3 como na PED 4, ao interpelar diretamente o eleitor, L1/E1 o convoca a adotar um posicionamento alinhado ao PDV promovido na propaganda.

Diferentemente do que ocorre nas composições imagéticas que antecedem os quadros 23 e 24 da PED 4, as imagens da mão gesticulando a “arminha” e da mão fazendo o “L” não dividem a tela. A primeira surge e desaparece para que, então, a segunda seja apresentada e permaneça por alguns segundos sozinha, enquanto o trecho da oração de São Francisco começa a ser dito — fatores que conferem à segunda imagem maior saliência. Na sequência, acompanhando a continuidade do trecho da oração citada, são exibidas imagens de Lula cercado por populares, asseverando o fato de que o “lado do amor” ao qual se alinha o PDV da sensatez e da união assumido por L1/E1 é o desse candidato.

Figura 35 – Retomada dos quadros 25 e 26 da PED 4

25.
“Onde houver ódio26.
que eu leve o amor”.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

A propaganda se encerra com a narração “*vamos juntos pelo Brasil*”, que também é apresentada por escrito, em tipografia cinética branca sobre um fundo colorido, no qual predominam as cores da bandeira nacional e o vermelho, remetendo ao PT. O dinamismo da tipografia, que transforma o “o” de “juntos” em “a”, evoca a inclusão, elemento central do PDV de L1/E1. Assim, a propaganda se conclui consolidando os aspectos do PDV principal como sendo os da união, da solidariedade e da defesa dos direitos sociais, que se opõem àqueles imputados a e2.

Figura 34 – Retomada dos quadros 27 e 28 da PED 4

27.
”Vamos juntos28.
pelo Brasil.”

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M8IAxydEJI4>.

Acesso em: 20 out. 2024.

Tal como na PED 3, na PED 4 podemos notar claramente a oposição entre PDVs. No entanto, em conformidade com as características da categoria 2, o embate discursivo entre os candidatos se dá por imputações em grau intermediário — isto é, o oponente não é diretamente mencionado, mas aludido, tanto ampla quanto estritamente, pelos diálogos intertextuais; e não se recorre a citações do próprio candidato para legitimar o PDV que lhe é imputado. Como vimos, as imputações ocorrem tanto por alusões estritas e citações quanto por alusões amplas. Dessa maneira, o embate discursivo se dá em nível mediano: perceptível, mas atenuado em comparação com a categoria 1 (representada pelas PED 1 e 2). Na próxima seção, dedicamo-nos à análise da categoria 3, a das *PED com grau baixo de imputação*.

5.3. PED com grau baixo de imputação de PDVs ao candidato oponente

Nos textos que compõem a terceira categoria de nosso *corpus*, conforme indicamos no capítulo 4, as imputações ocorrem de forma sutil porque é dada pouca evidência ao oponente — ainda que ele possa surgir como enunciador, sua mobilização ocorre de forma indireta, principalmente por processos intertextuais amplos, como as alusões (Carvalho, 2018). O embate discursivo fica em segundo plano, por isso não há recorrência de citações ou outras formas de diálogo intertextual estrito com as falas e ações do outro candidato. Assim, nessas PED, a persuasão promovida por L1/E1 ocorre a partir da apresentação de seu PDV como um fato sobre o qual não há brechas para debate. Tais características podem ser notadas na PED 5, que analisamos a seguir.

PED 5 - “É hora de enxergar a verdade” (PL)

1.  2. 

Você sabia que, para

enfrentar a crise da pandemia e da guerra,



3. Bolsonaro reduziu



4. impostos de mais de seis mil produtos,



5. incluindo alimentos e gás de cozinha?



6. Criou o Pix,



7. facilitando a vida dos brasileiros.



8. E com incentivos à economia



9. está trazendo de volta o emprego.



10. Muita gente



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-JttEwXA7Vc> .

Acesso em: 21 out. 2024

Essa PED foi publicada no canal oficial do PL no *YouTube* e trata do tema recorrente “A economia brasileira”⁶⁵ por meio de uma cena única, na qual uma mulher está inicialmente de olhos vendados por uma faixa de tecido vermelho e parece ouvir a voz do narrador, que se dirige a ela. O narrador, que representa L1/E1, instância gerenciadora dos PDVs ocupada pelo PL, elenca verbalmente uma série de medidas econômicas tomadas pelo governo Bolsonaro, ressaltando as dificuldades enfrentadas mundialmente naquele período (a pandemia de COVID-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia) e os bons resultados alcançados apesar do contexto desfavorável. Sua fala incorpora alusões escritas a textos institucionais que divulgaram essas decisões, recuperando formulações próximas às utilizadas em comunicados oficiais e discursos do governo. Também são identificáveis paráfrases de outros materiais de campanha e de declarações de representantes da gestão Bolsonaro. A narração estabelece, ainda, alusões amplas a textos que elogiam tais medidas, sugerindo um consenso positivo sobre sua eficácia.

À medida que o narrador expõe as conquistas econômicas do governo Bolsonaro, a expressão facial da mulher, inicialmente “neutra”, transforma-se gradualmente. Essa transformação é enfatizada pelo enquadramento fechado da cena, que exhibe apenas rosto e pescoço. No início, a mulher inclina um pouco a cabeça, como quem pondera, e a balança em concordância, o que sugere a assimilação das informações apresentadas. Posteriormente, ergue levemente as sobrancelhas, em um gesto positivo de surpresa. Essa sequência de expressões pode ser observada nos primeiros segundos de vídeo, que retomamos nos quadros abaixo:

Figura 35 – Retomada dos quadros 1 a 5 da PED 5



⁶⁵ Os temas recorrentes que identificamos em nosso *corpus* estão indicados na tabela 01, apresentada no capítulo 4.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-JttEwXA7Vc>

Acesso em: 21 out. 2024

Na sequência, a mulher sorri quando o narrador fala sobre a criação do pix⁶⁶, momento em que sua expressão se torna abertamente positiva. O destaque trazido pelo sorriso a esse trecho, conferindo-lhe maior saliência, aponta para sua relevância na construção argumentativa da propaganda (Kress; Van-Leeuwen, 1996; Hill, 2004).

Figura 36 – Retomada dos quadros 6 a 8 da PED 5



⁶⁶O Pix é um sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil. As transações são feitas via “chave Pix” (CPF, e-mail, telefone ou chave aleatória) ou QR Code, diretamente entre contas bancárias.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-JttEwXA7Vc>

Acesso em: 21 out. 2024

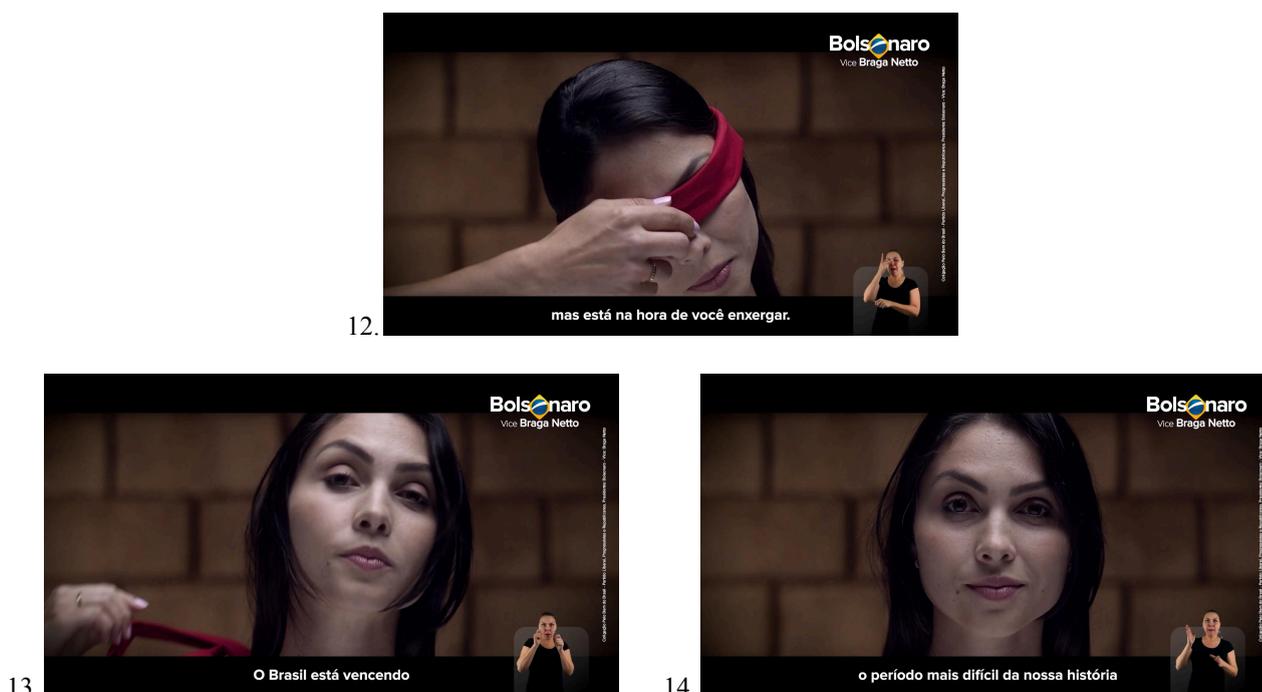
A partir dessa construção verbo-imagética, a PED 5 estabelece um diálogo intertextual por alusão ampla com textos que tratam como alienados pela esquerda os eleitores que não reconhecem o governo Bolsonaro como bem sucedido. Essa alusão, sobre a qual L1/E1 fundamenta o PDV que imputa a e2 (o eleitorado, representado no texto pela mulher vendada) é possível pela ativação dos conhecimentos do público por meio de indícios textuais como a cor vermelha da faixa que cobre os olhos da mulher (e2), em um processo intertextual de alusão estrita ao PT e ao campo político de esquerda. No contexto de emergência (cf. Hanks, 2008) da PED 5, a seleção dessa cor para um objeto que impossibilita o uso da visão conduz o leitor à interpretação de que a influência da esquerda na política “cega” a população. Isso a impediria de ver os impactos positivos das decisões de Bolsonaro – que aparece no texto como enunciador segundo (e3) a quem L1/E1 imputa o PDV da competência econômica.

O trecho verbal “*muita gente tenta esconder, mas está na hora de você enxergar*” é outro indício que leva a esse sentido. Utilizando-se da formulação impessoal “muita gente” e da cor vermelha do tecido que venda a mulher, L1/E1 instaura um enunciador coletivo (e4), que representa a esquerda e os apoiadores de Lula. A esse enunciador (e4), L1/E1 imputa o PDV do engano. No entanto, a imputação é feita de maneira sutil, uma vez que cabe ao leitor a partir de seus conhecimentos e dos indícios deixados no texto chegar ao entendimento de quem é e4 e reconstruir o PDV que lhe é atribuído. A partir da relação do trecho verbal mencionado com as informações narradas anteriormente por L1/E1, é possível associar a PED

5, também por alusão ampla, às declarações frequentes de Bolsonaro contra a imprensa⁶⁷, acusada de distorcer informações para ocultar os feitos do então presidente.

Ao mesmo tempo que o narrador diz “[...] *mas está na hora de você enxergar*”, a mulher remove a venda, como mostram os quadros 12 a 14.

Figura 37 – Retomada dos quadros 12 a 14 da PED 5



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-JttEwXA7Vc>

Acesso em: 21 out. 2024

A junção da fala do narrador ao movimento de retirada da venda feito pela mulher marca um momento de transição do PDV imputado a e2, que vai da “alienação” à “tomada de consciência”. O gesto de retirar a venda — de forte carga simbólica em nossa cultura por aludir amplamente a ditos populares e até mesmo a passagens bíblicas⁶⁸ — remete à necessidade de remover as “lentes impostas” pela esquerda, reforçando a narrativa de que a percepção negativa do governo Bolsonaro resulta da manipulação de informações. Esse novo PDV de e2, construído multissemioticamente, alinha-se ao de L1/E1 que, na sequência da

⁶⁷ Como mostram as reportagens:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/jair-bolsonaro-imprensa.htm> ;
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647> ; <https://www.youtube.com/watch?v=Hj9C86s7SL0>

⁶⁸ “Tira primeiro a trave do teu olho, e então poderás ver com clareza para tirar o cisco do olho de teu irmão” (Mateus, 7:5)

propaganda, diz: “*O Brasil está vencendo o período mais difícil de nossa história e a vida do brasileiro está voltando a melhorar*”.

Nesse trecho verbal que finaliza a PED 5, L1/E1 reconhece implicitamente a gravidade da situação econômica vivenciada pelo país, ao afirmar que o Brasil está superando um período desafiador. Com isso, admite também as dificuldades enfrentadas pela população, embora as enquadre como consequências do que foi descrito como “o período mais difícil de nossa história”. Concomitantemente, o trecho aponta para uma virada positiva, o que reafirma o PDV principal da propaganda, uma vez que a vitória sobre as dificuldades e a melhoria na vida dos brasileiros são atribuídas às ações governamentais.

Durante esses segundos finais da narração, a mulher (e2), que agora enxerga, mantém a expressão serena e um leve sorriso, indícios visuais que sinalizam seu alinhamento com o PDV de L1/E1. A propaganda é finalizada com a exibição do logotipo da chapa de Bolsonaro e Braga Netto sobre um fundo nas mesmas cores da bandeira nacional e em formato semelhante a ela (as mesmas formas geométricas, mas em proporção diferente), como se vê no quadro 17.

Figura 38 – Retomada dos quadros 17 da PED 5



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-JttEwXA7Vc>

Acesso em: 21 out. 2024

Essa alusão estrita à bandeira remete ao ideal de nacionalismo, central na campanha de Bolsonaro, e, assim, sinaliza ao leitor a que campo político-ideológico o candidato — e, conseqüentemente, o PDV de L1/E1 — está vinculado.

Do mesmo modo que na PED 5, na PED 6, que analisaremos a seguir, o jogo de PDVs gerido por L1/E1 não coloca em evidência o embate discursivo entre os candidatos oponentes.

No caso da PED 6, a imputação de PDVs ao oponente é ainda mais discreta, o que acarreta uma menor tensão enunciativa na propaganda. Vejamos:

PED 6 - “Lula e Alckmin: essa mistura tem sabor de esperança” (PT)

1.



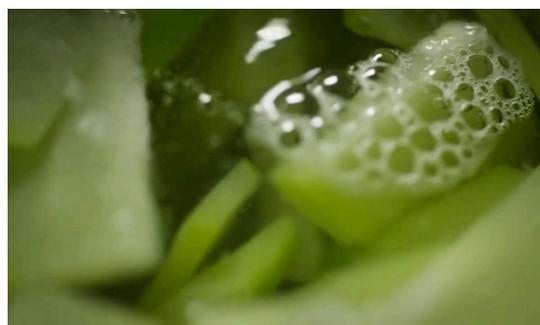
2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.



11.



12.



13.



14.



15.



16.



17.



18.





Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags> .

Acesso em: 15 out. 2024

Entre as temáticas recorrentes identificadas em nosso *corpus* está a “Aliança entre Lula e Alckmin”, da qual trata a PED 6. Essa PED foi divulgada no canal oficial do PT no *YouTube* em julho de 2022, quando a chapa presidencial Lula-Alckmin foi oficializada pelo partido. Diferentemente das PED previamente analisadas, nela a semiose verbal surge somente na modalidade escrita e ao final da propaganda, pois não há narração, de modo que a composição imagética do texto ganha ênfase.

A instância gerenciadora dos PDVs nesse texto (L1/E1) é o PT, que traz Alckmin e Lula como objetos de discurso instaurados no texto visualmente, pelas imagens da lula e do chuchu, em processos de introdução referencial⁶⁹ que se efetivam graças a diálogos intertextuais. No caso da instauração de Lula, a relação entre o candidato e o ingrediente culinário que o representa é estabelecida de forma mais imediata, por alusão estrita, devido à coincidência entre os nomes (lula/Lula). Já a introdução referencial de Alckmin como chuchu

⁶⁹Nos estudos da referenciação, chama-se de introdução referencial a primeira aparição do referente no texto, o que pode ocorrer em semioses diversas (Cf. Cavalcante *et alii*, 2020).

exige do leitor um conhecimento intertextual prévio, pois decorre da alusão ampla a textos que o apelidam de “chuchu” ou “picolé de chuchu” – relacionando o sabor “sem graça” do legume à falta de carisma apontada no então candidato à vice-presidência por seus críticos⁷⁰.

Ao utilizar-se da imagem do chuchu para representar Alckmin, a PED 6 se apropria dessa designação crítica para ressignificá-la, recontextualizando-a na metáfora da preparação da receita de lula com chuchu, que remete à aliança entre Lula e Alckmin. A imagem do chuchu é a primeira a ser posta em evidência no vídeo, o que sinaliza sua relevância para a propaganda. Vemos o legume sendo cuidadosamente descascado e depois, já cortado em cubos, colocado para cozinhar em água fervente (quadros 1 a 4).

Figura 39 – Retomada dos quadros 1 a 4 da PED 6



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags> .

Acesso em: 15 out. 2024

⁷⁰ Algumas notícias e reportagens sobre o apelido de Alckmin:

<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/05/10/estilo-insosso-por-que-alckmin-e-chamado-de-picole-de-chuchu.htm>;

<https://jovempan.com.br/programas/panico/picole-de-chuchu-alckmin-garante-que-apelido-nao-incomoda-nao-fiquei-bravo-1.html> ;

<https://www.terra.com.br/noticias/alckmin-assume-apelido-de-chuchu-nas-redes.857edb82815375826fea5de164ac6a847f57z25f.html> .

Tendo a propaganda sido publicada no canal do PT e considerando seu contexto de emergência (Hanks, 2008) – período de lançamento da chapa Lula-Alckmin, cuja formação já vinha sendo especulada pela mídia mesmo antes de qualquer anúncio dos candidatos ou de seus partidos, o que motivou a circulação intensa de textos sobre o assunto –, esses segundos iniciais já possibilitam que o leitor ative sua bagagem sociocognitiva para reconstruir os sentidos da alusão ampla realizada por L1/E1 e, assim, associe o chuchu à figura de Alckmin.

Em seguida, o segundo ingrediente da receita entra em cena e Lula é instaurado pelas imagens de anéis de lula sendo refogados em uma frigideira quente (quadros 5 e 6).

Figura 40 – Retomada dos quadros 5 e 6 da PED 6



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags> .

Acesso em: 15 out. 2024

Por trazer uma representação mais “óbvia”, como pontuamos previamente, a imagem da lula confirma o sentido já possibilitado pelos segundos iniciais da PED 6, que focalizam apenas o chuchu: a temática do texto é a aliança entre Lula e Alckmin. A propaganda continua com a exibição de outros ingredientes sendo cortados agilmente e usados como temperos para a receita. Além da habilidade das mãos que cortam e temperam, é possível notar a organização da cozinha e certa sofisticação nos utensílios usados no preparo.

Nos segundos que precedem o desfecho, todos os ingredientes são colocados em uma tigela e misturados para, em seguida, serem apresentados como a receita pronta, em um prato montado de forma elegante, como vemos nos quadros abaixo:

Figura 41 – Retomada dos quadros 16 e 17 da PED 6



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags>

Acesso em: 15 out. 2024

Por meio da junção dessa composição imagética à trilha sonora de música clássica, que contribui para a atmosfera de precisão, dinamismo e sofisticação, o PDV de L1/E1 é construído. Tal construção do PDV principal dá-se a partir de duas relações intertextuais amplas. A primeira, já mencionada anteriormente, diz respeito ao apelido de Alckmin, com a subversão de sua conotação negativa: ao invés de insípido, o chuchu passa a ser apresentado como um ingrediente sofisticado, parte de uma receita bem elaborada.

A segunda remete ao universo da culinária profissional, evidenciado pela estética refinada, pelas imagens de alta definição com enquadramentos cinematográficos, além do preparo preciso dos ingredientes e do requinte na apresentação do prato final. Através desses processos intertextuais, L1/E1 assume o PDV do êxito da chapa Lula-Alckmin, sugerindo que a capacidade de articulação política de Lula e do PT é como a habilidade de um *chef*, capaz de misturar ingredientes distintos, até mesmo os mais “neutros” como o chuchu, e transformá-los em uma composição gastronômica equilibrada.

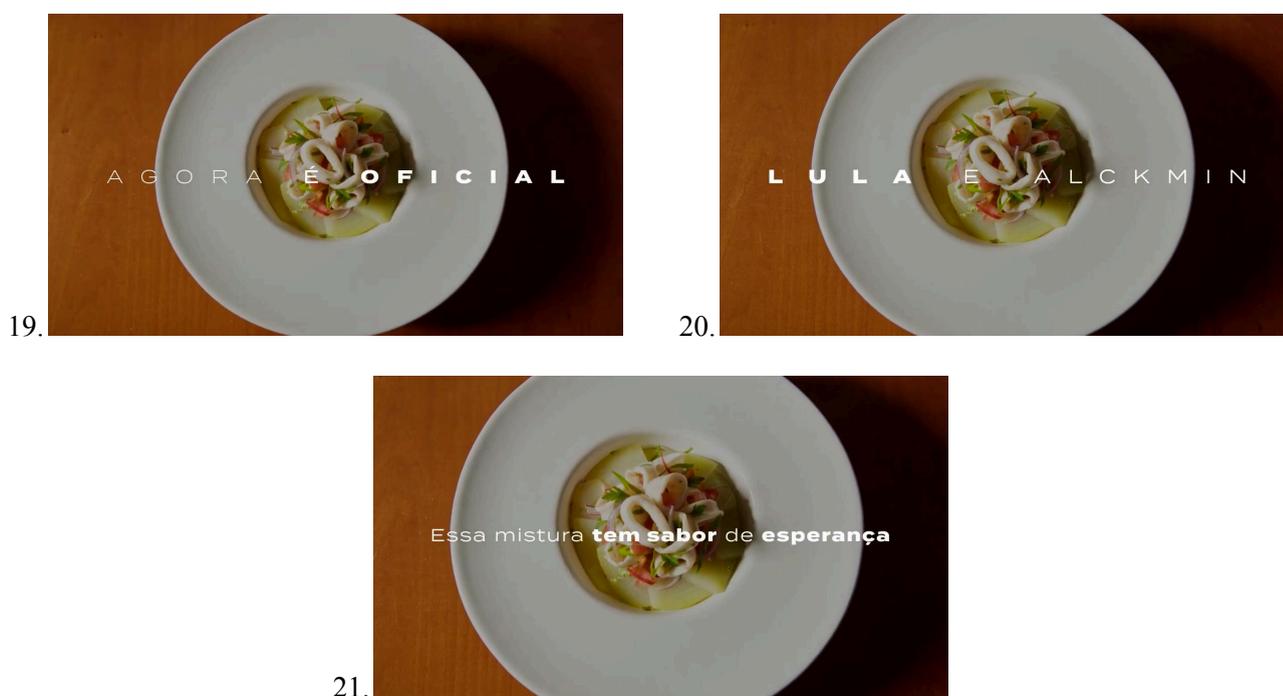
A PED 6 caracteriza-se, ainda, pelo efeito sutilmente humorístico e irônico gerado pela instauração de Alckmin como “chuchu” por L1/E1 – o próprio partido que o toma como aliado. Por meio desse tom de humor, L1/E1 traz para o PDV que assume (o do êxito da chapa Lula-Alckmin), um traço de reconhecimento da improbabilidade da junção entre Lula e Alckmin. Improbabilidade essa que se reflete na mistura dos ingredientes da receita de Lula com chuchu. Paralelamente, a trilha sonora também desempenha um papel importante na encenação do PDV de L1/E1. Além do já mencionado refinamento adicionado pela música

instrumental de estilo clássico, o ritmo acelerado da melodia na primeira parte da propaganda (até o quadro 17, correspondente a 15 segundos de vídeo) acompanha a sequência de movimentos do preparo da receita, sincronizando-se com o som das facas cortando os ingredientes, da frigideira aquecida e da fervura da água.

A harmonia entre música e imagens faz parte da construção multissemiótica do PDV de L1/E1, que busca apresentar a aliança entre Lula e Alckmin como um processo calculado e bem-orquestrado. Na segunda parte da propaganda (a partir dos 16 segundos de vídeo – quadro 18), o ritmo da trilha sonora muda. Após chegar ao ápice da intensidade no momento em que os ingredientes estão sendo misturados (quadro 16 e 17), há uma pausa súbita na melodia, que antecede a apresentação do prato finalizado. Esse momento de suspensão cria um breve efeito de expectativa em relação ao resultado da combinação dos ingredientes. O retorno da música em tom mais solene e triunfante, ao mesmo tempo em que o prato finalizado é apresentado, expressa o êxito da composição.

No desfecho da PED 6, enquanto a câmera se aproxima do prato finalizado, surgem os trechos verbais: "Agora é oficial. Lula e Alckmin. Essa mistura tem sabor de esperança" (quadros 19 a 21).

Figura 42 – Retomada dos quadros 19 a 21 da PED 6





Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags>

Acesso em: 15 out. 2024

Com esses enunciados, L1/E1 consolida seu próprio PDV – o da compatibilidade e do equilíbrio político entre Lula e Alckmin – e finalmente nomeia os objetos de discurso antes introduzidos imageticamente. As escolhas tipográficas das formulações verbais desse trecho enfatizam elementos-chave do PDV principal: o nome "Lula" aparece em negrito, destacando sua centralidade na chapa; as expressões "tem sabor" e "esperança" também são realçadas, reforçando a subversão das críticas à escolha de Alckmin como candidato a vice-presidente da chapa liderada por Lula – em uma relação de alusão ampla aos textos que veiculam essas críticas. O uso da expressão "tem sabor" reafirma o sentido de que essa parceria política é promissora, enquanto o destaque da palavra "esperança" reforça o tom propositivo da campanha, vinculando a chapa ao anseio por um futuro melhor.

Dessa forma, a construção multissemiótica do PDV principal da PED 6 responde, ainda que indiretamente, a um PDV oposto, vinculado a um enunciador externo que, embora não seja explicitamente representado na propaganda, pode ser reconstruído a partir das intertextualidades amplas que ela mobiliza. A esse enunciador externo, não nomeado, mas que emerge a partir das relações de alusão ampla, está associado o PDV do ceticismo daqueles que não acreditam no potencial da parceria entre Lula e Alckmin, defendendo que essa união comprometeria a identidade política do PT ou que Alckmin permaneceria uma figura desprovida de influência real. A (re)construção desse PDV também está vinculada aos diálogos intertextuais por alusão ampla que a PED 6 estabelece, bem como à ativação da bagagem sociocognitiva do leitor — uma vez que só a partir do contexto é possível resgatar a informação de que a parceria entre Lula e Alckmin era desacreditada por uma parcela significativa do eleitorado.

A candidatura de Bolsonaro, por outro lado, sequer é aludida no texto, porém sua figura emerge pela mobilização do contexto sociopolítico da época, sobretudo no desfecho da propaganda. A ideia de que o Brasil precisa da esperança simbolizada pela parceria entre Lula e Alckmin sugere que o país se encontrava em uma situação problemática, o que, implicitamente, cria uma oposição entre a proposta da chapa apresentada e o cenário sociopolítico então vigente. A análise da PED 6 evidencia, assim, as características que a

inserem na categoria de propagandas com baixo grau de imputação de PDVs ao oponente, uma vez que sua construção enunciativa privilegia a afirmação propositiva da chapa Lula-Alckmin e minimiza o embate direto PDVs opostos. Assim, a tensão enunciativa é atenuada e a oposição entre PDVs ocorre de modo indireto, por meio da ativação de processos intertextuais amplos que permitem ao leitor reconstruir, por inferência, o PDV adversário.

As análises aqui apresentadas confirmam a hipótese que levantamos por meio das articulações teóricas realizadas nos capítulos anteriores: o PDV pode ser compreendido como uma categoria do texto cuja materialização ocorre multissemioticamente e em articulação com categorias de intertextualidade. Com o intuito de reafirmar essa compreensão, voltamos aos principais pontos discutidos ao longo desta tese no capítulo seguinte, dedicado às nossas considerações finais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, percorremos um caminho teórico e analítico que nos permitiu compreender como se dá a construção multissemiótica de PDVs por meio de processos intertextuais. Essa trajetória teve início com a discussão dos fundamentos teóricos necessários para embasar nossas análises. Conforme sinalizamos desde a introdução, esta tese foi desenvolvida no bojo das reflexões realizadas pela Linguística Textual (LT) brasileira. A discussão e as análises que aqui empreendemos foram possíveis devido a uma característica marcante dessa disciplina, que também ressaltamos no decorrer dos capítulos anteriores: a interdisciplinaridade. Assim, partimos de articulações teóricas já consolidadas na LT, buscando avançar para novos desdobramentos. Entre essas articulações, destacamos:

- a noção textual-discursiva de PDV, proposta por Cortez (2011), que vincula a teoria pragma-enunciativa de Rabatel (2016; 2021) aos estudos da LT, com enfoque na categoria da referenciação;
- a concepção da argumentação como fator constitutivo do texto, desenvolvida em trabalhos como os de Cavalcante *et al.* (2019), Cavalcante *et al.* (2022) e Cavalcante *et alii* (2020), que aproximam a LT das contribuições de Amossy (2018; 2020) e, conseqüentemente, das reflexões de Perelman e Tyteca (2014);
- a noção de multimodalidade como aspecto constitutivo do texto, tal como defendida por linguistas do texto como Dionisio (2011; 2014) e Cavalcante *et al.* (2019), em diálogo com Kress e Van Leeuwen (1996);
- além dos estudos sobre o papel persuasivo das múltiplas semioses em distintas categorias do texto, como os de Custódio-Filho (2011) e Lima da Silva (2016), que focalizam a referenciação, e o de Mozdzenski (2012), cujo enfoque é a intertextualidade.

Recorremos, ainda, aos estudos centralizados nos processos intertextuais, sobretudo à proposta de Carvalho (2018), cuja articulação com a perspectiva textual-discursiva do PDV (Cortez, 2011) foi inaugurada pela presente tese. Como pontuamos, essas articulações foram realizadas inicialmente nos capítulos em que nos dedicamos à fundamentação teórica. No primeiro capítulo, apresentamos a teoria pragma-enunciativa do PDV proposta por Rabatel (2016; 2021a) e mobilizada em uma perspectiva textual-discursiva, aliada aos estudos da LT, por Cortez (2011). Tratamos dos dispositivos enunciativos de assunção e imputação de PDVs, da disjunção entre locutor e enunciador, das posturas enunciativas e do estatuto heterogêneo do sujeito.

No segundo capítulo, adentramos os estudos da LT, realizando um breve apanhado histórico de seu desenvolvimento no Brasil – com base em autores como Koch (2002; 2004), Marcuschi (2008; 2012) e Cavalcante *et al* (2019) –, destacando aspectos essenciais para nossa pesquisa, como a multissemiose e a argumentação, tomadas como fatores constituintes do texto. Vimos como as diferentes semioses podem contribuir igualmente para a construção de sentidos (Dionisio, 2014; Kress e Van-Leeuwen, 1996) e, conseqüentemente, para a persuasão (Hill, 2004; Blair, 2004). Além disso, voltamos a Rabatel (2016; 2021b; 2024) e aliamos a teoria do PDV às reflexões sobre dimensão argumentativa promovidas por Amossy (2018), bem como aos estudos da multissemiose desenvolvidos por estudiosos como Kress e Van-Leeuwen (1996), Hill (2004) e Dionisio (2014) para, então, explorarmos a construção multissemiótica do PDV.

No terceiro capítulo, direcionamos nossa atenção para a intertextualidade, abordando suas principais classificações e discutindo especialmente as categorias propostas por Carvalho (2018), que adotamos como referência para nossas análises. Foi nesse ponto que consolidamos nosso entendimento sobre a relação entre intertextualidade e PDV, evidenciando como o diálogo entre textos pode ser mobilizado para expressar PDVs de forma a “deslocar” os sentidos do texto original, transformando-os em *prol* do PDV assumido pelo locutor/enunciador principal.

Com o alicerce teórico estabelecido, avançamos para a apresentação dos procedimentos metodológicos no quarto capítulo. Mapeamos nosso percurso investigativo, desde a seleção e categorização do *corpus* até a definição das categorias analíticas. Destacamos, ainda, o ambiente digital como espaço de circulação das PED, considerando sua influência na dinâmica de produção e recepção desses textos (Paveau, 2020a; 2020b).

A organização de nosso *corpus* em três categorias, baseadas no grau de imputação de PDVs ao oponente – gradação que pode ser observada pela predominância de intertextualidades estritas (predominantes nas PED com alto grau de imputação ao oponente) ou amplas (predominantes nas PED com baixo grau de imputação ao oponente) –, guiou as análises desenvolvidas no quinto e último capítulo. Nele, buscamos cumprir o objetivo geral que definimos no início desta empreitada – que, naturalmente, foi lapidado e ajustado no decorrer da pesquisa: “analisar, através da categoria textual da intertextualidade, como os PDVs são representados e construídos multissemiologicamente em propagandas eleitorais digitais publicadas no *YouTube* durante a campanha presidencial de 2022”.

Ao longo deste estudo, observamos e demonstramos que as intertextualidades podem funcionar como mecanismos fundamentais para a construção e representação de PDVs. Vimos

que, por vezes, L1/E1 utiliza-se do diálogo com outros textos para apresentar um PDV que assume ou imputa a outro enunciador. Dessa forma, como indicamos anteriormente, os sentidos originais do(s) texto(s) mobilizados para tal diálogo são “deslocados” ou até mesmo transformados para robustecer a tentativa de persuasão gerenciada por L1/E1 – realizada, muitas vezes, de maneira sutil. Flagramos também ocorrências em que os processos intertextuais são basilares para a própria instauração dos enunciadores no texto – o que ocorre tanto por meio de intertextualidades estritas (como nas PED 1 e 2) quanto por meio de intertextualidades amplas (como nas PED 5 e 6). As análises de nosso *corpus* indicam que as intertextualidades amplas corroboram para instaurar enunciadores e PDVs de forma menos marcada, o que exige maior esforço cognitivo do leitor para reconstruí-los. Já as estritas são mobilizadas quando a presença dos enunciadores, bem como dos PDVs a eles associados, é mais proeminente e explícita. Essas escolhas estão ligadas à intenção de L1/E1, que as realiza de acordo com a maneira como pretende representar os PDVs que gerencia.

Nesse percurso analítico, confirmamos a pertinência de considerar o PDV como uma categoria do texto cuja materialização dá-se multissemiticamente por meio de outras categorias textuais, entre elas as intertextualidades – constatação que reforça a relevância do PDV para análises textuais-discursivas, corroborando com o que já apontava Cortez (2011).

Assim, a presente tese cumpre também os objetivos específicos inicialmente propostos, quais sejam:

- descrever o PDV como categoria textual produtiva para o estudo da argumentação em textos articulando-o a outra categoria textual: a intertextualidade;
- analisar como as relações intertextuais colaboram para a construção do PDV principal e representação de outros PDVs nas propagandas eleitorais digitais;
- investigar como semioses distintas são orquestradas em processos intertextuais reveladores de PDVs.

Ao nosso ver, tratar o PDV como categoria do texto traz implicações significativas para os estudos em LT. As possibilidades de análise são ampliadas, uma vez que o estudo do PDV permite um olhar mais apurado sobre a articulação de sentidos e a estruturação de estratégias argumentativas que ocorrem através da expressão de perspectivas, pensamentos, falas ou ações (assumidas pelo locutor principal ou atribuídas a terceiros). Em suma, considerar o PDV como categoria “aliada” da intertextualidade, da referência ou do tópico, por exemplo, favorece análises mais integrais do jogo enunciativo que os textos engendram.

Ressaltamos, no entanto, que nossa proposta não sugere uma adoção generalizada e

irrefletida dos dispositivos teóricos e analíticos desenvolvidos por Rabatel. Como ocorre em outros diálogos interdisciplinares estabelecidos pela LT, consideramos que a incorporação desses conceitos pode ser realizada de modo crítico e adequado às especificidades de cada estudo. A flexibilidade teórico-metodológica que caracteriza a LT permite que a abordagem do PDV seja ajustada conforme as demandas analíticas de diferentes textos e enfoques de investigação. Nas análises que propomos nesta tese, por exemplo, optamos por não utilizar a distinção dos tipos de PDV, adotada por Rabatel em muitos de seus trabalhos. Já o dispositivo das posturas enunciativas foi mobilizado somente na análise das PED em que a hierarquização de enunciadores mostrava-se mais relevante.

Assim, consideramos que futuros trabalhos em LT podem explorar a relação entre PDV e outras categorias do texto, ou dar continuidade ao estudo da relação entre PDV e intertextualidades, mobilizando o aparato analítico rabateliano da maneira mais adequada às necessidades e objetivos de cada pesquisa. Entre as questões que ainda necessitam de aprofundamento analítico para serem respondidas restam, por exemplo: Em que medida certos tipos de intertextualidade favorecem a estratégia de apagamento enunciativo na representação de PDVs? Há diferenças entre PDVs expressos a partir da associação com categorias textuais distintas? Vislumbramos também a possibilidade de pesquisas em LT que articulem mais aprofundadamente o estudo multissemiótico do PDV e a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), desenvolvida por Amossy, com quem a LT brasileira já dialoga. Essa intersecção teórica abre espaço para investigações que explorem, por exemplo, as particularidades da construção multissemiótica de PDVs em textos que se estruturam a partir de um embate polêmico.

Outra vertente de investigação que emerge desta tese diz respeito à relação entre PDV e textos nativos digitais. Nossa análise das propagandas eleitorais digitais demonstrou como a multissemiose desempenha um papel central na construção de PDVs. A influência dos recursos tecnolinguageiros nesse processo não fez parte do nosso escopo de análise, conforme pontuamos algumas vezes ao longo do trabalho, por isso essa não foi uma questão desenvolvida em nossa tese. No entanto, a partir da observação do ambiente digital em que nosso *corpus* foi gerado, reconhecemos a necessidade de investigar se e como esses recursos contribuem para a expressão de PDVs. Embora não possamos afirmar com veemência, visto que nossa investigação não se centrou em tais aspectos, é notável que elementos como os *hiperlinks*, as *hashtags* e as inúmeras possibilidades de interação digital (como as curtidas, compartilhamentos e comentários) podem influenciar a representação de PDVs. Assim, pesquisas que abordem o tema trarão novas perspectivas para os estudos sobre

argumentatividade e enunciação em textos digitais.

Por fim, consideramos que, ao cumprir os objetivos definidos, esta tese traz uma contribuição inédita para a LT brasileira, pois posiciona o PDV como categoria do texto e evidencia sua construção multissemiótica aliada às intertextualidades. Além disso, avaliamos que nosso trabalho abre caminhos para novas indagações sobre a relação do PDV com outros fenômenos textuais-discursivos e, assim, estimula investigações futuras. Dessa maneira, acreditamos ter contribuído para o fortalecimento da LT como perspectiva teórica que reconhece a complexidade da construção de sentidos e busca acompanhar, em suas investigações, a dinamicidade intrínseca ao seu objeto de estudo: o texto.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ARISTÓTELES.(384-322 a.C.) **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. A dimensão argumentativa do discurso: questões teóricas e práticas. *In.:* CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva.(Orgs.). **Texto, discurso e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. [1984]. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Lingüísticos**, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas/SP: Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Edipucrs, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). [1929] **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F.Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. [1979] **Estética da criação verbal**. Trad. P. Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLAIR, John Anthony. The Rhetoric of Visual Arguments. In: HILL, Charles. e HELMERS, M. **Defining Visual Rhetorics**. Lawrence Erlbaum Associates, New Jersey, 2004

BATEMAN, John. Multimodality, where next?—Some meta-methodological considerations. **Multimodality & Society**, v. 2, n. 1, fev. 2022.

BAZERMAN, Charles. Intertextualidades: Volosinov, Bakhtin, Teoria Literária e Estudos de Letramento. In: BAZERMAN, Charles.; HOFFNAGEL, Judith Chambliss.; DIONISIO, Angela Paiva (Orgs.). **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 92-109.

BAZERMAN, Charles. **Escrita, gêneros e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007

BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência.** 2010. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010

CANDIDO DA SILVA, Raul Guilherme.. **Tópico discursivo e construção do ponto de vista: o trabalho com a produção textual no contexto do Enem.** 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021

CARPANEZ, Juliana. **Google compra site YouTube por US\$ 1,65 bilhão. Portal de Notícias G1.** São Paulo, 09 out. 2006. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1304481-6174,00.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. **Linha d'Água**, n. 24, v.2, 2011, p. 259-276.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71. 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et alii* **Linguística Textual e Argumentação.** Campinas: Editora Pontes, 2020

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações.** 1.ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Intertextualidade: critérios classificatórios. **Resumos EnMEL**, Teresina, 2008. v. 1.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

COELHO, M. B. Breves considerações sobre a teoria da argumentação apresentada pela Nova Retórica. **Revista Encontros com a Filosofia**, n. 4, fev. 2015.

CORTEZ, Suzana Leite. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais.** 249f. 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

CORTEZ, Suzana Leite. Processos referenciais e argumentação emocionada: do pathos à construção do ponto de vista. **Organon**, v. 33, n. 64, p. 1-16, 2018.

COSTA, Cássia Fernanda de Oliveira. Referenciação e intertextualidade na construção do ponto de vista. In: **Anais do 5º SEDiAr - Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação**, 2023, Ilhéus. Anais [...]. Ilhéus: Editus - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2023. p. 94 -103.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos Fatores; Distintas Interações; Esmiuçando o Caráter Heterogêneo da Referenciação**. 2011. 330f. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2011.

DESCLÉS, Jean-Pierre. Prise en charge, engagement et désengagement. **Langue Française**, n.162, p. 29-53, 2009.

DIONISIO, Angela Paiva. A multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita. IN: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva (orgs.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

DIONISIO, Angela Paiva. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir Mário, BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2011. p. 137- 152.

DIONISIO, Angela Paiva. **Multimodalidades e leituras: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais**. Recife, Pipa comunicação, 2014.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. Tradução de Eduardo Guimarães. In: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218 [1984].

FARIA, Maria da Graça dos Santos. **Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FARIAS, Jailine Mayara Sousa de. **Arquiteturas tecnodiscursivas no ensino-aprendizagem de língua(gem): textos digitais e letramentos em (trans)formação**. 2022. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FÁVERO, Eleanor.; KOCH, Ingedore. **Linguística Textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 2008.

FIORIN, Jose Luiz. A respeito dos conceitos de debreagem e de embreagem: as relações entre semiótica e linguística. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.

12-38, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em 20/01/2024. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i1.8970>

GENETTE, G. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GLOBO. **Conheça a história do site de vídeos YouTube**. São Paulo, 10 out. 2006. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1306288-6174,00-CONHECA+A+HISTORIA+DO+SITE+DE+VIDEOS+YOUTUBE.html>. Acesso em: 23 set. 2024.

HAILLET, Pierre Patrick. Nature et fonction des représentations discursives: le cas de la stratégie de la version bemolisée. **Langue Française**, n.142, p. 7-16, 2004.

HANKS, William. O que é contexto? In: _____. **Língua como Prática Social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieau e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. p. 169 – 203

HILL, Charles. The Psychology of Rhetorical Image. In: HILL, C. e HELMERS, M. **Defining Visual Rhetorics**. Lawrence Erlbaum Associates, New Jersey, 2004.

HORNER, Bruce; SELFE, Cynthia. L; LOCKRIDGE, Tim. Translinguality, Transmodality, and Difference: Exploring Dispositions and Change in Language and Learning. (Digital monograph). **Enculturation Intermezzo**, 2015.

KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore; CORTEZ, Suzana Leite. A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. **ReVEL**, vol. 13, n. 25, 2015.

KOCH, Ingedore; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. (Org.) **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 251-300.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore. Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno? **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 7, n. 2, p. 529–541, 1991.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. 13ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2004.

KRESS, Gunther. **Literacy in the new media age**. London: Routledge, 2003.

KRESS, Gunther. Semiotic work: Applied linguistics and a social semiotic account of multimodality. **AILA Review**, v. 28, n. 1, p. 49-71, 2015.

KRESS, Gunther.; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. New York, Routledge, 1996.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. New York, Oxford University Press, 2001.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAURENDEAU, Patrick. Préassertion, réassertion, désassertion: construction et déconstruction de l'opération de prise en charge. **Langue Française**, n. 162, p. 55-69, 2009.

LIMA DA SILVA, Nadiana. **Referenciação, multimodalidade e tipografia cinética: reflexões em linguística textual**. 2016. 255F. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L., FOLTRAN, J.; OLIVEIRA, R. P. de. (Org.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 263-84.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário. GAYDECZKA, Beatriz. BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros Textuais – Reflexões e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.124-145.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é, como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012 [1983].

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, Maria Luiza (org.), **Gramática do Português Falado**, vol. VIII, Campinas: Edunicamp, 2002 [1998].

MICHELI, R.; HEKMAT, I.; RABATEL, A. Les émotions: des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. **Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, n. 35, 2013.

MOIRAND, Sophie. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne : questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. **Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, n.22, 2006.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. [1995] Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria. “Âncoras na deriva simbólica” – textos como formas de cognição social. **Revista da Anpoll**, v. 54, n. 1, e1901, 2023.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **O ethos e o pathos em videoclipes femininos: construindo identidades, encenando emoções**. Recife, 2012. 356 f. + 1 DVD. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MUNIZ DA SILVA, João Paulo. **Uma análise textual da argumentação em memes verbo-visuais: entre os processos referenciais e as intertextualidades**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NOBRE, K. C. **Critérios classificatórios para processos intertextuais**. 2014. 128f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2014.

PAVEAU, Marie-Anne. Realidade e discursividade: outras dimensões para a teoria do discurso. In: M. M. CAVALCANTE; M. BRITO (Org.). **Texto, Discurso e Argumentação: traduções**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020a.

PAVEAU, Marie-Anne. Discursos e *links*. Hipertextualidade, tecnodiscursividade, escritura. In: M. M. CAVALCANTE; M. BRITO (Org.). **Texto, Discurso e Argumentação: traduções**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020b.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1958].

PIÉGAY-GROS, Nathalie. Tipologia da intertextualidade. **Intersecções – Revista sobre práticas discursivas e textuais**, ano 3, n 1, São Paulo, 2010, p. 220-244.

PINHEIRO, Clemilton Lopes; LIMA, Mateus Parducci Soares de; CASSIANO, Héberton Mendes. Texto multimodal e texto plurissemiótico: contornos conceituais. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 18, e1801, 2024

PINTO, Rosalice. **Linguística Textual e Argumentação**. In: CAPISTRANO, R. Jr. e ELIAS, V. *Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. Vitória, São Paulo: PPGEL – UFES; Labrador, 2017. p. 263-278.

PINTO, Rosalice; CORTEZ, Suzana Leite. Do pathos retórico à empatia rabateliana. **Revista de Letras**, n. 36, vol (2), jul./dez, 2017, p. 51-62.

PLANTIN, Christian. Doxa. In: Charaudeau, P. ; C. Maingueneau (dir.), **Dictionnaire d'analyse du discours**, Paris, Le Seuil, 2002. p. 197-198.

RABATEL, Alain. **Une histoire du point de vue**. Metz: Université de Metz, 1997.

RABATEL, Alain. **La construction textuelle du point de vue**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1998.

RABATEL, Alain. L'effacement de la figure de l'auteur dans la construction événementielle d'un "journal" de campagne électorale et la question de la responsabilité, en l'absence de récit primaire. **Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, Presses Universitaires de l'Université de Franche Comté (Pufc), 2006, pp.71-85.

RABATEL, Alain. Deux modes de représentation idéologique people du pouvoir, lors du premier anniversaire de la présidence de N. Sarkozy. **Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, n. 30, pp.147-167, 2010.

RABATEL, Alain. Re-torno sobre um percurso em enunciação. Tradução para o português de Débora Massmann e Benedito F. Pereira. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, Pouso Alegre, MG, v. 11, n. 2, p. 147-165, jul./dez., 2015.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção do interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013a.

RABATEL, Alain. Positions, positionnements et postures de l'énonciateur. **Linha d'Água**, n. 26, vol. 2, p. 159-183, 2013b.

RABATEL, Alain. Écrire les émotions en mode empathique. **Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, n. 35, p. 65-82, 2013a.

RABATEL, ALAIN. On the interest of enunciative postures (co-enunciation, under-enunciation, over-enunciation) for the interpretation of texts (in the classroom). **Culture and Education**. Vol. 26, No. 2, p. 385–415, 2014.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; Luis Passeggi; João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016a.

RABATEL, Alain. En amont d'une théorie argumentative de la polyphonie, une conception radicale de l'énonciation comme énonciation problématisante. **Verbum XXXVIII**, n. 1, vol.2, p. 131-150, 2016b.

RABATEL, Alain. Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. **Argumentation et Analyse du Discours**, n.20, 2018.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa (Volume 2). Pontos de vista e lógica da narração: metodologia e interpretação. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2021a.

RABATEL, Alain. Postures énonciatives, interaction et dialogisme, **Cahiers de praxématique**, n. 75, 2021b.

RABATEL, Alain. **Modélisation pragma-énonciative du point de vue**: théorie, méthodologie (et éléments de didactisation). Palestra proferida no V Workshop de Linguística Textual, on-line, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IglDngZUJI0>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

RABATEL, Alain; CHAUVIN-VILENO, Andrée. La "question" de la responsabilité dans l'écriture de presse. **Semen — Revue de sémio-linguistique des textes et discours**, n. 22, p. 5-24, 2006.

RANIERI, Thais Ludmila. **Estratégias de construção da referência em práticas pedagógicas**. Tese (Doutorado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SHIPKA, J. Transmodality in/and Processes of Making: Changing Dispositions and Practice. **College English**, Vol. 78, No. 3, Special Issue: Translingual Work in Composition, p. 250-257, 2016.

VAN LEEUWEN, Theo. Multimodality. In: SIMPSON, J. **The Routledge handbook of Applied Linguistics**. London: Routledge, 2011. p. 668-682.

YOUTUBE. **Como funciona o YouTube?** YouTube Help, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/howyoutubeworks/>. Acesso em: 30 set. 2024.